

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Campus Dom Pedrito

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Dom Pedrito-RS

2022

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO EDUCAÇÃO DO CAMPO - LICENCIATURA

Reitor: Roberlaine Ribeiro Jorge

Vice-Reitor: Marcus Vinicius Morini Querol

Pró-Reitora de Graduação: Shirley Grazieli da Silva Nascimento

Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Cesar Flaubiano da Cruz Cristaldo

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas

Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Ana Paula Manera Ziotti

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Paulo Rodinei Soares Lopes

Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Carlos Aurélio Dilli Gonçalves

Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários: Bruno dos Santos Lindemayer

Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira

Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura: Viviane Kanitz Gentil

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura: Fabiano Zanini Sobrosa

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Edward Frederico Castro Pessano

Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt

Diretor do Câmpus: Nádia Fátima dos Santos Bucco

Coordenador Acadêmico: Algacir José Rigon

Coordenador Administrativo: Marcelo Chibiaqui da Cunha

Coordenador(a) do Curso: Aniara Ribeiro Machado

Coordenador(a) Substituto(a): Denise da Silva

Núcleo Docente Estruturante: Marcelo de Albuquerque Vaz Pupo (presidente); Denise da Silva (secretaria); Algacir José Rigon; Aniara Ribeiro Machado; Jonas Anderson Simões das Neves; Maritza Costa Moraes; Suzana Cavalheiro de Jesus

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Matriz Integrativa do Curso61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura fundiária de Dom Pedrito-RS	24
Tabela 2: Coordenação Atual.....	49
Tabela 3: Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso	65
Tabela 4: Atividades Complementares de Graduação	67
Tabela 5: Matriz Curricular do Curso.....	90
Tabela 6: Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Curso...	241
Tabela 7: Matriz Comparativa PPC	275
Tabela 8 :Migração curricular – Medidas resolutiva	281
Tabela 9: Docentes do curso e tempo de docência (anos)	300
Tabela 10: Estágios do Curso de Educação do Campo.....	332
Tabela 11: Componentes Curriculares Obrigatórios e seus pré-requisitos	376

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONSUNI – Conselho Universitário

NDE – Núcleo Docente de Estruturante

NInA – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade

MEC – Ministério da Educação

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SESU – Secretaria de Educação Superiores

TFG – Trabalho Final de Graduação

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	9
APRESENTAÇÃO	11
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.1 Unipampa, criação e objetivos	13
1.2 Realidade e Contexto de inserção Unipampa e do Curso	20
1.3 Concepção do curso e sua justificativa social	28
1.3.2 Histórico do Curso	30
1.4 Pressupostos legais e normativos	32
1.4.1 Legislação Específica para a Educação do Campo	33
1.4.2 Legislação para os Cursos de Licenciatura	37
1.4.3 Normativas Institucionais	38
1.4.4 Legislação Geral	38
1.4.5 Marcos legais - Pedagogia da Alternância	40
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	42
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PERFIL DO CURSO	42
2.1.1 Objetivos	42
2.1.2 Perfil e Habilidades do Egresso	45
2.1.3 Campos de Atuação Profissional	47
2.2 APRESENTAÇÃO DO CURSO	47
2.2.1 Administração Acadêmica do Campus Dom Pedrito	47
2.2.1.1 Comissão e Coordenação de Curso	48
2.2.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	50
2.2.1.3 Conselho Comunitário	51
2.2.2 Funcionamento do Curso	54
2.2.2.1 Titulação conferida	54
2.2.2.2 Processo seletivo	54
2.2.2.3 Oferta de Vagas, Ingresso e Regime de Matrícula	54
2.2.2.6 Período de realização do curso	55
2.2.2.7 Calendário acadêmico	55
2.2.3 Formas de Ingresso	55
2.3 Organização Curricular	57
2.3.1 Marco Metodológico	58
2.3.1.1 Pedagogia da Alternância e Organização do Trabalho Pedagógico	62
2.3.2 Requisitos para integralização curricular	65

2.3.2.1 <i>Atividades Complementares de Graduação</i>	66
2.3.2.2 <i>Trabalho Final de Graduação</i>	70
2.3.2.3 <i>Estágios Obrigatórios</i>	71
2.3.2.4 <i>Prática como Componente Curricular</i>	73
2.3.2.5 <i>Plano de integralização da carga horária</i>	75
2.3.3 <i>Metodologias de Ensino e Avaliação do Conhecimento</i>	76
2.3.3.1 <i>Ensino-Aprendizagem e avaliação do conhecimento</i>	77
2.3.3.2 <i>Papel do Docente e Estratégias Didático-Pedagógicas</i>	81
2.3.3.3 <i>Uso Pedagógico de Recursos de Tecnologia de Comunicação e Informação</i>	86
2.3.3.4 <i>Práticas Pedagógicas Inovadoras</i>	87
2.3.3.5 <i>Vinculação das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão</i>	88
2.4 <i>Matriz curricular</i>	89
2.4.1 <i>Ementário</i>	100
2.4.2 <i>Flexibilização Curricular</i>	238
2.4.2.1 <i>Componentes Curriculares Complementares de Graduação</i>	240
2.4.2.2 <i>Matriz comparativa entre PPC de 2016 e PPC de 2023</i>	275
2.4.2.3 <i>Migração curricular e equivalências</i>	281
2.4.2.4 <i>Inclusão Curricular dos Temas Integradores ou Transversais</i>	291
2.4.2.5 <i>Inserção da extensão no currículo do curso</i>	295
2.5 <i>Práticas inovadoras</i>	299
3 PESSOAL E CONDIÇÃO DE TRABALHO	300
3.1 <i>Corpo Docente</i>	300
3.2 <i>Corpo Discente</i>	303
3.3 <i>Infraestrutura</i>	304
4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	306
4.1 <i>Autoavaliação do curso</i>	310
4.2 <i>Ações para o Acompanhamento de Egressos</i>	312
REFERÊNCIAS	314
APÊNDICE A – Regulamento Trabalho Final de Graduação	320
APÊNDICE B – Regulamento de Estágios	328
APÊNDICE B1 – Estágio Ensino Fundamental	341
APÊNDICE B 2 – Estágio Ensino Médio	353
APÊNDICE C – Regulamento para inserção da extensão	361
APÊNDICE D – Normas de Funcionamento do Núcleo Docente Estruturante	371
Apêndice E – Quebra de Pré-requisitos	375

IDENTIFICAÇÃO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Natureza Jurídica: Fundação Federal

Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008

Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016

Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017

Índice Geral de Cursos (IGC): 4

Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

Endereço: Avenida General Osório, n.º 900

Cidade: Bagé/RS

CEP: 96400-100

Fone: + 55 53 3240-5400

Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51

Cidade: Bagé/RS

CEP: 96400-500

Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)

Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)

E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CAMPUS DOM PEDRITO

Endereço:

Cidade: Rua 21 de Abril, 80. São Gregório

CEP: 96450-000

Fone: +55 (53) 3243-7300

E-mail: dompedrito@unipampa.edu.br

Site: <https://unipampa.edu.br/dompedrito/contato>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Área do conhecimento: 0114

Nome do curso: Educação do Campo

Grau: Licenciatura

Código e-MEC: 1265385

Titulação: Licenciado(a) em Educação do Campo

Turno: Integral

Integralização: 8 semestres

Duração máxima: 100% da integralização

Carga horária total: 3400 horas

Periodicidade: semestral

Número de vagas (pretendidas ou autorizadas): 50 anuais

Modo de Ingresso: Processo Seletivo Específico

Data de início do funcionamento do Curso: 01 julho 2014

Atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso: Portaria nº 1 de 04 outubro 2013; Ofício Reitoria Extrato 12 da Ata CONSUNI nº 73 30 Junho 2016; Portaria 129 de 04 Maio 2020

Página web do curso: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp>

Contato: dpec@listas.unipampa.edu.br

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação do Campo da UNIPAMPA, Campus Dom Pedrito, sistematiza o contexto histórico e acadêmico, os marcos legais, o perfil do egresso e a titulação, a organização didática pedagógica, além das ementas dos componentes curriculares. A Licenciatura em Educação do Campo é uma demanda das comunidades da campanha gaúcha que foi acolhida pela UNIPAMPA. A necessidade de educadores(as) com essa formação específica é crescente, para enfrentar a grave crise educacional, em especial, as das escolas do campo. Por isso, nas últimas décadas, vem sendo crescente a formulação de políticas públicas, de diretrizes pedagógicas para atender as especificidades da Educação do Campo e, também, as necessidades de permanência dos povos do campo. Entre elas, destaca-se o regime de alternância, a organização curricular, os instrumentos de registro e avaliação, a interdisciplinaridade e a contextualização do processo formativo, a regência compartilhada e as legislações que embasam a proposta. Todos esses pontos estão explicitados neste PPC.

Este documento é resultado de uma caminhada que se iniciou em 2013, através de um projeto, elaborado por servidores do Campus Dom Pedrito, submetido ao Edital 02/2012 — SECADI/MEC/SESU. Em 2019 o curso foi reconhecido conforme a Portaria nº 129, de 30 de abril de 2020¹. Do projeto inicial até a versão vigente de 2019, se buscou garantir que a área de Educação do Campo se dê a partir da história e materialização das lutas que constituem o Projeto de Educação do Campo.

As/os primeiras/os estudantes iniciaram sua trajetória formativa em julho de 2014, e atualmente mais de 6 turmas já integralizaram o curso. Nesse percurso de trabalho, diversos debates foram realizados, resultando em reestruturações para atender às necessidades de amadurecimento do curso. As modificações do corrente documento envolvem a curricularização da extensão e a adequação às diretrizes curriculares para formação inicial de professores de 2019. Para realizá-las, o Núcleo Docente Estruturante e a Comissão de Curso vêm discutindo o projeto político da Educação do Campo na UNIPAMPA de modo a garantir que as lutas pelo direito à

¹ Confira informações na plataforma E-mec [clicando nesse link](#).

educação, em especial o direito das populações do campo, sejam garantidas e não entre no rol do desmonte da Educação Pública, conforme sinalizado por Rodrigues, Pereira, Mohr (2021).

Ao longo desses anos, com as experiências vividas no curso junto às turmas formadas e em formação, ajustes mostraram-se necessários no PPC como já sinalizado, tendo sido realizadas várias reuniões e aprendizagens coletivas para atender a esta necessidade. Tanto o Núcleo Docente Estruturante (NDE) quanto a Comissão de Curso, colegiados compostos pelo conjunto de docentes que lecionaram no curso, foram mobilizados para a tarefa, assim como a participação das/dos discentes a partir da sua representação junto à Comissão de Curso.

Esta versão foi analisada por uma comissão da Pró-Reitoria de Graduação PROGRAD – UNIPAMPA, que com base nos pressupostos educacionais legais vigentes, colaboraram com a qualificação da proposta e adequação às diretrizes nacionais e institucionais, além de comentários específicos pela Divisão de Planejamento e Desenvolvimento, nos quais foram sugeridos ajustes e melhorias no projeto.

A atual versão incorporou as sugestões da PROGRAD e novas deliberações dos atuais docentes do curso. Desta forma, o PPC aqui apresentado é resultado do esforço coletivo de docentes e TAEs que trabalham pela efetivação do direito à educação escolar para os povos do campo.

Para cumprir as normas legais e as normativas da UNIPAMPA, o PPC está organizado em quatro capítulos: no primeiro, constam o contexto, a justificativa, os objetivos, perfil dos egressos, a forma de organização e gestão do curso; no segundo, destinado à organização pedagógica curricular, integralização da carga horária, estrutura e matriz curricular, entre outras; no terceiro estão previstos os recursos materiais e o corpo docente; e, no quarto avaliação institucional e o acompanhamento dos egressos. Consta ainda neste documento quatro apêndices: o regulamento do Trabalho Final de Graduação, de Estágio Supervisionado Obrigatório, Regulamento de Extensão e Regimento do Núcleo Docente Estruturante de Curso.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Unipampa, criação e objetivos

A Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a qual vem sendo promovida pelo Estado Brasileiro, a partir da década de 2000. A UNIPAMPA veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “metade sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

De acordo com informações atuais, disponibilizadas no site da UNIPAMPA, são ofertados 67 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia, e 6 na modalidade de Educação a Distância com aproximadamente 3.240 vagas disponibilizadas anualmente, sendo 53% das vagas destinadas a candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas. Em agosto de 2022, a Instituição apresentava aproximadamente 1087 docentes, 906 Técnico-administrativos em Educação, 11.080 alunos de graduação e 1.189 alunos de pós-graduação (PDI 2019-2023). A Universidade conta com um corpo de servidores composto por docentes e Técnico-administrativos em Educação que proporcionam suporte para atender os discentes nos dez campi, conforme descrição mais abaixo.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), a criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses

compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro) e passam, a seguir, a ser explicitados.

MISSÃO

A Unipampa, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

VISÃO

A Unipampa busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

VALORES

Ética;

Transparência e interesse público;

Democracia;

Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;

Garantia de condições de acessibilidade;

Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;

Respeito à diversidade;

Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;

Ensino superior gratuito e de qualidade;

Formação científica sólida e de qualidade;

Exercício da cidadania;

Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;

Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;

Desenvolvimento regional e internacionalização;

Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e

Qualidade de vida humana (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019).

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); campus Caçapava do Sul: Geofísica; campus Dom Pedrito: Zootecnia; campus Itaqui: Agronomia; campus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); campus Santana do Livramento: Administração; campus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; campus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, às atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os campi. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p.1).

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação.

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição pro tempore, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão, foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de campus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram

realizadas eleições para a Direção dos campi, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, pela Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página web.

Atualmente, 67 cursos presenciais e 06 a distância encontram-se em funcionamento:

Câmpus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações (bacharelados);

Câmpus Bagé: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química (Bacharelados); Física, Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras – Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Matemática, Música e Química (Licenciaturas).

Câmpus Caçapava do Sul: Ciências Exatas (Licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Geofísica, Geologia (Bacharelados); Mineração (Tecnológico).

Câmpus Dom Pedrito: Agronegócio (Tecnológico); Ciências da Natureza e Educação do Campo (Licenciaturas); Enologia e Zootecnia (Bacharelados).

Câmpus Itaquí: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Nutrição (Bacharelados); Matemática (Licenciatura).

Câmpus Jaguarão: Gestão de Turismo (Tecnológico); História, Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras – Português EaD Institucional-UAB, Pedagogia, Pedagogia EaD - UAB (Licenciaturas), Produção e Política Cultural (Bacharelado).

Câmpus Santana do Livramento: Administração, Administração Pública EaD-UAB, Ciências Econômicas, Direito, Gestão Pública e Relações Internacionais (Bacharelados).

Câmpus São Borja: Ciências Humanas, Geografia EaD/UAB e História EaD/UAB (Licenciaturas); Ciências Sociais – Ciência Política, Direito, Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social (Bacharelados).

Câmpus São Gabriel: Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (Bacharelados); Fruticultura (Tecnólogo); Ciências Biológicas (Licenciatura).

Câmpus Uruguaiana: Aquicultura (Tecnológico); Ciências da Natureza, Educação Física, Ciências da Natureza EaD/UAB (Licenciaturas); Enfermagem, Engenharia de Aquicultura, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Medicina Veterinária (Bacharelados).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação em nível de especializações, mestrados e doutorados. Atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 21 programas de pós-graduação “lato sensu” (especialização) e 25 programas de pós-graduação “stricto sensu” (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização ofertados são:

Câmpus Bagé: Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação; Gestão de Processos Industriais Químicos; Ensino de Matemática no Ensino Médio (Matemática na Prática) (UAB).

Câmpus Caçapava do Sul: Educação Científica e Tecnológica.

Câmpus Dom Pedrito: Agronegócio; Produção Animal; Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processos formativos.

Câmpus Itaquí: Desenvolvimento Regional e Territorial; Tecnologia dos Alimentos.

Câmpus Santana do Livramento: Relações Internacionais Contemporâneas.

Câmpus São Borja: Mídia e Educação; Políticas de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de violência; Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar.

Câmpus Uruguaiana: História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Educação Ambiental; Gestão em Saúde (UAB); Fisioterapia em Neonatologia e Pediatria; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

Em relação aos cursos de mestrado e doutorado, são ofertados:

Câmpus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Mestrado Profissional em Engenharia de Software.

Câmpus Bagé: Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Ensino; Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais.

Câmpus Caçapava do Sul: Mestrado em Tecnologia Mineral; Mestrado Profissional em Educação Matemática em Rede Nacional.

Câmpus Jaguarão: Mestrado em Educação.

Câmpus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração.

Câmpus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa.

Câmpus São Gabriel: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas.

Câmpus Uruguaiana: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

Balizada nestes princípios, pretende-se uma Universidade que busque formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometido com as necessidades contemporâneas locais e globais. Como consequência, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la.

A concepção de ensino na UNIPAMPA pauta-se na ação pedagógica centrada na realidade do educando e nos contextos social, econômico, educacional e político da região onde a Universidade está inserida. Pressupõe, ainda, uma concepção de educação que reconheça o protagonismo de todos os envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem; e que tenha a interação como pressuposto epistemológico da construção do conhecimento. A concepção de pesquisa está voltada para a construção de conhecimento científico, de caráter interdisciplinar, e busca o estreitamento das relações com o ensino e a extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade. A institucionalização da pesquisa deve ser capaz de ampliar e fortalecer a produtividade científica, promovendo atividades que potencializem o desenvolvimento local e regional de forma ética e sustentável. Já a concepção de extensão assume o papel de promover a articulação entre a universidade e a sociedade, realimentando suas práticas acadêmicas a partir dessa relação dialógica.

1.2 Realidade e Contexto de inserção Unipampa e do Curso

A UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse

processo, porque a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região, levou-a, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões Norte e Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que na Metade Sul estes variam de baixos a médios.

A realidade atual impõe grandes desafios. Com a produção industrial em declínio, a estrutura produtiva passa a depender, fortemente, dos setores primário e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais se pode citar: o baixo investimento público per capita, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos centros desenvolvidos do Estado do Rio Grande do Sul, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

A região de inserção apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para a diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; a riqueza do bioma pampa e a enorme diversidade étnica e biocultural de seus povos e comunidades tradicionais; os modos de vida e trabalho camponês e indígena como referência de princípios e arranjos sócio produtivos adequados às dinâmicas ecossistêmicas do bioma; as iniciativas em produção orgânica e agroecológica e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à reorganização sociotécnica com base nas tecnologias sociais sob controle popular, as cadeias produtivas locais e os circuitos curtos de beneficiamento e consumo organizados pela economia solidária, a alta capacidade de turismo étnico e ecológico, a partir de base comunitária,

a gastronomia a partir da biodiversidade local, entre outros.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de identificação das potencialidades regionais e apoio no planejamento para o fortalecimento das mesmas, sempre considerando a preservação do Bioma Pampa nessas ações. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência devem refletir esse comprometimento.

Desse modo, a inserção institucional, orientada por seu compromisso social, tem como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura multicampi facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei n.º 11.640 cria a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, a qual viria a abranger a região da Campanha Gaúcha e a Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O Campus da UNIPAMPA que sedia o Curso de Educação do Campo fica localizado no Município de Dom Pedrito, cujo acesso principal é pela BR 293, com extensão de aproximadamente 535 km que interliga os Municípios de Pelotas e Quaraí, atravessando importantes municípios como os de Bagé e de Santana do Livramento. Na altura do km 252 desta rodovia está localizada a entrada principal do Município, pela rua vinte e um de abril, a mesma que dá acesso ao Campus.

O povoado de Dom Pedrito surgiu por volta de 1.800, com as atividades de contrabando, organizada por Pedro Ansuateguy, que respondia pela alcunha de Dom Pedrito, originando o nome do Município. Em 1872, pela Lei provincial n.º 815, 30/10/1872 foi desmembrado do território de Bagé, criando uma nova divisão administrativa na fronteira com o Uruguai, tendo como limítrofes os municípios de Rosário do Sul, São Gabriel, Lavras do Sul, Bagé, Santana do Livramento, além da República Oriental do Uruguai. O Município compõe a Mesorregião Sudoeste Rio-grandense e a Microrregião Campanha Meridional. A região geográfica onde se localiza o Município registra, pelo menos, três Revoluções: a Farroupilha, a Federalista e a Revolução de 1923. Uma das marcas históricas do Município narra

que em seu território fora assinado o Tratado de Paz da Revolução Farroupilha, que ocorreu no distrito de Ponche Verde, levando a cidade a ficar conhecida como Capital da Paz (LOPES, 1972).

Atualmente a área total do Município de Dom Pedrito é de 5.194 km², a população estimada é de 38.222 habitantes. As principais atividades econômicas são: pecuária, agricultura, fruticultura, comércio e indústria.

Verifica-se pelos dados fornecidos pelo IBGE que o crescimento da soja nos últimos quinze anos passou de 28.000 ha, em 2005, para 120.000 ha em 2020, tornando a maior área cultivada no município. Junta-se à soja, o arroz 35.000 ha, Milho 1.500 ha; o Sorgo 450 ha; Melancia 100 ha, Uva 93 ha; Azeitona 37 ha; Melão 10 ha e Pêssego 10 ha. Entretanto, como apontaremos adiante, é crescente a área plantada de outras espécies. Em relação à pecuária e outros animais destacam-se a bovinicultura com cerca de 290.000 cabeças e ovinos com 101.000 cabeças.

A expansão da soja, na esteira da produção de commodities vem reduzindo a área de pastagem e afetando diretamente a paisagem do bioma. A aposta na produção de monocultura como investimento financeiro, na perspectiva do agronegócio de exportação, como principal estratégia econômica vem comprometendo as dinâmicas ecossistêmicas, a biodiversidade e a cultura local. A expansão da soja implicou no aumento do uso de agroquímicos, especialmente de agrotóxicos, com diversas consequências econômicas, sociais e ambientais. A expansão da soja afeta também a produção pecuária, com redução gradual do número de cabeça de bovinos. Apenas de 2018 até 2020, segundo dados do IBGE, houve uma redução de aproximadamente 10% do rebanho bovino e 6% do ovino; entre 2006 e 2017 houve uma redução de mais de 20% na quantidade de estabelecimentos rurais do município, o que indica um aumento da concentração fundiária no local. Por outro lado, é crescente a agricultura de subsistência e a produção para comercialização em circuito curto e que não aparece nos dados do censo agropecuário de 2017. Constata-se, por exemplo, na feira livre, realizada às sextas-feiras na praça da Matriz, a comercialização de bergamota, pera, laranja, morango, verduras, alimentos preparados como conserva, derivados do leite, da carne, além de doces e artesanatos, mantendo as práticas de conhecimento tradicionais que historicamente garantem a alimentação saudável e sustentam os

modos de viver que (re) existem na pampa gaúcha.

Para esta produção tem sido importante as políticas de incentivo à produção, industrialização e comercialização, estimulando a produção em média escala de alimentos em contexto local. Programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), ao proporcionarem compra direto do produtor, rearranja positivamente as condições de vida e de produção no campo exigindo outras ações públicas como manutenção das estradas vicinais, postos de saúdes, escolas entre outras.

Essas ações podem reverter uma tendência de êxodo rural que vem sendo observado no município. Estudos como o de Matte, Spanevello e Andreatta (2015) mostram que Dom Pedrito, entre as cidades da Microrregião da Campanha Meridional, é o município com maior índice de êxodo rural. Especialmente pela concentração de terras e envelhecimento da população residente no campo, fruto das condições econômicas e de vida para a permanência da juventude no campo, fatores que interferem na continuidade familiar.

Dom Pedrito é, em área de extensão, o quarto maior município do Rio Grande do Sul. Em sua estrutura fundiária, predomina estâncias, de caráter empresarial, típicas de pecuária extensiva, de lavouras de soja e arroz e de fazendas de criação de gado. A concentração fundiária medida pelo índice GINI (Relatório 2017 – DATALUTA RS) está em 0,735 e pode ser representada na tabela abaixo:

Tabela 1: Estrutura fundiária de Dom Pedrito-RS

Área	Total Estabelecimentos	% Área sobre Total
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	2	0,00*
De 0,1 a menos de 0,2 ha	0	0,00
De 0,2 a menos de 0,5 ha	1	0,00*
De 0,5 a menos de 1 ha	6	0,00
De 1 a menos de 2 ha	12	0,00

Área	Total Estabelecimentos	% Área sobre Total
De 2 a menos de 3 ha	16	0,01
De 3 a menos de 4 ha	38	0,03
De 4 a menos de 5 ha	16	0,01
De 5 a menos de 10 ha	65	0,09
De 10 a menos de 20 ha	110	0,33
De 20 a menos de 50 ha	167	1,11
De 50 a menos de 100 ha	130	1,97
De 100 a menos de 200 ha	117	3,44
De 200 a menos de 500 ha	144	9,79
De 500 a menos de 1000 ha	129	19,00
De 1000 a menos de 2500 ha	110	36,42
De 2500 ha a menos de 10000	32	3,93
De 10000 ha e mais	2	4,26*
Produtor sem área	22	0,00
Área Total ha	Total Estabelecimentos	% Total
469.788	1.119	82,53*

Fonte: Censo Agropecuário 2017

* Dado aproximado devido valor inibido para não identificação do informante

Entretanto, mesmo ocupando área total menor é considerável a ocupação de força de trabalho e produção da agricultura familiar e camponesa. Cerca de 47% dos estabelecimentos rurais de Dom Pedrito enquadram-se como unidades produtivas organizadas por famílias de agricultores. Estima-se haver cerca de 781 agricultores familiares e 103 famílias assentadas, nos seguintes assentamentos: Assentamento Alto Alegre, com 20 famílias; Assentamento Vila Nova com 43 famílias; o assentamento Upacaraí, com 40 famílias assentadas.

Parte destes agricultores familiares e assentados, juntamente com os trabalhadores rurais assalariados, compõem a população residente no campo em Dom Pedrito, estimada pelo IBGE (2016) em 3.640 pessoas. Se percentualmente o número de residentes no campo é em torno de “apenas” 10% da população total, em números absolutos os 3.640 residentes no campo, representam um quantitativo maior do que a população total de muitos municípios brasileiros.

Essa população, privada dos direitos básicos, permanece demandando acesso à educação, à saúde, à cultura e ao transporte. Garantir acesso a estes direitos no contexto da região da campanha é um desafio, especialmente considerando a baixa densidade demográfica da região do campo. Se a densidade total é de 7,5 hab/km² é possível supor que a densidade em regiões não urbanas seja de aproximadamente 1 hab/Km², obrigando longo deslocamentos em vias de condições precárias para acessar os serviços públicos acima descritos. É neste contexto que devemos compreender a inserção da UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito e a oferta do curso de Educação do Campo – Licenciatura.

Segundo informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Dom Pedrito, a rede municipal possui vinte e nove (29) escolas municipais, sendo que destas quatorze (14) localizam-se na zona rural e 12 ofertam o ensino multisseriado. Dados do IBGE demonstram que em 2021 as escolas municipais totalizaram 3327 matrículas, sendo 283 em escolas do campo. Não há registro de matrícula em escolas municipais, no ensino médio. Segundo dados do IBGE, o município de Dom Pedrito em 2021 contava com 395 docentes, sendo 109 na Educação Infantil, 96 nas séries iniciais, 88 nas séries finais do Ensino Fundamental e os 102 nos diferentes setores da Educação. Sendo que muitos docentes já possuem a formação mínima exigida para a função.

Em 2019, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), observado para os anos iniciais, ficou acima da meta; e o índice observado para os anos finais mostra uma melhora comparado a anos anteriores, enquanto em 2015 a meta estabelecida era de 4,3 o observado foi de 3,2, em 2019 a meta era de 4,8 e se alcançou 4,2.

Pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aponta “as principais dificuldades em relação à

educação do campo” (SECAD, 2007, p. 18)²:

Insuficiência e precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;
Dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar;
Falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade;
Falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
Ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais;
Predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade;
Falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
Baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série;
Baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os que atuam na zona urbana;
Necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.

Apesar da pesquisa referir-se ao cenário nacional, o acompanhamento *in loco* das escolas do campo na região da campanha nos permite concluir que as dificuldades são as mesmas. Agravada pela baixa densidade demográfica, o que provoca necessidade de deslocamento em transportes precários e vias praticamente intransitáveis, por horas. É comum que crianças se desloquem por 4 (quatro) ou até 5 (cinco) horas para chegar à escola, já tendo cumprido um turno de trabalho quando as aulas efetivamente se iniciam.

Essa situação é ainda mais grave em relação ao ensino médio. São poucas escolas de ensino médio no campo; especificamente em Dom Pedrito apenas uma. Com isso, é notável a redução de matrícula entre os anos finais do ensino fundamental (1.744 matrículas) e do ensino médio (1.090 matrículas), tendo como consequência desistências na formação escolar, evasão, e/ou migração para os grandes centros.

Deste conjunto de dificuldades, algumas conformam desafios concretos com os quais a UNIPAMPA, por meio de sua missão institucional, compromete-se a colaborar na solução. Dentre as soluções possíveis e necessárias está a formação de educadores/as capazes de, em sua atuação na escola e em outros espaços educativos, contribuir efetivamente para o desenvolvimento rural sustentável. Desta forma, e considerando o público-alvo do curso de Educação do Campo, mesmo

² Ressalta-se que o panorama sinalizado por pesquisa realizada em 2007, ainda não foi devidamente atualizado - [Miolo PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO_a4.pmd \(inep.gov.br\)](#)

estando sediado no Campus de Dom Pedrito, sua atuação extrapola os limites do município, atendendo demanda de toda a região: como os de Caçapava do Sul, Candiota, Aceguá, Hulha Negra, Alegrete, Bagé, Santana do Livramento, Lavras do Sul e Rosário do Sul o que poderá suprir a demanda de formação de profissionais qualificados para atuarem na região da campanha.

1.3 Concepção do curso e sua justificativa social

O curso de Educação do Campo visa contribuir para a formação de profissionais da Educação do Campo com conhecimentos necessários para a proposição de ações educativas a partir das dinâmicas socioeconômicas entre campo e cidade. Esta perspectiva de formação está ancorada numa concepção teórica que possui três fundamentos: a) prevalência de referências histórico-críticas em oposição a teorias positivista-funcionalistas; b) análise do processo histórico como elemento fundamental para a compreensão do contexto atual e para a construção da crítica ao desenvolvimento social, econômico e político, com foco para a realidade da região da Campanha Gaúcha; c) valorização da cultura, do capital social, dos laços sociais e a crítica ao processo de desenvolvimento neoliberal, ao estado mínimo e ao desenvolvimento com base nos pressupostos econômicos.

Para tanto, a ação educativa proposta pressupõe a construção do conhecimento como resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional. Para esta concepção, o estudante é sujeito do processo educativo, sendo necessário o reconhecimento da sua realidade de modo a se valer de diferentes estilos de aprendizagem, individuais e coletivas.

Para dar conta deste desafio educativo, é demandado um “novo” educador, que seja capaz de compreender o processo educativo em sua dimensão ampla e complexa e que seja capaz de articular as suas diversas dimensões. Por isso, a proposição curricular deste PPC é a transversalidade do conhecimento manifestada pelo eixo articulador (e suas dimensões formativas) e o eixo orientador. Além disso, a abordagem histórico-crítica, do referencial pedagógico proposto, exige um professor que consiga atuar para além dos componentes curriculares, de modo a conseguir se articular com outros campos do conhecimento, no caso específico, com aqueles que

versam sobre as transformações do campo, da natureza, das pessoas que vivem no campo, da escola do campo. Este desafio se configura, tanto para o desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula, quanto na articulação destes conteúdos com a realidade do campo da Educação do Campo; ou seja, a atuação educativa não se restringe na articulação do conhecimento entre a teoria e a prática como ação pedagógica em sala de aula, mas na vivência da prática como objeto de questionamento e reflexão da teoria.

A região em torno da UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito, apresenta grande potencial e vocação para o desenvolvimento rural, destacando-se, particularmente, as culturas de arroz, soja, e também de uvas, oliveiras e hortaliças. Considerada como uma região que apresenta solos com índices de fertilidade satisfatórios ao plantio de culturas anuais e perenes, a região do oeste da Campanha Gaúcha apresenta também grande destaque na produção de pequenos e grandes animais ruminantes e equinos, que têm sua alimentação baseada em sistemas pastoris. Deste modo, constata-se demanda de profissionais para atuarem na Educação do Campo, com objetivo de produzir conhecimento favorável ao desenvolvimento rural de forma sustentável, preservando os recursos ambientais e a vida no campo.

Nesse sentido, o curso de Educação do Campo – Licenciatura da UNIPAMPA Dom Pedrito justifica-se pelas relevantes transformações sociais, culturais, tecnológicas e, principalmente, ambientais que ocorrem no âmbito da exploração agrícola da região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul. Esta nova realidade que se apresenta, exige educadores/as dispostos a colaborar para a manutenção e ampliação das escolas do campo.

Cabe ainda destacar que, atualmente, a agricultura vem sendo realizada de forma intensa e exploratória, sendo que, muitas vezes, não acompanha uma percepção e reflexão sobre os meios realizados nesse processo produtivo, o que confere grandes mudanças no cenário socioambiental da região. Sendo assim, o incentivo à formação de um profissional capacitado no âmbito da Educação do Campo, para atuar nas escolas do campo num contexto de sustentabilidade socioambiental, com ênfase na preservação do patrimônio natural e nas condições de vida da população do campo, e na produção de alimentos mais seguros e saudáveis, vem ao encontro de um modelo idealizado e requisitado pela sociedade.

1.3.2 Histórico do Curso

A preocupação com as questões do campo e a elaboração/aprovação e implementação do curso de Educação do Campo mostrou, sobretudo, o empenho para com a implementação de políticas afirmativas dentro da Universidade. Na esteira desse comprometimento de solidificar uma instituição, cada vez mais comprometida com o acesso e a permanência de um público, que teve negado, ao longo da história, o acesso à educação superior, foi que se estruturou a proposta apresentada ao Edital SECADI/MEC/SESU, ainda em dezembro de 2012, pleiteando a aprovação do referido curso. A localização deste curso de formação de educadoras/es e professoras/es na UNIPAMPA/Campus Dom Pedrito, visa a atender a demanda de formação/qualificação/atualização dos profissionais que atuam ou visam atuar na Educação do Campo, na região da Campanha Gaúcha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, amplamente marcada pela necessidade de fortalecimento das escolas do campo.

Diante disso, o Curso de Educação do Campo foi planejado de modo a atender as demandas inicialmente apontadas pelos municípios vizinhos ao Campus Dom Pedrito. A abrangência vem sendo ampliada conforme as necessidades da Educação do Campo.

Tais necessidades passam a ser possíveis de serem atendidas através do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO³, em vigência no Ministério da Educação a partir de 2006, sob responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Secretaria de Educação Superior (SESU) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com vistas a responder à demanda de reivindicações e articulações engendradas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, que defendem como bandeira de luta uma educação que valorize e reconheça os sujeitos do campo.

Foi a partir do I ENERA – Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da

³ O Programa visa apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores/as para a docência, na segunda fase do ensino fundamental (quatro anos finais) e ensino médio, nas escolas do campo (BRASIL, 2002).

Reforma Agrária, realizado no ano de 1997, que se consolidou uma Articulação Nacional comprometida em atuar no âmbito das políticas públicas para a Educação do Campo, no Brasil. Desta trajetória, culminaram alguns documentos importantes, dentre os quais as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo (2002), centrada na concepção de que:

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo neste sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições de existência social e com as realizações da sociedade humana. Portanto, investir na qualidade da educação nacional significa dar continuidade às políticas educacionais que promovem a capacitação dos professores e inovem a gestão escolar e as práticas pedagógicas nos diferentes espaços educativos (BRASIL, 2002, p.08).

Em 2004, foi realizada a II Conferência Nacional por Uma Educação do Campo. A partir desta conferência foi constituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Coordenação Geral da Educação do Campo (CGEC) (MOLINA, 2006), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). No ano seguinte, a CGEC e o PRONERA realizaram o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, que teve como principal objetivo organizar a produção de conhecimento para estabelecer uma agenda comum de pesquisa na área da educação. Nesse evento foi criado o Fórum Virtual de Pesquisa em Educação do Campo.

Como parte do esforço para a consolidação dessa área, foi criado, em 2007, o Observatório de Educação do Campo, que tem por propósito pesquisar os programas e as políticas públicas desenvolvidas pelas universidades públicas e direcionadas aos grupos sociais rurais. O objetivo é consolidar a pesquisa em Educação do Campo, a partir dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e dos programas de pós-graduação proponentes, e, assim, contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo.

Outros eventos como o II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, concomitante ao II Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o

Desenvolvimento do Campo Brasileiro em Brasília, sinalizam que as discussões acerca da Educação do Campo se encontravam em um momento promissor, distinto do panorama apresentado por Damasceno e Beserra (2004), que expunham evidências da falta de interesse, tanto acadêmico quanto de políticas públicas, acerca da educação no meio rural brasileiro.

Diante das discussões apresentadas, é preciso ressaltar que, no Rio Grande do Sul, a preocupação com a formação de professores para atuar em escolas do campo foi desenvolvida, inicialmente, pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel que ofertou, a partir de 2009, o curso na modalidade educação à distância — curso que se encontra atualmente encerrado. Atualmente, no Rio Grande do Sul, além da UNIPAMPA, a UFFS, a UFRGS, a FURG e o Instituto Federal – Jaguarí oferecem o Curso de Educação do Campo.

No caso de Dom Pedrito, que fica na região da Campanha, busca-se especialmente atender uma demanda reprimida de formação de professores ainda mais quando se pensa na especificidade do campo e na formação para atuar no Ensino de Ciências anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O curso nesta localidade tem sido uma oportunidade, não só para os professores desse município, mas também uma oportunidade de envolver interessados das dez cidades/campus que constituem a UNIPAMPA, bem como os demais municípios vizinhos brasileiros, argentinos e uruguaios, caracterizando-se como um curso pioneiro nesta modalidade na região da campanha gaúcha.

Assim, da trajetória de constituição da Educação do Campo no Brasil, visando superar a ideia de uma educação rural marginalizada, que não contribuía para que a escola ampliasse os conhecimentos necessários para viver e trabalhar no campo, implementou-se a Educação do Campo, cuja primeira turma ingressou na UNIPAMPA no ano de 2014. Esse curso pioneiro está amparado em regulamentações específicas, abordadas em outros tópicos.

1.4 Pressupostos legais e normativos

Neste item, são apresentados os pressupostos legais e normativos em relação à Educação do Campo, as Licenciaturas, a Alternância enquanto um marco legal, assim como, as legislações institucionais.

1.4.1 Legislação Específica para a Educação do Campo

O Curso de Educação do Campo – Licenciatura contemplará, no Projeto Pedagógico, as Diretrizes Nacionais para formação de docentes, as recomendações do PROCAMPO e do PRONERA, o PDI da UNIPAMPA, além de outros ordenamentos institucionais.

A Constituição Federativa do Brasil de 1988, ao discutir atributos do Estado, destaca a educação como um de seus deveres, incorporando princípios antes não mencionados. Isso pode ser considerado um avanço em relação aos textos constitucionais anteriores, destacando-se aspectos como: igualdade de condições e de permanência na escola; pluralismo de ideias e de concepções; valorização do profissional do ensino; gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1988). Porém é somente, a partir da década de 1990, que se evidencia uma significativa presença de movimentos sociais que questionam a barbárie do capitalismo neoliberal e o processo de globalização em curso. Esses movimentos, segundo Batista (2005), protestavam contra um modelo que conseguia fazer com que os avanços e as conquistas sociais dos séculos XIX e XX retrocedessem. Em outros termos, é a partir dessa época que tais questões parecem ganhar mais espaço nas discussões acerca de uma educação voltada à população rural brasileira.

No contexto histórico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.º 9394/96) tem sido considerada como o primeiro documento a expressar o reconhecimento da necessidade de formulação de medidas de adequação da escola do campo. Dentre os aspectos significativos, destacados neste documento, encontram-se no Art. 28 as seguintes considerações:

Art. 28 - Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho rural (LDB, Lei n.9394/96).

Mais recentemente, tem se investido na explicitação dessa particularidade que historicamente foi negligenciada. Tanto que a Câmara de Educação Básica, vinculada ao Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n. 01, de 03 de abril de 2002), reforça a necessidade da apresentação de uma proposta que busque somar esforços no atendimento de demandas históricas.

Nesse processo, o movimento de Educação do Campo conquista, no âmbito das políticas públicas, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, constantes no Parecer 36/2001, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica da Resolução CNE/CEB 01, em 3 de abril de 2002. Tal Resolução define que é uma responsabilidade do Estado a garantia de atendimento a populações socialmente desiguais e culturalmente diversas.

Em 2003, o MEC, com o intuito de revalorização do campo e como forma de buscar corrigir aspectos historicamente silenciados, passa a entender a educação como uma ação estratégica para a emancipação e cidadania de todos os sujeitos que vivem ou trabalham na zona rural brasileira. Nessa perspectiva, o Ministério da Educação instituiu, pela Portaria n.º 1374 de 3 de junho de 2003, um Grupo Permanente de Trabalho, com a atribuição de articular as ações do Ministério pertinentes à Educação do Campo.

Nesta época, são fomentadas pesquisas caracterizando a situação das escolas da zona rural, bem como o perfil dos profissionais da educação que atuam nestas escolas. Percebeu-se, através do Censo Escolar de 2002, que 50% dos estabelecimentos de ensino eram de zona rural, sendo que apenas a metade possui uma sala de aula e oferecem apenas o ensino fundamental de 1º a 4º ano e são formadas, exclusivamente, por turmas multisseriadas ou unidocentes. O censo possibilita reconhecer as dificuldades vivenciadas por escolas com turmas multisseriadas que possuem uma estrutura física precária bem como a sobrecarga de trabalho dos docentes o que, por sua vez, tem sido considerada a causa da grande rotatividade de professores.

Como parte desse processo de discussões e elaboração de política pública, própria para a população do campo, foi elaborado o Caderno de Subsídios (BRASIL, 2004), o qual se configura como um material de trabalho para educadores (as), gestores públicos, militantes sociais, entre outros; nele, é apresentado um diagnóstico,

referente à escolarização no meio rural brasileiro, e, além disso, são discutidos três pressupostos para uma política de Educação do Campo, dentre eles, destaca-se o reconhecimento da educação como um direito dos povos camponeses, enfatizando que a elaboração de uma política de Educação do Campo necessita desmistificar o ideário dominante de que o campo é um local de atraso.

Outra conquista foi a inserção das questões da Educação do Campo, na agenda de ações e trabalho de um número cada vez maior de movimentos sociais, sindicais e de diferentes entidades e órgãos públicos, que pode ser observado na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo (II CNEC, 2004), em que o número de entidades signatárias da Declaração Final passou de cinco para mais de quarenta.

Já, com relação à especificidade da Educação do Campo, a Declaração Final dessa Conferência (II CNEC, 2004) destaca dois argumentos básicos para sua concretização:

[...] a importância da inclusão da população do campo na política educacional brasileira, como condição de construção de um projeto de educação vinculado a um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e justo; na situação atual esta inclusão somente poderá ser garantida através de uma política pública específica [...]; - a diversidade dos processos produtivos e culturais, que são formadores dos sujeitos humanos e sociais do campo e que precisam ser compreendidos e considerados na construção do projeto de Educação do Campo (BRASIL, 2004, p. 3).

Esses argumentos permearam, de alguma forma, as pesquisas e discussões enfatizadas anteriormente, porém num momento em que a Educação do Campo, enquanto política pública, ainda não era uma realidade. É importante ressaltar, aqui, o reconhecimento e o destaque à questão da necessidade de inclusão da população do campo na política educacional, uma vez que, por muito tempo, a educação voltada para essa população configurou-se como um apêndice da educação urbana. É também relevante reconhecer as diferenças culturais e produtivas desse território, em outros termos, é necessário considerar a identidade da população rural, pois se relaciona ao cultivo da terra, à produção de alimentos e bens de consumo, assim como sua forma de viver que se diferencia da urbana.

Portanto, a educação para o contexto do campo precisa estar “vinculada a uma cultura que se produz por meio das relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana” (BRASIL, 2004, p.35). A esse respeito, destaca-se a necessidade de produção e:

[...] construção de conhecimentos potencializadores, de modelos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no e do campo (Idem, p.35).

A especificidade desse contexto e de seus sujeitos são aspectos que precisam ser levados em consideração nas propostas educacionais e principalmente nos currículos que pretendem implantar cursos de formação de professores, pois, os tempos e espaços são distintos e precisam ser considerados e respeitados. Neste sentido, os movimentos sociais do campo têm algumas experiências diferenciadas que levam em consideração o calendário das safras. Esta organização, conhecida como Regime de Alternância: os tempos são divididos em Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC), reforça uma intencionalidade da Educação do Campo que é a valorização dos distintos saberes enquanto cultura e os valores que acontecem também fora da escola (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004). É preciso reconhecer que a escola do campo está intimamente relacionada com o mundo produtivo e com os processos culturais inerentes aos modos de vida.

A organização curricular em Regime de Alternância, com base no Parecer CNE/CEB n.º 01/2006, prevê dias letivos organizados em TU e TC, com etapas no Campus da Universidade e etapas vivenciadas no próprio ambiente social e cultural dos estudantes. Ademais, o Edital de Seleção n.º 02/2012-SESU/SETEC/SECADI/MEC, de 31 de agosto de 2012, fundamentado na Lei n.º 9394/96 e orientado pelo Parecer CNE/CEB n.º 01/2006, prevê:

Etapas equivalentes a semestres regulares cumpridas em Regime de Alternância entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Entende-se por Tempo Universidade os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades camponesas, com a realização de práticas pedagógicas orientadas (Edital de Seleção n.º 02/2012).

Neste mesmo sentido, a organização do calendário escolar de forma a respeitar a cultura local é respaldada por diversas leis. O Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.172, de 2001), prevê: “[...] formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade dos alunos e as exigências do meio”. Também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/96), no seu artigo 28, acima citado.

Para adequar os tempos escolares à realidade de cada região (seja na Educação Básica ou na formação de professores), a Resolução CEB/CNE n.º 01, de 03 de abril de 2002, defende que a identidade da Educação do Campo deve ser definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva, que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível, na sociedade e nos movimentos sociais, em defesa de projetos que associam as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2003).

Além da legislação específica para a Educação do Campo, o curso também atende às normativas gerais para os cursos de licenciatura, às regulamentações específicas da UNIPAMPA e às normas gerais do âmbito da educação, que listamos em seguida.

1.4.2 Legislação para os Cursos de Licenciatura

Lei n.º 12.056/2009, a qual acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei n.º 9394/1996, referentes à formação inicial e continuada de professores;

Lei n.º 12.796/2013, que altera a Lei n.º 9.394/1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências;

Resolução CNE/CEB n.º 04/2010, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

Parecer CNE/CP nº 22/2019, aprovado em 7 de novembro de 2019 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Parecer CNE/CP nº 14/2020, aprovado em 10 de julho de 2020 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação

Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

1.4.3 Normativas Institucionais

Lei nº 11.640/2008, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa.

Resolução CONSUNI nº 97/2015, a qual normatiza o NDE na UNIPAMPA.

Resolução CONSUNI nº 221/2018, a qual aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na UNIPAMPA.

Resolução CONSUNI nº 246/2019, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 –2023).

Resolução CONSUNI nº 240/2019, Tempo Máximo de Integralização.

Resolução CONSUNI nº 300/2020, Programa Institucional de acompanhamento e enfrentamento da retenção e evasão.

Resolução CONSUNI nº 328/2021 Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Unipampa.

Resolução CONSUNI nº 329/2021, que dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os estágios realizados no âmbito desta Instituição.

1.4.4 Legislação Geral

Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Lei nº 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Parecer CNE/CP nº 08/2012 e a Resolução nº 01/2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Decreto nº 4.281/2002, o qual regulamenta a Lei nº 9.795/1999 e a Resolução nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação.

Lei nº 11.788/2008, a qual estabelece as normas para realização de estágios de estudantes.

Normativa nº 213/2019, a qual estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.

Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis no 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

Lei nº 12.764/2012, que trata da Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista.

Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Portaria nº 3.284/2003, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Portaria Nº 1.134 de outubro de 2016 (revoga a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004).

Decreto nº 9.057/2017, o qual regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Resolução CONAES nº 01/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante.

1.4.5 Marcos legais - Pedagogia da Alternância

Os marcos legais da Pedagogia da Alternância se dão desde a Constituição Federal de 1988 e culminam nas Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Ou seja, a Alternância enquanto pressuposto legal de garantia do acesso da população à Educação Básica e Educação Superior, está presente na Constituição Federal de 1988, a qual está balizada pela compreensão de que a Educação é um direito de todas e todos.

Para tanto, uma das formas de garantir que a Educação seja um direito, as condições de acesso e permanência na Educação Básica e, também, na Educação Superior se dá a partir de tempos e espaços que se organizem na lógica da realidade da população, conforme destacado na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996 no “§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei” (BRASIL, 1996, p.17).

As Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior (BRASIL, 2020) ao ressaltar o que é preconizado pela LDB (9.394/1996), destacam que

É imprescindível o reconhecimento da existência e valor de outros espaços educativos e de organização pedagógica para além dos universitários. Para isso, planejamento, acompanhamento e avaliação de atividades formativas no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade devem estar em sintonia com a realidade e as demandas das comunidades atendidas. Daí a necessidade de outras formas de organização curricular e de registros das práticas educacionais. (BRASIL, 2020, p.16).

Os marcos legais passam pelo reconhecimento de saberes e conhecimentos que se dão em outros espaços, sendo que o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade devem se organizar a partir do diálogo com as demandas das comunidades/regionalizações dos povos que pertencem à Educação do Campo e isso ocorre através da Alternância.

Desse modo, essa modalidade temporal conhecida como alternância possui 05 (cinco) pressupostos básicos:

O primeiro é que o *locus* do saber não é apenas o campus da universidade, mas também o campus do campo, da comunidade, quebrando uma cisão histórica provocada pelo capitalismo entre escola e vida, entre trabalho e aprendizagem;

O segundo é que o educador não é apenas o docente do ensino superior, mas também outras referências, como o professor da escola básica, a liderança comunitária, o agricultor que sabe por experiência própria, que aprende pela história;

O terceiro, decorrente do segundo, amplia as possibilidades das percepções cognitivas. Aprendemos pela razão, pelo estudo, pelos conceitos, mas também pela experiência, pelas relações dos conceitos com a vida. A vida passa a ser a principal razão da aprendizagem e, portanto, desde que haja intencionalidade pedagógica todo lugar e momento passa a ser tempo e espaço de aprendizagem;

O quarto entende a pesquisa e a inquietação como metodologias de aprendizagem, diz respeito à autodisciplina e ao autodidatismo como formas de

estudo, ao demandar métodos individuais e coletivos, estipulando metas e prazos para apresentação parcial e final de relatórios;

O quinto é a inter-relação entre teoria e prática. Enquanto a teoria tem o conhecimento como fim; a prática tem o conhecimento como meio. Ao passo que o tempo da teoria é infinito; o da prática é imediato. Cada vez que nos ampararmos apenas na teoria, no “teoricismo”, incorremos no desvio do idealismo; à medida que quando nos orientamos apenas pela prática, ou pelo “praticismo”, corremos o risco do pragmatismo. Por isso, em nossa perspectiva, teoria e prática são indissociáveis.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PERFIL DO CURSO

O curso de Educação do Campo, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA, tem por objetivo geral formar educadoras/es para atuação na Educação do Campo, como docentes nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na área das Ciências da Natureza, capazes de realizar gestão de processos educativos, gestão de instituições de educação básica e desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem que visem à formação de sujeitos autônomos e criativos, bem como de investigar questões inerentes à sua realidade e à sustentabilidade da vida no campo, estimulando a formação continuada, tanto pela reflexão sobre a própria prática, como a continuidade de estudos em programas de pós-graduação.

Para tanto, esse item apresenta os objetivos do curso, perfil e habilidades do/da egresso/a e campo profissional de atuação.

2.1.1 Objetivos

Entre os objetivos do curso, vale destacar aqueles que buscam contribuir com a formação de pessoas que:

- Compreendam-se como sujeitos de processos educacionais em dinâmicas sociais e produtivas vinculadas aos modos de vida no campo com papel histórico de promoção da saúde e qualidade de vida humana e não humana;
- Compreendam a lógica do trabalho interdisciplinar no modo de produção da ciência e no modo de organizar o estudo e o ensino;

- Apropriem-se do debate atual sobre as finalidades da Educação Básica e em particular sobre a Educação do Campo;
- Dominem as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise do campo educacional e da área de Ciências da Natureza;
- Utilizem as ferramentas disponibilizadas pela tecnologia a fim de contribuir para ensino, pesquisa e extensão;
- Analisem, de maneira permanente, os seus próprios conhecimentos, apropriar-se de novos conhecimentos científicos e/ou educacionais;
- Analisem, de maneira permanente, os seus próprios conhecimentos, apropriando-se de novos conhecimentos científicos e/ou educacionais;
- Reflitam sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político;
- Dominem as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de conceitos para a investigação e a análise do campo educacional como um todo e das suas áreas de conhecimento específico;
- Conheçam as principais propostas das Escolas do pensamento pedagógico, de modo a distinguir diferentes ações, metodologias e teorias;
- Transitem pelas fronteiras entre a sua área de conhecimento e outras áreas, sendo capaz de relacionar seus campos específicos com outras áreas mediante a interdisciplinaridade;
- Desenvolvam a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão, não só no âmbito acadêmico, mas, principalmente, nas instituições de ensino onde atuarão;
- Problematizem a concepção de sociedade, de educação e de ser humano, tornando-as referenciais para a análise e para a prática pedagógica;
- Trabalhem os conteúdos em consonância com a necessidade do contexto no qual está inserido em sua atuação profissional;
- Dominem os conceitos e os conteúdos que são objeto de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio;
- Desenvolvam a postura de investigador da educação do campo;
- Promovam a formação de educadoras/es que atuem em espaços educativos escolares e em outros espaços educativos, engajados em processos de aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo, nas escolas do campo;
- Capacitem educadoras/es do campo para a participação nos processos de planejamento, organização, avaliação e gestão de espaços educacionais escolares e em outros espaços educativos em uma perspectiva democrática;
- Contribuam para a formação de educadores(as) do campo com perfil de pesquisadores, comprometidos com o resgate de saberes, a produção, difusão e democratização do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, com vistas ao desenvolvimento das regiões da campanha e da fronteira oeste;
- Identifiquem-se como professoras/es do campo capazes de atuar em diferentes contextos, utilizando estratégias que respeitem as diferenças, contribuindo para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, culturais, políticas e outras, tendo como referência as práticas extensionistas no percurso de formação;
- Utilizem de diferentes linguagens, bem como de tecnologias de informação e

- comunicação e aplicação nos processos educativos;
- Atuem pedagogicamente na perspectiva interdisciplinar e contextualizadora nas diferentes dimensões da formação humana;
 - Fomentem projetos que discutam o interesse da comunidade em permanecer no campo e que ofereçam subsídios de renda.

Nestes anos de trabalho e desenvolvimento das ações formativas, o curso já se tornou referência para os povos e comunidades tradicionais do Pampa, tais como quilombolas e pecuaristas familiares. O curso já promoveu três encontros internacionais sobre os povos do campo, com a participação de diversas comunidades, movimentos e instituições no debate acerca da diversidade biocultural e dos conhecimentos que sustentam modos de vida adequados com as dinâmicas ecossistêmicas do bioma pampa.

Nos últimos anos, tem sido crescente a participação de estudantes indígenas oriundos da Terra Indígena Guarita, local de diversas comunidades Kaingang na região norte do estado gaúcho. A presença delas na universidade enriquece o processo formativo de todo o campus, que passa a ter a oportunidade de conhecer a língua e a cosmologia Kaingang.

Por meio da Educação do Campo, já foram realizadas três edições do Curso de Aperfeiçoamento Refazendo Caminhos na Região do Pampa, atendendo a demanda de formação continuada de professoras/es em exercício de diversas escolas e municípios do Rio Grande do Sul.

Nesse mesmo período, objetivos relacionados à aproximação entre o curso e as realidades locais também foram alcançados. O fortalecimento do Conselho Comunitário do Curso, melhor descrito em outros tópicos, atesta o sucesso do curso em metas dessa natureza. Bem como, se percebe a entrada de egressas e egressos nas redes municipais, estaduais e privadas de ensino por meio de concursos e contratos, assim como a aprovação em concurso público federal. Ressalta-se, também, a inserção nos Programas de Pós-Graduação *latu* e *stricto sensu* na região da Campanha e em outros estados brasileiros.

Vale destacar, como objetivo alcançado, a avaliação do MEC com nota máxima — nota cinco — obtida pelo curso em 2019.

2.1.2 Perfil e Habilidades do Egresso

O perfil esperado para os egressos do curso de Educação do Campo consiste no maior desafio da formação aqui pretendida. Como não reproduzir a mesma formação de licenciandos que vem “desescolarizando” o campo? Desta forma, como preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e pelas especificidades apontadas no parecer CNE 36/2001 e no Caderno SECAD n.º 2 (2007), as longas distâncias e a baixa densidade demográfica exigem a formação de professores/as por área de conhecimento e que estejam atentos às práticas pedagógicas que considerem os diversos ciclos da vida e seus processos de aprendizagem, que se vincule ao trabalho como princípio educativo e que sejam capazes de problematizar, a partir do contexto em que a escola está inserida sem se restringir a ele.

A habilitação de docentes por área de conhecimento tem como um dos seus objetivos ampliar as possibilidades de oferta da Educação Básica no território rural, especialmente no que diz respeito ao ensino médio, mas a intencionalidade maior é a de contribuir com a construção de processos capazes de desencadear mudanças na lógica de utilização e de produção de conhecimento no campo. Ao construir como perfil de habilitação da Licenciatura em Educação do Campo simultaneamente as três dimensões – a docência por área de conhecimento, a gestão de processos educativos escolares e a gestão de processos educativos comunitários –, idealizou-se esta perspectiva: promover e cultivar um determinado processo formativo que oportunizasse aos futuros educadores, ao mesmo tempo, uma formação teórica sólida, que proporcionasse o domínio dos conteúdos da área de habilitação para o qual se titula o docente em questão, porém, muito articulada ao domínio dos conhecimentos sobre as lógicas do funcionamento e da função social da escola e das relações que esta estabelece com a comunidade do seu entorno (MOLINA, 2014, p. 14).

Ao mesmo tempo, as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo (Resolução CNE/MEC, de 3 de abril de 2002) propõem que o licenciado em Educação do Campo deverá ser capaz de perceber, reforçar e construir a identidade da escola do campo, percebendo a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia; e, ainda, incentivar e realizar estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável, em um paradigma que tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos. Tal entendimento da realidade só é possível com uma formação multidisciplinar e interdisciplinar que rompa com a lógica da fragmentação dos estudos acadêmicos.

Para tanto, reforça-se que para romper com o processo de desescolarização

do campo, se faz necessário o compromisso com o perfil e habilidades da/do egresso/a conforme preconizado pela Resolução nº 02/2019 no “Art.5º A formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como fundamentos”:

I - a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II - a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e III - o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação (BRASIL, 2019, p.3).

Desta forma, entendemos que para atingir as metas propostas para a Educação do Campo o egresso estará apto⁴ para atuar nos componentes de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental e nos componentes de Química, Física e Biologia ou na respectiva área de conhecimento⁵ do Ensino Médio, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos⁶ e na combinação com a Educação Profissional. Também poderá participar na elaboração e execução de projetos educativos, bem como em instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural. Desenvolver projetos pedagógicos interdisciplinares na área de Ciências da Natureza em espaços educativos escolares e comunitários, organizações não-governamentais, órgãos públicos ou privados e

⁴ Conforme Resolução 2/2008: “A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades” (art. 7, § 2º).

⁵ Os Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Médio preveem que “A estruturação por área de conhecimento justifica-se por assegurar uma educação de base científica e tecnológica, na qual conceito, aplicação e solução de problemas concretos são combinados com uma revisão dos componentes socioculturais orientados por uma visão epistemológica que concilie humanismo e tecnologia ou humanismo numa sociedade tecnológica”. (BRASIL, 2000, p.18). Os PCNs “apontam, ainda, três áreas de conhecimento, sejam elas: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Além disso, na área das Ciências da Natureza “incluem-se as competências relacionadas à apropriação de conhecimentos da Física, da Química, da Biologia e suas interações ou desdobramentos [...]” (BRASIL, 2000, p. 92). Complementando o PCN, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica apontam que “as áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados” (BRASIL, 2013, p. 186).

⁶ De acordo com a Resolução 2/2008, “A Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, as populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio”. (art. 1º, § 4º).

movimentos sociais.

2.1.3 Campos de Atuação Profissional

O Curso de Educação do Campo – Licenciatura, com ênfase em Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Pampa, titulará, em nível superior, educadores com competência profissional e compromisso político para atuar no componente curricular de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental e nos componentes de Química, Física e Biologia ou na respectiva área de conhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, na Educação Profissional. A formação oferecida permite ainda participar e desenvolver projetos pedagógicos interdisciplinares na área de Ciências da Natureza em espaços educativos escolares e comunitários, organizações não-governamentais, órgãos públicos ou privados e movimentos sociais. Podendo atuar em:

- Docência em Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental;
- Docência em Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) no Ensino Médio;
- Docência em áreas equivalentes às Ciências da Natureza no Ensino de Jovens e Adultos e Ensino Profissional;
- Gestão de processos educativos escolares, construção do projeto político-pedagógico e organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo;
- Gestão de processos educativos nas comunidades do campo: preparação específica para o trabalho formativo e organizativo com as famílias e/ou grupos sociais de origem dos estudantes;
- Gestão e implementação de iniciativas e/ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável em escolas do campo.

2.2 APRESENTAÇÃO DO CURSO

2.2.1 Administração Acadêmica do Campus Dom Pedrito

A interface administrativa do Curso de Educação do Campo é a administração acadêmica do Campus Dom Pedrito, a qual se articula com a estrutura organizacional da UNIPAMPA, consoante estatuto e regimento geral (UNIPAMPA/CONSUNI, 2010). Constituem a administração acadêmica do Campus:

Conselho do Campus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus, integrado pelos Coordenadores de Cursos de graduação e pós-graduação do Campus; Coordenador da Comissão de Pesquisa; Coordenador da Comissão de Extensão; representação docente; representação dos Técnico-administrativos em

Educação; representação discente e representação da comunidade externa;

Direção: integrada por Diretor, Coordenador Acadêmico e Coordenador Administrativo;

Coordenação Acadêmica: Integrada pelo Coordenador Acadêmico; Coordenadores de Curso do Campus; Núcleo de Desenvolvimento Educacional – NuDE; Comissões Locais de Ensino, de Pesquisa e de Extensão; Secretaria Acadêmica; Biblioteca do Campus; laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

As Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão), que têm por finalidade planejar e avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, de pesquisa e extensão de natureza acadêmica, respectivamente, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, Técnico-administrativos em Educação e representantes discentes;

Coordenação Administrativa: Integrada pelo Coordenador Administrativo; Secretaria Administrativa; Setor de Orçamento e Finanças; Setor de Material e Patrimônio; Setor de Pessoal; Setor de Infraestrutura; Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do campus e o Setor de Frota e Logística.

2.2.1.1 Comissão e Coordenação de Curso

A Comissão de Curso composta pelos professores do curso tem por meta organizar reuniões periódicas para discutir, organizar, relatar e normatizar as demandas de cunho administrativo, cronograma para Tempo Comunidade e Tempo Universidade, socialização e avaliação das experiências nestes dois tempos, decidir sobre estágios supervisionados obrigatórios e deliberar sobre as proposições do NDE. As atribuições desta comissão são regulamentadas pelo Regimento Geral da UNIPAMPA e aprovadas pela Resolução n.º 5, de 17 de junho de 2010.

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p.26). É constituída por docentes que atuam ou

atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representante discente e técnico.

Destaca-se que as reuniões ordinárias ocorrem uma vez no mês e são organizadas no início de todo semestre a partir de um cronograma, a fim de que possa haver o planejamento e organização com ampla participação de todas e todos os/as envolvidos/as na comissão de curso.

A coordenação de curso é composta por um/a coordenador/a e um/a substituto/a, a qual é eleita democraticamente pelos docentes atuantes no curso, discentes e técnicos. Desse modo, a coordenação atual está constituída pela Professora Aniara Ribeiro Machado e a Professora Denise da Silva, conforme as portarias 158/2021 e 159/2021 publicadas no diário oficial.

Tabela 2: Coordenação Atual

Docente	Titulação	Graduação	Pós-graduação	Tempo Docência
Aniara Ribeiro Machado	Doutora	Física Licenciatura (UNIJUÍ)	Mestrado em	<u>Ed. Básica</u>
			Educação Científica e	6 anos
			Tecnológica (UFSC);	<u>Superior</u>
			Doutorado em	6 anos
Educação Científica e	<u>Unipampa</u>			
Tecnológica (UFSC)	6 anos			
				<u>Coordenação</u>
				1 ano
Denise da Silva	Doutora	Licenciatura em Química (UFSM)	Mestrado em	<u>Ed. Básica</u>
			Educação em Ciências	3 anos
			(UFSM);	<u>Superior</u>
			Doutorado em	9 anos
Educação em Ciências	<u>Unipampa</u>			
(UFSM)	7 anos			
				<u>Coordenação</u>
				2 anos

Fonte: Educação do Campo – Licenciatura UNIPAMPA

A atuação e o regime de trabalho da coordenadora e da coordenadora substituta atendem à demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, técnicos e conselho comunitário. Assim como, na relação com as demandas institucionais a partir da participação na Comissão Local de Ensino e Conselho de Campus.

O espaço de trabalho para a coordenação viabiliza as ações acadêmico-administrativas, com equipamentos adequados, atende às necessidades institucionais, permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

2.2.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme Art. 1º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (UNIPAMPA, 2015, p.1).

O NDE, com regimento próprio (apêndice D), é composto por, no mínimo, cinco docentes do curso Educação do Campo – Licenciatura, todos Doutores e Doutoradas, o qual se reunirá periodicamente para tratar das Normativas de avaliação do Tempo Universidade e do Tempo Comunidade; atualizações em ementas, conteúdos programáticos e bibliografias. As decisões aprovadas pelo NDE são encaminhadas para apreciação e deliberação da Comissão do Curso de Educação do Campo.

O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica, tendo as seguintes atribuições:

- Contribuir para a consolidação, reformulação e adequação do Projeto Pedagógico do curso;
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso e os objetivos gerais do curso;
- Contribuir com a (re)elaboração/(re)estruturação do Projeto Pedagógico do Curso e suas alterações, para aprovação pelos órgãos competentes;
- Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;

- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Participar das discussões relativas à distribuição e definição de perfil profissional para alocação de vaga docente, redistribuição e remoção de docente;
- Propor à Comissão de Curso providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino, com acompanhamento contínuo de avaliação a cada semestre de acordo com as orientações da CPA;
- Sugerir questões de ordem didática, científica e administrativa necessárias ao desenvolvimento pleno do Curso, analisar os planos de ensino das disciplinas que integram a matriz curricular do Curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino, pesquisa, extensão e culturais;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de professores;
- Planejar e promover a autoavaliação do curso em relação ao desenvolvimento da proposta pedagógica, dos componentes curriculares, aproveitamento discente e demais questões necessárias para a qualificação do curso, bem como observar as questões relacionadas à avaliação do MEC e sugestões advindas da Comissão Própria de Avaliação – CPA.

2.2.1.3 Conselho Comunitário

Os cursos de Educação do Campo surgiram no Brasil como produto da luta pela Reforma Agrária, mais especificamente a partir da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, com objetivo precípuo de garantir aos camponeses o acesso à educação formal em todos os níveis de ensino. Porém, como lembra Santos (2012, p. 631-632), trazendo alguns avanços em relação a simples oferta de formação, dado que garantiu às comunidades a possibilidade de realizar mudanças nos projetos educacionais das instituições de ensino em que foi implementada, possibilitando ainda a ressignificação dos conteúdos e metodologias dos processos educacionais, por meio dos princípios da participação das

comunidades e multiplicação dos espaços de formação para os formadores da Educação do Campo.

Da mesma forma, destaca a autora que o próprio Manual de Operações do PRONERA destaca três princípios orientadores para o programa: a) diálogo: relaciona-se a uma dinâmica de aprendizagem-ensino que assegure o respeito à cultura do grupo, a valorização de seus saberes e a produção coletiva do conhecimento; b) práxis: a base do processo educativo está no movimento ação-reflexão-ação, de forma que ações sociais concretas embasem o aprofundamento teórico e permitam uma atuação transformadora da realidade; c) transdisciplinaridade: assegurando que os processos educativos contribuam para a articulação entre os conteúdos; saberes locais, regionais e globais e as necessidades e potencialidades dos sujeitos das comunidades; d) equidade: garantia de articulação com as demandas dos setores públicos federais, estaduais e municipais, a fim de haja o diálogo entre educação, inclusão social, desenvolvimento, redução das desigualdades e promoção da igualdade de gênero.

Da mesma forma, a gestão democrática do ensino público constitui um princípio previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Não obstante, a Gestão Democrática dos Espaços Escolares também é destacada no Parecer CNE/CEB nº 36/2001 (BRASIL, 2001) e no Parecer CNE/CEB nº 01/2006 (BRASIL, 2006).

Tais pressupostos, inerentes a constituição da Educação do Campo no Brasil, permanecem vivos quando são publicados a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3/4/2002, o Decreto 7352/2010 e a portaria MEC nº 86/2012, que respaldam o surgimento e a institucionalização das Licenciaturas em Educação do Campo (LEDoCs) no Brasil; bem como estão contemplados no Edital de Seleção nº 02/2012 SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012, a partir do qual nasceu o Curso de Educação do Campo, do Campus Dom Pedrito da Unipampa.

Neste cenário, o Conselho Comunitário do curso de Educação do Campo se constitui tanto como resposta a um compromisso histórico das LEDoCs com os camponeses que lutaram para sua construção, quanto um espaço para garantir o princípio constitucional da gestão democrática dos espaços escolares, tal como citado nas referidas legislações, bem como para assegurar a participação das comunidades

no curso, assegurando assim que a Educação que se está construindo nos bancos universitários continue sendo “do” Campo. Desta forma, constituem objetivos do Conselho Comunitário do Curso de Educação do Campo:

- Garantir o cumprimento das legislações e do próprio compromisso institucional da Unipampa e do Curso de Educação do Campo com a gestão democrática dos espaços escolares;
- Resguardar o compromisso histórico da Educação do Campo com os povos e comunidades camponesas que lutaram pela sua construção;
- Consolidar um espaço de participação das comunidades camponesas na gestão do curso de Educação do Campo e dos próprios espaços escolares de atuação da mesma;
- Promover um ambiente de interlocução entre saberes acadêmicos e tradicionais;
- Garantir que as comunidades camponesas tragam consigo suas epistemologias, ressignificando as práticas de ensino e pesquisa nos espaços universitários;
- Respalda os compromissos assumidos pela Unipampa diante das comunidades que justificam a existência do curso.

Para isso, ficou definido que o Conselho Comunitário do Curso de Educação do Campo, da Unipampa, terá sua composição definida pelos seus pares e abarcando representações dos diferentes territórios de atuação do Curso. Da mesma forma, espera-se que o Conselho Comunitário participe de forma ativa das discussões e decisões referentes à organização do curso. No que tange a curricularização da extensão, entende-se o Conselho Comunitário como espaço privilegiado para construção e execução conjunta de ações, projetos, cursos e/ou programas desenvolvidos pelo curso na implementação desta carga horária.

Os encontros do Conselho Comunitário ocorrerão de maneira ordinária com periodicidade mínima anual, podendo a presidência deste conselho, eleita pelos próprios pares, convocar reuniões extraordinárias a qualquer tempo. Não obstante, a presidência do Conselho Comunitário deve ocupar assento na Comissão do Curso de Educação do Campo, dialogando sobre a gestão do curso e prezando para que o mesmo mantenha uma atuação articulada às demandas dos territórios, povos e comunidades do campo, das águas e das florestas que justificam sua existência.

Nestes termos, a partir da composição do Conselho Comunitário espera-se tanto honrar um compromisso histórico com os povos e comunidades camponesas que lutaram e deram suas vidas no processo de luta pela conquista deste espaço no âmbito das universidades, quanto cumprir as diretrizes democráticas da gestão

educacional previstas nos documentos legais. Não obstante, ao garantir a participação efetiva das comunidades nos processos decisórios da Universidade, bem como incorporando suas epistemologias às formas de construir os processos educacionais e de fazer pesquisa, cumprem também o Curso de Educação do Campo e a Unipampa seu projeto institucional de compromisso com o desenvolvimento das regiões em que está inserida (UNIPAMPA, 2019).

2.2.2 Funcionamento do Curso

Nesse item, são descritos os processos que envolvem a seleção, vagas, matrícula, calendário acadêmico, os quais implicam no funcionamento do curso.

2.2.2.1 Titulação conferida

Licenciado(a) em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza.

2.2.2.2 Processo seletivo

Processo seletivo específico em períodos determinados pelo calendário da UNIPAMPA, respeitando as seguintes prioridades:

- Garantir a formação inicial de professores em exercício nas escolas do campo⁷ que não possuem o Ensino Superior⁸;
- Funcionários lotados em escola do campo;
- Moradores de comunidades do campo e
- Interessados em formação voltada para o campo.

O processo seletivo será realizado por meio de edital específico. A comissão de seleção será formada por professores/as do curso, deliberada na Comissão de Curso da Educação do Campo.

2.2.2.3 Oferta de Vagas, Ingresso e Regime de Matrícula

Serão ofertadas 50 vagas anuais, sendo possível um ingresso por ano com o

⁷ São consideradas escolas do campo aquelas que têm sua sede em espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural e, mais amplamente, aquelas escolas que mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas, atendem população de municípios cuja reprodução social e cultural está majoritariamente vinculada ao trabalho no campo (Decreto nº 7.352, artigo 1º, § 1º, Inciso II, de 4 de novembro de 2010).

⁸ Consoante a orientação do PRONACAMPO, disponível [nesse link](#).

total de vagas ou dois ingressos, em que as vagas ofertadas atendam o total mencionado.

2.2.2.6 Período de realização do curso

O ano letivo do curso é dividido em dois períodos, o Semestre Verão e o Semestre Inverno. Estes períodos estão organizados pelo regime de alternância, sendo que em cada semestre ocorrerá o Tempo Universidade – TU e Tempo Comunidade – TC. No Semestre Verão, o TU ocorrerá nos meses de janeiro e fevereiro e o TC nos meses de março, abril e maio. No Semestre Inverno, o TU ocorrerá nos meses de julho e início de agosto e o TC nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro. No TU, o curso funcionará em período integral. No TC, os estudantes cumprirão a carga horária prevista de acordo com a dinâmica da comunidade e do cronograma das atividades previstas em cada semestre.

2.2.2.7 Calendário acadêmico

As atividades do curso estão previstas no calendário acadêmico da UNIPAMPA, aprovado anualmente pelo CONSUNI, considerando as especificidades da Educação do Campo e do Regime de Alternância.

2.2.3 Formas de Ingresso

O Curso Educação do Campo realiza processos seletivos específicos em períodos determinados pelo calendário da UNIPAMPA, respeitando as prioridades descritas no item 2.2.2.2 Processo Seletivo.

Serão ofertadas 50 (cinquenta) vagas anuais. A UNIPAMPA divulgará edital de seleção específico para seleção dos acadêmicos da Educação do Campo, onde constarão as condições de inscrição, prazos e as etapas do processo seletivo.

O ingresso nos demais cursos da universidade ocorre por meio do Processo Seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ingresso no curso Educação do Campo poderá ocorrer também por uma das seguintes modalidades:

- Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);

- Reopção: forma de mobilidade acadêmica condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, poderá transferir-se para outro curso de graduação desta Universidade. A mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes;
- Processo seletivo complementar (PSC):
- Reingresso: ingresso de ex-discente da UNIPAMPA, em situação de abandono ou cancelamento de curso há menos de 02 anos;
- Transferência voluntária: ingresso de discente regularmente matriculado ou com trancamento de matrícula em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), que deseje transferir-se para esta Universidade;
- Portador de Diploma: forma de ingresso para diplomados por outra IES, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma da lei;
- Transferência compulsória (ex officio): forma de ingresso concedida ao servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo;
- Regime especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos, é concedida para portadores de diploma de curso superior, discente de outra IES e portador de certificado de conclusão de ensino médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da instituição;
- Programa estudante convênio: matrícula destinada à estudante estrangeiro mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados;
- Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional: permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares da UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado pelo convênio assinado entre as Instituições;

- Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros campi;
- Matrícula Institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal n.º 89.758, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84;

Ainda, em atendimento ao disposto na Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria n.º 18, de 11 de outubro de 2012, a UNIPAMPA oferta 25% (vinte e cinco por cento) das vagas de cada curso para as ações afirmativas L1 e L2; 25% (vinte e cinco por cento) para as ações afirmativas L3 e L4; 3% (três por cento) para a ação afirmativa A1 e 47% (quarenta e sete por cento) para a ampla concorrência.

- I - estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita:
 - a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas; (ação afirmativa L2)
 - b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (ação afirmativa L1).
- II - estudantes egressos de escolas públicas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita:
 - a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas; (ação afirmativa L4)
 - b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (ação afirmativa L3).
- III - estudantes com deficiência; (ação afirmativa A1)
- IV - estudantes que independente da procedência escolar, renda familiar ou raça/etnia (denominada ampla concorrência ou AC).

2.3 Organização Curricular

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023), o curso de Educação do Campo, assim como os demais da UNIPAMPA, tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a assegurar que o egresso tenha um perfil adequado às exigências atuais do mundo do trabalho, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-

administrativa articulada e contextualizada.

A proposta de organização da estrutura curricular, que deverá ser cumprida integralmente pelo/a estudante, busca estabelecer relações harmônicas e equilibradas entre o eixo orientador do curso — Educação do Campo —, o eixo articulador e os eixos temáticos, levando-se em consideração a inter-relação destes eixos com as atividades do Tempo Universidade e do Tempo Comunidade em cada semestre.

Assim, além dos componentes curriculares obrigatórios, o aluno poderá participar de componentes curriculares complementares de graduação – CCCG. Na busca de ampliação do seu currículo, em vivências acadêmicas internas ou externas ao curso, o/a acadêmico/a é incentivado/a a participar de atividades de pesquisa, com vistas a incorporar novos conhecimentos para o desempenho de sua atividade profissional futura. As atividades de extensão, desde este PPC, passam a ser curricularizadas, ainda que a participação em outras ações extensionistas seja estimulada.

2.3.1 Marco Metodológico

A proposta metodológica do curso se baseia em eixos que objetivam garantir a transversalidade e a interdisciplinaridade da formação. Desta forma, o eixo orientador visa a responder ao desafio da complexidade do seu próprio objeto de estudo, ou seja, a necessidade de encontrar indicativos conceituais e metodológicos para oferecer formação docente contextualizada e consistente, tornando-se um sujeito capaz de propor e implementar as transformações político-pedagógicas necessárias à rede de escolas que hoje atendem a população que trabalha e vive no e do campo.

Este caráter complexo do desafio da formação humana em Educação do Campo fundamenta-se, por sua vez, na concepção de que o campo é território de produção de vida, de produção de novas relações sociais, de novas relações entre os homens e a natureza, de novas relações entre o rural e o urbano. A partir daí, faz-se necessária uma concepção filosófica e teórica que permita articular o pensar e o fazer pedagógico com a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável das comunidades do campo.

O eixo articulador engloba as grandes dimensões da formação: docência,

pesquisa, política e gestão. Estas dimensões funcionarão transversalmente, isto é, atravessaram todo o percurso curricular, atendendo a formação e evitando fragmentações. Este eixo orienta a formação pretendida em diversos componentes, estando mais presente em alguns, mas de forma geral ao considerar as ementas e os objetivos de cada componente curricular os/as docentes devem considerar que o/a educador/a do campo deve estar preparado/a para, além da docência em sala de aula, ser capaz de participar ativamente da gestão de processos educativos na escola e em outros espaços educativos.

A dimensão de formação para docência orienta conhecimentos necessários para atuar nas Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental e no ensino Médio (Biologia, Física e Química), nas escolas do campo, com condições teóricas e metodológicas de realizar articulações com os diferentes conhecimentos da área específica.

A dimensão formação para pesquisa tem como propósito contribuir para a formação de um/a professor/a pesquisador/a e reflexivo/a, criando a possibilidade de que o curso além de contribuir diretamente para a construção de uma escola que possa responder à demanda imediata da escolarização do campo, também construa espaços de pesquisa, intervenção e produção de experiências inovadoras.

Para que o curso dê conta do eixo pesquisa, caracterizamos os componentes curriculares de Trabalho Final de Graduação I e II como um momento na trajetória formativa capaz de sistematizar os conhecimentos vivenciados ao longo dos semestres, na relação entre teoria e prática a partir da realidade das comunidades de origem dos/as estudantes. Este componente pressupõe construir conhecimentos sobre si mesmo, sobre os sujeitos da comunidade e sobre as formas como estes se relacionam, sobre as necessidades da comunidade e estratégias de intervenção, mediados pelos conhecimentos na área de Ciências da Natureza e da educação do campo.

A pesquisa também estará caracterizada no planejamento, desenvolvimento e participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão. O curso baseia-se na investigação como uma possibilidade de reflexão sobre os fenômenos estudados nas áreas das Ciências da Natureza, buscando fazer com que acadêmicos/as construam competências e habilidades para questionar, explicar, rever e reconstruir seus

conceitos referentes a esses fenômenos.

Da mesma forma, pretende-se que o curso possibilite ao egresso condições de que a partir de sua própria prática, reatualize permanentemente a formação teórica. Esta concepção de práxis exige a capacidade da pesquisa, não apenas em seu sentido acadêmico, mas como “professora pesquisadora” (Esteban e Zaccur, 2002) de sua própria prática, que busque respostas para as questões que enfrentará em sua ação cotidiana, superando a dicotomia prática/teoria enquanto categorias estanques. Por fim, outra dimensão necessária à ação do (a) educador (a) do campo é a formação política, ou seja, a capacidade de pensar, decidir e agir criticamente sobre as situações em que se defrontam durante sua ação.

A dimensão formação política destaca a importância dos/as educadores/as conhecerem as políticas de educação e compreenderem suas implicações organizacionais e pedagógicas. Este eixo constitui-se num princípio do fazer pedagógico, para que os futuros profissionais diante desse desafio possam atuar com postura ética e profissional, contribuindo para a democratização da Educação Básica.

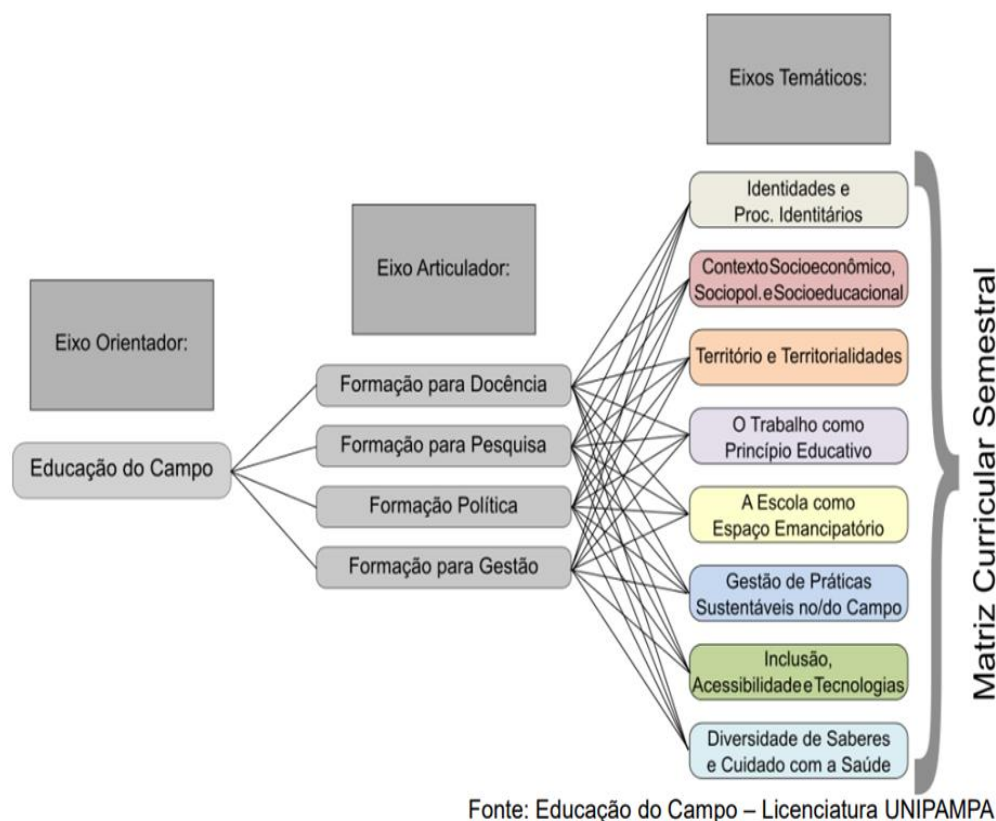
A dimensão formação para a gestão surge de uma necessidade de profissionais qualificados que deem conta da cultura do campo, das mudanças da legislação sobre Educação do Campo e de aspectos constitutivos das singularidades do meio rural brasileiro. É fundamental compreender e vivenciar conceitos como autonomia, democracia, liberdade de expressão e opinião, decisões coletivas e compartilhadas.

A gestão envolve duas instâncias: a escolar e a de espaços educativos comunitários. A gestão de processos educativos escolares envolve a discussão e a construção do projeto pedagógico, regimento escolar, conselho de classe e a organização do trabalho escolar nas escolas do campo. A gestão de espaços educativos comunitários discute temas relacionados ao associativismo, cooperativismo, sustentabilidade, baseados nas relações de colaboração e de bem comum de uma comunidade e o apoio a projetos de desenvolvimento comunitário sustentável, com base na agroecologia, em escolas e comunidades do campo.

Para dar conta da complexidade interdisciplinar, a cada semestre elaborou-se um eixo temático, composto por componentes curriculares que contemplarão

temáticas comuns e relativas à sua área de conhecimento. Desse modo, entende-se que a organização curricular se apresentará como estratégia que possibilite práticas interdisciplinares investigativas associadas ao tripé ensino-pesquisa-extensão.

Figura 1: Matriz Integrativa do Curso



Tendo em perspectiva esta proposta de organização curricular, os pressupostos metodológicos fundamentam-se a partir do parágrafo 4º, do Art.13, da Resolução CNE/CP nº 02/2019, a qual prevê que

Para o curso de formação de professores nos anos finais do Ensino Fundamental, e do Ensino Médio, as 1.600 horas, para aprofundar e desenvolver os saberes específicos, podem ser ofertadas, de acordo com a organização curricular, do seguinte modo: componentes curriculares, componentes interdisciplinares ou áreas de estudos, nos termos do respectivo Projeto Pedagógico do Curso (BRASIL, 2019, p.8-9).

Sob tal pressuposto da possibilidade do trabalho interdisciplinar, a metodologia de ensino-aprendizagem deverá se pautar para a orientação docente sob as seguintes concepções:

- O ensino visando à aprendizagem do aluno;
- O acolhimento e o trato da diversidade;
- O exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- O aprimoramento em práticas investigativas;
- A elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- O uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- O desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

2.3.1.1 Pedagogia da Alternância e Organização do Trabalho Pedagógico

Os debates sobre a pedagogia da alternância surgem no Brasil em 1969. Pessotti (1978), ao descrever a experiência das Escolas Família Agrícola, do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, pontua que herdamos o modelo francês, que por sua vez, fora influenciado pela experiência norte-americana nos anos de 1906. Tendo como princípio a alternância entre Escola e Trabalho, incorpora-se ao Ensino Superior com o desafio de proporcionar tempos e espaços de formação acadêmica que sejam capazes de garantir a produção do conhecimento científico, a formação cidadã e o vínculo com o território, especialmente através da interiorização do ensino, da manutenção, das reaberturas e da ampliação de escolas no interior do país.

Isso posto, e considerando a ampla abrangência dos espaços atendidos pelo Curso de Educação do Campo, bem como a pluralidade de configurações territoriais que daí desprende-se, a organização das temporalidades que configuram o currículo será pautada pelo viés regional. Com base nisso, o Tempo Universidade – TU, possui um caráter seriado, voltado para os conhecimentos que fundamentam o eixo do semestre, enquanto o Tempo Comunidade – TC desenvolve-se de forma multisseriada, estruturado pelas demandas locais, pelas territorialidades e pelo diálogo entre diferentes eixos, de semestres distintos.

Cabe ressaltar que o trabalho pedagógico, no regime de alternância, se organiza em Tempo Universidade, desenvolvido nos meses de janeiro, fevereiro e julho (eventualmente adentrando no início de agosto) no Campus de Dom Pedrito e configura-se como um momento no qual os/as educandos/as possuem aulas teóricas e práticas com o grupo de docentes efetivos do curso, além de participarem (discentes e docentes) de atividades culturais.

Aquelas/es estudantes que se deslocam de suas comunidades de origem e convivem em tempo integral durante o TU, exercitam a capacidade de auto-organização que compreende: organização do ambiente de aprendizagem, trabalhos em grupo, resolução de exercícios, leituras. Nesta dinâmica coletiva, cada acadêmica/o tem seu tempo individual organizado conforme suas prioridades.

Já o Tempo Comunidade caracteriza-se como espaço-tempo interdisciplinar quanto às aprendizagens acadêmicas, vivências comunitárias e práticas de extensão universitária. Para fins de organização do trabalho pedagógico, a cada semestre letivo, é realizado um levantamento da origem de cada estudante, para fins de planejamento do TC por regionalidade. Acadêmicas/os oriundos de municípios próximos terão aulas conjuntas, independentemente do semestre em que estiverem matriculados. Para cada regionalização, será designado um grupo de docentes, contemplando diversidade de formação, sendo que cada equipe deverá ser formada, preferencialmente, por ao menos um docente da área das ciências da natureza e um docente da área das ciências humanas.

Deste modo, as aulas de Tempo Comunidade são acompanhadas pelo corpo docente do Curso, sendo o planejamento geral efetuado no início do semestre e aprovado em Comissão de Curso. Cada componente curricular dedica um terço de sua carga horária para as atividades na comunidade, o que corresponde, para a maioria das componentes curriculares, 15h (um crédito). Durante o Tempo Universidade, são realizados encontros de planejamento com os estudantes pertencentes a cada regionalização, com vistas a definir as comunidades nas quais acontecerão as aulas, bem como as temáticas prévias que são identificadas no diálogo entre os eixos temáticos que configuram cada semestre. Assim, tanto o planejamento do coletivo de docentes quanto o planejamento formulado junto aos estudantes, definem o caráter da prática multisseriada.

A multisseriação, embora vista como elemento de precarização na educação básica, tem sido amplamente discutida no contexto da educação popular, como possibilidade de troca, de produção de conhecimento a partir da heterogeneidade cultural, de saberes e experiências (ARROYO, 2001; HAGE, 2011).

Surge, ainda, como um movimento que ocupa o lugar marginalizado dado pela antiga educação rural e busca subvertê-lo a partir da lógica comunitária, da produção

da territorialidade e da ruptura com as percepções fragmentadas dadas pela ciência eurocêntrica.

Vislumbrando essas possibilidades de tempos alternados, que estejam de fato vinculados à produção material de existência de povos e comunidades do interior, é que organizamos, para o Tempo Comunidade, um trabalho interdisciplinar e multisseriado. Contudo, os componentes de Comunicação em Libras, Estágios Curriculares e de Trabalho Final de Graduação I e II, em função de suas especificidades de conteúdo programático e de carga horária, não terão TC multisseriado. Nestes casos, o Tempo Comunidade será acompanhado pelos mesmos docentes que desenvolvem o Tempo Universidade.

O registro do plano de estudos e das atividades desenvolvidas no TC, assim como do TU, é feito no Caderno de Alternância (um dos instrumentos de avaliação do curso). Dessa forma, a organização do trabalho pedagógico do Curso de Educação do Campo, no TC, considera:

- Regionalização dos discentes;
- Estímulo do trabalho cooperativo em grupo;
- Conhecimento das escolas do campo e de outros espaços educativos da comunidade;

A integração entre os dois tempos educativos (TU e TC) ocorre por meio da vivência materializada no caderno alternância, em que os educandos articulam os conhecimentos dos diversos tempos e as aprendizagens nos diversos “espaços-tempos” da vida. Para tanto, é um esforço para pensar outras dimensões do conhecimento, que não está só na sala de aula e, muito menos, é ensinado apenas pelo/a professor/a, conforme destacado no item 1.4.5 “Marcos legais – Pedagogia da Alternância”.

O desafio do curso, ao propor a unidade entre vida e universidade, é possibilitar o fim da cisão entre o pensar e o fazer. Por isso, tanto no TU quanto no TC, a materialidade do pensamento e da ação estão presentes. Para tanto, as pesquisas propostas nos projetos realinham, costuram, unem os conhecimentos teóricos com a leitura da realidade e a leitura da realidade com o conhecimento teórico.

O Regime de Alternância se inscreve em um paradigma de organização curricular, que causa desconforto à normalidade acadêmica, estranhamento e a

exigência de novas normatizações; situação esta que não deveria ocasionar estranheza, afinal, é da vida que são extraídos os conceitos, os conteúdos e as formas de ensiná-los. A separação entre conhecimento escolar e os assuntos da vida é arbitrária e tem servido apenas para uma determinada forma de organizar e transmitir o conhecimento, mas não é a única. A busca por outras práticas pedagógicas, que se vincule aos pressupostos acima expostos, é que fundamentam a perspectiva interdisciplinar e da unidade ensino, pesquisa e extensão propostas neste PPC.

2.3.2 Requisitos para integralização curricular

Para obter a integralização do currículo, a fim de passar pela formatura, o/a acadêmico/a deve: cumprir todos os componentes curriculares obrigatórios, inclusive os componentes curriculares de Práticas Pedagógicas e os Estágios Curriculares Supervisionados; cursar as 180 (cento e oitenta) horas de componentes curriculares complementares de graduação; comprovar o cumprimento de, no mínimo, 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares de Graduação, conforme disposto neste PPC e normatizadas em Regulamento específico; apresentar Trabalho Final de Graduação – TFG, obtendo aprovação, tal como especificado no Regulamento de TFG e, quando necessário, participar do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), considerado componente curricular obrigatório para integralização curricular, conforme o § 5º, do artigo 5, da Lei n.º 10.861/2004.

Na Tabela 3, é apresentada a distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares de Graduação, Atividades Curriculares de Extensão e Atividades Complementares de Graduação.

Tabela 3: Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

Modalidade da Atividade	Carga Horária
1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	2760
1.1 Trabalho Final de Graduação	90
1.2 Estágio Curricular Obrigatório	405
1.3 Prática como Componente Curricular (licenciaturas)	415

Modalidade da Atividade	Carga Horária
2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação	180
3. Atividades Complementares de Graduação	100
4. Atividades Curriculares de Extensão	360
4.1 Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	240
4.2 Atividades Curriculares de Extensão Específicas	120
*Total (soma dos itens 1, 2, 3 e 4.2)	3400

* Carga horária a ser registrada no sistema e-MEC.

2.3.2.1 Atividades Complementares de Graduação

As Atividades Complementares de Graduação – ACGs se caracterizam como atividades desenvolvidas pelo/a estudante, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente. Neste sentido, ressaltamos que a carga horária em ACGs deve ser cumprida de acordo com parâmetros legais, sendo de escolha dos estudantes em atividades extraclasse. Para os cursos de licenciatura, não há carga horária mínima, conforme a Resolução CNE/CP nº02/2019, a ser cumprida em ACGs, para tanto o curso de Educação do Campo – Licenciatura sugere no mínimo 100h visto o Art. 105 da Resolução nº 337/2022 do CONSUNI.

Cabe à Comissão de Curso analisar e definir no respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a carga horária mínima a ser cumprida pelo discente em ACG, como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau, considerando-se as diretrizes curriculares nacionais para cada curso e a carga horária mínima de 10% (dez por cento) nos grupos I, II e IV previstos no artigo 104. (NR)

Desse modo, as Atividades Complementares de Graduação poderão ocorrer fora do ambiente educacional, em várias modalidades, que poderão ser reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelas coordenações dos cursos, conforme previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

São critérios para serem considerados em atividades complementares:

- Atividades ou Componentes Curriculares cursadas em outras instituições ou em outros cursos, que poderão ser aproveitadas no currículo como CCCGs ou

ACGs;

- Atividades à distância, desde que as mesmas sejam oferecidas por órgãos ou instituições reconhecidas;
- Estágios voluntários que constituem uma modalidade de atividade acadêmica que tem sido estimulada desde que em consonância com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro 2008, que regulamenta a realização de estágios voluntários;
- Atividades de pesquisa, ensino e extensão que são desenvolvidas pelo curso Educação do Campo;
- Oferta dos componentes curriculares complementares distribuídos na proposta de integralização curricular sem a necessidade de pré e/ou com requisitos.

Tabela 4: Atividades Complementares de Graduação

Modalidade I: Atividades de Ensino			
Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Componentes curriculares do ensino superior	Áreas afins aos cursos	Carga horária do componente curricular	Comprovante de aprovação no componente curricular
Componentes curriculares do ensino superior	Outras Áreas	50% da carga horária do componente curricular	Comprovante de aprovação no componente curricular
Cursos de língua estrangeira	Qualquer idioma	Carga horária do curso (máximo de 120h)	Comprovante de aprovação
Cursos de informática	Cursos de informática	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante de aprovação
Monitoria	Monitoria	Máximo de 120h	Declaração do Orientador
Projetos de ensino	Participação na equipe de trabalho	Carga horária definida no projeto (máximo de 80h)	Declaração do professor responsável pelo projeto
Projetos de ensino	Participação como público-alvo	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificado
Cursos de aperfeiçoamento	Áreas afins aos cursos	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante / Certificado
Projetos ou Programas Institucionais de Iniciação à Docência	PIBID, PRP ou equivalentes	Máximo de 120h	Declaração da/do coordenador/a responsável

Modalidade I: Atividades de Ensino			
Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em eventos (apresentação de trabalho)	Áreas afins ao curso	Máximo de 120h	Comprovante ou certificado
Outras atividades de ensino		Conforme avaliação da Comissão de Curso	Comprovante / Certificado
Modalidade II: Atividades de Pesquisa			
Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em pesquisa e/ou iniciação científica	Projeto de pesquisa institucionalizado	Máximo de 100h	Declaração do orientador
Publicação ou coautoria de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico com comissão editorial	Publicação Nacional e Internacional	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite
Apresentação/publicação de trabalho completo publicado em evento	Evento Nacional e Internacional	40h	Anais de publicação do trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Nacional e Internacional	20h	Anais de publicação do trabalho
Resumo publicado em evento	Evento Nacional e Internacional	10h	Anais de publicação do trabalho
Publicação de artigo de opinião, assinado, em periódico de divulgação popular, jornal ou revista não-científica	Áreas afins ao curso	5h	Cópia do artigo publicado
Publicação/organização de livro	Áreas afins ao curso	50h	Cópia da capa do livro ou da folha de rosto que conste os nomes dos autores
Publicação de capítulo de livro com autoria ou coautoria	Áreas afins ao curso	40h	Cópia da ficha catalográfica, do sumário e da página inicial do capítulo
Participação em evento (congressos, simpósios, palestra, dias de campo, seminário, semana	Áreas afins ao curso	Metade do tempo efetivamente comprovado de frequência	Certificado de participação do evento, com comprovação das horas

Modalidade II: Atividades de Pesquisa			
Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
acadêmica, ciclos de palestras e outros)			
Participação em comissão organizadora de eventos		Carga horária total do evento	Declaração assinada pelos demais organizados do evento
Outras atividades de pesquisa		Conforme avaliação da Comissão de Curso	Cópia do trabalho publicado ou Comprovante ou Atestado
Modalidade III: Atividades de Extensão			
Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em projetos de extensão	Projeto de extensão institucionalizado	Máximo de 100h	Declaração do orientador
Estágios extracurriculares	Estágio não obrigatório	Máximo de 120h	Contrato e certificado com descrição das atividades desenvolvidas
Ministração de cursos e minicursos	Curso ministrado	Máximo de 80h	Comprovante ou certificado
Participação em eventos (apresentação de trabalho)	Áreas afins ao curso	Máximo de 120h	Comprovante ou certificado
Apresentação de trabalhos em eventos (pôster ou comunicação)	Áreas afins ao curso	10h por apresentação (máximo de 60h)	Comprovante ou certificado
Organização de eventos ou monitorias em eventos	Eventos da UNIPAMPA	20h (máximo de 60h)	Comprovante e descrição das atividades
Organização de eventos ou monitorias em eventos	Eventos externos	10h (máximo de 30h)	Comprovantes e descrição das atividades
Participação como palestrante	Áreas afins ao curso	10h por palestra (máximo de 20h)	Comprovante ou certificado
Representação em órgãos colegiados	Representação em órgãos colegiados	2h por reunião (máximo de 30h)	Comprovante ou certificado
Outras atividades de extensão		Conforme avaliação da Comissão de Curso	Comprovante ou certificado

Modalidade IV: Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão			
Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Atuação em atividades culturais como místicas, exposições, declamações, apresentações artísticas, encenações etc.	Eventos da UNIPAMPA	Até 2h por apresentação (máximo de 30h)	Comprovante ou certificado
Atuação em atividades culturais como místicas, exposições, declamações, apresentações artísticas, encenações etc.	Eventos externos	1h por apresentação (máximo de 20h)	Comprovante ou certificado
Organização de atividades culturais	Eventos da UNIPAMPA	Até 10h por atividade (máximo de 40h)	Comprovante ou certificado
Organização de atividades culturais	Eventos externos	Até 5h por atividade (máximo de 20h)	Comprovante ou certificado
Organização de atividades de caráter social	Organização de atividades de caráter social	10h por atividade (máximo de 40h)	Comprovante ou certificado
Outras atividades culturais		Conforme avaliação da Comissão de Curso	Comprovante ou certificado

2.3.2.2 Trabalho Final de Graduação

O Trabalho Final de Graduação – TFG constituir-se-á em produto de pesquisa, a ser construído por parte do estudante no decorrer da experiência formativa da graduação. As bases teóricas e metodológicas serão propiciadas por todos os

componentes curriculares, especialmente os componentes de Prática Pedagógica em Educação do Campo I, II, III, IV, V e VI; Metodologia da Pesquisa Científica e Trabalho Final de Graduação I e II.

Desse modo, o TFG apresentará a significância do curso para o discente-autor, narrando, apresentando, argumentando e explicando os processos, produtos e investigações que, ao longo do curso, foram contribuindo para sua formação docente em Educação do Campo e Ciências da Natureza. As normas que regem esse trabalho de conclusão, pré-requisitos para matrícula, critérios de avaliação entre outras, estão discriminadas em regimento específico o qual se baseia na Resolução do Consuni/Unipampa nº 328, de 04 de Novembro de 2021 conforme o Apêndice A.

2.3.2.3 Estágios Obrigatórios

O Estágio Curricular Supervisionado deverá ocorrer em articulação com o sistema público de educação básica, seguindo o disposto na Lei n.º 11.788/2008, referente ao estágio de estudantes; na Resolução CONSUNI/UNIPAMPA 329/2021 e a Instrução Normativa nº213/2019; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial, em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura), e para a formação continuada.

Nestes termos, conforme previsto na Resolução CNE/CP 02/2019, o estágio curricular supervisionado é componente obrigatório do currículo das licenciaturas, configurando-se em uma atividade estreitamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Diante disso, considera-se o estágio supervisionado, no âmbito UNIPAMPA, como espaço-tempo privilegiado na formação acadêmico-profissional dos futuros professores. Configura-se como um articulador de conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do curso de graduação e dos saberes e fazeres necessários à atuação docente crítica e reflexiva.

Para sua execução, no Curso de Educação do Campo, o estágio supervisionado possui carga horária específica de 405 (quatrocentas e cinco) horas distribuídas a partir do quarto semestre. Os componentes específicos que o comportam são denominadas na matriz curricular como “Estágio Curricular

Supervisionado”, constituindo-se em espaços para a consolidação de habilidades e competências docentes.

Para privilegiar a formação investigativa, os estagiários serão orientados a registrar no Caderno de Alternância, nos componentes curriculares de estágio, acontecimentos das aulas observadas ou ministradas. Este material se constitui, a princípio, em um instrumento de formação docente e, posteriormente, em um objeto de análise para a produção do relatório de conclusão de estágio.

Os componentes de estágio também preveem a familiarização do estagiário com a elaboração de planejamentos didáticos, através da produção e discussão de planos e/ou projetos de ensino que considerem as peculiaridades socioculturais do contexto em que se realiza a prática pedagógica.

Devido à natureza dos componentes curriculares de estágio e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados pela avaliação proposta, não serão previstas atividades de recuperação semelhantes àquelas tradicionalmente empregadas em outros componentes curriculares. O aluno que não for aprovado poderá, através de requerimento fundamentado e dirigido à Coordenação do Curso, requerer revisão da nota obtida, conforme o estabelecido nas Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA. A normatização dos Estágios Curriculares Supervisionados constará em regulamento específico, o qual disporá ainda sobre os pré-requisitos necessários para a matrícula e realização desses componentes, bem como sobre regime de orientação e supervisão (Apêndice B).

Quanto aos estágios não obrigatórios serão considerados aqueles desenvolvidos como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, conforme Resolução 329/2021 da UNIPAMPA.

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021 dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa. De acordo com o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei nº11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme o Art. 4º, da Resolução 329, “O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso”:

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.

§ 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

O estágio objetiva a contextualização curricular, o aprendizado técnico e o desenvolvimento de competências próprias à futura atividade profissional do educando, visando o seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

2.3.2.4 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular – PCC segue compondo parte da carga horária dos cursos de formação de professores, como previsto na resolução CNE/CP 02/2019 que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica. De acordo com essa resolução, é preciso que o curso organize 415 horas de PCC, distribuídas ao longo do curso desde seu início. Esse montante corresponde à metade das 800 horas que a trajetória formativa deve dedicar à prática pedagógica, complementando a outra metade atribuída ao estágio supervisionado.

A PCC tem sido debatida como atividade fundamental na formação de professores há, pelo menos, duas décadas. O parecer CNE/CP 28 de 2001 já abordava o tópico, enfatizando, dentre outros elementos, o papel deste tipo de prática na formação da identidade do professor como um educador, correlacionando prática e teoria em um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente educativo.

Para além da sala de aula e do ambiente escolar, a PCC deve envolver os estudantes em articulação com órgãos normativos e executivos dos sistemas

educacionais, mas também com agências educacionais não escolares, tais como entidades de representação profissional. Reforça-se aqui uma perspectiva de compreensão do professor como profissional da educação, inserido nas dinâmicas próprias da conjuntura política que, em um contexto de acirramento da perspectiva neoliberal, pressiona o investimento público, rebaixa a importância de serviços como saúde e educação de forma a precarizar o trabalho docente.

Em consonância com os pressupostos da Educação do Campo, que organiza a escola para fortalecer os modos de vida e trabalho das populações do campo, em sinergia com forças políticas ligadas à Agroecologia como base para o desenvolvimento rural sustentável, o exercício da PCC, segundo o mesmo parecer de 2001, deve destacar o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do ethos dos alunos e da matriz sociocultural na qual estão inseridos.

Este projeto pedagógico de curso, alinhado com o artigo 1º da LDB, artigo que também orienta a PCC, está organizado para que se tenha uma concepção de educação que abrange os processos formativos desenvolvidos na família e na comunidade, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais, nas demais organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Ou seja, a prática como componente curricular deve estimular a dimensão formativa da Educação do Campo na qual se compreende que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social que se desenvolve nas regionalizações de origem dos estudantes.

Levando-se em conta a curricularização da extensão efetivada nesse projeto pedagógico, fica evidente a importância que a PCC tem na complementação de seus objetivos. A realidade das comunidades do campo, por ser objeto de estudo e sistematização dos esforços de extensão e ponto de partida para o planejamento das práticas pedagógicas, deve orientar o caráter propositivo destas no conjunto dos componentes curriculares, em cada eixo temático do curso. A pretendida relação dialética entre prática e teoria, através do exercício da PCC, dessa maneira, deve ser facilitada pelas ações extensionistas.

O conjunto das características descritas nos parágrafos anteriores deixa claro que a formação de educadoras/es percorre um itinerário formativo que não pode

confundir-se com aquele necessário em cursos de bacharelado. Da mesma forma, a PCC contribui para que não se cometa o erro de idealizar que o espaço da prática esteja reservado ao estágio e que a teoria se restringe à sala de aula.

No curso de Educação do Campo, às 415 horas de PCC estão diluídas de forma equilibrada entre seus oito semestres. Em cada um deles, nos quais eixos temáticos estão definidos, a carga horária de PCC concentra-se nos componentes curriculares responsáveis pela organização teórico-prática do eixo. Em geral, estes componentes são denominados de Práticas Pedagógicas em Educação do Campo, tendo em seu nome a complementação do tema de cada eixo, tal como no terceiro semestre: “Prática Pedagógica em Educação do Campo – Território e Territorialidade”.

Articulada com as atividades curriculares de extensão, com o regime de alternância e com os estágios supervisionados, a PCC tem, portanto, a tarefa de compreender a matriz sociocultural das comunidades do campo, avaliar os elementos que fortalecem a permanência das populações no campo com qualidade de vida e tornar objeto de conhecimento escolar suas práticas, técnicas, costumes, comportamentos, tecnologias, etc. O fortalecimento do Conselho Comunitário do curso ao longo dos últimos anos pode cumprir papel fundamental no acompanhamento e avaliação das estratégias didático-pedagógicas que resultem das PCCs, assim como de outras práticas educativas elaboradas pelos estudantes do curso em seus territórios.

2.3.2.5 Plano de integralização da carga horária

Ainda em relação ao Plano de integralização da carga horária, é necessário considerar alguns pontos. Em relação aos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (constam em matriz curricular exclusiva) é necessário que cada estudante obtenha aprovação em ao menos 180 (cento e oitenta) horas/aula entre os componentes ofertados ao longo do curso.

Eles objetivam oferecer, de maneira flexível e diversificada, possibilidades de aprofundamento de estudos em Educação do Campo aos acadêmicos em processo de formação docente. Para desenvolvimento destes componentes curriculares, os docentes do curso serão convidados a elaborar componentes distintos daqueles que constam na matriz obrigatória, mas com afinidades ao eixo do semestre em questão.

Outras propostas de CCCGs deverão ser aprovadas pela Comissão de Curso, antes da abertura do período de matrículas e registro de oferta de componentes dentro da UNIPAMPA.

Para efeitos de matrícula no semestre, observar-se-á, como requisitos mínimos, a matrícula em componentes cuja soma de carga horária seja de pelo menos 180 horas/aula. É importante que o(a) estudante leve em consideração que o prazo máximo de integralização para o curso Educação do Campo é de 16 semestres ou 8 anos.

Em relação à carga horária máxima no semestre, observa-se o direito de inscrição, em componentes não concomitantes, desde que a carga horária total não ultrapasse 540 (quinhentas e quarenta) horas semestrais.

2.3.3 Metodologias de Ensino e Avaliação do Conhecimento

A organização em Regime de Alternância visa possibilitar que aqueles, os quais vivem e trabalham no campo ou que aspirem a esta condição, possam vivenciar o Ensino Superior e experienciar, a partir da realidade da comunidade, tanto os conteúdos universitários, a que estão tendo acesso quanto retornar, à própria Universidade, os saberes, dilemas, problemas, tensões e contradições da vida cotidiana. Conforme o Edital 02/2012⁹, que selecionou e apoiou a implantação de cursos de Educação do Campo nas IFES, as licenciaturas em Educação do Campo devem apresentar organização curricular por etapas equivalentes a semestres regulares cumpridas em Regime de Alternância entre TU e TC, e que ensina:

Entende-se por Tempo-Escola [Tempo-Universidade]¹⁰ os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo-Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades camponesas, com a realização de práticas pedagógicas orientadas (Edital 02/2012, de 31/08/2012).

Deste modo, o TU se constitui como espaço de ensino e aprendizagem de conteúdos acadêmicos, viabilizados pelos diferentes componentes da matriz curricular

⁹ Edital de seleção n.º 02/2012 – SESU/SETEC/SECADI/MEC, de 31 de agosto de 2012, ao qual o curso da LECampo – UNIPAMPA/Campus Dom Pedrito obteve aprovação.

¹⁰ A fim de padronização no presente documento, adotou-se o termo “Tempo Universidade” em vez de “Tempo Escola”, por considerar-se mais adequado ao contexto local.

do curso, por meio de atividades pedagógicas na UNIPAMPA/Campus Dom Pedrito; já, o TC é desenvolvido nas comunidades de origem dos alunos, por meio de atividades sociais, culturais e projetos de estudos de caráter interdisciplinar, os quais privilegiarão propostas de pesquisas que, articuladas com o ensino e a extensão, interligam os diferentes saberes cotidianos com os conteúdos dos componentes curriculares do semestre. Assim, os projetos do TC contemplarão estudos e práticas orientadas interdisciplinares¹¹ organizados a partir de um eixo temático do semestre letivo.

Os conteúdos desenvolvidos, durante o TU, em cada componente curricular e, durante o TC, no âmbito do projeto, constarão no Plano de Ensino de cada docente, tendo como base o disposto no ementário deste PPC. Perpassando ambos os períodos de alternância (TU e TC), os estudantes organizam relatos sistemáticos e reflexivos sobre o processo de ensino e aprendizagem em um instrumento denominado de Caderno de Alternância. O objetivo deste caderno é registrar leituras, atividades de campo e demais estudos em desenvolvimento pelos acadêmicos, bem como avaliação do curso, autoavaliação e as dúvidas que foram surgindo ao longo dessa trajetória.

O Caderno de Alternância foi proposto no sentido de se constituir como registro singular do processo de formação docente pelo escrever de experiências, observações, angústias, desejos, inquietações e emoções do licenciando. Esse registro sistemático possibilita fortalecer o vínculo com o processo de formação agregando vivências significativas, que poderiam se perder no espaço e tempo de diferença entre o Tempo Comunidade e o Tempo Universidade. Registrar as vivências é um processo de significação, quando nos propomos a escrever sobre algo, nos propomos em dar sentido para aquela experiência.

2.3.3.1 Ensino-Aprendizagem e avaliação do conhecimento

O processo de ensino aprendizagem do curso de Educação do Campo se

¹¹ Entende-se como práticas interdisciplinares o enfrentamento coletivo de problemas provindos da realidade local, aos quais apenas uma área de conhecimento não dá conta de sua totalidade. Frente a isso, as ações interdisciplinares previstas no curso compreendem este conceito para além da integração ou superposição de componentes curriculares, mas em um processo essencialmente coletivo frente à complexidade do objeto de conhecimento.

organiza metodologicamente a partir da elucidação de novos saberes e poderá ocorrer com o desenvolvimento do processo investigativo, no qual ocorrerá a coleta, a interpretação e análise de dados e/ou informações, formulando-se assim um conceito, uma informação ou reconstrução de saberes.

Os princípios didático-pedagógicos, de certa forma, são decorrentes dos princípios epistemológicos e éticos. Entendemos que, no ensino e aprendizagem, estabelece-se uma relação entre o sujeito, que conhece, e os objetos, a serem conhecidos, em processos necessariamente mediados pelo outro, criando-se assim, condições para que o sujeito, cognoscente, elabore novas representações do mundo, mediante processo dialético de ação-reflexão-ação, instituído na problematização crítica da realidade. Caracterizando-se, desta forma, o professor como mediador e problematizador do processo de construção/reconstrução do conhecimento.

O Projeto Pedagógico da Educação do Campo, com base nas discussões da perspectiva e nos pressupostos do trabalho pedagógico nesta Licenciatura, apoia-se em algumas ferramentas centrais:

- A docência por área do conhecimento, a fim de que se dê conta de pensar os caminhos para a transformação da escola. Esse tipo de docência, ao considerar o acúmulo de estudos e reflexões no âmbito da Educação do Campo e dos movimentos sociais camponeses, objetiva a constituição de um plano de estudos. Tal transformação exigirá a desfragmentação do currículo, vinculando o que se faz dentro da escola e no espaço de vida dos sujeitos, bem como na reorganização do trabalho docente para que este seja coletivo (superação da cultura de trabalho individual e isolado), isto requer, por sua vez, uma segunda ferramenta, a Docência Compartilhada;

A Docência Compartilhada, apesar de há muito discutida, no sentido da implementação, ainda é uma proposta inovadora e vem ao encontro, inclusive, de outros interesses presentes na proposta pedagógica como a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, fomentando um trabalho crítico-colaborativo. É uma experiência pedagógica há muito realizada em escolas, às quais se destinam nossos formandos das Licenciaturas e, em alguns casos, até nas IES. Na ótica de Samuel Fernández (1993, s/p), compartilhar a docência “permite a utilização flexível e eficiente do tempo do professor e se beneficia dos diferentes estilos de ensino, da colaboração entre

profissionais e da utilização de alternativas de ensino”. Esta modalidade de ensino, traz melhoramentos ao processo de ensino-aprendizagem, uma vez que há maior troca de informações, conhecimentos e possibilidades metodológicas.

Conforme tem mostrado o debate realizado por diferentes atores do processo (movimentos sociais e outros), o foco no trabalho coletivo, realizado com o modelo da docência compartilhada, problematiza a expansão da escola na lógica/forma urbana, a qual foi desenvolvida até o momento. Luís Maruny Curto (2000, p. 94), agregando argumentos à discussão deste tipo de docência ao sugerir que a mesma pode ser extremamente rentável:

Uma pessoa sozinha pode aprender, mas se aprende melhor em grupo, é mais rentável. Um professor isolado pode inovar, mas os limites são mais estreitos e o esforço muito maior para um rendimento menor. Na escola, tudo é grupal: os alunos nas aulas e os professores nos ciclos, departamentos e direção. Trabalhar em grupo é uma condição. Isto não é fácil, mas a aprendizagem compartilhada e o trabalho cooperativo são mais eficientes para assegurar maior qualidade e resultados mais sólidos. A atribuição de melhorar o ensino requer muitos ombros juntos.

Diante disso, entende-se que a docência compartilhada poderá ser adotada neste PPC, pelo menos, nos seguintes componentes: “Atividades Experimentais no Ensino de Ciências”; todos os componentes de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e todos os componentes de Prática Pedagógica em Educação do Campo. Entende-se e justifica-se que estes componentes necessitam da docência compartilhada porque desenvolvem, concomitantemente, conteúdos das Ciências da Natureza, Ciências Sociais e Educação (ensino aprendizagem), potencializando, assim, a interdisciplinaridade.

Nesta perspectiva, a atuação docente e o processo de ensino-aprendizagem implicam a avaliação do conhecimento como parte indissociável da ação educativa, tendo caráter diagnóstico, processual, cumulativo e formativo. Segundo Rabelo (1998, p. 11) “a avaliação é inerente e imprescindível durante todo processo educativo que se realize em um constante trabalho de ação-reflexão-ação”. Neste projeto, justifica-se a importância da avaliação no processo educativo, com base nos seguintes aspectos:

Compreensão do processo de ensino-aprendizagem em desenvolvimento;

Identificação dos saberes construídos ou/e em construção pelos estudantes;

Revisão das metodologias de ensino adotadas pelo professor;

Conhecimento da atuação docente e, quando necessário, indicação de uma possível mudança de atitude por parte dos atores envolvidos;

Reconhecimento da relação de comprometimento com o processo educativo entre professores e estudantes.

Assim, a avaliação deve ser compreendida como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento. Conforme as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, todos os estudantes farão parte desse processo, inclusive as pessoas com deficiência, às quais serão assegurados instrumentos avaliativos adaptados às suas possibilidades de expressão (BRASIL, 2008). Percebida como um processo contínuo e democrático, a avaliação não deve apenas visar o resultado final. Deve assegurar a existência de atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem, explicitado nos planos de ensino, conforme artigo 61 da Resolução 29/2011 da UNIPAMPA (p.11): “Atividades de recuperação serão asseguradas ao discente e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em uma perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente”.

Desse modo, os instrumentos avaliativos, utilizados para avaliar o processo de ensino-aprendizagem, consideram as especificidades de cada componente curricular, a preocupação com a aprendizagem do estudante, a metodologia empregada pelo professor, bem como a concepção de avaliação adotada. Consideram, ainda, que o Curso de Educação do Campo requer, de seus discentes, a capacidade de produzir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas apresentadas e não apenas reproduzir ideias ou informações.

Para tanto, a avaliação formativa agregará diferentes ferramentas utilizadas nos componentes curriculares do curso no TU e no TC, tendo, também, como base a Resolução nº328/2021 que prevê a ampla necessidade de instrumentos adaptativos, tais como: investigação, portfólios, webfólios, Caderno de Alternância, pareceres descritivos, relatório de observações e de pesquisa de campo, seminários integradores, produção textual, desenvolvimento de ações nas comunidades,

resolução de situações problemas, experimentos, participação no ambiente virtual de aprendizagem – plataforma Moodle institucional (participação de fórum, blog, glossário), entre outros que serão eleitos para compor o processo avaliativo.

Nesse sentido, para garantir a acessibilidade, se buscará junto aos setores¹² responsáveis na Unipampa a adaptação dos instrumentos, em que se poderá utilizar das Tecnologias assistivas, o BRAILE - sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual, a comunicação em LIBRAS, entre outros, conforme previsto na Resolução nº328/2021 do CONSUNI.

2.3.3.2 Papel do Docente e Estratégias Didático-Pedagógicas

Formar o egresso com o perfil definido pela UNIPAMPA é uma tarefa complexa, na medida em que requer o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos.

Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023) e da concepção de formação acadêmica, o ensino será pautado pelos seguintes princípios específicos:

Formação para cidadania, que culmine em um egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento sustentável;

Educação como um processo global e interdependente, implicando compromisso com o sistema de ensino em todos os níveis;

Qualidade acadêmica, traduzida pela perspectiva de totalidade que envolve as relações teoria e prática, conhecimento e ética e compromisso com os interesses públicos;

Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;

Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;

¹²

Nina – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade - <https://sites.unipampa.edu.br/nina/>

Equidade de condições para acesso e continuidade dos estudos na Universidade;
Reconhecimento do educando como sujeito do processo educativo;
Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
Coerência na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas e na avaliação;
Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

O curso tem participado de projetos de Ensino importantes a nível nacional, a exemplo do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) e do PRP (Programa Residência Pedagógica), os quais possibilitam uma formação prática-reflexiva dos/das discentes junto as escolas do campo.

Salienta-se, ainda, a Política Institucional de Formação de profissionais para a Educação Básica no Âmbito da Universidade Federal do Pampa – Unipampa (Res. nº 267/2019, CONSUNI), a qual tem sido atendida pelo curso de Educação do Campo com a oferta de cursos de formação continuada, a exemplo do Curso de Aperfeiçoamento – refazendo os caminhos na região do Pampa.

No âmbito da pesquisa as atividades do curso de Educação do Campo são orientadas pelo compromisso com a sociedade, conforme preconizado pelo PDI da Unipampa (2019-2023):

- Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável e regional;
- Incentivo a programas de colaboração em redes de pesquisa nacional e internacional; e
- Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científicos e intercâmbio de docentes no País e no exterior, por meio de parcerias com instituições de pesquisa e desenvolvimento.

Desse modo, a fim de materializar e garantir o que é preconizado pelo PDI (2019-2023), o curso de Educação do Campo possui expressivo número de grupos de pesquisa com ampla participação de discentes, egressas e egressos, docentes das escolas e comunidade.

- Girassol – Interfaces entre Educação do Campo e o Ensino de Ciências;
- Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo;
- Grupo de Pesquisa CoEducar: Aprender em ação, Metodologias de Ensino e Formação de Professores;
- Grupo de Pesquisa e Extensão Cultura, Linguagem, Sociedade e Educação – UNIPAMPA;
- Grupo de Pesquisa – Flexilhas;
- Tuna – Gênero, Educação e Diferença;
- Grupo Orgânico de Pesquisa, Ensino e Extensão em Epistemologias Agroecológicas e de Re-existências.

A extensão e cultura, parte fundamental do curso de Educação do Campo, se baliza, também pelos princípios elencados no PDI (2019-2023):

- Valorização da extensão como prática acadêmica;
- Impacto e transformação: cada atividade de extensão da Universidade deve contribuir efetivamente para a mitigação dos problemas sociais e o desenvolvimento da região;
- Interação dialógica: as ações devem propiciar o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa, entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes. A extensão deve promover o diálogo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas e, ao mesmo tempo, deve contribuir para o diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;
- Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;
- Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;
- Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores

envolvidos. As ações indissociáveis podem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;

- Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;
- Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes.

Os princípios destacados ficam claramente materializados a partir do Conselho Comunitário e das ações desenvolvidas pelo curso, a exemplo da **Feira de Ciências Integradora à FECIPAMPA - Campus Dom Pedrito**, **A ciranda infantil como espaço formativo e de acolhimento infantil** e o **Encontro Internacional dos Povos do Campo**, os quais são realizados anualmente, entre outras ações que constam na página do curso.

Desse modo, frente aos princípios do Ensino, Pesquisa e Extensão, a atuação docente estará pautada na definição dos diferentes componentes curriculares de cada área, bem como seus conteúdos e metas de aprendizado específicas e a relação destes com o eixo temático. Será uma construção processual do curso, integrando o trabalho pedagógico dos educadores e buscando envolver, progressivamente, os estudantes (como parte da sua formação profissional). Devem ser consideradas as ementas indicadas na proposta de curso apresentada e a visão de totalidade do eixo orientador que deverá ser objeto de discussão entre os educadores durante todas as etapas do curso.

Haverá uma intencionalidade na articulação entre a organização de estudos e as demais dimensões e práticas formativas oportunizadas pelo curso (gestão coletiva do processo pedagógico, participação em atividades de trabalho no local de realização do curso, convivência na turma e entre diferentes turmas). Entende-se, que articular e integrar o TC com o TU pode ser estabelecido com a participação ativa dos

acadêmicos para tornar o processo de ensino e aprendizagem na alternância integrativo. Para tanto, poderá haver, como proposta de acolhimento dos estudantes no TU, um seminário integrador; do ponto de vista pedagógico, haverá discussão e reflexão dos eixos temáticos de cada semestre problematizando a construção coletiva e participativa dos envolvidos.

Serão realizadas reuniões periódicas de formação e planejamento das atividades relacionadas à oferta dos componentes curriculares, seguindo a organização do desenho curricular e participação, diretamente dessas, os professores e coordenadores envolvidos na execução do curso, bem como dos representantes que participam do Conselho Comunitário, tais como coordenadores de assentamentos, lideranças comunitárias, entre outros representantes de entidades organizadas de camponeses, quilombolas e indígenas que contribuirão para dar organicidade à proposta do curso de forma contextualizada com a realidade dos assentamentos.

As reuniões terão como objetivo agregar interdisciplinarmente aos conteúdos dos componentes curriculares que serão ofertados, primando por um diálogo colaborativo entre os mesmos para dinamizar o curso e garantir a formação integral do educando.

Para garantir um trabalho coletivo e colaborativo, o grupo trabalhará temas pertinentes às práticas oriundas dos debates realizados no e pelo Conselho Comunitário, a partir de focos temáticos a cada semestre. Assim, os focos temáticos buscarão garantir a unidade curricular do coletivo que poderá abordar, a partir de diferentes componentes curriculares, conhecimentos pertinentes. As reuniões ordinárias estarão organizadas no sentido de:

Planejamento e organização do fluxo metodológico e curricular de cada eixo temático;

Planejamento coletivo dos conteúdos de cada eixo temático;

Articulação das propostas que serão realizadas nas componentes curriculares;

Definição de atividades colaborativas entre os componentes curriculares que serão ofertadas no TU e no TC;

Discussões sobre a proposta metodológica do curso;

Avaliação da condução metodológica das etapas, a partir do acompanhamento periódico do aproveitamento dos acadêmicos nas atividades realizadas no TU e no TC.

2.3.3.3 Uso Pedagógico de Recursos de Tecnologia de Comunicação e Informação

Os avanços das tecnologias da informação e comunicação e, principalmente, o advento da cibercultura contribuem para potencializar a aprendizagem. Para Lévy (1999), cibercultura é o conjunto de técnicas, materiais intelectuais, de práticas e atitudes, do pensar não linear e hipertextual, de valores de cooperação, os quais se desenvolvem acompanhado do crescimento do ciberespaço, que, para o autor, é a própria rede colaborativa de comunicação e interação digital.

Sendo assim, o Curso de Educação do Campo utilizará as tecnologias de comunicação e informação como ferramenta para melhorar e aprofundar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Durante o curso, será possível utilizar ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) que se tenha à disposição, podendo ser disponibilizado na Plataforma Moodle e/ou em espaços de amplo acesso, como forma de disseminação de conhecimento, interação e comunicação entre os sujeitos do curso, bem como destes com a comunidade.

A escolha da plataforma Moodle deve-se a suas características, entre as quais se destaca um software livre, com interfaces amigáveis e de fácil uso para educandos e educadores, o que facilita o acesso, pois, em muitos casos, este configura-se como o primeiro acesso à tecnologia. O Moodle também fornece mecanismos de comunicação assíncrona, permitindo assim que o educando trabalhe dentro de seu próprio ritmo de aprendizagem e em seu tempo disponível, além da comunicação síncrona.

Acreditamos que a inserção do licenciando no mundo digital e seu acesso às tecnologias de informação e comunicação possam se revelar de maneira significativa, no momento que possibilita a integração dos sujeitos e a reflexão acerca de seus desdobramentos éticos, didáticos e socioeducativos. Todos os envolvidos devem se tornar capazes de perceber a importância da tecnologia como suporte à educação e ao ensino, percebendo também a necessidade de se apropriar dos novos recursos

tecnológicos sob a perspectiva pedagógica, isto é, para poder usá-los de forma a estabelecer as pontes necessárias para o alcance de seus objetivos educativos.

O uso da tecnologia, por si só, não promove a melhoria do ensino e da aprendizagem, é necessário que todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem se percebam como usuários críticos e criativos dos recursos tecnológicos, bem como dos meios de comunicação e midiáticos que, por tratarem-se de artefatos culturais, históricos e não neutros, podem servir tanto a uma perspectiva de mudança quanto de alienação.

2.3.3.4 Práticas Pedagógicas Inovadoras

A Prática Pedagógica enquanto uma ação pautada pelo regime de alternância tem implicado em um conjunto de inovações que envolvem propostas pedagógicas, arranjos institucionais, parcerias com setores diversos da sociedade, organização de eventos entre outras.

Dividido em dois momentos pedagógicos, o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade exigem articulação entre teoria e prática assumindo a realidade como mediadora dos conhecimentos científicos, assim como da relação entre eles a outras bases de conhecimento manifestadas nas regionalizações de abrangência do curso.

A aproximação com escolas, com movimentos sociais, com organizações da sociedade civil, permite a realização de seminários, de eventos que compõem momentos formativos diversificados e enriquecedores para os discentes.

O Tempo Comunidade inova também no lócus de ação do docente, que se desloca e passa a conhecer os territórios de origem dos estudantes, implicando a estrutura universitária nas atividades de ensino de forma mais comprometida com o desenvolvimento regional. As ações de ensino inovam, de forma explícita, iniciativas de pesquisa e de extensão, favorecendo a indissociabilidade pretendida pela instituição.

A pedagogia da alternância, no contexto do curso, tem cumprido o papel de valorizar a sociodiversidade da campanha gaúcha e da Terra Indígena do Guarita, territórios de ação direta nos períodos de Tempo Comunidade. Portanto, o Caderno de Alternância enquanto um instrumento pedagógico se faz relevante e inovador à medida que abrange vivências representativas da organização em alternância (ESTEVAM, 2001).

2.3.3.5 Vinculação das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

Ações de pesquisa e extensão são estruturantes na formação do aluno. Também, a prática extensionista e investigativa do discente poderá integralizar a carga horária do curso, tanto nas Atividades Curriculares de Extensão – ACE como em Atividades Complementares de Graduação – ACG, e será integralmente registrada em seu Histórico Escolar. O curso assegura o mínimo de 10% (dez por cento) de sua carga horária em programas e projetos de extensão, através das ACEs, os quais estão vinculados aos componentes curriculares.

Em relação às políticas de extensão, cujo principal papel é promover a articulação entre a universidade e a sociedade, o Plano de Desenvolvimento Institucional adota como princípios: o impacto e a transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino e pesquisa, contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação, incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, apoio a programas de extensão interinstitucionais, valorização da extensão como prática acadêmica, contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes (UNIPAMPA, 2019-2023).

Com relação ao impacto e a transformação, salientamos que a UNIPAMPA nasce compromissada com a transformação da metade sul do Rio Grande do Sul, de modo que cada ação da extensão da universidade se propõe a observar a complexidade e a diversidade da realidade da Campanha e da Fronteira oeste do Rio Grande do Sul, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável dessas regiões.

Para efetividade deste compromisso, a Universidade se coloca em postura de interação dialógica com os setores sociais, numa perspectiva de mão-dupla e de partilha de saberes. Isto significa que as ações de extensão na UNIPAMPA buscam promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas.

Ainda, ao assumirmos a complexidade da realidade onde a Universidade está localizada, buscamos que as ações de extensão procurem a interação entre componentes curriculares, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a

operacionalidade dos projetos, numa perspectiva também interdisciplinar.

2.4 Matriz curricular

A matriz curricular do curso, contendo os componentes curriculares obrigatórios, cargas horárias e número de créditos, é apresentada na tabela 05. Os componentes curriculares complementares de graduação, carga horária e número de créditos estão dispostos na tabela 06 no item 2.4.2.1. A solicitação de quebra de pré-requisito das componentes curriculares obrigatórias consta no “apêndice E” deste PPC, assim como uma tabela e uma figura da compilação da matriz curricular.

Tabela 5: Matriz Curricular do Curso

Se m	Código	Nome do Componente Curricular	Pré- requisitos	CH Teóric a	CH Prátic a	CH PCC	CH Ext.	Relação Créditos TU/TC ¹³	CH Total	Créd.
1º		Prática Pedagógica em Educação do Campo: Identidade e Processos Identitários	-	10	5	30	-	2 / 1	45	3
1º	DP0401	Letramento Digital	-	10	15	20	-	2:1	45	3
1º	DP0403	Letramento Matemático	-	30	15	-	-	2:1	45	3
1º	DP0400	Leitura e Escrita Científica	-	30	15	-	-	2:1	45	3
1º		Economia Política, Sociedade e Educação	-	30	15	-	-	2:1	45	3
1º	DP0404	Ciências da Natureza: diferentes abordagens	-	30	15	-	-	2:1	45	3

¹³ Essa relação específica a carga horária, em créditos, de cada componente na organização da alternância, em seus tempos pedagógicos Tempo Universidade e Tempo Comunidade.

Se m	Código	Nome do Componente Curricular	Pré- requisitos	CH Teóric a	CH Prátic a	CH PCC	CH Ext.	Relação Créditos TU/TC ¹³	CH Total	Créd.
1º		Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo I	-	-	-	-	30	0:2	30	2
2º		Prática Pedagógica em Educação do Campo: Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional	Prática Pedagógica do 1ºSem	10	5	30	-	2:1	45	3
2º	DP0424	Políticas Públicas e Gestão Educacional	-	30	-	15	-	2:1	45	3
2º	DP0416	Movimentos Sociais e o Campo	-	30	15	-	-	2:1	45	3
2º		Biologia e Sociedade	-	30	15	-	-	2:1	45	3
2º	DP0487	Construindo conhecimentos de Física para o Ensino Fundamental	-	30	15	-	-	2:1	45	3
2º		Construindo conhecimentos de Química I	-	30	15	-	-	2:1	45	3
2º	DP0440	Educação Ambiental: Fundamentos e Práticas	-	30	-	15	-	2:1	45	3
2º		Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo II	-	-	-	-	30	0:2	30	2

Se m	Código	Nome do Componente Curricular	Pré- requisitos	CH Teóric a	CH Prátic a	CH PCC	CH Ext.	Relação Créditos TU/TC ¹³	CH Total	Créd.
2º		Unipampa Cidadã I	-	-	-	-	30	0:2	30	2
3º		Prática Pedagógica em Educação do Campo: Território e Territorialidade	Prática Pedagógica do 2ºSem	10	5	30	-	2:1	45	3
3º	DP0425	Atividades Experimentais no Ensino de Ciências	-	30	15	-	-	2:1	45	3
3º	DP0418	Leis Físicas do Movimento	-	30	15	-	-	2:1	45	3
3º	DP0417	Antropologia das populações do campo	-	30	15	-	-	2:1	45	3
3º		Diversidade da vida	-	30	15	-	-	2:1	45	3
3º		Construindo conhecimentos de Química II	-	30	15	-	-	2:1	45	3
3º	DP0409	História e Filosofia da Educação	-	30	-	15	-	2:1	45	3
3º	DP0402	Teoria da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	-	30	15	-	-	2:1	45	3
3º	DP0465	Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo III	-	-	-	-	30	0:2	30	2

Se m	Código	Nome do Componente Curricular	Pré- requisitos	CH Teóric a	CH Prátic a	CH PCC	CH Ext.	Relação Créditos TU/TC ¹³	CH Total	Créd.
4º		Prática Pedagógica em Educação do Campo: o trabalho como princípio educativo	Prática Pedagógica do 3º Sem	10	5	30	-	2:1	45	3
4º	DP0426	Calor, Ambiente e Uso de Energia	-	30	15	-	-	2:1	45	3
4º		Botânica e o trabalho no campo	-	30	15	-	-	2:1	45	3
4º		Educação e Produção de Conhecimento	-	25		20	-	2:1	45	3
4º		Organização do Trabalho Pedagógico: trabalho e a educação	-	10	5	30	-	2:1	45	3
4ª		Organização do trabalho pedagógico: metodologia do ensino de ciências na Educação do Campo	-	10	5	30	-	2:1	45	3
4º		Construindo conhecimentos de Química III	-	30	15	-	-	2:1	45	3
4º		Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	Prática Pedagógica do 3º Sem; Construindo conhecimen	30	15	-	-	-	45	3

Se m	Código	Nome do Componente Curricular	Pré- requisitos	CH Teóric a	CH Prátic a	CH PCC	CH Ext.	Relação Créditos TU/TC ¹³	CH Total	Créd.
			tos de Física para o Ensino Fundamental; Construindo Conhecimentos de Química I, Biologia e Sociedade							
4º		Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo IV	-	-	-	-	30	0:2	30	2
4º		Unipampa Cidadã II	-	-	-	-	30	0:2	30	2
5º		Prática Pedagógica em Educação do Campo: a escola como espaço emancipatório	Prática Pedagógica do 4º Sem	10	5	30	-	2:1	45	3
5º	DP0475	Construindo Conhecimentos de Física para o Ensino Médio	-	30	15	-	-	2:1	45	3
5º		Zoologia e conhecimento escolar	-	30	15	-	-	2:1	45	3

Se m	Código	Nome do Componente Curricular	Pré- requisitos	CH Teóric a	CH Prátic a	CH PCC	CH Ext.	Relação Créditos TU/TC ¹³	CH Total	Créd.
5º		Construindo conhecimentos de Química IV	-	30	15	-	-	2:1	45	3
5º	DP0477	Organização do Trabalho Pedagógico: didática e formação de professores	-	30	-	15	-	2:1	45	3
5º	DP0478	Organização do trabalho pedagógico: teorias do currículo e a Educação do Campo	-	30	-	15	-	2:1	45	3
5º		Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	Estágio I e a Prática Pedagógica do 4º	30	60	-	-	-	90	6
5º		Atividade Curricular de Extensão - Educação do Campo V	-	-	-	-	30	0:2	30	2
6º		Prática Pedagógica em Educação do Campo: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo	Prática Pedagógica do 6º Sem	10	5	30	-	2:1	45	3
6º	DP0441	Desenvolvimento Rural	-	30	15	-	-	2:1	45	3

Se m	Código	Nome do Componente Curricular	Pré- requisitos	CH Teóric a	CH Prátic a	CH PCC	CH Ext.	Relação Créditos TU/TC ¹³	CH Total	Créd.
6º		Agroecologia e Educação do Campo	-	30	15	-	-	2:1	45	3
6º		Ecologia e Práticas Conservacionistas	-	30	15	-	-	2:1	45	3
6º		Química Orgânica e a Vida	-	30	15	-	-	2:1	45	3
6º		Eletromagnetismo e Introdução a Física Moderna	-	30	15	-	-	2:1	45	3
6º	DP0432	Metodologia da Pesquisa Científica	-	30	15	-	-	2:1	45	3
6º		Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	Estágios I e II, Prática Pedagógica do 5ºSem	30	60	-	-	-	90	6
6º		Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo VI	-	-	-	-	30	0:2	30	2
6º		Unipampa Cidadã III	-	-	-	-	30	0:2	30	2

Se m	Código	Nome do Componente Curricular	Pré- requisitos	CH Teóric a	CH Prátic a	CH PCC	CH Ext.	Relação Créditos TU/TC ¹³	CH Total	Créd.
7º		Prática Pedagógica em Educação do Campo: educação inclusiva e acessibilidade	Prática Pedagógica do 6º Sem	10	5	30	-	2:1	45	3
7º		Transmissão da Vida	-	30	15	-	-	2:1	45	3
7º	DP0449	Tecnologias digitais e produção de materiais	-	30	-	15	-	2:1	45	3
7º		Comunicação em Libras	-	60	-	-	-	4:0	60	4
7º		Laboratório de Alfabetização Científica	-	30	15	-	-	2:1	45	3
7º		Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	-	30	60	-	-	-	90	6
7º		Trabalho Final de Graduação I	-	30	15	-	-	2:1	45	3
7º		Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo VII	-	-	-	-	30	0:2	30	2

Se m	Código	Nome do Componente Curricular	Pré- requisitos	CH Teóric a	CH Prátic a	CH PCC	CH Ext.	Relação Créditos TU/TC ¹³	CH Total	Créd.
8º		Prática Pedagógica em Educação do Campo: diversidade de saberes e cuidado com a saúde	Prática Pedagógica do 7º Sem	30	15	-	-	2:1	45	3
8º	DP0494	Educação em Direitos Humanos	-	30	-	15	-	2:1	45	3
8º	DP0457	Antropologia da Alimentação do Campo	-	30	15	-	-	2:1	45	3
8º	DP0492	Gênero, Sexualidade e Educação	-	30	-	15	-	2:1	45	3
8º		Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório V	-	30	60	-	-	-	90	6
8º		Trabalho Final de Graduação II	-	30	15	-	-	2:1	45	3
8º		Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo VIII	-	-	-	-	30	0:2	30	2
8º		Unipampa Cidadã IV	-	-	-	-	30	0:2	30	2
CARGA HORÁRIA TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES									180	12

Se m	Código	Nome do Componente Curricular	Pré- requisitos	CH Teóric a	CH Prátic a	CH PCC	CH Ext.	Relação Créditos TU/TC ¹³	CH Total	Créd.
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO									360	24
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Específicas									120	24
Carga horária total de Unipampa Cidadã									120	8
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas									240	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO									100	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO									3400	-

2.4.1 Ementário

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Prática Pedagógica em Educação do Campo I: Identidade e Processos Identitários**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 10 h
- § Carga horária prática: 5 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 30 h

EMENTA

Identities and processes of identity in the constitution of the teacher/a in the field. Presentation of the course education in the field, pedagogical organization, instruments of collective evaluation and organization of the dialogue between the two educational times - time university and time community.

OBJETIVO GERAL

- § Discutir a história de vida dos discentes a partir do desenvolvimento de um memorial de formação, buscando resgatar elementos sociais, culturais, históricos e outros que explicitem a vinculação dos/as estudantes com o campo e/ou propiciem a possibilidade de identificar e construir pertencimento dentro desta área de estudos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Apresentar o curso Educação do campo, proposta e organização pedagógica.
- § Discutir a história de vida dos discentes e o desenvolvimento de um memorial de formação;
- § Debater a partir do resgate de memória quais são os reconhecimentos de pertencimentos de cada estudante.
- § Resgatar elementos sócio-históricos que explicitem a vinculação dos (as) estudantes com o campo, levando em conta as manifestações sociais, culturais, técnicas e ambientais;
- § Estabelecer diálogo entre os dois tempos educativos (TU e TC).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo:

Companhia das Letras, 2019.

BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. 2.ed. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2001. 438

CUNHA, Elara Pereira; SCHENEIDER, Eliane Cristina Araujo. História de vida e de aprendizagem: revistando o percurso através da escrita do memorial/narrativa histórica. Facos/CNEC-Osório. Disponível em: <http://www.facos.edu.br/old/galeria/105092011085229.pdf>.

DELIZOICOV, Demétrio. ANGOTTI, Jose, A. P. O ensino de Ciências no Brasil. In: ____ Metodologia do ensino de ciências. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

KOLLING, Edgar; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli. (orgs.) Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 4).

UNIPAMPA, PPC – Educação do Campo – Licenciatura, UNIPAMPA, Dom Pedrito, 2019. Disponível em: https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/111/10/PPC_Educa%c3%a7%c3%a3o%20do%20Campo_Dom%20Pedrito_2019.pdf

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Letramento Digital**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 10 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 20h

EMENTA

Estudo e discussão das práticas letradas no meio digital e suas implicações sociais, cognitivas e epistemológicas nos processos identitários. Ferramentas de comunicação e interação síncronas e assíncronas. Plataformas de pesquisa. Ética na Internet, na pesquisa e nas relações pedagógicas. Uso do editor de texto. Editor de apresentação de slides.

OBJETIVO GERAL

Experienciar e compreender práticas de letramento digital e suas implicações sociais, cognitivas e epistemológicas nos processos identitários.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Proporcionar o contato e manuseio com as tecnologias digitais interativas;
- § Refletir sobre as possibilidades de comunicação, interação e aprendizagem por meio das tecnologias digitais;
- § Conhecer e experienciar plataformas de pesquisa;
- § Propiciar a construção de uma postura ética no meio digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2011.

LÉVY, P. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALONSO, K. et al. Aprender e ensinar em tempos de Cultura Digital. Revista Em Rede, 2014, v. 1, n. 1. Disponível em: <<http://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/16/28>>. Acesso em: 31 mar 2016.

FREIRE, P. Considerações em torno do ato de estudar. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/033/33pc_freire.htm. Acessado em: 15 mar 2016.

SCHLEMMER, E. A aprendizagem com o uso das tecnologias digitais: viver e conviver na virtualidade. Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 19, p. 103-126, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/451/340>>.

Acesso em: 13 jan 2014.

SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 38 maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/12.pdf>. Acesso em: 17 fev 2010.

SOARES, E. M. do S.; VALENTINI, C. B. Tecnologias digitais: práticas e reflexões no contexto do ensino fundamental. Revista Linhas (Florianópolis. Online), v. 13, p. 74-88, 2012.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Letramento Matemático**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0h

EMENTA

Concepções, competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer a construção do conhecimento matemático, a formulação e a resolução de problemas no contexto da educação do campo, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas.

OBJETIVO GERAL

Relacionar e utilizar a linguagem matemática para fazer análises qualitativas e quantitativas a fim de reconhecer que escritas algébricas que permitam expressar generalizações sobre as propriedades das operações aritméticas e utilizar a matemática para a solução de problemas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Estabelecer relações de medidas no contexto do campo utilizando a notação científica como uma linguagem matemática usada para grandes e pequenas medições;
- § Interpretar e Analisar a relação da Matemática com as outras áreas do conhecimento abordando o conteúdo de grandezas e medidas na perspectiva da transversalidade;
- § Compreender razões, proporções e escala aplicada no cotidiano do campo;
- § Aplicar os conhecimentos de grandezas diretamente e inversamente proporcionais na resolução da regra de três simples e composta;
- § Reconhecer e resolver equações algébricas de 1º e 2º grau;
- § Resolver problemas com sistemas de equações que recaem em equações de 2º grau contextualizadas com as Ciências da Natureza;
- § Representar algumas funções do cotidiano do campo, através de gráficos no plano cartesiano;
- § Introduzir a teoria dos conjuntos e seus fundamentos;
- § Compreender a relação fundamental do Teorema de Pitágoras;
- § Compreender as relações trigonométricas e suas aplicações na Educação do Campo e Ciências da Natureza;
- § Compreender e utilizar as figuras planas para medições de perímetro e área contextualizadas no cotidiano do campo;
- § Desenvolver o senso crítico e a criatividade na resolução de problemas voltados para as Ciências da Natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Volume único. São Paulo: Editora Ática, 2012.

GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI JR., J. R. Matemática Fundamental: uma nova abordagem. Volume único. São Paulo: FTD, 2011.

IEZZI, Gelson & MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 3 Ed. Atual. São Paulo.

IEZZI, Gelson & MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 4 Ed. Atual. São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ÁVILA, G. Análise Matemática para licenciatura. São Paulo: Blucher.2006.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar. São Paulo: Atual,

2004.

RIBEIRO, J. Matemática ciência e linguagem. São Paulo: Scipione.2007.L

LIMA, E. A Matemática do Ensino Médio, vol. 2. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática2000.

DOLCE, O.; POMPEO, J. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 9 e 10. São Paulo: Atual Editora, 2000.

Periódicos:

Bolema - Boletim de Educação Matemática. Disponível em:

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema>. Acesso em 12/04/2015.

Revemat: Revista Eletrônica de Educação Matemática. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat>. Acesso em 12/04/2015

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Leitura e escrita científica**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária de prática como componente curricular: 0 h

EMENTA

Análise e interpretação dos mecanismos intervenientes na leitura e produção do texto oral e escrito, do linguístico e do não linguístico, articulados com o ensino de Ciências e as problemáticas do campo. Análise dos diferentes aspectos da linguagem, refletindo criticamente sobre suas possibilidades e necessidades para a prática docente do educador do campo. Enfoca a formação inicial e continuada de professores para um novo papel: o mediador nos diferentes ambientes e espaços em que ocorre a educação. Análise da leitura e a escrita como práticas de participação social, realizadas na interlocução entre diferentes sujeitos na sociedade (cidadania).

OBJETIVO GERAL

Conhecer os elementos intervenientes na leitura e produção textual que impactam na leitura do mundo, na condição de cidadania e no estudo das problemáticas do campo e das ciências da natureza.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender a necessidade da leitura e da escrita como prática de participação social.
- § Conhecer as possibilidades de intervenção social por meio das diferentes linguagens.
- § Analisar e interpretar os mecanismos intervenientes na leitura e produção de textos em suas diferentes caracterizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARENDET, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 2010

CHIAPPINI, L. Outras linguagens na escola. São Paulo: Cortez, 2000.

LERNER, D. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CITELLI, A.O. Comunicação e Educação: a linguagem em movimento. São Paulo: Senac, 2000.

CAGLIARI, L. C. Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 2003.

MARCONDES, B. Como usar outras linguagens em sala de aula. São Paulo: Contexto.

Cadernos de Educomunicação. Ismar de Oliveira Soares (coord). São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

ELIAS, M. Del C. De Emílio a Emilia: a trajetória da alfabetização. São Paulo, Scipione, 2000.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Economia Política, Sociedade e Educação.**

- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0h

EMENTA

A formação das sociedades capitalistas. A Colonização e suas consequências. Economia política: conceitos fundamentais. Organização das sociedades capitalistas, projetos em disputa e as perspectivas da Educação do Campo.

OBJETIVO GERAL

Analisar as formas de organização das sociedades capitalistas, os projetos em disputa no Brasil e as perspectivas construídas no campo da Educação do Campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender o processo de formação das sociedades capitalistas;
- § Estudar a formação da sociedade brasileira como consequência do processo de colonização;
- § Discutir os conceitos elementares da economia política;
- § Conhecer os modelos de desenvolvimento econômico e social adotados ao longo da história brasileira;
- § Compreender os sistemas de produção com base nos pressupostos da Agroecologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. *Novos Estudos*, 102, Julho/2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/nec/a/sWvZ7c6KRLYHT5jrh6FZSfG/?lang=pt&format=pdf>, acesso em 28/04/2022.

Meneses, Maria Paula (2019), "Crítica Colonial", *Dicionário Alice*. Consultado a 06.07.20, em https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24246.

FREITAS, Francisco (2019), "Globalismo Localizado", *Dicionário Alice*. Consultado a 03.05.22, em

https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24292.
AGUIÓ, Antoni Jesús (2019), "Globalizaciones", Dicionário Alice. Consultado a 03.05.22, em https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24293.
DIAS, Alexandre Pessoa, STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luis Henrique Gomes, VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação. RJ/SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf, acesso em 28/04/2022.
CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. SP/RJ: Expressão Popular, 2012. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>, acesso em 03/05/2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, 8ª ed. Ed. 34, 1997.
DELGADO, G. C. . Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século: (1965-2012). 1a. ed. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2012. v. 01. 142p.
ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.
FERNANDES, Florestan. Marx, Engels, Lenin - a História Em Processo. São Paulo: Expressão popular, 2012.
FURTADO, Celso M. Formação Econômica do Brasil. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In WEFFORT, Francisco C. (org). Os clássicos da política. V. 1. São Paulo: Editora Ática, 2006.
PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIDENTI, Marcelo. Política para quê? Atuação partidária no Brasil contemporâneo de Getúlio a Dilma. São Paulo: Editora Atual, 2011.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. In WEFFORT, Francisco C. (org). Os clássicos da política. V. 1. São Paulo: Editora Ática, 2006.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Yes, nós temos democracia. In SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SINGER, Paul. O processo econômico. In REIS, Daniel Aarão (coord). Modernização, Ditadura e democracia – 1964-2010. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Editora Objetiva, 2014.

WEFFORT, Francisco C. (org). Os clássicos da política. V. 2. São Paulo: Editora Ática, 2006.

_____. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. São Paulo: Editora Ática, 2006.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Ciências da Natureza: diferentes abordagens**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Ciência aspectos teóricos e conceituais. Ensino de Ciências aspectos teóricos, metodológicos na/para Educação Básica e sua contextualização na Educação do Campo. Saberes da docência (identidade) para e na alfabetização científica.

OBJETIVO GERAL

Construir conhecimentos que produzem interações e transformações no processo de ensinar e aprender na área do Ensino de Ciências da Natureza a partir das sinalizações das Políticas Públicas e de metodologias diversificadas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente;
- § Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade;
- § Conhecer os saberes da docência a partir de diferentes referenciais;
- § Compreender a importância do Ensino de Ciências na Educação Básica;
- § Proporcionar conhecimentos e discussões que pautam a alfabetização científica como objeto da formação inicial de professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, 1998.

CARVALHO, A.M.P. Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2004

FONSECA, S.G. Ensino fundamental: conteúdos, metodologias e práticas. Campinas-SP: Alínea, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília, 2013.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília, 1998.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais +: Ensino Médio. Brasília 1998

_____. Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2006.

SEVERINO, A.J.; PIMENTA, S.G. Aulas de ciências: projeto LEC-PEC de ensino de ciências: projeto do Laboratório de Ciências da Faculdade de filosofia, Ciências e letras da USP de Ribeirão Preto e o Programa de Educação Continuada da Secretaria Estadual de Educação - 1999.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo I**
- § Carga horária total: 30 h (TC: 30 h)
- § Carga horária de extensão: 30 h

EMENTA

Compreender a extensão como matriz indissociável do ensino e da pesquisa na formação de estudantes de graduação. Conhecer as diretrizes nacionais e institucionais que regulamentam e orientam a extensão universitária. Construir junto às comunidades do campo, das águas e das florestas programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão condizentes com suas demandas. Construção pela prática extensionista de uma identidade com a educação do campo e com os povos, comunidades e territórios aos quais estão vinculados os estudantes. Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão articulados às diretrizes do eixo 1 do curso de Educação do Campo: identidade e processos identitários.

OBJETIVO GERAL

Fomentar a constituição de uma identidade coletiva dos estudantes junto aos povos, territórios e comunidades aos quais estão vinculados os estudantes do Curso de Educação do Campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Integrar-se a programas, projetos, cursos e/ou eventos já existentes nas comunidades, colaborando para sua execução;
- § Sistematizar os aprendizados construídos a partir das vivências proporcionadas em programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão;

§ Respalda o compromisso da UNIPAMPA em estabelecer interação dialógica com a comunidade e estabelecer ações que visem à construção de novos conhecimentos, à superação de desigualdades e exclusões sociais e à construção de uma sociedade mais justa e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

SILVA, Marco Antonio Medronha da. Histórias e estórias no sítio: extensão e comunicação rural no RS. Brasília, DF: ASBRAER, 2011.

RENEX - Rede Nacional de Extensão. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/documentos>>. Acesso em: 31 mai 2022. BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: 2012.

UNIPAMPA. Instrução Normativa n.18, 05 de Agosto de 2021. Bagé, 2022.

UNIPAMPA. Diretrizes Políticas de Extensão. Bagé, 2022.

UNIPAMPA. Resolução Consuni/Unipampa, n °317, de 29 de Abril de 2021

UNIPAMPA. PDI 2019-2023. Bagé, 2019.

TOLFO, C. (org). RELATOS de extensão universitária. Bagé, RS: Ediurcamp, 2018.

A EXTENSÃO universitária como princípio de aprendizagem. Brasília, DF: Liber livro, 2013.

SOUZA NETO, João Clemente de; ATIK, Maria Luiza Guarnieri. Extensão universitária: construção e solidariedade /. São Paulo, SP: Expressão e Arte, 2005.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. São Paulo, SP: Alínea, 2010.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Políticas de extensão universitária brasileira. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

RENEX - Rede Nacional de Extensão. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/documentos>>. Acesso em: 31 mai 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010: dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Diário Oficial da União, Brasília: 5 de Novembro de

2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de Dezembro de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 22/2020: Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Brasília: CNE, 8 de Dezembro de 2020.

CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. SP/RJ: Expressão Popular, 2012. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>, acesso em 03/05/2022.

DIAS, Alexandre Pessoa, STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luis Henrique Gomes, VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação. RJ/SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf, acesso em 28/04/2022.

SEGUNDO SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Prática Pedagógica em Educação do Campo: Contexto socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 10 h
- § Carga horária prática: 5 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 30 h

EMENTA

Educação, Política e Sociedade. Projetos de desenvolvimento socioeconômico e políticas públicas para a Educação do Campo. Políticas intersetoriais que envolvem a educação e o ambiente escolar. Aspectos sociopolíticos envolvidos nas discussões

das controvérsias sócio-científicas.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos políticos, econômicos e sociais que impactam a organização da escola do campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Conhecer as formas de organização dos sistemas de ensino e da Educação do Campo, enquanto modalidade da educação básica;
- § Analisar os efeitos das políticas públicas educacionais no espaço escolar;
- § Debater a questão das controvérsias sócio-científicas, em especial aquelas que impactam diretamente o meio rural e a Educação do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidente da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 26 de setembro de 2022.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 26 de setembro de 2022.

CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de; RODRIGUES, Romir. Caminhos para transformação da escola: reflexões desde praticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2015.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2, p.3-11, 2000.

GALIAZZI, M. C. Educar Pela Pesquisa - Ambiente de Formação de Professores de Ciências. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira; RUFINO, Marcia Regina Calderipe Farias. Saberes e ciência plural: diálogos e interculturalidade em antropologia /. Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2017.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Políticas públicas e gestão educacional**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 15 h

EMENTA

Escola e Sistemas de Ensino. Processos de planejamento e implementação de políticas públicas educacionais no Brasil. Cultura escolar e processos de gestão educacional na Educação do Campo. Fundamentos da gestão escolar participativa e democrática.

OBJETIVO GERAL

Compreender o conjunto de políticas públicas e ações que organizam a educação brasileira, impactando na organização da Educação do Campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

§ Conhecer processos de reformas educacionais e políticas de descentralização de gestão no âmbito da educação brasileira;

§ Conhecer o conjunto das políticas públicas educacionais que orientam a

Educação do Campo;

§ Refletir sobre os princípios da gestão educacional democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidente da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 26 de setembro de 2022.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 26 de setembro de 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de Dezembro de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 22/2020: Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Brasília: CNE, 8 de Dezembro de 2020.

CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ROSÁRIO, M. J. A. do; ARAÚJO, R. M. de L. (org.). Políticas Públicas Educacionais. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010:

dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Diário Oficial da União, Brasília: 5 de Novembro de 2010.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2003.

LÜCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político, 3. ed.. Petrópolis: Vozes, 1986.

MORAIS, Regis de (org). Sala de aula: que espaço é esse?. 9º ed. Campinas: Papyrus, p. 1115, 1995.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Movimentos Sociais e o Campo**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Movimentos sociais do campo: identidade, cidadania e democratização. A Cultura

política, cotidiano e ação política nos movimentos sociais. O debate teórico-metodológico sobre movimentos sociais. As contribuições dos movimentos sociais para as relações socioambientais, culturais e de gênero.

OBJETIVO GERAL

Conhecer e aprender com a história dos principais movimentos sociais do campo ocorridos no Brasil, suas formas peculiares de organização e manifestação e as condições estruturais às quais se ligam o surgimento e a ocorrência desses movimentos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Conhecer a História: movimento sindical, movimentos camponeses, movimentos étnicos e movimentos culturais;
- § Analisar as diferentes formas de organização e funcionamento;
- § Analisar as intervenções e proposições dos movimentos sociais destacando modelos de produção, bases científicas para a atividade do campo e a Agroecologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FRANK, G.; FUENTES, M. Nove teses sobre os movimentos sociais. Lua Nova, n.17, São Paulo: CEDEC, 1987.

GOHN, M. G. (org.) Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRACIA, R. L. (Org.). Aprendendo com os movimentos sociais. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GOHN, M. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELUCCI, A. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Vozes, 2001.

_____. Um objetivo para os Movimentos Sociais? Lua Nova, CEDEC, p.49-66, 1989.

PICOLOTTO, E. As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese de doutorado. CPDA/UFRRJ, 2011.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Construindo conhecimentos de Física para o Ensino Fundamental**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

§ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

História da Física; Introdução à astronomia (história, percepção e contagem do tempo); Astronomia e suas aplicações.

OBJETIVO GERAL

Reconhecer realizações históricas da Física, os principais paradigmas vigentes e sua relação com a astronomia e a sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Reconhecer realizações históricas da Física, os principais paradigmas vigentes e sua relação com a sociedade;
- § Discutir a astronomia a partir da compreensão de diferentes visões na história;
- § Desenvolver práticas metodológicas de astronomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.; PERNAMBUCO, M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos / 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 364 p.

GRECA, I. M.; BRANDÃO, A. G.; CARVALHO, V.; SOUTO DIAS, A. Currículo inovador para a formação de professores em Ciências da Natureza do Ensino Fundamental. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 30, p. 538-53, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5165540.pdf>

MARRANGHELLO, G. F.; LINDEMANN, R. H. Ensino de Ciências na Região da Campanha - contribuições na formação acadêmico-profissional de professores em Astronomia. 1ed. - Itajaí: Casa Aberta Editora, 2017.

MILTÃO, M. S. R.; SANTANA, C. S. C.; BARRETO, A. L. V.; CARDOSO, G. K. R. O Ensino de Física e a Educação do Campo: uma relação que precisa ser efetivada. In: Álvaro Santo Alves; José Carlos Oliveira de Jesus; Gustavo Rodrigues Rocha. (Org.). Ensino de Física: reflexões, abordagens e práticas. 1ed. São Paulo: Livraria da Física, 2012, v. 1, p. 169-198. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/miltaoribeiro/livro-ensino-de-fisica-ed-livraria-da-fisica-capitulo-11-ensino-de-fisica-e-ed-campo-miltaocarlaanakelly>

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. Escrita e Desenho: análise de registros elaborados por alunos do Ensino Fundamental em aulas de Ciências. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 10, p. 1-19, 2010. Disponível em: <http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/346.pdf>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GASPAR, A. Experiências de ciências para o Ensino Fundamental. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. v. 1. 328p.

GURGEL, I.; PIETROCOLA, M. O Papel Do Pensamento Narrativo Na Elaboração Da Ciência: Uma Proposta A Partir Da Obra De Galileu Galilei. In: CASTELAR, S. M. V.; SEMEGHINI-SIQUEIRA, I. (Org.). Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental: formação docente, inovação e aprendizagem significativa. 1ed.Sao Paulo: Cengage, 2016.

PIETROCOLA, M. Curiosidade e Imaginação - os caminhos do conhecimento nas Ciências, nas Artes e no Ensino. In: Anna Maria Pessoa de Carvalho. (Org.). Inovação no Ensino de Ciências. São Paulo: Thomsom, 2003.

PIETROCOLA, M; MAGALHÃES JUNIOR, C. A. A formação dos professores de ciências para o Ensino Fundamental. In: XVI Simpósio Nacional de Ensino de Física, 2005, Rio de Janeiro. Ata do XVI Simpósio Nacional de Ensino de Física. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Física, 2005.

PIETROCOLA, M.; POGGIBEND, A.; RODRIGUES, A. G.; OLIVEIRA, R. C. A.; ROMERO, T. R. Física conceitos e contextos: pessoal, social histórico vol1. 1. ed. São Paulo: FTD, 2013. v. 1. 288p.

PIETROCOLA, M.; POGGIBEND, A.; OLIVEIRA, R. C. A.; ROMERO, T. R. Física conceitos e contextos: pessoal, social histórico vol2. 1. ed. São Paulo: FTD, 2013. v. 1. 288p.

PIETROCOLA, M.; POGGIBEND, A.; OLIVEIRA, R. C. A.; ROMERO, T. R. Física conceitos e contextos: pessoal, social histórico vol3. 1. ed. São Paulo: FTD, 2013. v. 1. 304p.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Biologia e Sociedade**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

História das ciências biológicas, seu papel na sociedade e a construção de conhecimentos de biologia no currículo do ensino fundamental. Origem e características dos seres vivos a partir dos diferentes níveis de organização da vida. O metabolismo como conceito estruturante na compreensão dos seres vivos e das sociedades humanas.

OBJETIVO GERAL

Compreender as ciências biológicas em seu aspecto histórico e filosófico, seu papel na sociedade contemporânea, sua inserção no currículo escolar e os conceitos estruturantes para compreensão da origem e manutenção da vida no planeta.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Reconhecer os princípios filosóficos e as realizações históricas das ciências biológicas e seu papel na sociedade;
- § Conhecer as diretrizes curriculares para o ensino fundamental a partir dos conhecimentos e tecnologias produzidos pelas ciências biológicas;
- § Estudar a origem da vida, a célula como sua unidade básica e os diferentes níveis de organização da vida;
- § Estudar o metabolismo celular, a satisfação das necessidades vitais e a autonomia dos seres vivos;
- § Contextualizar a dinâmica de vida das comunidades humanas e a satisfação de suas necessidades a partir do conceito de metabolismo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

MARANDINO, M. SELLES, S.E. SERRA, M. S. Ensino de Biologia – Histórias e

Práticas em Diferentes Espaços Educativos. 1ª edição. 215 p. São Paulo: Cortez, 2009.

KARAM, C.; RAMOS, M. A biologia como ideologia: contra-argumentos para a desigualdade social. VITTALLE - Revista de Ciências da Saúde, v. 24, n. 2, p. 31–42, 2015. Disponível em <<https://periodicos.furg.br/vittalle/article/view/5129>>

ALBERTS, B. et al. Biologia molecular da célula. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BOUZON, Z. L.; OURIQUES, L. C.; GARGIONI, R. Biologia celular. 2. ed. Florianópolis: UFSC, CED, LANTEC, 2010. Disponível em <<https://uab.ufsc.br/biologia/files/2020/08/Biologia-Celular.pdf>>

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MATURANA, H.; VARELA, F. A organização do vivo. Em: MATURANA, H.; VARELA, F. (Ed). A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. 4. ed. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MAYR, E. Biologia, ciência única: reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRASIL. Temas contemporâneos transversais na BNCC. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

TAUCEDA, K. C.; HAAS, J. M. O conceito “metabolismo celular” problematizado/contextualizado na pedagogia da alternância e dos campos conceituais: um estudo de caso na Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza. Enseñanza de las Ciencias, p. 6, 2017.

PETERSEN, P. et al. Metabolismo socioecológico: ferramenta analítica para o estudo da coprodução. Em: Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. Disponível em <http://aspta.redelivre.org.br/files/2017/03/2-livro_METODO-DE-ANALISE-DE-AGROECOSSISTEMAS_web.pdf>

TOLEDO, V. M. El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. Relaciones: Estudios de historia y sociedad, v. 34, n. 136, p. 41–71, 2013. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5333665>>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Construindo conhecimentos de Química I**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

História da Química. Matéria (corpo e objeto) e transformações físicas e químicas. Estrutura da matéria: Evolução dos modelos atômicos, características do átomo e distribuição eletrônica. Elementos e íons, Tabela Periódica, substâncias, misturas e separação de misturas.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver os conceitos estruturantes de Química articulados aos processos de Ensino e Aprendizagem para a Educação Básica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Introduzir conceitos estruturantes de Química para o Ensino Fundamental e Médio;

- § Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente;
- § Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ATKINS, P. W. JONES, L. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2006. 965 p.

BRADY, Joel W.; RUSSELL, John W.; HOLUM, John R. Química: a Matéria e Suas Transformações, vol.1 e 2, 5ª edição, Rio de Janeiro: LTC , 2006.

LEE, John David. Química Inorgânica não tão concisa. 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.

LOPES, A. C. Currículo e Epistemologia. Ijuí: Unijuí. 2007.

ROSA, M.I.P. ROSSI, A.V. (orgs.) Educação Química no Brasil: memórias políticas e tendências. Campinas-SP: Editora Átomo, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHAGAS, A.P. Como se faz Química: uma reflexão sobre a química e a atividade do químico. 3ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.

FONSECA, M. R. M, Projeto Múltiplo: Química. vol. 1,2,3. São Paulo: Editora Ática, 2014.

INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.

MACHADO, A.; MORTIMER, E.F, Projeto Voaz: Química. São Paulo: Editora Scipione, 2014.

REVISTA QUÍMICA NOVA NA ESCOLA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2000-2016.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Educação Ambiental: Fundamentos e Práticas**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 15 h

EMENTA

Onde a Educação Ambiental encontra a Educação do Campo. Compreender que a educação do campo é luta ambiental. Relação entre educação, educação ambiental e educação do campo. A incorporação da educação ambiental no currículo escolar e em espaços comunitários. Problematização das ações pedagógicas a partir de estudos sobre meio ambiente, relações étnico-raciais, direitos humanos, sustentabilidade e globalização. As questões ambientais e a relação dos seres sociais com os agroecossistemas e as consequências do modelo de produção do Agronegócio para a sustentação da vida no campo. Bases legais e elaboração de Projetos de Educação Ambiental.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver o pertencimento ao campo da educação ambiental a partir de uma visão sistêmica da realidade para a compreensão das questões ambientais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender a visão sistêmica da realidade a partir do conhecimento dos novos paradigmas das ciências;
- § Desenvolver uma consciência crítica sobre as questões ambientais;
- § Construir e fundamentar os conceitos de Educação Ambiental, meio ambiente, cidadania e sustentabilidade;
- § Compreender as práticas interdisciplinares na Educação Ambiental nas escolas do campo;
- § Conhecer as principais categorias da EA;

- § Problematizar e conhecer as diferentes correntes e práticas em Educação Ambiental;
- § Estudar bases legais da Educação Ambiental;
- § Discutir sobre a EA na escola do campo integrada ao currículo a partir da Agroecologia;
- § Conhecer processos de elaboração de Projetos de Educação Ambiental a partir do estudo do meio com as potencialidades e os problemas identificados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

RUSHEINSKY, A. (Org.). Educação Ambiental, Abordagens Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei n.º 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, v.138, n. 79. Brasília: Imprensa Nacional, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. 3. ed - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

CARVALHO, I. C. de M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/qual_educacao_ambiental_20.pdf. Acesso em: 29 abr 2016.

CRIVELLARO, C. V.; NETO, M. R.; RACHE, R. P. Ondas que te quero mar: educação

ambiental para comunidades costeiras - Mentalidade marítima: relato de uma experiência. Porto Alegre: Gestal/NEMA, 2001. Disponível em: <http://www.nema-rs.org.br/files/publicacoes/livro.pdf>. Acesso em: 29 abr 2016.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (Org.). Educação Ambiental: pesquisa e desafio. Porto Alegre: Artmed, 2005.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo II**

§ Carga horária total: 30 h (TC: 30 h)

§ Carga horária de extensão: 30 h

EMENTA

Compreender a extensão como matriz indissociável do ensino e da pesquisa na formação de estudantes de graduação. Conhecer as diretrizes nacionais e institucionais que regulamentam e orientam a extensão universitária. Construir junto às comunidades do campo, das águas e das florestas programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão condizentes com suas demandas. Construção pela prática extensionista de uma identidade com a educação do campo e com os povos, comunidades e territórios aos quais estão vinculados os estudantes. Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão articulados às diretrizes do eixo 2 do curso de Educação do Campo: contexto socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional.

OBJETIVO GERAL

Compreender, se inserir e interagir com os contextos socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional das territorialidades de inserção dos estudantes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Integrar-se a programas, projetos, cursos e/ou eventos já existentes nas comunidades, colaborando para sua execução
- § Sistematizar os aprendizados construídos a partir das vivências proporcionadas em programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão;
- § Respaldar o compromisso da UNIPAMPA em estabelecer interação dialógica com a comunidade e estabelecer ações que visem à construção de novos conhecimentos, à superação de desigualdades e exclusões sociais e à construção de uma sociedade mais justa e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

SILVA, Marco Antonio Medronha da. Histórias e estórias no sítio: extensão e comunicação rural no RS. Brasília, DF: ASBRAER, 2011.

TOLFO, C. (org). RELATOS de extensão universitária. Bagé, RS: Ediurcamp, 2018.

A EXTENSÃO universitária como princípio de aprendizagem. Brasília, DF: Liber livro, 2013.

SOUZA NETO, João Clemente de; ATIK, Maria Luiza Guarnieri. Extensão universitária: construção e solidariedade. São Paulo, SP: Expressão e Arte, 2005.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. São Paulo, SP: Alínea, 2010.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Políticas de extensão universitária brasileira. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.
BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: 2012.

UNIPAMPA. Instrução Normativa n.18, 05 de Agosto de 2021. Bagé, 2022.

UNIPAMPA. Diretrizes Políticas de Extensão. Bagé, 2022.

UNIPAMPA. Resolução Consuni/Unipampa, n.º 317, de 29 de Abril de 2021

UNIPAMPA. PDI 2019-2023. Bagé, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010: dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Diário Oficial da União, Brasília: 5 de Novembro de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de Dezembro de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 22/2020: Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Brasília: CNE, 8 de Dezembro de 2020.

CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. SP/RJ: Expressão Popular, 2012. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>, acesso em 03/05/2022.

DIAS, Alexandre Pessoa, STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luis Henrique Gomes, VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação. RJ/SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf, acesso em 28/04/2022.

TERCEIRO SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Prática Pedagógica em Educação do Campo III: Território e Territorialidade**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 10 h

§ Carga horária prática: 5 h

§ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 30 h

EMENTA

Compreender os processos de configuração do espaço geográfico, o território: aspectos naturais, culturais, sociais, econômicos, o território agrário, as relações estabelecidas entre os sujeitos e o campo, expectativas e perspectivas. Pesquisa e coleta de dados sobre as territorialidades: as diferentes práticas agrícolas desenvolvidas, verificando possibilidades de implantação de práticas sustentáveis e da promoção da Agroecologia.

OBJETIVO GERAL

Compreender a configuração organizativa do território e das territorialidades e suas comunidades rurais, com vistas a caracterizar os processos de desenvolvimento em curso e a influência deste cenário na organização da Educação do Campo e das escolas do campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Observar, com base em estudos antropológicos desenvolvidos no contexto brasileiro e latino-americano, aspectos que configuram processos educacionais ligados às territorialidades;
- § Estudar etnografias desenvolvidas junto a comunidades e povos do campo;
- § Compreender a configuração organizativa do território e das territorialidades e suas comunidades rurais, com vistas a caracterizar os processos de desenvolvimento em curso e a influência deste cenário na organização da Educação do Campo e das escolas do campo;

- § Compreender o conceito de território e as territorialidades;
- § Identificar os elementos que compõe o território por meio do estudo do meio - a imersão;
- § Analisar e compreender as relações estabelecidas entre os sujeitos e os territórios agrários;
- § Entender as transformações históricas do território, sobre os aspectos da organização social, econômica, cultural e ambiental;
- § Compreender as relações entre a produção do conhecimento, a evolução tecnológica e a garantia da sustentabilidade dos agroecossistemas e da promoção da Agroecologia;
- § Analisar a composição dos territórios, de modo a elucidar alternativas ao processo de desenvolvimento histórico, bem como colaborar para a compreensão das transformações territoriais que influenciam a permanência dos sujeitos e das escolas do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Fortaleza: MEPF / Governo do Ceará, 1998. 18p.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. (2010). Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/bibliotecatematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-27-da-ideologia-do-progresso-a-ideiade-desenvolvimento-rural-sustentavel.pdf/view>.

CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual (mímio).

CUNHA, L. A. G. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. R. RA'EGA, Curitiba, n. 4, p. 49-60. 2000. Editora da UFPR.

FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. MOLINA, Mônica Castagna JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. In: Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27,

mai./ago. 2011, p. 81-112.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHASSOT, A. Educação Consciente. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2003.

MORAES, E. C. A Construção do Conhecimento Integrado diante do Desafio Ambiental: Uma Estratégia Educacional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

LYOTARD, J. F. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2002.

RICKLEFS, R. E. A Economia da Natureza. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2003.

TRIVELATO, S. L. F. Ciência/Tecnologia/Sociedade: Mudanças Curriculares e Formação de Professores. Tese. São Paulo: FEUSP, 1993.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Atividades Experimentais no Ensino de Ciências**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

§ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Natureza e tipos de experimentação (expositiva, demonstrativa e investigativa). Laboratório de ciências (vidrarias; substâncias/reagentes); Preparo de soluções; Métodos físicos de separação; Métodos volumétricos.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver a relação teórico-prático dos componentes da Ciências da Natureza.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Discutir a natureza da experimentação e os tipos de experimentação;
- § Apresentar a importância da experimentação no Ensino de Ciências na Educação Básica;
- § Relacionar os conhecimentos teóricos e práticos das ciências com foco na contextualização e no cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Naturais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GIORDAN, Marcelo. O papel da experimentação no Ensino de Ciências. Química Nova na escola- Experimentação e Ensino de Ciências. nº 10, novembro de 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GALIAZZI, M. C. et al. Objetivos das atividades experimentais no Ensino Médio: a pesquisa coletiva como modo de formação de professores de Ciências. Ciência & Educação, v.7, n.2, p.249-263, 2001.

GONÇALVES, F. P. A problematização das atividades experimentais no desenvolvimento profissional e na docência dos formadores de professores de Química. Tese de Doutorado - Educação Científica e Tecnológica. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

KRASILCHIK, M. Prática de Ensino de Biologia. 4. ed. São Paulo: Editora USP, 2008.

MARANDINO, M. SELLES, S. E. FERREIRA, M. S. Experimentação Científica e o Ensino Experimental em Ciências e Biologia. In: Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Jane R. S. Contribuições e abordagens das atividades experimentais no ensino de ciências: reunindo elementos para a prática docente. Acta Scientiae, v.12, n.1, jan./jun. 2010.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Teoria da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Estudo das teorias da aprendizagem e suas implicações no processo de ensino/aprendizagem. Principais contribuições teóricas da Psicologia da Educação sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem humana. Teoria da Carência Cultural: Refletindo as teorias da Aprendizagem e as populações do Campo.

OBJETIVO GERAL

Apresentar e discutir as teorias psicológicas da aprendizagem tomando como base o desenvolvimento humano.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Apresentar as contribuições da Psicologia da Educação.
- § Discutir as teorias da aprendizagem e suas implicações no processo ensino/aprendizagem;
- § Discutir as bases epistemológicas das teorias da aprendizagem e a relação com a Teoria da Carência Cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

AMPOS, Dinah M. Psicologia da Aprendizagem. Petrópolis, Vozes. 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar. Casa do Psicólogo, 2008.

VIGOTSKY, Lev Semenorich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 7.ed. Editora Ícone, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, M.A.M. & MEIRA, M.E.M. Psicologia Escolar: práticas críticas. São Paulo. Casa do Psicólogo, 128 p. 2003.

DUARTE, N. Vigotski e o “aprender a aprender”. Crítica às apropriações neoliberais e pós modernas da teoria vigotskiana. São Paulo: Editora Autores Associados, 2000.

PAPALIA, e OLDS. Desenvolvimento Humano. Editora Artmed, 2000.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. Casa do Psicólogo, 2010.

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. LTC. 2010.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TANAMACHI, E.; PROENÇA, M.; Rocha, M. (Orgs.). Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos. São Paulo, Casa do Psicólogo. 2000.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Antropologia das Populações do Campo**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

§ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

A antropologia enquanto área do conhecimento. Conceito antropológico de Cultura. Cultura, ambiente e sociedade. Antropologia, ruralidades e campesinatos. Educação e territorialidade. A pesquisa antropológica junto às populações do campo.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a constituição da antropologia enquanto área do conhecimento, fundamentada pelo fazer etnográfico e pela produção de teoria social, com destaque à produção antropológica dedicada aos grupos sociais e suas relações com o território que produzem e habitam.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Analisar o conceito antropológico de cultura, nas relações entre sociedade e ambiente;
- § Problematizar diálogos entre as concepções de ruralidades e a constituição dos campesinatos, a partir da antropologia social;
- § Observar, com base em estudos antropológicos desenvolvidos no contexto brasileiro e latino-americano, aspectos que configuram processos educacionais ligados às territorialidades;
- § Estudar etnografias desenvolvidas junto a comunidades e povos do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru, SP: EDUSP, 2002.

LEVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. 1. ed. São Paulo, SP: Companhia das letras, 1996.

MAUSS, Marcel; LÉVY-BRUHL, Henri; GURVITCH, Georges; LEVI-STRAUSS, Claude. Sociologia e antropologia. São Paulo, SP: Ubu, 2017.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. Mana, Rio de Janeiro, v. 17,

n. 2, p. 395-417, Ago. 2011.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WULF, Christoph. Antropologia da educação. Trad. Sidney Reinaldo da Silva. Campinas, SP: Alínea, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CÂNDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. História da Antropologia. Petrópolis Vozes, 2010.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.

TCHAYANOV, A. V. Teoria dos Sistemas Económicos Não-Capitalistas. In *Análise Social*, ano XII, n. 46, Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1976.

WOORTMANN, Klass. —Com Parente não se Neguceiall. O Campesinato como Ordem Moral. In *Anuário Antropológico* 87, Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1990.

WOLF, Eric W. Tipos de Campesinato Latino-Americano: Uma Discussão Disciplinar. In *Antropologia e Poder*, Brasília/Campinas: EdUnB/Editora Unicamp, 2003.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Leis Físicas do Movimento**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Introdução a Cinemática – estudo dos movimentos; Dinâmica – estudo da ação e equilíbrio de forças. Leis de Newton; Introdução à hidrostática (Lei de Steven e Pascal). Produção de materiais didático-pedagógicos.

OBJETIVO GERAL

Identificar a mecânica como parte da compreensão da estrutura do universo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Introduzir os conceitos fundamentais ao estudo dos movimentos;
- § Discutir a Dinâmica a partir da ação e equilíbrio de forças;
- § Compreender as Leis de Newton e as relações com práticas do campo;
- § Abordar as Lei de Steven e Pascal;
- § Produzir materiais didático-pedagógicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares para o ensino médio. Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. Brasília, 1998a. DOU de 26 de jun. 1998.

_____. Ministério da Educação. PCN+ Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros curriculares Nacionais – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEMT, 2002. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>.

DELIZOICOV D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências - Fundamentos e Métodos. 3a. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. v. 1. 366p.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K.S. Física. v. 1, Rio de Janeiro: LTC, 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CARRON, W.; GUIMARÃES, O. As faces da Física. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

GRAF. Leituras De Física. Vol. 1,2,3,4. São Paulo: Instituto de Física da USP, 1998.

HEWITT, P.G. Física Conceitual. Bookman Companhia Ed, 2011.

SIQUEIRA, A.C.; SCHEID, N. A abordagem dos temas controversos em livros didáticos e sua contribuição para a promoção da cidadania na educação básica. In: Revista da SBEnBIO, nº 7, 2014.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Diversidade da Vida**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

§ Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Aspectos gerais sobre evolução da vida. Bioma como manifestação da diversidade evolutiva e estabilidade ecossistêmica, em especial na pampa e mata atlântica. Introdução a sistemática e a organização dos três domínios da vida. Ocupação

humana/indígena no território gaúcho, ondas migratórias e formação do sujeito socioecológico no estado. Memória biocultural como fundamento de práticas pedagógicas na educação do campo.

OBJETIVO GERAL

Compreender a diversidade da vida e sua estabilidade a partir do conceito de bioma, como resultado do processo evolutivo, enfatizando a participação humana no território.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender o conceito de diversidade biológica a partir dos grandes grupos taxonômicos;
- § Estudar a diversidade biológica associada aos biomas pampa e mata atlântica no Rio Grande do Sul;
- § Conhecer a agrobiodiversidade manejada pelas populações do campo no território gaúcho;
- § Compreender o conceito e as aplicações das definições de um bioma;
- § Reconhecer a diversidade biológica dentro dos biomas como produto das relações evolutivas entre as espécies e como condição da estabilidade dos ecossistemas naturais e sociais.
- § Dominar o conceito de memória biocultural como forma de qualificar práticas pedagógicas em ciências da natureza com base na educação do campo;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CURTIS, H. *Biologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Agrobiodiversidade. Em: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; Expressão Popular, 2012. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>>

UFRGS. 12000 Anos de História: arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre: UFRGS Editora, 2014. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/museu/wp-content/uploads/2021/06/12000-arquivo-catalogo.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2022

PILLAR, Valério De Patta. Lange, Omara (Org). Os Campos do Sul. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. 1ª edição ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

AIRES, N.; MAZURANA, J.; WITT, J. (EDS.). Revista Pampa: É aqui que a gente vive. , 2019. Disponível em: <<https://comitepampa.com.br/publicacao/pampa-e-aqui-que-a-gente-vive/>>. Acesso em: 23 set. 2022

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MAYR, Ernst. O que é evolução. 1ª edição Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ALMEIDA, E.; CARVALHO, C. Biogeografia da América do Sul, 1a. ed. Roca. 2011.

PILLAR, Valério De Patta et al. Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf>>. Acesso em 23 abr 2022.

POUGH, H. A vida dos Vertebrados. 3ª ed. Atheneu, 2002.

RAVEN, P. H.; EVERT, R. EICHRORN, S. Biologia Vegetal. 7ª. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

SADAVA, D. et al. Vida: a ciência da biologia - 8.ed. Volume II: Evolução, diversidade e ecologia Porto Alegre: Artmed, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Construindo Conhecimentos de Química II**

- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Ligações Químicas (Covalente, Iônica e Metálicas); Geometria Molecular, polaridade e interações Intermoleculares. Funções Inorgânicas teoria de Arrhenius (Ácido, Base, Sais e Óxidos). Reações e balanceamento.

OBJETIVO GERAL

Reconhecer as diferentes estruturas da matéria e as formas como elas interagem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente;
- § Conhecer a organização/constituição das estruturas da matéria;
- § Compreender a influência da estrutura das substâncias nas propriedades da matéria;
- § Entender as relações entre as quantidades de reagentes e produtos em reações químicas;
- § Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ATKINS, P. W. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BRANCO, S. M. Água: Origem, uso e preservação. (Col. Polêmica). São Paulo:

Moderna, 1993.

FELICIDADE, N.; MARTINS, R. C.; LEME, A.A. Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil. 2ed, RIMA, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.

FONSECA, M. R. M, Projeto Múltiplo: Química. vol. 1,2,3. São Paulo: Editora Ática, 2014.

MACHADO, A.; MORTIMER, E.F, Projeto Voaz: Química. São Paulo: Editora Scipione, 2014.

SANTOS, W. L. P.; SCHNETZLER, R. P. Educação em Química: Compromisso com a cidadania. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2000.

TUCCI, C.E.M. Hidrologia: ciência e aplicação. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade: ABRH, 1997.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **História e Filosofia da Educação**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 15 h

EMENTA

Composição e temáticas centrais da filosofia da educação, da ciência e do campo. Discute as diferentes concepções de homem e realidade constituídas ao longo do

processo histórico-social da Filosofia. Reflete sobre as contribuições da Filosofia, entendida como ciência, para construção do perfil ético e reflexivo do educador, bem como de suas implicações para o entendimento da Educação e da Educação do Campo como processo individual e coletivamente construído. Discute as manifestações da consciência valorativa na práxis educacional, sob as dimensões técnica, política, ética e estética da educação. Trabalho como conceito filosófico e como práxis. Modalidades e manifestações do conhecimento. O processo de constituição do rural e do urbano.

OBJETIVO GERAL

Discutir as contribuições da Filosofia da Educação para o entendimento das questões da educação contemporânea do campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Definir as diferentes concepções de homem;
- § Apresentar as variadas concepções do conhecimento na relação com a Educação do Campo.
- § Caracterizar a ciência nos séculos XVIII e XIX e o modo científico de pensar;
- § Discutir sobre o estatuto epistemológico das ciências naturais e do campo;
- § Discutir sobre as concepções epistemológicas essencialista, naturalista e dialética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FULLAT, Octavi. Filosofias da Educação. Petropolis: Vozes, 1995.

SUCHODOLSKI, B. A pedagogia e as correntes filosóficas. Lisboa: Horizonte, 2000.

SEVERINO, A.J. Filosofia da Educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995.

GAARDER, J. O mundo de Sofia. São Paulo: Cia das Letras, 1995

KHUN, T. A. Estrutura das Revoluções Científicas. 8 ed. São Paulo.: Perspectiva, 2003.

POPPER. K. Conjecturas e Refutações. 5.ed. Brasília: UnB, 2008.

LUCKESI, C.C.; PASSOS, E. S. Introdução à filosofia: aprendendo a pensar. 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Tendências e correntes da educação brasileira. In MENDES, Durmeval Trigueiro. Filosofia da educação brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

SEVERINO, A.J. Filosofia. São Paulo: Cortez, 1994.

SNYDERS, Georges. Escola, classe e luta de classes. Lisboa: Moraes, 1981.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo III**

§ Carga horária total: 30 h (TC: 30 h)

§ Carga horária de extensão: 30 h

EMENTA

Compreender a extensão como matriz indissociável do ensino e da pesquisa na formação de estudantes de graduação. Conhecer as diretrizes nacionais e institucionais que regulamentam e orientam a extensão universitária. Construir junto às comunidades do campo, das águas e das florestas programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão condizentes com suas demandas. Construção pela prática extensionista de uma identidade com a educação do campo e com os povos, comunidades e territórios aos quais estão vinculados os estudantes. Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão articulados às diretrizes do eixo 3 do curso de Educação do Campo: Território e Territorialidades.

OBJETIVO GERAL

Aprofundar a inserção nos territórios de atuação, articulando-se aos povos e comunidades que neles vivem para desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão articulados a suas epistemologias.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Integrar-se a programas, projetos, cursos e/ou eventos já existentes nas comunidades, colaborando para sua execução;
- § Sistematizar os aprendizados construídos a partir das vivências proporcionadas em programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão;
- § Respaldar o compromisso da UNIPAMPA em estabelecer interação dialógica com a comunidade e estabelecer ações que visem à construção de novos conhecimentos, à superação de desigualdades e exclusões sociais e à construção de uma sociedade mais justa e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

SILVA, Marco Antonio Medronha da. Histórias e estórias no sítio: extensão e comunicação rural no RS. Brasília, DF: ASBRAER, 2011. 102 p. ; RENEX - Rede Nacional de Extensão. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/documentos>>. Acesso em: 31 mai 2022. BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: 2012.

UNIPAMPA. Instrução Normativa n.18, 05 de Agosto de 2021. Bagé, 2022.

UNIPAMPA. Diretrizes Políticas de Extensão. Bagé, 2022.

UNIPAMPA. Resolução Consuni/Unipampa, n °317, de 29 de Abril de 2021

UNIPAMPA. PDI 2019-2023. Bagé, 2019.

TOLFO, C. (org). RELATOS de extensão universitária. Bagé, RS: Ediurcamp, 2018.

A EXTENSÃO universitária como princípio de aprendizagem. Brasília, DF: Liber livro, 2013.

SOUZA NETO, João Clemente de; ATIK, Maria Luiza Guarnieri. Extensão

universitária: construção e solidariedade /. São Paulo, SP: Expressão e Arte, 2005.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. São Paulo, SP: Alínea, 2010.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Políticas de extensão universitária brasileira. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

RENEX - Rede Nacional de Extensão. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/documentos>>. Acesso em: 31 mai 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010: dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Diário Oficial da União, Brasília: 5 de Novembro de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de Dezembro de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 22/2020: Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Brasília: CNE, 8 de Dezembro de 2020.

CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. SP/RJ: Expressão Popular, 2012. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>, acesso em 03/05/2022.

DIAS, Alexandre Pessoa, STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luis Henrique Gomes, VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação. RJ/SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em

https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf,
acesso em 28/04/2022.

QUARTO SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Prática Pedagógica em Educação do Campo IV: o trabalho como princípio educativo**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 10 h
- § Carga horária prática: 5 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 30 h

EMENTA

Trabalho, ocupação e profissão. Educação e formação profissional. Produção de saberes através do trabalho. Cultura, educação, trabalho e Agricultura Camponesa.

OBJETIVO GERAL

Orientar os trabalhos do tempo comunidade do eixo: O trabalho como princípio educativo, correlacionando os conceitos de trabalho e energia com os documentos curriculares do Ensino Fundamental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Analisar a relação entre trabalho e educação no âmbito da Educação do Campo e da Agricultura
- § Camponesa.
- § Refletir sobre trabalho e produção de conhecimentos no contexto do campo;
- § Estudar as Políticas Curriculares, em especial sobre o Referencial Curricular

Gaúcho;

§ Investigar as interfaces entre educação e trabalho em comunidades escolares do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, K. O capital: crítica de economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARMO, Paulo. A ideologia do trabalho. São Paulo: Moderna, 1992.

CERTEAU, Michel de: A invenção do cotidiano I: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

DAMASCENO, M.N. Pedagogia do engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza: Ed. UFC/Stylus Comunicações, 1990.

SALAMA, Pierre. Pobreza e exploração do trabalho na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2002.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Calor, Ambiente e Uso de Energia**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Termometria; Calorimetria; Energia; Trabalho e Potência, Energia Mecânica; Leis da Termodinâmica.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver conhecimentos de calor, ambiente e energia a partir de práticas e vivências.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Identificar as medidas associadas a temperatura e ao calor;
- § Conhecer o calor como fluxo de energia;
- § Desenvolver o conceito de energia e trabalho como agente transformador do ambiente;
- § Compreender o universo microscópico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANGOTTI, J.P. Conceitos unificadores e ensino de física. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 15, nºs (1 a 4), p. 191 – 198, 1993. Disponível em: <http://www.sbfisica.org.br/rbef/pdf/vol15a20.pdf>.

CARRON, W.; GUIMARÃES, O. As faces da Física. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

GRAF. Leituras De Física. Vol. 1,2,3,4. São Paulo: Instituto de Física da USP, 1998.

LANDULFO, E. Meio Ambiente e Física. São Paulo: Editora Senac, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, 1998.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília, 1998.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais +: Ensino Médio. Brasília 1998

_____. Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2006.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K.S. Física. v. 2, Rio de Janeiro: LTC, 1992.

HEWITT, P.G. Física Conceitual. Bookman Companhia Ed, 2011.

MILTÃO, M. S. R.; SANTANA, C. S. C.; BARRETO, A. L. V.; CARDOSO, G. K. R. O Ensino de Física e a Educação do Campo: uma relação que precisa ser efetivada. In: Álvaro Santo Alves; José Carlos Oliveira de Jesus; Gustavo Rodrigues Rocha. (Org.). Ensino de Física: reflexões, abordagens e práticas. 1ed. São Paulo: Livraria da Física, 2012, v. 1, p. 169-198. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/miltaoribeiro/livro-ensino-de-fisica-ed-livraria-da-fisica-capitulo-11-ensino-de-fisica-e-ed-campo-miltaocarlaanakelly>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Botânica e o Trabalho no Campo**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

§ Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Caracterização geral das plantas terrestres (embriófitas); Célula e tecido vegetal, ciclo de vida e importância socioeconômica das plantas sem sementes e das plantas com sementes; Anatomia e fisiologia de angiospermas, órgãos vegetativos e reprodutivos; Mundo do trabalho, práticas sociais e vinculação com educação escolar no ensino médio.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar conhecimentos básicos de anatomia e fisiologia vegetal, tendo como foco a estrutura e funcionamento de plantas domesticadas e sua vinculação com educação escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender as principais estruturas e funcionamento das plantas (Reino Metaphyta);
- § Compreender a filogenia e as relações evolutivas entre os grupos de plantas atuais;
- § Contextualizar o uso das plantas domesticadas tendo em vista seu uso nas culturas humanas;
- § Vincular o trabalho associado na agricultura com as práticas pedagógicas em espaços escolares e não escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

RAVEN, D. Biologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

MAESTRI, Moacir. Fisiologia vegetal: exercícios práticos. Viçosa, MG: Ed. da UFV, 1995.

SILVA, I. T. D.; FREIXO, A. A. Ensino de Botânica e Classificação Biológica em uma Escola Família Agrícola: diálogo de saberes no campo. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte), v. 22, 14 set. 2020.

BRASIL. A Etapa do Ensino Médio. Em: BRASIL (Ed.). Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: 1999.

MARONHAS, Maitê; SILVA, Ana Cláudia; GÖRGEN, Frei Sérgio. Sementes. Em: DIAS, Alexandre et al. (org.). Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro : São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; Expressão Popular, 2021. p. 59–72. Disponível em: <https://nuvem.terradesentidos.org/index.php/s/NlvNmd2mfYzu0a3>.

CARVALHO, Horácio Martins. Agricultura Camponesa. Em: CALDART, Roseli Salette et al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro : São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; Expressão Popular, 2012. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>>

LIZARRAGA, P.; VICENTE, C. (EDS.). La revolución de una semilla. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2021. Disponível em <<https://editorialelcolectivo.com/producto/la-revolucion-de-una-semilla/>>. Acesso em: 23 set. 2022.

TAIZ, Lincoln; ZEIGER, Eduardo. Fisiologia vegetal. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

VIDAL, Waldomiro Nunes; VIDAL, Maria Rosária Rodrigues. Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos. 4.ed. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2003.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Educação e Produção de Conhecimento**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 25 h

§ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 20 h

EMENTA

O conhecimento como organizador da prática, a prática como manifestação de pressupostos cognitivos construídos socialmente ao longo da história pelas culturas e tradições humanas; Ciência moderna e contemporânea como processo específico de construção de conhecimento; A ciência como espaço de disputa vinculado a distintos projetos políticos; Educação do Campo como ciência que estuda e sistematiza práticas e conhecimentos a partir do trabalho e da vida das populações do campo.

OBJETIVO GERAL

Compreender o conhecimento humano como produção social, o conhecimento científico em contraste com as formas populares e refletir sobre a vinculação entre educação, conhecimento, vida comunitária e o mundo do trabalho no campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Relacionar os conhecimentos de base científica com os conhecimentos tradicionais e populares;
- § Discernir os processos sociais e históricos que geram os conhecimentos científico e tradicional;
- § Compreender a relação entre processo de construção de conhecimento e sua respectiva interpretação de mundo e proposição explicativa da realidade;
- § Compreender os conhecimentos tradicionais e populares como práticas estruturantes da vida e trabalho das culturas humanas no presente e no passado;
- § Analisar os efeitos do conhecimento científico na vida prática das pessoas e comunidades;
- § Debater a Educação do Campo como ação educativa que articula o conhecimento científico com o tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Resolução nº 342: Consolida as Diretrizes Curriculares da Educação Básica nas Escolas do Campo e estabelece condições para a sua oferta no Sistema Estadual de Ensino. 11 abr. 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/ceed-rs-n-342_5bff5e63eed82.pdf>.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista USP*, [s. l.], v. 0, n. 75, p. 76–84, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13623>>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006

BRAGA, Marco; GUERRA, Andréia; REIS, José Cláudio. *Breve história da ciência moderna*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2008

FERRARI, Eugênio; SILVA, Nívia Regina; SILVA, Márcio. *Conhecimento Agroecológico*. Em: DIAS, Alexandre et al. (org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; Expressão Popular, 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

XAVIER, Libania Nacif. *Escola, culturas e saberes*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005

STEDILE, Miguel Enrique. *Caminhos para transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escola do campo*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2015

VERRANGIA, Douglas. A formação de professores de ciências e biologia e os conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira. *Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación*, v. 6, n. 12, p. 105–117, 2013. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/MAGIS/article/view/7205>>.

BAPTISTA, Geilsa Costa Santos. Importância da demarcação de saberes no ensino de Ciências para sociedades tradicionais. *Ciência & Educação*, v. 16, n. 3, p. 679–694, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132010000300012&lng=pt&tlng=pt>

ESCOSTEGUY, Cléa Coitinho. Educação popular. Porto Alegre SER - SAGAH 2017

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2008

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Organização do Trabalho Pedagógico: trabalho e a educação**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 10 h
- § Carga horária prática: 5 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 30 h

EMENTA

Estuda o conceito ontológico do trabalho. As relações de trabalho na história da humanidade. O trabalho como princípio educativo. Mudanças no mundo do trabalho no modo de produção capitalista e os impactos na educação. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho. Mediações entre as relações de produção no capitalismo e a prática social educacional. A educação omnilateral e o foco, no trabalho enquanto princípio educativo da formação humana na perspectiva da politécnica. Trabalho socialmente útil, Trabalho, educação e mudança social.

OBJETIVO GERAL

Discutir a relação entre trabalho, enquanto conceito ontológico, e educação na perspectiva do trabalho como princípio educativo, na perspectiva da Organização do Trabalho Pedagógico para a Educação do Campo omnilateral e politécnica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Estudar o conceito ontológico do trabalho.
- § Compreender as diferentes formas de trabalho ao longo da história e os diferentes modelos econômicos e suas relações sociais.
- § Compreender as concepções de trabalho na contemporaneidade (globalização, reestruturação produtiva).

- § Conhecer alternativas que se contraponham as experiências do modo de produção capitalista (Cooperativismo Popular, Trabalho Associado, Economia Popular Solidária, Economia Social).
- § Discutir e analisar as implicações entre educação e o mundo do trabalho.
- § Compreender a contribuição da Pedagogia social para a educação contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANTUNES. R. (Org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo, Boitempo, 2013.

ANTUNES. R. Os sentidos do trabalho, São Paulo, Boitempo, 2000.

ARROYO, M. G. A Educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FRIGOTTO, G. A Produtividade da escola improdutiva. São Paulo, Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. e RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

GOMEZ, C. M. et al. Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez Editora, 2012, 6 ed.

KUENZER, A. Z. O trabalho com princípio educativo. Cadernos de Pesquisa, 68: 21-28, 1989

_____. Ensino Médio: uma concepção unificadora de ciência, técnica e ensino. In: GARCIA, W. & CUNHA, C. (Coords) Politecnia no Ensino Médio. São Paulo/Brasília: Cortez/Seneb 1991 (Cadernos Seneb 5)

_____. A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: MACHADO et. Al. (orgs) Trabalho e Educação Campinas/Brasília:

Cortez/Cedes?Ande/Anped 1992 (Coletânea CBE).

PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2005

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MANACORDA, M. A. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

NOSELLA, P. A educação e o mundo do trabalho: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. In. Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: Século XX. Maria Stephanou, Maria Helena Câmara Bastos (Org). 4 ed: Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

QUARESMA, A. G.; MENEZES NETO, A. J. de. O Caráter Ontológico do Trabalho: Implicações para a relação trabalho-Educação in: Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.20, n.2, 63-75, mai./ago.2011

TUMOLO, P. S. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005 disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>.

VENDRAMINI, C. R. Educação e Trabalho: Reflexões em torno dos Movimentos Sociais do Campo, Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007 disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Construindo conhecimentos de Química III**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

§ Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Unidades da matéria, Estequiometria, Soluções e equilíbrio químico.

OBJETIVO GERAL

Compreender e relacionar como a situação de equilíbrio interfere nas reações químicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade;
- § Entender uma situação de equilíbrio e as diferenças entre equilíbrio dinâmico e estático;
- § Apresentar as diferentes formas de concentração de soluções;
- § Desenvolver a habilidade de relacionar as quantidades entre reagentes e produtos de uma reação;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ATKINS, P. W. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2006.

LEE, John David. Química Inorgânica não tão concisa. 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2003. BRADY, Joel W.; RUSSELL, John W.; HOLUM, John R.. Química: a Matéria e Suas Transformações, vol.1 e 2, 5ª edição, Rio de Janeiro: LTC , 2006.

HARRIS, D. C. Análise Química Quantitativa. Rio de Janeiro, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

SANTOS, W. L. P.; SCHNETZLER, R. P. Educação em Química: Compromisso com a cidadania. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2000.

INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.

FONSECA, M. R. M, Projeto Múltiplo: Química. vol. 1,2,3. São Paulo: Editora Ática, 2014.

MACHADO, A.; MORTIMER, E.F, Projeto Voaz: Química. São Paulo: Editora Scipione, 2014.

REVISTA QUÍMICA NOVA NA ESCOLA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2000-2016.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Organização do Trabalho Pedagógico: metodologia do ensino de ciências na Educação do Campo**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 10 h

§ Carga horária prática: 5 h

§ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 30 h

EMENTA

Estuda as práticas cotidianas da sala de aula na Educação do Campo, Metodologias e Técnicas do Trabalho Pedagógico: planejamento, avaliação, mediação pedagógica voltadas para Educação do Campo. Aprofunda, na prática, os temas abordados no estudo da didática. Introduce os fundamentos metodológicos do ensino de ciências e suas relações com a Educação do Campo. Analisa livros didáticos voltados ao conhecimento das ciências e a relação com a Educação do Campo. Problematisa o ensino de Ciências na Educação do Campo.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar conhecimentos de técnicas e práticas metodológicas de docência para atuação na Educação do Campo, de maneira que possibilite, aos docentes-discentes um olhar crítico e reflexivo sobre o trabalho na área do ensino de Ciências da

Natureza.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Proporcionar reflexões sobre a função docente nos cenários da Educação do Campo, (re) criando as bases didático-pedagógicas para planejar, intervir e avaliar o processo de ensino-aprendizagem;
- § Analisar a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem a partir da relação pedagógica como prática socioeducativa na Educação do Campo;
- § Refletir os referenciais didático-pedagógicos do fazer docente, a partir da consciência e compromisso com a mudança humanizadora da prática educativa em saúde;
- § Discutir as principais questões envolvidas no fazer pedagógico da Educação do Campo;
- § Aprender as bases didático-pedagógicas que fundamentam a prática educativa que tem como princípio o trabalho e a cooperação;
- § Apropriar-se de elementos da prática docente no esforço de formar os sujeitos sociais comprometidos com a cooperação e com a produção de alimentos saudáveis;
- § Formular situações de ensino-aprendizagem para as Ciências da Natureza na Educação do Campo;
- § Compreender metodologias de ensino de física, química e biologia comprometidos com o desenvolvimento sustentável do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, A. A. Educação do Campo: desafios para formação dos professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CALDART, Roseli. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? In: MOLINA, Mônica C.; SÁ, Laís M. (Orgs.). Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências piloto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CHASSOT, A. Educação ConSciência. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DELIZOICOV, D., ANGOTTI, J. A. & PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007.

FREITAS; L. C. Ciclos, seriação e avaliação: confrontos de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

GALIAZZI, M. do C. Educar pela Pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências. Ijuí: Ed. Ijuí, 2011.

HAGE, Salomão Mufarrej. A multissérie em pauta: para transgredir o paradigma seriado nas escolas do campo. In: MUNARIM, Antônio. Educação do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

KRASILICHIK, M. & MARANDINO, M. Ensino de ciências e cidadania. São Paulo, SP: Moderna, 2004.

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. Anton Makarenko: vida e obra – a Pedagogia na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2002. 432p.

NARDI, R. (org.). Questões atuais no ensino de ciências. São Paulo: Escrituras, 2005.

SELLES, S. E. & FERREIRA, M. S. Influências histórico-culturais nas representações sobre as estações do ano em livros didáticos de ciências. In: Ciência & Educação, v. 10, n. 1. Bauru, SP, 2004.

SEVERINO, A. J. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Didática e interdisciplinaridade. Campinas, SP: Papirus, 1998.

WORTMANN, M. L. C. e outros (Org.) Ensaios em Estudos Culturais Educação e Ciência: A produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia, instâncias e práticas contemporâneas. Porto Alegre: UFRGS. 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FRESCHI, M.; RAMOS, M. G. Unidade de Aprendizagem: um processo em construção que possibilita o trânsito entre senso comum e conhecimento científico. Disponível em: http://www.docenciauniversitaria.org/volumenes/volumen8/ART9_Vol8_N1.pdf

Acesso em: 20 abr 2016.

LIMA, M. E. C. C.; MAUÉS, E. Uma releitura do papel da professora das séries iniciais no desenvolvimento e aprendizagem de ciências das crianças. Ensaio, V 8, n. 2, p.161-175, dez. 2006.

LORENZETTI, L. DELIZOICOV, D. Alfabetização Científica no contexto das séries iniciais. Ensaio: pesquisa em educação em ciências – v. 3, n 1. Jun. 2001.

PISTRAK M. M. A Escola-Comuna. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Observação do trabalho pedagógico na escola e sua relação com a comunidade – Estudo da Realidade e definição de ação pedagógica em Ciências da Natureza.

OBJETIVO GERAL

Conhecer o contexto escolar para elaboração do Estudo da Realidade e identificação das demandas educacionais em Ciências da Natureza.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

§ Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar (discentes e docentes);

- § Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico (PPP, avaliação, metodologias, recursos disponíveis etc);
- § Apropriar-se da realidade na qual a escola está inserida e sistematizar seu estudo;
- § Identificar os conteúdos de Ciências da Natureza nos anos finais do ensino fundamental;
- § Identificar possibilidades de ação coletiva interdisciplinar, visando a execução de trabalho socialmente útil a partir das Ciências da Natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

CALDART Roseli, FREITAS, Luiz Carlos, SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert, e et al., Caminhos para Transformação da Escola – Vol.3 – organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: complexos de estudo, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2015.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2012.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FARIAS, Maria Isabel; FINATTO, Roberto; LEITE, Valter de Jesus (org.). Inventário da Realidade e Cartografia Social. Possibilidades metodológicas nas escolas do campo. Guarapuava: Apprehendere, 2022.

MACHADO, C. L. B; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. Teoria e prática da Educação do Campo: análises de experiências. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-

4204236-74145-lt_Teoria_e_Pratica_da_Ed-3102384.pdf>.

GALIAZZI, M. C.; LINDEMANN, R. H. O diário de estágio: da reflexão pela escrita para a aprendizagem sobre ser professor. Olhar de professor, Ponta Grossa, 6(1): 135-150, 2003. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/1396>.

GALIAZZI, M. do C.; MORAES, R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. Ciência & educação, v.08, nº 02, p. 237-252, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n2/08.pdf>. Acesso em 04 abr 2016.

WANDERLEY, A. C. C.; O Estágio supervisionado enquanto eixo na formação do professor-pesquisador da Educação do Campo. In: V Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Práticas Curriculares, 2011, João Pessoa. Anais (Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares. CD-Rom). João Pessoa: UFPB, 2011. - GT 09: Políticas de Currículo e a Educação do Campo. Disponível em: <<http://www.geppc.org.br/sites/default/files/uploads/evento/192/anais/gt09.pdf>>.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo IV**

§ Carga horária total: 30 h (TC: 30 h)

§ Carga horária de extensão: 30 h

EMENTA

Compreender a extensão como matriz indissociável do ensino e da pesquisa na formação de estudantes de graduação. Conhecer as diretrizes nacionais e institucionais que regulamentam e orientam a extensão universitária. Construir junto às comunidades do campo, das águas e das florestas programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão condizentes com suas demandas. Construção pela prática extensionista de uma identidade com a educação do campo e com os povos,

comunidades e territórios aos quais estão vinculados os estudantes. Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão articulados às diretrizes do eixo 4 do curso de Educação do Campo: o trabalho como princípio educativo.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão pautados por uma perspectiva de trabalho que supere sua acepção capitalista, garantindo que as atividades desenvolvidas assumam condição de protagonismo na formação dos estudantes nelas envolvidos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Integrar-se a programas, projetos, cursos e/ou eventos já existentes nas comunidades, colaborando para sua execução
- § Sistematizar os aprendizados construídos a partir das vivências proporcionadas em programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão.
- § Respaldar o compromisso da UNIPAMPA em estabelecer interação dialógica com a comunidade e estabelecer ações que visem à construção de novos conhecimentos, à superação de desigualdades e exclusões sociais e à construção de uma sociedade mais justa e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: 2012.

UNIPAMPA. INSTRUÇÃO NORMATIVA UNIPAMPA No 18, 05 DE AGOSTO DE 2021

UNIPAMPA. Diretrizes Política de Extensão. Bagé, 2022.

UNIPAMPA. Resolução Consuni/Unipampa, n º317, de 29 de Abril de 2021

UNIPAMPA. PDI 2019-2023. Bagé, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010: dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Diário Oficial da União, Brasília: 5 de Novembro de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de Dezembro de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 22/2020: Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Brasília: CNE, 8 de Dezembro de 2020.

CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. SP/RJ: Expressão Popular, 2012. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>, acesso em 03/05/2022.

DIAS, Alexandre Pessoa, STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luis Henrique Gomes, VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação. RJ/SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf, acesso em 28/04/2022.

QUINTO SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Prática Pedagógica em Educação do Campo V: a escola como espaço emancipatório**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 10 h
- § Carga horária prática: 5 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 30 h

EMENTA

Problematizações sobre a escola, o currículo e o Projeto Político Pedagógico.

Relações das concepções de escola, currículo e Projeto Político Pedagógico na Educação do Campo. Práticas Educativas de Ciências da Natureza.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar reflexões acerca da escola como instituição pública; das relações do currículo, conhecimento e cultura; e da importância do projeto político pedagógico no desenvolvimento de práticas educativas que valorizem o conhecimento local o projeto pedagógico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente;
- § Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade;
- § Compreender como são trabalhados os conceitos das Ciências da Natureza na Escola do Campo;
- § Proporcionar reflexões sobre o professor da escola do campo, diferenciando suas formas de atuação, prática realizada, projetos desenvolvidos e formação profissional;
- § Compreender a escola como instituição pública e social. - Analisar as políticas de currículo em desenvolvimento na escola;
- § Conhecer e entender as implicações teórico-práticas do Projeto Político Pedagógico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. SP/RJ: Expressão Popular, 2012. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>

PAZELLO, Ricardo Prestes, MOTTA, Felipe Heringer Roxo. Libertação e Emancipação: uma revisão conceitual para a América Latina. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD. V.2; n.3, Jan/Jul, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>.

RIBEIRO, Marlene. Emancipação versus Cidadania. In. CALDART, Roseli et al (Org.). Dicionário da Educação do Campo. RJ – SP, Expressão Popular, 2002. p. 299-304. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>.

DIAS, Alexandre Pessoa, STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luis Henrique Gomes, VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação. RJ/SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf, acesso em 28/04/2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores (as) de campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

CHARLOT, B. Pressupostos e Exigências para uma Prática Pedagógica Emancipatória na Contemporaneidade. Conferência realizada em 9 de março de 2012. Departamento de Educação Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

CALDART, R. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de. Contribuições para

a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/por-uma-educacao-do-campo-contribuicoes-para-construcao-de-um-projeto-de-educacao-do-campo-vol.-5/view>. Acesso em: 04 abr 2016.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2007. p.17-46. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 04 abr 2016.

VEIGA, I. P. A. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: Uma Relação Regulatória ou Emancipatória? Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28 mar 2016.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em 04 abr 2016.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, E. R.; CALDART, R. Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/por-uma-educacao-do-campo-educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas-vol.-iv/view>. Acesso em: 04 abr 2016.

TAFFAREL, C. Z.; ESCOBAR, M. O.; PERIN, T. de F. Currículo. In: UFBA. Universidade Federal da Bahia. Cadernos didáticos sobre educação no campo/ Salvador: EDITORA, 2010. p. 181-2015. Disponível em: www.bvseps.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=1248. Acesso em 04 abr 2016.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Zoologia e Conhecimento Escolar**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Introdução ao estudo científico dos animais e aos filos: Protozoa, Platyhelminthes, Nematoda, Molusca, Annelida, Arthropoda e Chordata. Relação entre conhecimento biológico e conhecimento tradicional sobre os animais na educação básica.

OBJETIVO GERAL

Dominar conhecimentos básicos de biologia dos principais grupos animais, valorizando também, para o contexto escolar, os conhecimentos sobre os animais produzidos pelas populações do campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender aspectos básicos de anatomia, fisiologia e ecologia dos grupos animais;
- § Compreender aspectos básicos de sistemática e filogenética para entendimento da classificação e nomenclatura zoológica;
- § Compreender a relação entre conhecimento biológico e popular sobre os seres vivos na educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

HICKMAN JR., Cleveland P.; LARSON, Allan; ROBERTS, Larry S. Princípios integrados de zoologia. 11.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2004.

HILDEBRAND, Milton; GOSLOW, G.e. Análise da estrutura dos vertebrados. 2.ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2006.

RUPPERT, Edward E.; BARNES, Robert D. Zoologia dos invertebrados. 6.ed. São Paulo, SP: Roca, 1996.

MOURA, Alesandra dos Santos. Zoologia e entomologia agrícola. Porto Alegre SAGAH 2019.

BRASIL. A Etapa do Ensino Médio. Em: BRASIL (Ed.). Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

ROCHA, André Luis. A Possibilidade de uma Abordagem Crítica no Ensino de Zoologia: das situações-limite à práxis pedagógica. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Resolução nº 342: Consolida as Diretrizes Curriculares da Educação Básica nas Escolas do Campo e estabelece condições para a sua oferta no Sistema Estadual de Ensino. 11 abr. 2018.

POUGH, F. Harvey; HEISER, John B.; JANIS, Christine M. A vida dos vertebrados. 3.ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2002.

BRUSCA, Richard C.; BRUSCA, Gary J. Invertebrados. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2011.

CARVALHO, Claudio Jose Barros de; CASARI, Sonia Aparecida; MELO, Gabriel Augusto Rodrigues. Insetos do Brasil. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2012.

LICATTI, F. O ensino de evolução biológica no nível médio: investigando concepções de professores de biologia. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, 2005. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90884/licatti_f_me_bauru.pdf?seq

uence=1, acesso em 29 abr 2016.

SILVA, G. Problematizando o ensino de Zoologia na educação básica a partir de sequências didáticas produzidas por licenciandos. Atas do X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X ENPEC Águas de Lindóia, SP – 24 a 27 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.abrapecnet.org.br/enpec/x-enpec/anais2015/resumos/R2172-1.PDF>>.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Construindo Conhecimentos de Física para o Ensino Médio**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Estudo da luz e a produção de imagem; Espelhos, lentes e instrumentos ópticos; Ondulatória.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza da luz e a sua interação com o meio.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Introduzir o estudo da luz a partir da produção de imagem;
- § Discutir a formação de imagens em espelhos;
- § Discutir sobre os tipos de lentes e instrumentos ópticos;
- § Introduzir os estudos sobre a ondulatória;
- § Produzir materiais didático-pedagógicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_02_internet.pdf

BRICK, E. M. ; PERNAMBUCO, M. M. C. A. ; SILVA, A. F. G. ; DELIZOICOV, D. . Paulo Freire: interfaces entre o Ensino de Ciências Naturais e Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar. 1ed. Brasília: MDA, 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/Livro%20LEDOC%20CIEMA%20WEB.pdf

REF. Leituras de Física. Vol. 1,2,3,4. São Paulo: Instituto de Física da USP, 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, M.C.A. Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. Paz e Terra, 1967. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/livro_freire_educacao_pratica_liberdade.pdf

HEWITT, P.G. Física Conceitual. Bookman Companhia Ed, 2011.

MILTÃO, M. S. R.; SANTANA, C. S. C ; BARRETO, A. L. V. ; CARDOSO, G. K. R. O Ensino de Física e a Educação do Campo: uma relação que precisa ser efetivada. In: ALVES, A.; JESUS, J, C.; ROCHA, G, R. (Org.). Ensino de Física: reflexões, abordagens e práticas. 1ed. São Paulo: Livraria da Física, 2012. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/miltaoribeiro/livro-ensino-de-fisica-ed-livraria-da-fisica-capitulo-11-ensino-de-fisica-e-ed-campo-miltaocarlaanakelly>

Artigos e relatos do Caderno Brasileiro de Ensino de Física e Revista Brasileira de

Ensino de Física.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Construindo conhecimentos de Química IV**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Termoquímica, Cinética química e Eletroquímica: pilhas, baterias e corrosão.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos químicos que sofrem interferência de energia (gerada e/ou consumida).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade;
- § Entender o efeito da energia gerada ou consumida nos processos termoquímicos;
- § Compreender os fatores que aceleram ou desaceleram as velocidades de determinadas reações;
- § Demonstrar a relação entre reações espontâneas que geram energia elétrica e reações que necessitam de energia elétrica para ocorrer;
- § Descrever o efeito da corrosão sobre os diferentes materiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ATKINS, P. W. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2006. 965 p.

HARRIS, D. C. Análise Química Quantitativa. Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, W. L. P.; SCHNETZLER, R. P. Educação em Química: Compromisso com

a cidadania. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DELIZOICOV, D; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez. 2011.

INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.

FONSECA, M. R. M, Projeto Múltiplo: Química. vol. 1,2,3. São Paulo: Editora Ática, 2014.

MACHADO, A.; MORTIMER, E.F, Projeto Voaz: Química. São Paulo: Editora Scipione, 2014.

REVISTA QUÍMICA NOVA NA ESCOLA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2000-2016.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Organização do Trabalho Pedagógico: didática e formação de professores**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 15 h

EMENTA

Didática, docência e relações pedagógicas. Ensinar e aprender em diferentes contextos. Educar pela pesquisa. Avaliação da aprendizagem. Planejamento.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos discentes conhecimentos e fundamentos teóricos e práticos que possibilitem a aprendizagem de uma ação pedagógica consciente, criativa, democrática, valorizadora do ser humano.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender as relações pedagógicas: professor, aluno, conhecimento e os diferentes
- § aspectos do ensinar e aprender;
- § Estabelecer as relações entre o ensino e pesquisa no cotidiano da sala de aula;
- § Compreender o planejamento e a avaliação da aprendizagem: conceitos e instrumentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOAS, B. M. de F. V. (org.). Avaliação Formativa: Práticas Inovadoras. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. 9.ed. Campinas: Papyrus, 2008.

FRANCO, M. A. S. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201507140384>.

GALIAZZI, M. do C. Educar pela Pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências. Ijuí: Ed. Ijuí, 2011.

GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

VEIGA, I. P. A (org.). Didática: O Ensino e suas Relações. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ENRICONE, D. (Org.). Ser Professor. 4ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MATURANA, H., DÁVILA, X. P. Educação a Partir da Matriz Biológica da Existência Humana. Revista PRELAC (Projeto Regional de Educação para América Latina e o Caribe), Santiago – Chile, nº 02, p. 30-39, fev. 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001455/145502por.pdf>. Acesso em: 28 mar 2016.

MOREIRA, M. A. ABANDONO DA NARRATIVA, ENSINO CENTRADO NO ALUNO E APRENDER A APRENDER CRITICAMENTE. Ensino, Saúde e Ambiente, v. 4, n. 1, 30 abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/21094>. Acesso em: 10 abr 2022.

SANTOS, G.; MOURA, A. C. Práticas Pedagógicas Publicadas na Revista Brasileira de Educação do Campo: articulação do Ensino de Ciências e da Educação do Campo. Revista Insignare Scientia - RIS, v. 3, n. 4, p. 22-40, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/11807>. Acesso em: 09 dez 2020.

SILVA, A. H. da; ARAÚJO, M. N. R. de; ALVES, M. S.; ALMEIDA, R. S. Organização do Trabalho Pedagógico. In: UFBA. Universidade Federal da Bahia. Cadernos didáticos sobre educação no campo/ Salvador: EDITORA, 2010. p. 151-180. Disponível em: www.bvseps.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=1248. Acesso em 04 abr 2016.

VASCONCELLOS, C. S. Formação didática do educador contemporâneo: desafios e perspectivas. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 33-58, v. 9. Disponível em:

<http://www.celsovasconcellos.com.br/Textos/Did%C3%A1tica>. Acesso em: 12 de mar 2018.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Organização do Trabalho Pedagógico: teorias do currículo e a Educação do Campo**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 15 h

EMENTA

Relação entre conhecimento e poder. Concepções e histórico do currículo e sua relação com a Educação do Campo. Caracterização e fundamentos do currículo. Processo metodológico da organização curricular. A relação entre Currículo e Cultura Escolar. Currículo e a organização do trabalho pedagógico na Educação do Campo. O Currículo como construção do conhecimento. Planejamento e avaliação do currículo.

OBJETIVO GERAL

Analisar a dimensão do Currículo na Educação do Campo e no processo educacional, com fundamentação teórica e prática para atuação docente na Educação do Campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender a dimensão ideológica de currículo.
- § Analisar criticamente a teoria e a história de Currículos e suas relações com a Educação do Campo em diferentes épocas e diferente contextos.
- § Conhecer as diferentes concepções de currículo.
- § Discutir e analisar o currículo interdisciplinar no contexto da Educação do Campo.
- § Conhecer a proposta de organização curricular por Complexos Pedagógicos.
- § Descrever os processos metodológicos da organização curricular na Educação do Campo.
- § Discutir a relação entre Currículo e cultura escolar/ não escolar na Educação do Campo.

- § Explicar a relação do Currículo com a construção do conhecimento.
- § Explicitar conhecimentos sobre o planejamento e a avaliação do Currículo e a Organização do trabalho Pedagógico.
- § Articular o conteúdo com a temática dos ciclos do desenvolvimento humano e o ensino multisseriado na Educação do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. Currículo na contemporaneidade: Incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

MACEDO, E. (Org.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006.

MOREIRA, A. F. (Org.) Currículo: questões atuais. Goiânia: Alternativa, 2001.

MOREIRA, A. F. B.; PACHECO, J. A.; GARCIA, R. L. (Org.). Currículo: pensar, sentir e diferir. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004.

OLIVEIRA, B. A prática social global como ponto de partida e de chegada da prática educativa. In: OLIVEIRA, B.; DUARTE, N. A socialização do saber escolar. São Paulo: Cortez: Autores Associados, p. 91-104, 1987.

POPKEWITZ, T. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, T.T. da (Org.) O sujeito da educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

RAMOS, M. Possibilidade e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOMÉ, J. T. Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 34. ed. rev. Campinas, Autores

Associados, 2001.

_____. Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações. 7.ed. Campinas, Autores Associados, 2000.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

VASCONCELLOS, C. dos S. Currículo: a atividade humana como princípio educativo - São Paulo: Libertad, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARROYO, M. G. Educandos e Educadores: seus Direitos e o Currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2007. p.17-46. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>. Acesso em: 04 abr 2016.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANÁRIO, R. A escola no mundo rural: contributos para a construção de um objecto de estudo. Educação, Sociedade & Cultura, Porto, n. 14, p. 121-139, 2000.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2007. p.17-46. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 04 abr 2016.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II**
- § Carga horária total: 90 h (TU: 30 h; TC: 60 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 60 h

EMENTA

Docência e desenvolvimento dos conteúdos de Ciências da Natureza e sua relação com o campo: regência nos anos finais do ensino fundamental.

OBJETIVO GERAL

Realizar ações pedagógicas na escola a partir do Estudo da Realidade, por meio da regência em Ciências da Natureza.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Apropriar-se do Estudo da Realidade para o planejamento e organização do trabalho pedagógico;
- § Estudar os conteúdos a serem ministrados, as estratégias pedagógicas para a elaboração dos planos de aula;
- § Realizar a regência em Ciências da Natureza;
- § Identificar possibilidades de ação coletiva interdisciplinar;
- § Avaliar as atividades realizadas durante o estágio;
- § Socializar as experiências vividas;
- § Elaborar relatório de estágio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf.

CALDART Roseli, FREITAS, Luiz Carlos, SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert, e et al., Caminhos para Transformação da Escola – Vol.3 – organização do trabalho

pedagógico nas escolas do campo: complexos de estudo, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2015.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2012.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FARIAS, Maria Isabel; FINATTO, Roberto; LEITE, Valter de Jesus (org.). Inventário da Realidade e Cartografia Social. Possibilidades metodológicas nas escolas do campo. Guarapuava: Apprehendere, 2022.

MACHADO, C. L. B; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. Teoria e prática da Educação do Campo: análises de experiências. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204236-74145-It_Teoria_e_Prtica_da_Ed-3102384.pdf>.

GALIAZZI, M. C.; LINDEMANN, R. H. O diário de estágio: da reflexão pela escrita para a aprendizagem sobre ser professor. Olhar de professor, Ponta Grossa, 6(1): 135-150, 2003. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/1396>.

GALIAZZI, M. do C.; MORAES, R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. Ciência & educação, v.08, nº 02, p. 237-252, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n2/08.pdf>. Acesso em 04 abr 2016.

WANDERLEY, A. C. C.; O Estágio supervisionado enquanto eixo na formação do professor-pesquisador da Educação do Campo. In: V Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Práticas Curriculares, 2011, João Pessoa. Anais (Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares. CD-Rom). João Pessoa: UFPB,

2011. - GT 09: Políticas de Currículo e a Educação do Campo. Disponível em: <<http://www.geppc.org.br/sites/default/files/uploads/evento/192/anais/gt09.pdf>>.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo V**
- § Carga horária total: 30 h (TU: 0 h; TC: 30 h)
- § Carga horária de extensão: 30h

EMENTA

Compreender a extensão como matriz indissociável do ensino e da pesquisa na formação de estudantes de graduação. Conhecer as diretrizes nacionais e institucionais que regulamentam e orientam a extensão universitária. Construir junto às comunidades do campo, das águas e das florestas programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão condizentes com suas demandas. Construção pela prática extensionista de uma identidade com a educação do campo e com os povos, comunidades e territórios aos quais estão vinculados os estudantes. Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão articulados às diretrizes do eixo 5 do curso de Educação do Campo: a escola como espaço emancipatório.

OBJETIVO GERAL

Propor, em parceria com as escolas e/ou com os demais espaços informais de educação presentes nos territórios de atuação da educação do campo, programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão que colaborem com a constituição da escola como espaço emancipatório.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Integrar-se a programas, projetos, cursos e/ou eventos já existentes nas comunidades, colaborando para sua execução;
- § Sistematizar os aprendizados construídos a partir das vivências proporcionadas em programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão;

§ Respalda o compromisso da UNIPAMPA em estabelecer interação dialógica com a comunidade e estabelecer ações que visem à construção de novos conhecimentos, à superação de desigualdades e exclusões sociais e à construção de uma sociedade mais justa e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: 2012.

UNIPAMPA. INSTRUÇÃO NORMATIVA UNIPAMPA No 18, 05 DE AGOSTO DE 2021

UNIPAMPA. Diretrizes Política de Extensão. Bagé, 2022.

UNIPAMPA. Resolução Consuni/Unipampa, n º317, de 29 de Abril de 2021

UNIPAMPA. PDI 2019-2023. Bagé, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010: dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Diário Oficial da União, Brasília: 5 de Novembro de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de Dezembro de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 22/2020: Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Brasília: CNE, 8 de Dezembro de 2020.

CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. SP/RJ: Expressão Popular, 2012. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>, acesso em 03/05/2022.

DIAS, Alexandre Pessoa, STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luis Henrique Gomes, VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação. RJ/SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf, acesso em 28/04/2022.

SEXTO SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: gestão de práticas sustentáveis no/do campo**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 10 h
- § Carga horária prática: 5 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 30 h

EMENTA

Contexto sócio-histórico das transformações agroecológicas; meio ambiente e sustentabilidade; repercussões socioeconômicas da escassez dos recursos naturais; revolução industrial e seus efeitos; contribuições da ciência na contemporaneidade; papel das escolas do campo na discussão sobre os modelos de produção agropecuária.

OBJETIVO GERAL

Investigar e analisar o contexto do desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural do campo de modo a colaborar para o estudo das práticas que colaboram para a gestão sustentável do campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Analisar as transformações da agricultura ocasionadas pelo processo de agricultura como atividade transformadora do ambiente;
- § Analisar o desenvolvimento da agricultura e as implicações socioambientais;

- § Investigar os problemas da agricultura moderna e a sustentabilidade;
- § Compreender a epistemologia da Agroecologia e evolução do pensamento agroecológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ABRAMOVAY, R. (2003 a) – “Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo” in O Futuro das Regiões Rurais pp. 17-56 – Ed. UFRGS, Porto Alegre.

ANDRIOLI, I.A.; FUCHS R. Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos. E ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

CARSON, Rachel. Primavera silenciosa. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

GLIESSSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PICOLLI, L.R., SCHNADELBACH, C. V. [coord.] O Pampa em Disputa: A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores. Porto Alegre: Amigos da Terra Brasil. 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FREIRE, Paulo e HORTON, Myles. O caminho se faz caminhando: Conversas sobre educação e mudança social. Editora vozes.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político, 3. ed.. Petrópolis: Vozes, 1986.

NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L; VEZZANI, F.M. (Org.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. 1ed. Curitiba: Kairós, 2013.

PRADO JR., Caio. Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica, 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

QUADRADO, R. P. et al. Ecos do Sul: Conhecer os ecossistemas costeiros é tri legal! Rio Grande: FURG, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Eletromagnetismo e Introdução a Física Moderna**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Propriedades elétricas; Circuitos elétricos; propriedades magnéticas; campo elétrico e magnético; Introdução a Física Moderna.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver conhecimentos no campo da eletricidade e da física moderna.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Conhecer as propriedades elétricas da matéria, os circuitos elétricos e suas aplicações;
- § Identificar as propriedades magnéticas e suas aplicações;
- § Introduzir a física moderna como uma extensão dos conhecimentos de física vigentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações

Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. PCN+ Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros curriculares Nacionais – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEMT, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>.

CARRON, W.; GUIMARÃES, O. As faces da Física. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

REF. Leituras De Física. Vol. 1,2,3,4. São Paulo: Instituto de Física da USP, 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DIAS, R.A; MATTOS, C.R; Balestieri, J.A: O Uso Racional Da Energia. Ensino E Cidadania. – São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DIAS, P. M. C.; MORAIS, R. F. Os fundamentos mecânicos do eletromagnetismo. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 36, n. 3, 2014.

HEWITT, P.G. Física Conceitual. Bookman Companhia Ed, 2011.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K.S. Física. v. 3, Rio de Janeiro: LTC, 1992.

SOUSA, J. M.; MALHEIROS, A. P. dos S.; FIGUEIREDO, N. Desenvolvendo práticas investigativas no Ensino Médio: o uso de um Objeto de Aprendizagem no estudo da Força de Lorentz. In. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 32, n. 3, p. 988-1006, dez. 2015.

LOPES, D. P. M.; C. M. MORENO, S-B. L. X. Construção de um Guindaste Eletromagnético para fins Didáticos. In. Cad. Bras. Ens. Fís. v. 26, n. 1: p. 199-207, abr. 2009.

SEARS, F., ZEMANSKY, M.W. e, YOUNG, H.D. - Física – Vol. 1 e Vol. 2. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2008.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Desenvolvimento Rural**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Desenvolvimento Rural como campo de estudo multidisciplinar. Origens, metamorfoses e o debate contemporâneo sobre o desenvolvimento. O desenvolvimento e a globalização. A questão agrária brasileira. As transformações do rural brasileiro e a relação com o debate mais geral sobre o desenvolvimento. Contribuições clássicas ao estudo da questão agrária. Formas, processos e contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo (ou das sociedades agrárias). Questão agrária no Brasil: evolução.

OBJETIVO GERAL

Compreender o desenvolvimento enquanto conceito interdisciplinar e multidimensional e suas interfaces com o desenvolvimento rural, a educação do campo e um projeto agroecológico de sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Apresentar e discutir o Desenvolvimento Rural a partir de abordagens multidisciplinares;
- § Discutir analiticamente os principais processos que relacionam o Desenvolvimento e o Desenvolvimento Rural às dinâmicas do rural, a partir do histórico da questão agrária, agrícola e social no Brasil;
- § Analisar o Estado e as políticas para a agricultura;
- § Possibilitar aos acadêmicos analisar criticamente a realidade brasileira, mais especificamente a agricultura familiar e camponesa, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da Agroecologia;
- § Compreender as interfaces existentes entre o desenvolvimento rural e a Educação do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Editora. Hucitec, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1996.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Camponeses e Impérios Agroalimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

FROELICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). Desenvolvimento Rural. Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2009.

NEUMANN, P.; BERGAMASCO, S. M. P. P, (org.). Cadernos do desenvolvimento territorial. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016. 208 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed.UFRGS,1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

KAGEYAMA, Ângela A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008 229 p.

MICHELOTTI, F.; ZARREF, L. Cadernos de agroecologia. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016. 90 p

SILVA NETO, B.; BASSO, D. Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. Análise e Recomendações de Políticas. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Agroecologia e Educação do Campo**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

§ Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Agricultura camponesa e agricultura industrial como formas de apropriação da natureza que mobilizam distintos conhecimentos, práticas e tecnologias e seus impactos socioambientais. Resistência social e técnica à agricultura industrial e experiências agroecológicas na Campanha Gaúcha. Agroecologia na educação básica, papel da escola e dos educadores na construção e fortalecimento da Agroecologia.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a história da agricultura, as experiências atuais e as organizações sociais orientadas pelos princípios da Agroecologia para embasar práticas pedagógicas na educação básica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Conhecer a história da agricultura a partir do período neolítico e os impactos gerados pela agricultura industrial;
- § Compreender a relação entre modo de apropriação da natureza e arranjo sociotécnico, com ênfase nos conhecimentos necessários em cada modo;
- § Conhecer os atores sociais e as políticas públicas em Agroecologia na região da Campanha Gaúcha;
- § Conhecer práticas agroecológicas como compostagem, minhocário, bioconstrução, consorciamento e rotação de culturas, sementes crioulas, agrofloresta, etc.;
- § Conhecer experiências educacionais na educação básica que promovem e fortalecem a Agroecologia;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise

contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A Memória Biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ALTIERI, M. Biotecnologia Agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas. Petrópolis: Vozes, 2004. Disponível em <<https://cabiouel.files.wordpress.com/2010/04/altieri-biotecnologia-mitos-e-riscos-ambientais.pdf>>.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

DIAS, Alexandre Pessoa. Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro, RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

WITT, J.; MAZURANA, J.; OLIVEIRA, L. (Org.). Aprendendo Agroecologia no Pátio da Escola. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2019. Disponível em <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/07/Aprendendo_Agroecologia_no_Patio_da_Escola.pdf>.

RIBEIRO, D. (Org.). Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

CALDART, R. S. et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; Expressão Popular, 2012.

COSTABEBER, Jose Antonio. Agroecologia: conquistando a soberania alimentar.

Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar ;, 2004

LOMBARDI, A. Introdução à Prática Agroecológica. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

SAUER, Sergio. Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2013

NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L; VEZZANI, F.M. (Org.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. 1ed. Curitiba: Kairós, 2013.

MICHELOTTI, Luiz Zarref ; ZARREF, Luiz . Cadernos de agroecologia. Santa Maria, RS: Editora e Grafica Caxias, 2016

CALDART, R. S. (ED.). Caminhos para transformação da escola: trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

BICA, G.; MENGARELLI, R.; ALVARES, S. (EDS.). Agroecologia nas escola públicas: educação ambiental e resgate dos saberes populares: caderno de metodologia. Curitiba-PR: UFPR, 2020.

PRIMAVESI, Ana. A convenção dos ventos: agroecologia em contos. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2016.

AULER, D. Comunicação ou Coprodução e Coaprendizagem: diálogo com a obra Extensão ou Comunicação. Curitiba: Appris, 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Ecologia e Práticas Conservacionistas**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

§ Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Introdução à ecologia. Comunidade biológica e interdependência da vida no tempo e no espaço: sucessão e interação ecológica. Habitat, nicho ecológico, espécies nativas, endêmicas, exóticas e invasoras. Dinâmica das populações (teia alimentar, fluxo de matéria e energia) e estabilidade ecossistêmica. Biodiversidade, biologia da conservação e as práticas de conhecimento das populações do campo.

OBJETIVO GERAL

Compreender a estrutura e funcionamento dos ecossistemas para a valorização das práticas camponesas e indígenas promotoras de conservação da biodiversidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender o conceito de ecossistema e sua importância para a estabilidade ambiental;
- § Compreender a dinâmica entre seres vivos e ambiente, ciclo biogeoquímico e mudanças globais;
- § Compreender as causas da extinção de espécies e da geração de instabilidade ecológica e climática;
- § Conhecer a classificação das unidades de conservação e sua importância para a biodiversidade;
- § Valorizar o papel das comunidades tradicionais, seus modos de vida e práticas de conhecimento na conservação da biodiversidade, agrobiodiversidade e sociodiversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ODUM, Eugene P. Ecologia. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 1988.

BEGON, Michael; HARPER, John L.; TOWNSEND, Colin R. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 4.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

PILLAR, Valério de Patta. BRASIL. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília, DF: MMA, 2009.

MACHADO, L. C. P. Agrobiodiversidade (R. S. Caldart et al., Eds.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; Expressão Popular, 2012. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>>

PICOLLI, L.R., SCHNADELBACH, C. V. O Pampa em Disputa: A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores. Porto Alegre: Amigos da Terra Brasil. 2007.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades Conservação - SNUC. Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. nº 13.123. Lei de Acesso à Biodiversidade. 2015.

MAZURANA, Juliana; DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. Povos e comunidades tradicionais do pampa. 1. ed. Porto Alegre, RS: Fundação Luterana de Diaconia, 2016. Disponível em <<https://projetopampa.fld.com.br/page/documentos-e-publicacoes/>>.

DIBLASI FILHO, Italo. Ecologia geral. Rio de Janeiro, RJ: Ciência Moderna, 2007.

RICKLEFS, Robert E. A economia da natureza. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2001.

PINTO-COELHO, Ricardo Motta. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2000.

TOWNSEND, Colin R. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

DAA-UFPEL. Inventário Nacional de Referências Culturais – Lida Campeira. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; MAGALHÃES, S.; ADAMS, C. (EDS.). Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III**

§ Carga horária total: 90 h (TU: 30 h; TC: 60 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 60 h

EMENTA

Observação, conhecimento e vivência da organização do trabalho pedagógico em processos educativos escolares e comunitários. Subsídios para a docência no ensino médio.

OBJETIVO GERAL

Conhecer o contexto escolar e identificar as demandas educacionais em Ciências da Natureza para o ensino médio.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos conteúdos de Ciências da Natureza e sua relação com o campo no Ensino Médio;
- § Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar;
- § Elaborar uma organização pedagógica interdisciplinar de Ciências da Natureza para o Ensino Médio na perspectiva da Educação do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ATKINS, P. W. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>. Acesso em: 08 abr 2016.

FAZENDA, I. (org.). Didática e Interdisciplinaridade. Campinas: Papyrus, 1998.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GALIAZZI, M. C.; LINDEMANN, R. H. O diário de estágio: da reflexão pela escrita para a aprendizagem sobre ser professor. Olhar de professor, Ponta Grossa, 6(1): 135-150, 2003. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/1396>. Acesso em 24 abr 2016.

GALIAZZI, M. do C.; MORAES, R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. Ciência & educação, v.08, nº 02, p. 237-252, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n2/08.pdf>. Acesso em 04 abr 2016.

MACHADO, C. L. B; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. Teoria e prática da Educação do Campo: análises de experiências. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204236-74145-lt_Teoria_e_Prtica_da_Ed-3102384.pdf. Acesso em: 08 abr 2016.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2012.

WANDERLEY, A. C. C.; O Estágio Intervisionado enquanto eixo na formação do professor-pesquisador da Educação do Campo. In: V Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Práticas Curriculares, 2011, João Pessoa. Anais (Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares. CD-Rom). João Pessoa: UFPB, 2011. - GT 09: Políticas de Currículo e a Educação do Campo. Disponível em: <http://www.geppc.org.br/sites/default/files/uploads/evento/192/anais/gt09.pdf>. Acesso em: 08 abr 2016.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Metodologia da Pesquisa Científica**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Abordagens teóricas da pesquisa, metodologia e métodos. Elaboração de propostas de investigação e proposição de projetos. Análise quantitativa e qualitativa de dados. Metodologias participativas, Pesquisa Ação e/ou Pesquisa Participante e a relação com o conhecimento empírico e tradicional.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos discentes a compreensão das diferentes dimensões metodológicas do processo de pesquisa objetivando a elaboração de trabalhos científicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Propiciar noções fundamentais sobre a produção do conhecimento, ressaltando o uso de técnicas de pesquisa e as dimensões metodológicas do processo;
- § Proporcionar a sistematização do conhecimento empírico e tradicional com base em métodos apropriados para essa finalidade;
- § Estimular o processo de pesquisa na busca, produção e expressão do conhecimento, despertando no(a) estudante interesse e valorização desta em sua vida pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986, 99 p.

DEMO, P. Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. Ciências sociais e qualidade. São Paulo: Artmed, 1985.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ACKOFF, R. L., Planejamento de pesquisa social. São Paulo: EPU, 556 p. 1975.

ALMEIDA, M. L. P. Como elaborar monografias. 4 ed. Belém: Cejup, 224 p. 1996.

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1970, 117 p.

MARCONI, M. de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2001. 220p.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Química orgânica e a Vida**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Estrutura e propriedades de compostos orgânicos (Características e classificação do Carbono e classificação de cadeias). Funções orgânicas propriedades características e nomenclatura, (hidrocarbonetos, funções oxigenadas, funções nitrogenadas. Isomeria plana e espacial. Agroquímicos; alimentos e conservantes alimentícios e medicamentos.

OBJETIVO GERAL

Apresentar as funções orgânicas, suas estruturas, propriedades e as suas relações

com o cotidiano.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade;
- § Apresentar as diferentes formas de classificação do átomo de carbono e suas estruturas;
- § Descrever as diferentes funções orgânicas, suas estruturas e aplicações;
- § Demonstrar a relação de diferentes estruturas que apresentam a mesma fórmula molecular;
- § Ilustrar a presença de diferentes funções orgânicas em compostos no cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRUICE, Paula Yurkanis. Química orgânica: volume 1 e 2. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

FREDERICK, A. B.; BETTELHEIM, F. A. Introdução à Química Geral, Orgânica e Bioquímica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Craig B. Química orgânica. Vol.1 e 2. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FONSECA, M. R. M, Projeto Múltiplo: Química. vol. 1,2,3. São Paulo: Editora Ática, 2014.

INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.

MACEDO, G. A.; PASTORE, G. M.; SATO, H. H.; PARK, Y.G. K. Bioquímica Experimental de Alimentos. São Paulo: Livraria Varela, 2005.

REVISTA QUÍMICA NOVA NA ESCOLA. São Paulo: Sociedade Brasileira de

Química, 2000-2016.

SANTOS, W. L. P.; SCHNETZLER, R. P. Educação em Química: Compromisso com a cidadania. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2000.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo VI**

§ Carga horária total: 30 h (TC: 30 h)

§ Carga horária de extensão: 30 h

EMENTA

Compreender a extensão como matriz indissociável do ensino e da pesquisa na formação de estudantes de graduação. Conhecer as diretrizes nacionais e institucionais que regulamentam e orientam a extensão universitária. Construir junto às comunidades do campo, das águas e das florestas programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão condizentes com suas demandas. Construção pela prática extensionista de uma identidade com a educação do campo e com os povos, comunidades e territórios aos quais estão vinculados os estudantes. Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão articulados às diretrizes do eixo 6 do curso de Educação do Campo: gestão de práticas sustentáveis no/do campo.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão que promovam a criação e/ou consolidação de espaços caracterizados por práticas sustentáveis de vida e de produção no campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Integrar-se a programas, projetos, cursos e/ou eventos já existentes nas comunidades, colaborando para sua execução;
- § Sistematizar os aprendizados construídos a partir das vivências proporcionadas em programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão;
- § Respalda o compromisso da UNIPAMPA em estabelecer interação dialógica com a comunidade e estabelecer ações que visem à construção de novos conhecimentos, à superação de desigualdades e exclusões sociais e à construção

de uma sociedade mais justa e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: 2012.

UNIPAMPA. INSTRUÇÃO NORMATIVA UNIPAMPA No 18, 05 DE AGOSTO DE 2021

UNIPAMPA. Diretrizes Política de Extensão. Bagé, 2022.

UNIPAMPA. Resolução Consuni/Unipampa, n º317, de 29 de Abril de 2021

UNIPAMPA. PDI 2019-2023. Bagé, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010: dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Diário Oficial da União, Brasília: 5 de Novembro de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de Dezembro de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 22/2020: Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Brasília: CNE, 8 de Dezembro de 2020.

CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. SP/RJ: Expressão Popular, 2012. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>, acesso em 03/05/2022.

DIAS, Alexandre Pessoa, STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luis Henrique Gomes, VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação.

RJ/SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf, acesso em 28/04/2022.

SÉTIMO SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Prática Pedagógica em Educação do campo VII: Educação inclusiva e acessibilidade**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 10 h
- § Carga horária prática: 5 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 30 h

EMENTA

Educação de pessoas com deficiência. Capacitismo. Legislação e políticas públicas de Educação Especial e de Educação Inclusiva. Necessidades Educacionais Específicas. Acessibilidade. Educação Inclusiva na Educação do Campo. Produção de recursos acessíveis para o ensino de ciências, na educação do campo

OBJETIVO GERAL

Compreender a constituição da perspectiva inclusiva no âmbito do currículo da educação básica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Problematizar sobre processos de produção e reprodução do capacitismo;
- § Estudar a constituição do campo da Educação Especial (na perspectiva inclusiva) e sua organização como modalidade transversal à Educação do Campo;
- § Conhecer as políticas públicas de educação inclusiva;
- § Refletir sobre as especificidades relativas às necessidades educacionais específicas no campo da aprendizagem escolar;
- § Produzir materiais e recursos adaptados para o ensino de ciências, na educação

do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva 2009. 312p. DAVIDOFF, L. L. *Introdução à Psicologia*. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

CAIADO, Katia Regina Moreno; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. *Educação especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15*. *Rev. bras. educ. especial*, 2011, vol.17, n.spe1, pp. 93-104.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. *Atendimento Educacional Especializado – pessoa com surdez*. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. MAZZOTA, M. J. S. *Educação Especial do Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

QUADROS, R. M; SCHMIEDT, M. L. P. *Ideias para Ensinar Português para Surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006. RIVIÉRE, Angel. *O Desenvolvimento da Criança Autista*. In COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI Álvaro (org); trad. Marcos ^a G. Domingues. *Desenvolvimento Psicológico e Educação _ Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. V.3.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Miriam Beatriz Campolina. *Atendimento Educacional Especializado – pessoa com deficiência visual*. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

SCHIRMER, Carolina R.; BROWNING, Nádia; BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. *Atendimento Educacional Especializado – pessoa com deficiência física*. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

SKLIAR, Carlos. *A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade*. In *Revista Educação & Realidade – v.24, n.2 (fev. 1976)*. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. *Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos pedagógicos adaptados*. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

_____, Secretaria de Educação Especial. *Tradutor e Intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____, Secretaria de Educação Especial. *Ensaio Pedagógico: construindo*

escolas inclusivas. 1ª Ed. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

_____, Secretaria de Educação Especial. Soroban: manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Elaboração: MOTA, Maria da Glória Batista da [et. al]. 1ª Ed. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

_____, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento orientador do programa de implantação de salas de recursos multifuncionais. Brasília: MEC/SECADI, 2012.

_____, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Grafia Química Braille para uso no Brasil. Elaboração: RAPOSO, Patrícia Neves. 2ª Ed. Brasília: MEC/SECADI, 2012. ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.

FLEITH, Denise de Souza (org). A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação. Volume 2 – Atividades de estimulação de alunos. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GOMES, Adriana L. L.; FERNANDES, Anna Costa; BATISTA, Cristina A. M.; SALUSTIANO, Dorivaldo Alves; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Atendimento Educacional Especializado – pessoa com deficiência mental. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. SEESP/MEC, 2008.

MACHADO, Edilene Vieira. Orientação e Mobilidade: conhecimentos básicos para inclusão do deficiente visual. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

MANZINI, Eduardo José. Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos para comunicação alternativa. 2ª Ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

REVISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA: ACTA SCIENTIAE – Editora da ULBRA, 2007-2016.

REVISTA QUÍMICA NOVA NA ESCOLA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2000-2016.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Tecnologias digitais e produção de materiais**

- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 15 h

EMENTA

Produção de material digital e pesquisa de objetos virtuais de aprendizagem e mídias das Ciências da Natureza. Análise e problematização dos objetos virtuais de aprendizagem e das mídias: possibilidades de utilização e integração no processo educativo.

OBJETIVO GERAL

Experienciar a utilização de objetos virtuais de aprendizagem, mídias e tecnologias digitais na produção de materiais educacionais das Ciências da Natureza.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Conhecer e pesquisar em repositórios de objetos virtuais de aprendizagem;
- § Produzir materiais educativos digitais com ferramentas disponíveis na web 2.0;
- § Problematizar as formas de integração de materiais e objetos digitais no processo educativo;
- § Planejar a utilização de objetos virtuais de aprendizagem e dos materiais produzidos de maneira a relacioná-los com temáticas das Ciências da Natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 25 maio 2020.

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2011.

LÉVY, P. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MOURA, A. C. de O. S. de; CARVALHO, D. C.; GOMES, F. M. ; LAURINO, D. P. ; MOREIRA, L. S. Tecnologias Digitais no Espaço-Contexto da Educação Superior e nos Espaços-Intuito Interação, Aprender e Pesquisar. In: GUIMARÃES, T. D.; CORRÊA de PAULA, M. (Org.). Better Together: O Uso de Tecnologias Digitais na Educação do Brasil e Espanha. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2020, v. 1, p. 203-221. Disponível em: https://coeducarunipampa.files.wordpress.com/2020/04/better_together_cap_espaco_contexto_intuito.pdf. Acesso em: 13 mar 2021.

PAULA, H. DE F. E. Fundamentos Pedagógicos para o Uso de Simulações e Laboratórios Virtuais no Ensino de Ciências. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 17, n. 1, p. 75-103, 30 abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4476>. Acesso em: 01 maio 2020.

SANCHO, J. M. Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

SCHNEIDER, D. da R.; SCHRAIBER, R. T.; MALLMANN, E. M. Fluência Tecnológico-Pedagógica na Docência Universitária. Revista Diálogo Educacional., v. 20, n. 67, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.20.067.AO05>. Acesso em: 7 mar 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AMIEL, T.; SOARES, C. T. O contexto da abertura: recursos educacionais abertos, cibercultura e suas tensões. Em Aberto. v. 28, n. 94, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.28i94.1673>.

MOREIRA, A. Modelos Pedagógicos em EaD no contexto das Tecnologias Digitais. In: Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância (SIED:EnPED 2016). Mesa: Educação a Distância em questão: cenários, estratégias e modelos pedagógicos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S-s3QxmSfTI&list=PLLDxLhHnmogPS1eI4K4SeBOLtSpJKjLk&index=19&t=777s>.

Acesso em: 08 out. 2019.

MOURA, A. C. de O. S. de. Atividades Pedagógicas com Mídias. 2020. Disponível em: <https://anamoura24.wixsite.com/atividadescommidias>. Acesso em: 07 mar 2022.

MOURA, A. C. de O. S. de. Episódio 7 Podcast Conexões. 2020. Disponível em: <https://anchor.fm/anamoura/episodes/PODCAST-CONEXES---episodio7-eks0o0>.

Acesso em: 07 mar 2022.

MOURA, A. C. de O. S. de. Tecnologias Digitais e formação de professores. 2018. Disponível em: <https://anamoura24.wixsite.com/tecnologiasdigitais>. Acesso em: 07 mar 2022.

MOURA, A. C. de O. S. de; BATISTA, M. S. M. H. ; PEREIRA, S. A. ; LAURINO, D. P. Formação Docente para Atuar na EaD: Reflexões e Proposta. REVISTA EM REDE - REVISTA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, v. 02, p. 155-167, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.53628/emrede.v2.1.39>. Acesso em 04 abr 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Objetos de aprendizagem: uma proposta de recurso pedagógico. Brasília: MEC, SEED, 2007. Disponível em: <http://rived.mec.gov.br/artigos/livro.pdf>. Acesso em: 29 abr 2016.

FLÔRES, M. L. P.; TAROUÇO, L. M. R. Diferentes tipos de objetos para dar suporte a aprendizagem. Renote, V. 6 Nº 1, Julho, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14513>. Acesso em: 29 abr 2016.

TV ESCOLA. Recursos Educacionais Abertos. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ufcJkofZmNc&t=612s>. Acesso em: 07 mar 2022.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Comunicação em Libras**
- § Carga horária total: 60 h (TU: 60 h)
- § Carga horária teórica: 60 h

EMENTA

Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

OBJETIVO GERAL

Aplicar os conhecimentos sobre a Educação no Campo para o ensino de alunos surdos usuários de Língua Brasileira de Sinais, através do contato com a sua cultura, a sua língua viso-gestual e as singularidades desta comunidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais de nível básico;
- § Refletir sobre o conceito e a experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sócio-cultural e linguística;
- § Refletir sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais;
- § Refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem de alunos surdos inseridos em diversos contextos educacionais e sociais;
- § Compreender os surdos e sua língua a partir de uma perspectiva cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do aluno. 5ª edição – Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2007.

GESSER, Audrei. LIBRAS - Que língua é essa? 1. ed. Parábola. 2009.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. 1. ed. Artmed, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. vol. 1. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. vol. 2. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.

FLAVIA, Brandão. Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. 1. ed. Global Editora, 2011.

Legislação Brasileira Online e Repositórios Digitais em Geral

MOURA, Maria Cecília de. O surdo, Caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 2000.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC, 2008

_____. História da Educação dos Surdos. Licenciatura em Letras/LIBRAS na Modalidade a Distância, universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2008.

MATERIAIS DE APOIO:

BARRETO, Madson, Raquel Barreto. Livro Escrita de Sinais sem mistérios – Belo Horizonte: Ed.do autor, 2012.

QUADROS, Ronice Muller de; PIMENTA, Nelson. Curso de Libras 1 (iniciante).Rio de Janeiro: LSB Vídeo,2007

QUADROS, Ronice Muller de; PIMENTA, Nelson. Curso de Libras 2 (Básico). Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2009

<http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario_Libras_Atualizado_CAS_FADE_RS.pdf

<http://WWW.feneis.org.br>

<http://www.lsbvideo.com.br>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Transmissão da Vida**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h
- § Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Conceitos básicos de genética. Tecnologias de reprodução e transmissão da vida: aspectos éticos, conceituais e controle social sobre o melhoramento genético de seres vivos. Variabilidade genética, neurodiversidade e controvérsias sociocientíficas.

OBJETIVO GERAL

Compreender a reprodução e a dinâmica da transmissão de características hereditárias nos seres vivos, o domínio humano sobre ela e suas implicações socioambientais;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Conhecer os tipos de divisão celular, reprodução sexuada e assexuada e os mecanismos de herança dos caracteres hereditários;
- § Conhecer os padrões de herança dos caracteres hereditários a partir das leis de

- Mendel, interação gênica: herança e sexo;
- § Conhecer a estrutura e duplicação do DNA, biossíntese de RNA e síntese de proteínas;
 - § Compreender princípios da bioética, relação entre ética, moral e direito bem como suas aplicações sociotécnicas atuais;
 - § Compreender a relação entre avanços da genética, propriedade intelectual e lei de patentes, saúde humana, equilíbrio ambiental e controle social sobre as tecnologias de reprodução dos seres vivos;
 - § Refletir sobre a condição humana e sua variabilidade genética a partir das controvérsias sociocientíficas: neurodiversidade, problemas congênitos, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GRIFFITHS, A. J. et al. Introdução a genética / 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 712 p.

LEWIS, R. Genética humana: conceitos e aplicações / 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 453 p.

VEIGA, L. P. Sequenciaram o genoma humano... E agora? 2. Ed. São Paulo: Editora Moderna, SP, 2005.

ZANONI, M.; FERMENT, G. (Org.). Transgênicos para quem? agricultura, ciência, sociedade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

KAVALEK, D. S.; MUSCARDI, D. C. A abordagem das Leis de Mendel numa perspectiva histórico-filosófica no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Revista Internacional de Educação Superior, v. 7, p. e021007–e021007, 2021.

BRANDÃO, G. O.; FERREIRA, L. B. M. O ensino de Genética no nível médio: a importância da contextualização histórica dos experimentos de Mendel para o raciocínio sobre os mecanismos da hereditariedade. Filosofia e História da Biologia, v. 4, p. 21, 2009.

DIAS, M.; FERREIRA, A. Você está neste nível - Um display para se explicar a

complexidade do material genético desde a célula às bases do DNA. *Genética na Escola*, v. 15, n. 1, 2020.

SCHLINK, Bernhard. *Bioética à luz da liberdade científica estudo de caso baseado na decisão do STF sobre a constitucionalidade da Lei de biossegurança e no direito comparado*. São Paulo: Atlas, 2014.

DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. *O que é bioética*. 1. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012.

GOMES, Bruna Prado. *Ética, bioética e humanização*. São Paulo Platos Soluções Educacionais 2021

ZANONI, M. *Biossegurança: Transgênicos terapia genética células-tronco. Questões para a ciência e para a sociedade*. Brasília: NEAD, 2004.

ORTEGA, F. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, v. 14, p. 477–509, out. 2008.

BOOTH, J. *Neurodiversidade, capitalismo e socialismo*. TraduAgindo, 2021. Disponível em: <<https://traduagindo.com/2021/02/24/neurodiversidade-capitalismo-e-socialismo/>>.

SESAY, S. *O que é neurodiversidade e como redes sociais têm ajudado em diagnósticos*. BBC News Brasil, 2022.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Laboratório de Alfabetização Científica**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Estudos sobre alfabetização científica na Educação Básica; Práticas educativas para

a alfabetização científica a partir do contexto das diferentes territorialidades; Trabalho socialmente necessário como princípio educativo das ciências da natureza.

OBJETIVO GERAL

Aprofundar estudos sobre as práticas educativas de Ciências da natureza;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Criar materiais pedagógicos que auxiliem o ensino de Ciências;
- § Relacionar os conceitos de Ciências da natureza com as práticas cotidianas;
- § Produzir propostas pedagógicas que auxiliem na compreensão e no desenvolvimento das territorialidades.
- § Articular saberes das Ciências da Natureza em diálogo com as políticas públicas da Educação Básica.
- § Discutir metodologias de avaliação para diferentes propostas educativas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

DELIZOICOV, Demetrio; ANGOTTI, José André; PERAMBUCO, Marta Maria. Ensino de ciências. São Paulo, SP: Cortez, 2002. 364 p. ((Coleção Docência em Formação)). ISBN 9788524908583.

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. DE. Alfabetização Científica: uma revisão bibliográfica. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 16, n. 1, p. 59–77, 21 jul. 2016.

CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. Ijuí: Unijuí, 1ª ed. 2000, 434 p., 2ª ed. 2001, 438 p.;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 2018;

RIO GRANDE DO SUL. Referencial Curricular Gaúcho - Educação Fundamental e Médio. vol 1. Secretaria de Educação do Estado. Porto Alegre, 2018.;

Revista Química Nova na Escola (QNEsc), disponível no link: <http://qnesc.sbq.org.br/#>;

FREITAS, L. C. de F. SAPELLI, M. L. S., CALDART, R. S. Caminhos para a transformação da escola – Vol. 3 Categoria Educação Etiquetas: Expressão Popular, Pedagogia do MST, 2010.

MORAES, R., MANCUSO, R. Educação em ciências: produção de currículos e formação de professores. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, 304 p.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV**
- § Carga horária total: 90 h (TU: 30 h; TC: 60 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 60 h

EMENTA

Observação e docência interdisciplinar de biologia com articulação com física e química em escola do campo no Ensino Médio. Cotidiano e funcionamento da escola, relação com a comunidade, perfil dos discentes e docentes, organização do trabalho pedagógico, conteúdos de biologia e sua relação com o campo. Planejamento e docência interdisciplinar de biologia com articulação com física e química.

OBJETIVO GERAL

Vivenciar a docência interdisciplinar de Ciências da Natureza em escola do Ensino Médio.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Identificar possibilidades de ação pedagógica interdisciplinar e contextualizada;
- § Descrever e refletir as situações da prática docente vivenciada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>. Acesso em: 08 abr 2016.

CURTIS, H. *Biologia*. R.J. Guanabara Koogan, 1997.

FAZENDA, I. (org.). *Didática e Interdisciplinaridade*. Campinas: Papirus, 1998.

PIMENTA, S. G. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* São Paulo: Cortez, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GALIAZZI, M. C.; LINDEMANN, R. H. O diário de estágio: da reflexão pela escrita para a aprendizagem sobre ser professor. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, 6(1): 135-150, 2003. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/1396>. Acesso em 24 abr 2016.

GALIAZZI, M. do C.; MORAES, R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. *Ciência & educação*, v.08, nº 02, p. 237-252, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n2/08.pdf>. Acesso em 04 abr 2016.

MACHADO, C. L. B; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. *Teoria e prática da Educação do Campo: análises de experiências*. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204236-74145-It_Teoria_e_Prtica_da_Ed-3102384.pdf. Acesso em: 08 abr 2016.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2012.

WANDERLEY, A. C. C.; *O Estágio Intervisionado enquanto eixo na formação do professor-pesquisador da Educação do Campo*. In: V Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Práticas Curriculares, 2011, João Pessoa. Anais (Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares. CD-Rom). João Pessoa: UFPB, 2011. - GT 09: Políticas de Currículo e a Educação do Campo. Disponível em:

<http://www.geppc.org.br/sites/default/files/uploads/evento/192/anais/gt09.pdf>. Acesso em: 08 abr 2016.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Trabalho Final de Graduação I**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Qualificação e conclusão da elaboração do projeto de pesquisa para investigação da educação do/no campo oriundas das experiências vivenciadas ao longo do curso articuladas com a pesquisa, o ensino e a extensão.

OBJETIVO GERAL

Elaborar e sistematizar uma proposta de pesquisa para investigação da educação do/no campo a partir de experiências articuladas à pesquisa, ao ensino, e a extensão vivenciadas pelos alunos ao longo do curso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Proporcionar ao acadêmico refletir sobre propostas de pesquisas;
- § Possibilitar pensar as etapas de um projeto de pesquisa;
- § Estimular consulta e buscas bibliográficas com o intuito de aprofundar conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In:_____. Educação do Campo: identidade e Políticas Públicas. Brasília: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 2002.

FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. São Paulo: Loyola, 2010. 146p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MARLI, André. Pesquisa em Educação: Buscando rigor e qualidade. In: Cadernos de Pesquisa, n. 113, 2001. p. 51-64.

MENGA, Ludke. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013. 112p.

MOLINA, Monica C. (Org.). Educação do Campo e Pesquisa. Questões para reflexão. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SILVA, Circe Mary Silva da [et al]. Metodologia da pesquisa em Educação do Campo: povos, territórios, movimentos sociais, saberes da terra, sustentabilidade. Vitória: UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo VII**

§ Carga horária total: 30 h (TC: 30 h)

§ Carga horária de extensão: 30 h

EMENTA

Compreender a extensão como matriz indissociável do ensino e da pesquisa na formação de estudantes de graduação. Conhecer as diretrizes nacionais e institucionais que regulamentam e orientam a extensão universitária. Construir junto

às comunidades do campo, das águas e das florestas programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão condizentes com suas demandas. Construção pela prática extensionista de uma identidade com a educação do campo e com os povos, comunidades e territórios aos quais estão vinculados os estudantes. Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão articulados às diretrizes do eixo 7 do curso de Educação do Campo: inclusão e acessibilidade.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão que estejam pautados pela promoção da inclusão e da acessibilidade nos espaços educacionais, de trabalho e de vida das comunidades do campo, bem como incentivando a criação e utilização de tecnologias populares e sustentáveis nestes territórios.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Integrar-se a programas, projetos, cursos e/ou eventos já existentes nas comunidades, colaborando para sua execução;
- § Sistematizar os aprendizados construídos a partir das vivências proporcionadas em programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão;
- § Respalda o compromisso da UNIPAMPA em estabelecer interação dialógica com a comunidade e estabelecer ações que visem à construção de novos conhecimentos, à superação de desigualdades e exclusões sociais e à construção de uma sociedade mais justa e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: 2012.

UNIPAMPA. INSTRUÇÃO NORMATIVA UNIPAMPA No 18, 05 DE AGOSTO DE 2021

UNIPAMPA. Diretrizes Política de Extensão. Bagé, 2022.

UNIPAMPA. Resolução Consuni/Unipampa, n º317, de 29 de Abril de 2021

UNIPAMPA. PDI 2019-2023. Bagé, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010:

dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Diário Oficial da União, Brasília: 5 de Novembro de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de Dezembro de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 22/2020: Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Brasília: CNE, 8 de Dezembro de 2020.

CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. SP/RJ: Expressão Popular, 2012. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>, acesso em 03/05/2022.

DIAS, Alexandre Pessoa, STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luis Henrique Gomes, VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação. RJ/SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf, acesso em 28/04/2022.

OITAVO SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Prática Pedagógica em Educação do Campo VIII: diversidade de saberes e cuidado com a saúde**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 10 h
- § Carga horária prática: 5 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 30 h

EMENTA

Os conceitos de Saúde e do processo saúde-doença: fatores biológicos, econômicos, culturais e sociais. Doenças endêmicas, emergentes e re-emergentes, noções de parasitologia e incidência nas populações do campo. Promoção da saúde, processos participativos e reconhecimento da autodeterminação das comunidades na materialização de direitos humanos, da saúde, da alimentação e da educação. A produção popular de conhecimentos como forma de resistência e o papel da escola na construção da soberania alimentar e territorial.

OBJETIVO GERAL

Compreender a determinação social e ecológica da saúde, as noções gerais de parasitologia, a situação das populações do campo assim como seus conhecimentos e práticas para a promoção da saúde e soberania alimentar desde a educação básica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender os fatores históricos, sociais e biológicos envolvidos no conceito de saúde;
- § Contextualizar as noções básicas de parasitologia aos problemas cotidianos dos educandos;
- § Identificar as doenças emergentes e re-emergentes no campo;
- § Conhecer o conceito de Promoção da Saúde e Soberania Alimentar e a relação com processos educativos para a participação popular e controle social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. 1ª edição ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

VÁRIOS. Carta de Otawa. Primeira Conferência Internacional Sobre Promoção da Saúde, 1986. Disponível em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf>.

SILVA, C. DOS S.; BODSTEIN, R. C. DE A. Referencial teórico sobre práticas intersectoriais em Promoção da Saúde na Escola. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 6, p. 1777–1788, jun. 2016.

TAMBELLINI, A. T.; MIRANDA, A. C. Determinação Social da Saúde (A. Dias et al.,

Eds.) Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; Expressão Popular, 2021.

MATIELO, E.; ZULIANI, M. Práticas e Saberes em Educação e Saúde da População do Campo (A. Dias et al., Eds.) Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; Expressão Popular, 2021.

REY, L. Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos Trópicos Ocidentais. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008.

MOHR, Adriana, SCHALL, Virgínia T. Rumos da educação em saúde no Brasil e sua relação com a educação ambiental. Cad. Saúde Pública [online]. 1992, vol.8, n.2, pp.199-203.

BEZERRA, I. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (A. Dias et al., Eds.) Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; Expressão Popular, 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DIAS, A.; CARNEIRO, F. Saúde das Populações do Campo, das Águas e das Florestas (A. Dias et al., Eds.) Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro : São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; Expressão Popular, 2021.

SAMPAIO, A. A temática educação em saúde na formação de professores de Ciências naturais. Dissertação de mestrado UNB, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16823/1/2014_AlineFirminioSampaio.pdf

PACHECO, M. E. Fome (A. Dias et al., Eds.) Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro : São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; Expressão Popular, 2021.

RIGOTTO, R.; AGUIAR, A. Produção, Ambiente e Saúde (A. Dias et al., Eds.) Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro : São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; Expressão Popular, 2021.

GOMES, L. B.; DIAS, J.; LAUREANO, L. Medicina Tradicional Brasileira (A. Dias et

al., Eds.)Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro : São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; Expressão Popular, 2021.

UDRY, M. C. Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Saúde Pública (A. Dias et al., Eds.)Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro : São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; Expressão Popular, 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Educação em Direitos Humanos**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 15 h

EMENTA

A constituição dos direitos universais. A educação como direito. Diversidade e interseccionalidade de classe, gênero, raça e etnia. Legislação e políticas públicas para a educação das relações étnico-raciais. Ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na Educação do Campo. Identidade e alteridade na Educação do Campo.

OBJETIVO GERAL

Compreender os direitos humanos como categoria universal e articular estratégias educacionais capazes de contribuir para que se tornem efetivos em todos os contextos sociais contemporâneos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Analisar criticamente a constituição histórica do conceito de humanidade e as formas pelas quais esta foi negada aos povos não ocidentais, as mulheres, aos negros, aos grupos LGBTQIA+, aos pobres, aos camponeses, entre outros;
- § Compreender o processo de constituição dos direitos humanos universais e os diálogos com as especificidades sociais, políticas e culturais do campo da Educação do Campo;
- § Refletir sobre a ideia de direitos universais em contextos marcados por diferenças culturais;
- § Conhecer aspectos políticos, culturais e sociais que impactam a noção de

- Educação para a Diversidade;
- § Conhecer as políticas públicas para a educação das Relações Étnico-Raciais.
 - § Promover mecanismos de promoção da cultura da paz, destacadamente na abordagem do Bullying nas escolas;
 - § Estudar a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

TORRES, Maldonado. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 2008p. 71-114. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/695>.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>, acesso em 03/05/2022

BRASIL. Educação em Direitos Humanos: diretrizes nacionais. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192, acesso em 03/05/2022

SOUZA, Jesse. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. Disponível em aco.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf, acesso em 03/05/2022

GONZALES, Lélia. Para as minorias, tudo como dantes. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. 1985, v. 1, n. 4 [Acessado 14 Dezembro 2021], pp. 32-33. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451985000100011>>. Epub 01 Fev 2011.

DIAS, Alexandre Pessoa, STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luis Henrique

Gomes, VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação. RJ/SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf

CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. SP/RJ: Expressão Popular, 2012. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>, acesso em 03/05/2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

_____. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DINIZ, Débora. O que é bioética. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas Híbridas. Edusp: São Paulo, 2003.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. São Paulo: Global Editora, 2005.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade

das relações sociais. *Tempo Social – revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 46, dez de 2007.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana* 12(1): 207-236, 2006.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; ALMEIDA, José Nilton de; RESENDÍZ, Nicanor Rebolledo (Org.). *Diversidade, Educação e Infância: reflexões antropológicas*. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Antropologia da Alimentação do Campo**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

§ Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Cultura, alimento e a constituição do corpo. Práticas alimentares e sistemas simbólicos. Dimensões políticas e sociais da comensalidade. Produção de alimentos e produção de comida. Alimentação, consumo e sociedade.

OBJETIVO GERAL

Compreender as relações entre cultura e alimentação no âmbito da Educação do Campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

§ Identificar processos de constituição de corpos por meio da produção de

alimentos e de comida;

- § Refletir sobre as inter-relações entre práticas alimentares, tradições culturais e consumo, em contextos camponeses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LEVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro. Cultura com aspas: e outros ensaios /. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2017.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: Uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BLEIL, Susana Inez. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. In: Revista Cadernos de Debate, vol. VI. Campinas: UNICAMP, 1998.

BRANDÃO, C.R. Plantar, colher e comer. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1981.

DE GARINE, Igor. Alimentação, culturas e sociedades. Correio da Unesco, v. 15, n. 7, jul. 1987.

LÉVI-STRAUSS, C. A origem dos modos à mesa: Mitológicas III. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. A Fabricação do Corpo na sociedade Xinguana. In PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: editora Marco Zero.

WOORTMANN, K. Hábitos e ideologias alimentares em grupos de baixa renda: relatório final de pesquisa. Brasília. Universidade de Brasília, 1978.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Gênero, Sexualidade e Educação**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária de Prática como Componente Curricular: 15 h

EMENTA

Gênero e feminismo. Identidades de gênero. Construção social da sexualidade. Gênero, sexualidade, poder e políticas públicas em contextos camponeses. Feminilidades, masculinidades e educação. Debates sobre interseccionalidade.

OBJETIVO GERAL

Oportunizar as/os acadêmicas/os espaços para reflexões e debates críticos sobre a temática gênero, sexualidade e educação na perspectiva de construção de propostas de educação para a sexualidade e discussão das categorias e das pautas de gênero em organizações educativas formais e não formais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender as principais abordagens teóricas sobre gênero e sexualidade, bem como suas implicações no campo do ensino da educação básica;
- § Desvendar a sexualidade e o gênero como construções sociais, históricas e culturais, buscando desconstruir preconceitos e mitos hoje existentes;
- § Refletir sobre a constituição dos feminismos e a relação com os debates sobre interseccionalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. Porto: Porto Editora, 2001.

MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e

Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

LUZ, N.S. et al. Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola/Curitiba, PR: Editora UTFPR, 2009. 285 p.

OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil nação. 1ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise. A Mulher, a cultura, a sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra. [Women, Culture and Society, Stanford, Stanford University Press, 1974.], 1979.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a Economia Política do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? In Estudos Feministas, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril, 2008.

SEGATO, Rita Laura. 2012. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos ces, 18, dezembro de 2012 - Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, 106-131.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular: **Trabalho Final de Graduação II**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Execução de projeto de pesquisa para investigação da educação do/no campo

oriundas das experiências vivenciadas ao longo do curso articuladas com a pesquisa, o ensino e a extensão.

OBJETIVO GERAL

Executar proposta de pesquisa para investigação da educação do/no campo a partir de experiências articuladas à pesquisa, ao ensino e a extensão vivenciadas pelos alunos ao longo do curso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Viabilizar a organização de dados coletados;
- § Sistematizar e aprofundar os dados coletados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Org.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). Educação do Campo: identidade e Políticas Públicas. Brasília: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 2002. (Coleção por uma Educação do Campo, nº 4).

FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DAMASCENO, M.N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.1, p. 73-89, jan. /abr. 2004.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MARLI, André. Pesquisa em Educação: Buscando rigor e qualidade. In: Cadernos de Pesquisa, n. 113, 2001. p. 51-64.

MENGA, Ludke. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013. 112p.

MOLINA, Monica C. (Org.). Educação do Campo e Pesquisa. Questões para reflexão. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SILVA, Circe Mary Silva da [et al]. Metodologia da pesquisa em Educação do Campo: povos, territórios, movimentos sociais, saberes da terra, sustentabilidade. Vitória: UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório V**

§ Carga horária total: 90 h (TU: 30 h; TC: 60 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 60 h

EMENTA

Sistematização do trabalho pedagógico e elaboração de estratégias educativas em educação do campo com base nas ciências da natureza.

OBJETIVO GERAL

Sistematizar as práticas de docência desenvolvidas ao longo do percurso formativo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

§ Propor estratégias educativas em Ciências da Natureza.

§ Viabilizar a sistematização e a organização da construção formativa desenvolvida ao longo dos estágios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>. Acesso em: 08 abr 2016.

CURTIS, H. *Biologia*. R.J. Guanabara Koogan, 1997.

FAZENDA, I. (org.). *Didática e Interdisciplinaridade*. Campinas: Papirus, 1998.

PIMENTA, S. G. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* São Paulo: Cortez, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GALIAZZI, M. C.; LINDEMANN, R. H. O diário de estágio: da reflexão pela escrita para a aprendizagem sobre ser professor. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, 6(1): 135-150, 2003. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/1396>. Acesso em 24 abr 2016.

GALIAZZI, M. do C.; MORAES, R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. *Ciência & educação*, v.08, nº 02, p. 237-252, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n2/08.pdf>. Acesso em 04 abr 2016.

MACHADO, C. L. B; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. *Teoria e prática da Educação do Campo: análises de experiências*. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204236-74145-lt_Teoria_e_Prtica_da_Ed-3102384.pdf. Acesso em: 08 abr 2016.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2012.

WANDERLEY, A. C. C.; *O Estágio Intervisionado enquanto eixo na formação do*

professor-pesquisador da Educação do Campo. In: V Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Práticas Curriculares, 2011, João Pessoa. Anais (Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares. CD-Rom). João Pessoa: UFPB, 2011.

- GT 09: Políticas de Currículo e a Educação do Campo. Disponível em: <http://www.geppc.org.br/sites/default/files/uploads/evento/192/anais/gt09.pdf>. Acesso em: 08 abr 2016.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular: **Atividade Curricular de Extensão - Educação do Campo VIII**

§ Carga horária total: 30 h (TC: 30 h)

§ Carga horária de extensão: 30 h

EMENTA

Compreender a extensão como matriz indissociável do ensino e da pesquisa na formação de estudantes de graduação. Conhecer as diretrizes nacionais e institucionais que regulamentam e orientam a extensão universitária. Construir junto às comunidades do campo, das águas e das florestas programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão condizentes com suas demandas. Construção pela prática extensionista de uma identidade com a educação do campo e com os povos, comunidades e territórios aos quais estão vinculados os estudantes. Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão articulados às diretrizes do eixo 8 do curso de Educação do Campo: diversidade de saberes e cuidados com a saúde.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão que estejam pautados pela articulação entre saberes populares e acadêmicos e que se dediquem a práticas de promoção integral da saúde entre os povos e comunidades do campo, das águas e das florestas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Integrar-se a programas, projetos, cursos e/ou eventos já existentes nas comunidades, colaborando para sua execução;
- § Sistematizar os aprendizados construídos a partir das vivências proporcionadas em programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão;
- § Respaldar o compromisso da UNIPAMPA em estabelecer interação dialógica com a comunidade e estabelecer ações que visem à construção de novos conhecimentos, à superação de desigualdades e exclusões sociais e à construção de uma sociedade mais justa e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: 2012.

UNIPAMPA. INSTRUÇÃO NORMATIVA UNIPAMPA No 18, 05 DE AGOSTO DE 2021

UNIPAMPA. Diretrizes Política de Extensão. Bagé, 2022.

UNIPAMPA. Resolução Consuni/Unipampa, n º317, de 29 de Abril de 2021

UNIPAMPA. PDI 2019-2023. Bagé, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010: dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Diário Oficial da União, Brasília: 5 de Novembro de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de Dezembro de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 22/2020: Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Brasília: CNE, 8 de Dezembro de 2020.

CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. SP/RJ: Expressão Popular, 2012. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>, acesso em 03/05/2022.

DIAS, Alexandre Pessoa, STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luis Henrique Gomes, VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação. RJ/SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf, acesso em 28/04/2022.

2.4.2 Flexibilização Curricular

A concepção de formação acadêmica indicada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem, dentre outros princípios, a flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos, atividades curriculares de extensão e atividades complementares).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023) propõe a flexibilização curricular e a oferta diversificada de atividades complementares como princípio metodológico, com a finalidade de incentivar a autonomia do estudante, através do desenvolvimento de ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos.

Também, nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular deve prever critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento, e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na

matriz curricular, promovendo a inserção da extensão como princípio de ensino, propondo assim a progressiva concretude da inserção das ações de extensão nos cursos de graduação, conforme a meta 12.7 do Plano Nacional da Educação e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021.

O curso de Educação do Campo – Licenciatura está organizado a partir de quatro eixos articuladores os quais são “docência, pesquisa, política e gestão” e se desdobram em oito eixos temáticos, conforme segue: i) Identidades e Processos Identitários; ii) Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional; iii) Território e Territorialidade; iv) O trabalho como princípio educativo; v) A escola como espaço emancipatório; vi) Gestão de Práticas Sustentáveis no/do Campo; vii) Inclusão, acessibilidade e tecnologias; viii) Diversidade de saberes e cuidado com a saúde. Os eixos articuladores e temáticos constituem a teia interdisciplinar dos conhecimentos que balizam a Educação do Campo e a ênfase de formação em Ciências da Natureza.

Para tanto, são organizadas atividades de ensino, extensão, pesquisa e gestão que visam garantir a qualificação dos eixos mencionados, assim como Componentes Curriculares Complementares de Graduação que fortalecem os debates acerca da Educação do Campo e Ciências da Natureza.

O curso, também, participa de projetos institucionais como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e do Programa Residência Pedagógica, conforme disponibilidade de editais e verbas. Ambos estão previstos como forma de validar horas de ensino na tabela das Atividades Complementares de Graduação.

O Programa Residência Pedagógica (PRP) poderá ser aproveitado como horas de estágio, conforme a instrução normativa nº 01/2018/PROGRAD de 20 de novembro de 2018, a validação das horas do PRP como atividades de estágio se desdobra nos critérios que seguem:

- a) Quando não houver oferta dos componentes de estágio, o(a) discente pode solicitar aproveitamento via dispensa dos estágios obrigatórios. Isso, contudo, desde que o(a) discente tenha cumprido com todas as etapas dos módulos do

PRP.

- b) Para considerar as horas totais o(a) residente precisa ter cumprido com todas as atividades previstas no PRP conforme vigente, bem como estar de posse do parecer do preceptor(a) e coordenador(a) do PRP. É preciso também que as atividades desenvolvidas no PRP correspondam com a ementa do estágio curricular obrigatório que se queira aproveitar as horas.
- c) Quando houver oferta das componentes de estágio, o(a) discente necessita do Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Atividades conforme as orientações vigentes. E também, o(a) discente precisa participar das atividades do Tempo Universidade.

No que tange a Flexibilização Curricular no âmbito da Resolução nº328/2021 do CONSUNI, o curso de Educação do Campo tem como pressuposto o diálogo entre o NUDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), NInA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade) e ADAFI ([Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão](#)), visto a importância de se materializar ações concretas de inclusão.

2.4.2.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Os componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs) configuram-se como componentes curriculares ofertados pelo Curso de Educação do Campo, por outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior. Para a matrícula em cursos da UNIPAMPA, campus Dom Pedrito, o discente deverá realizar a solicitação dos componentes curriculares durante o período de ajuste presencial, junto às coordenações do Curso de Educação do Campo – Licenciatura e do curso do componente curricular pretendido. Após a autorização de ambas as coordenações, a solicitação de matrícula será encaminhada para a secretaria acadêmica do campus para processamento. Nas demais Instituições de Ensino Superior (IES), a solicitação deverá ser realizada diretamente na secretaria do curso. Depois de cursado CCCG em outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior, o discente deverá solicitar junto à secretaria acadêmica o seu aproveitamento no curso de Educação do Campo.

Considerando a quantidade de semanas disponíveis para realização do Tempo

Universidade, a oferta de CCCGs tem sido realizada no Semestre Verão, uma vez que nesse semestre dispõe-se de mais semanas, o que facilita a acomodação de maior carga horária para efetivação dos componentes.

Atualmente, no Curso de Educação do Campo são ofertados os Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) descritos a seguir:

Tabela 6: Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Curso

Nome	CH Tempo Universidade		CH Tempo Comunidade		Total
	Teórica	Prática	Teórica	Prática	
Filosofia Marxista e Teoria Pedagógica na Educação do Campo	30	-	15	-	45
Fundamentos de Economia Política na Educação do Campo	30	-	15	-	45
Metodologia das Árvores – estudo do meio e projeto coletivo de intervenção escolar e comunitária	10	20	5	10	45
Complexos Temáticos e o Ensino de Ciências na Educação do Campo	25	5	5	10	45
Psicologia Social: Representações Sociais e Populações do Campo	25	5	5	10	45
Mapas conceituais e modelos de conhecimento no Ensino de Ciências	25	5	5	10	45
Práticas experimentais no Ensino de Química	25	5	5	10	45
Prática Pedagógica em turmas multisseriadas	25	5	5	10	45

Nome	CH Tempo Universidade		CH Tempo Comunidade		Total
	Teórica	Prática	Teórica	Prática	
Estudos sobre o curso Educação do Campo – UNIPAMPA	25	5	5	10	45
Controvérsias sociocientíficas e práticas pedagógicas no Ensino de Ciências	25	5	5	10	45
Educação do Campo e o Processo Crioulo de Produção Simbólica	10	20	5	10	45
Dinâmica de Grupo na Prática Pedagógica	10	20	5	10	45
Produção de materiais didáticos pedagógicos para o Ensino de Ciências na Educação do Campo	25	5	5	10	45
Processos de articulação entre teoria e prática para a compreensão do campo da Educação do Campo.	25	5	5	10	45
Solo e suas Relações com as Ciências da Natureza	25	5	5	10	45
Extensão Rural e Educação do Campo: uso de metodologias participativas no auxílio à construção do conhecimento no campo	25	5	5	10	45
Juventude Camponesa e a Educação do Campo	25	5	5	10	45

O ementário das Componentes Curriculares Complementares de Graduação pode ser conferido abaixo:

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular Complementar: **Filosofia Marxista e Teoria Pedagógica na Educação do Campo**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 45 h
- § Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Estudo filosófico da concepção marxista de ser humano e de suas implicações para a Educação do Campo. A dialética entre objetivação e apropriação e entre humanização e alienação. O contraditório processo social de construção da cultura universal. A formação dos indivíduos em relação com a objetivação do gênero humano na esfera da vida cotidiana e nas esferas da ciência, da arte e da filosofia. A educação escolar e a vida cotidiana alienada da sociedade capitalista.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao educando uma visão dos conceitos fundamentais da filosofia e concepção marxista de homem. Estudar a concepção de ser humano em Marx: trabalho, consciência, sociabilidade, universalidade e liberdade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Definir o processo da objetivação da cultura humana e sua apropriação pelos indivíduos, bem como o contraditório processo histórico de construção da universalidade do gênero humano;
- § Oferecer subsídios para compreender a educação escolar entre a vida cotidiana e as esferas superiores de objetivação do gênero humano: ciência, arte e filosofia;
- § Constituir parâmetros para uma pedagogia marxista da Educação do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CALDART, R. ARROYO, M. G. MOLINA, M. (org.). Por uma educação no campo. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

DUARTE, Newton. A Individualidade Para-Si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

HELLER, Agnes. Cotidiano e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CALDART, R (org). Dicionário de Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DUARTE, Newton (org). Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas: Autores Associados, 2004.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl e Friedrich Engels. Crítica da Educação e do ensino. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2015.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Fundamentos de Economia Política na Educação do Campo**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 45 h

§ Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Introdução a Economia Política. Constituição do ser social e perspectiva contemporânea do humanismo. Trabalho, sociedade e valor. Categorias da (crítica da) Economia Política. Produção de mercadorias e modo de produção capitalista (a exploração do trabalho). A acumulação capitalista e o movimento do capital. Mais-valia, lucro e queda da taxa de lucro. As crises e contradições do capitalismo. Imperialismo, capitalismo contemporâneo e sistemas agroindustriais. Lucro fictício. Exploração e renda fundiária.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao educando uma visão dos conceitos fundamentais da Economia Política e da consolidação do capitalismo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Oferecer subsídios teóricos para compreender as condições de existência de uma sociedade humana e o conjunto de relações sociais de produção e reprodução do desenvolvimento individual e cultural de seus membros, dando ênfase às transformações recentes do ambiente (sociedade), em especial, na perspectiva agrária e do campo;
- § Compreender e utilizar as figuras planas para medições de perímetro e área contextualizadas no cotidiano do campo;
- § Desenvolver o senso crítico e a criatividade na resolução de problemas voltados para as Ciências da Natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução. São Paulo: Cortez, 2007.

HUBERMANN, L. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

MÉSZÁROS, Istivan. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? São Paulo: Cortez/Unicamp, 2000.

CARCANHOLO, R. A; NAKATANI, P. Capital especulativo parasitário versus capital financeiro. Revista Problemas del Desarrollo (Revista Latinoamericana de Economía), México, D.F., vol 32, n. 124, p. 09-31, janeiro-março de 2001.

CHEPTULIN, Alexandre. A dialética Materialista: Categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx – Materialismo e Natureza. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

NETTO, José Paulo. Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 1993.

MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Metodologia das Árvores – estudo do meio e projeto coletivo de intervenção escolar e comunitária.**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 45 h; TC: 0 h)

§ Carga horária teórica: 45 h

§ Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Estudo do meio. Identificação de conflitos e potencialidades e construção de soluções. Metodologia das árvores: ação coletiva e construção de projeto coletivo de intervenção escolar e comunitária.

OBJETIVO GERAL

Compreender a importância de realizar a leitura da realidade para a proposição de projetos coletivos que busquem valorizar as potencialidades e solucionar os problemas por meio de práticas de educação ambiental na escola e comunidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Conhecer e estudar o meio: diversidade natural e cultural;
- § Identificar conflitos e potencialidades;
- § Construir soluções e projetos coletivos de intervenção escolar e comunitária;
- § Proposição, desenvolvimento e avaliação de projeto e intervenção na escola e na comunidade articuladas ao trabalho docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CRIVELLARO, C. V.; NETO, M. R.; RACHE, R. P. Ondas que te quero mar: educação ambiental para comunidades costeiras - Mentalidade marítima: relato de uma experiência. Porto Alegre: Gestal/NEMA, 2001. Disponível em: <http://remabrasil.org:8080/virtual/r/remaatlantico.org/sul/Members/bosco/artigos/livro-ondas-que-te-quero-mar-educacao-ambiental-para-comunidades-costeiras/>. Acesso em: 0604 abr 2016.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL; LAYRARGUES, P. P. (coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FAZENDA, I. (org.). Didática e Interdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 1998.

HERNÁNDEZ, F. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MOURA, A. C. O. S. de; PIECZARKA, L. da S.; SILVA, R. M. da. Resgatando valores: uma viagem do eu ao nós. Rio Grande: Núcleo de Educação e Monitoramento

Ambiental, 2009. Disponível em: <http://www.nema-rs.org.br/files/publicacoes/valores.pdf>. Acesso em: 04 abr 2016.

SENAC, DN. Planejamento e Avaliação: subsídios para ação docente. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2009.

SANZ, L. A. Procedimentos Metodológicos: fazendo caminhos. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Complexos Temáticos e o Ensino de Ciências na Educação do Campo**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 45 h; TC: 0 h)

§ Carga horária teórica: 45 h

§ Carga horária da Prática como Componente Curricular: 0 h

EMENTA

Características da Abordagem por Temas no Ensino de Ciências; Especificidades dos Complexos Temáticos; Conteúdo e forma.

OBJETIVO GERAL

Conhecer e discutir sobre a abordagem por temas no Ensino de Ciências.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

§ Discutir e aprofundar sobre os Complexos Temáticos;

§ Construir uma proposta baseada nos Complexos Temáticos a partir do Ensino de Ciências para as Escolas do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CALDART, Roseli Salete (org). Caminhos para a transformação da Escola. Vol.2. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

HALMENSCHLAGER, K. Abordagem de temas em Ciências da Natureza no ensino médio: implicações na prática e na formação docente. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppge/files/2010/11/Tese_KarineHalmenschlager.pdf

PISTRAK, M. Fundamentos da escola do trabalho. SP: Expressão Popular, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHEPTULIN, Alexandre. A dialética Materialista: Categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl e Friedrich Engels. Crítica da Educação e do ensino. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MÉSZÁROS, Istivan. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Franciele Soares dos.; PALUDO, Conceição. A atualidade das contribuições de Moisey M. Pistrak e Viktor N. Shulgin para a pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1163 - 1183, set./dez. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/33573/pdfa>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Psicologia Social: representações sociais e populações do campo**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Principais Categorias da Psicologia Social: Papel Social, Identidade, Subjetividade, Linguagem, Ideologia. Representação social e Populações do Campo.

OBJETIVO GERAL

Discutir categoria conceituais da psicologia social problematizando sua relação com as populações do campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Definir Psicologia Social;
- § Conhecer algumas categorias da Psicologia Social;
- § Caracterizar as Populações do Campo;
- § Relacionar a Psicologia Social com as Populações do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOCK A. M., GONÇALVES, M. G. M., FURTADO, O. (Orgs). Psicologia sócio-histórica. Uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

JAQUES, M. G, GUARESCHI, P.A., STREY, M. N. Psicologia Social contemporânea: livro texto. Petrópolis: Vozes, 2001

LANE, S T.M e CODO, W. (org.) Psicologia Social: O homem em Movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SPINK, M. (org.) Conhecimento no cotidiano: as Representações Sociais na perspectiva da psicologia social / São Paulo, SP : Brasiliense, 1993. 311 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CAMPOS, R. H. de F. (org.). Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.

FARR, R. M. As Raízes da Psicologia Social Moderna. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FURTADO, O.; GONZÁLEZ REY, F. L. Por uma epistemología da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

RIZZON, Luis A. Temas de Psicologia Social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RODRIGUES, A; ASSMAR, E.M.L. Psicologia Social. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Mapas Conceituais e Modelos de Conhecimento no Ensino de Ciências**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Características dos mapas conceituais e modelos de conhecimento, Teoria subjacente aos mapas conceituais; Potencialidades da técnica de mapeamento e modelos de conhecimento na área das Ciências da Natureza; software CmapTools e recursos digitais como hiperlink.

OBJETIVO GERAL

Conhecer as principais características da técnica de mapeamento conceitual e modelos de conhecimento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

§ Compreender o aporte teórico que subjaz os mapas conceituais;

§ Experienciar a construção de mapas conceituais e modelos de conhecimentos

digitais;

§ Planejar a utilização de mapas conceituais e modelos de conhecimento no Ensino de Ciências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los e usá-los. *Práxis Educativa*, v.5, n.1, p. 9-29, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3251296>. Acesso em: 3 ago. 2016.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem Significativa: um conceito subjacente. *Aprendizagem Significativa em Revista*, v.1, n.3, p. 25-46, 2011. Disponível em: http://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID16/v1_n3_a2011.pdf. Acesso em: 3 ago. 2016.

CABRAL, A. R. Y. Como criar mapas conceituais utilizando o CmapTools Versão 3. x. Guaíba (RS): Universidade Luterana do Brasil, 2003. Disponível em: http://cmaps.cmappers.net/rid=1G82J6221-9C6L0J-9Z/Manual_Cmap_Tools.pdf. Acesso em: 3 ago. 2016. MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. São Paulo: Editora pedagógica e universitária, 1999.

TAVARES, R. Construindo mapas conceituais. *Ciências & Cognição*, v. 12, 72-85, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000300008. Acesso em: 3 ago. 2016.

CICUTO, C. A. T.; CORREIA, P. R. M. Estruturas hierárquicas inapropriadas ou limitadas em mapas conceituais: um ponto de partida para promover a aprendizagem significativa. *Aprendizagem Significativa em Revista*, v.3, n.1, p.1-11, 2013. Disponível em: http://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID39/v3_n1_a2013.pdf. Acesso em: 3 ago. 2016.

MOREIRA, M. A.; BUCHWEITZ, B. Novas estratégias de ensino e aprendizagem: os mapas conceptuais e o Vê epistemológico. Lisboa: Plátano, 1993.

NOVAK, J.D.; GOWIN, D. B. Aprender a aprender. Porto: Plátano, 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. São Paulo: Editora pedagógica e universitária, 1999.

TAVARES, R. Construindo mapas conceituais. Ciências & Cognição, v. 12, 72-85, 2007. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000300008. Acesso em: 3 ago. 2016.

CICUTO, C. A. T.; CORREIA, P. R. M. Estruturas hierárquicas inapropriadas ou limitadas em mapas conceituais: um ponto de partida para promover a aprendizagem significativa. Aprendizagem Significativa em Revista, v.3, n.1, p.1-11, 2013. Disponível em: http://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID39/v3_n1_a2013.pdf. Acesso em: 3 ago. 2016.

MOREIRA, M. A.; BUCHWEITZ, B. Novas estratégias de ensino e aprendizagem: os mapas conceituais e o Vê epistemológico. Lisboa: Plátano, 1993.

NOVAK, J.D.; GOWIN, D. B. Aprender a aprender. Porto: Plátano, 1995.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Práticas Experimentais no Ensino de Química**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Discutir a experimentação como ferramenta pedagógica para o ensino de Química. Discutir a natureza da experimentação e os tipos de experimentação (expositiva, demonstrativa e investigativa). Desenvolver experimentos que podem ser aplicados no ensino de ciências/química, com materiais de fácil acesso/baixo custo. Manipulação de novas tecnologias para o ensino das ciências. Atividades de prática de ensino: planejamento, avaliação e ensaios pedagógicos.

OBJETIVO GERAL

Apresentar e discutir a relação teórico-prático das atividades experimentais no Ensino de Química.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Proporcionar aos acadêmicos a produção de materiais para experimentação de fácil acesso/baixo custo;
- § Aprofundar discussões sobre atividades experimentais no Ensino de Química.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CHAGAS, A. P. Como se faz Química: uma reflexão sobre a química e a atividade do Químico. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2001.

BESSLER, K. E.; NEDER, A. F. Química em Tubos de Ensaio: uma abordagem para principiantes. São Paulo: Blucher, 2011.

SOUZA, M. H. S.; SPINELLI, W. Guia Prático para Cursos de Laboratório: do material à elaboração de relatórios. São Paulo: Scipione, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

Revista Química Nova na Escola (QNEsc) – periódico da Sociedade Brasileira de Química

LEITE, F. Práticas de Química Analítica. Campinas, SP: Editora Átomo: 2006

SANTOS, W. L. P; SCHNETZLER, R. P. Educação em Química: compromisso com a cidadania. 4 ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2010.

ZANON, L. B. MALDANER, O. A. Fundamentos e Propostas de Ensino de Química para a Educação Básica no Brasil. Ijuí, RS: Unijuí, 2012.

TRIVELATO, S.F. SILVA, R. L.F. Ensino de Ciências. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular Complementar: **Prática Pedagógica em Turmas Multisseriadas**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Analisa o contexto da classe multisseriada: particularidades, desafios, dilemas e sucessos. Formação das escolas multisseriadas do campo. Elaboração de Planos de Estudos na perspectiva multisseriada. Organização do espaço e do trabalho escolar em classes multisseriadas.

OBJETIVO GERAL

Estudar Concepções e conceitos em Educação do Campo: Escolas Unidocentes, Classes multisseriadas; Organização do Trabalho Pedagógico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Conhecer concepções de desenvolvimento e aprendizagem que subsidiam a Educação do Campo
- § Investigar a organização curricular por complexos temáticos.
- § Refletir sobre as práticas pedagógicas em Educação do Campo.
- § Analisar os fundamentos teóricos que embasam as propostas iniciais de redes de ensino organizadas em Ciclos de Aprendizagem.
- § Avaliar práticas de avaliação em turmas multisseriadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CALDART Roseli, FREITAS, Luiz Carlos, SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert, e et al., Caminhos para Transformação da Escola - Vol.3 - organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: complexos de estudo, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2015.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Ática, 1999.

GÓES, M Cecília R. de; SMOLKA, Ana Luisa B. (orgs.). A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas: Papyrus, 1993.

LURIA, A. R. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais. São Paulo: Ícone, 1994.

PISTRAK, Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular.2000.

KRUG, Andréa. Ciclos de formação: uma proposta transformadora. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FETZNER, Andréa. Aula sobre didática: questões atuais. Rio de Janeiro: UNIRIO. 2008. Apresentada no concurso público para professor adjunto.

GARCIA, Regina Leite. (Org.). A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática. 2ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Alfabetização dos alunos das classes populares: ainda um desafio. 4ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Novos olhares sobre a alfabetização. 2ed. São Paulo: Cortez, 2004.

EISZ, T. & SANCHEZ, A. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Paz

e Terra, 2000.

GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 1998.

FETZNER, Andréa Rosana. Falas docentes sobre a não-aprendizagem escolar nos ciclos. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

WOLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky – aprendizado e desenvolvimento: um processo sóciohistórico. São Paulo: Scipione, 1995.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Estudos Sobre o Curso Educação do Campo - UNIPAMPA**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Estuda o Curso da Educação do campo, proposta e organização pedagógica, alternância, normas da UNIPAMPA, direitos e responsabilidades do corpo discente, compromissos com o curso.

OBJETIVO GERAL

Conhecer conceitos/práticas e funcionamento do curso de Educação do Campo e da UNIPAMPA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

§ Estudar o PPC – Educação do Campo - Licenciatura.

§ Conhecer as normas da UNIPAMPA.

- § Refletir sobre direitos, responsabilidades e compromissos discentes.
- § Analisar os fundamentos teóricos que embasam a proposta da alternância.
- § Refletir sobre a alternância no contexto do Curso da UNIPAMPA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Parecer 36/2001 da CEB/CNE – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF.

BRASIL. CADERNO SECAD 2 - Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2007.

UNIPAMPA, RESOLUÇÃO Nº 29, 28/04/2011 – CONSUNI, UNIPAMPA, Bagé disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-29_2011-Normas-Basicas-de-Graduacao2.pdf

UNIPAMPA, PPC – Educação do Campo – Licenciatura, UNIPAMPA, Dom Pedrito, 2014 Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/files/2014/06/PPC-Educao-no-Campo-maio2014-colorido.pdf>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma Educação do Campo. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. KOLLING, Edgar; NÉRY, Irmão;

MOLINA, Mônica. Por uma educação básica do campo (memória). Brasília, DF: MST/UnB, 1999b. (Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 1).

_____. Políticas de formação de educadores(as) do campo. Revista Cedes – Dossiê: Educação do Campo. São Paulo, SP: Cortez. v. 27. n. 72. mai/ago. 2007.

KOLLING, Edgar; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli. (orgs.) Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação

do Campo, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 4).

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Controvérsias sociocientíficas e práticas pedagógicas no Ensino de Ciências**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Discussão e o ativismo coletivo sobre as controvérsias sociocientíficas, como transgênicos, agrotóxicos, monocultura, entre outros constituem um elemento importante a ser inserido nos currículos de ciências em resultados de suas potencialidades tanto na aprendizagem dos conteúdos, dos processos e da natureza da ciência e tecnologia nos componentes curriculares das Ciências da Natureza.

OBJETIVO GERAL

Constituir um espaço de reflexão e discussão sobre como organizar, estruturar e implementar atividades centradas em controvérsias sociocientíficas em contexto de sala de aula de escolas do campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Desenvolver habilidades que permitam aos sujeitos fazerem escolhas em suas vidas cotidianas, bem como articular em esferas públicas de discussões que envolvam decisões sobre temas polêmicos de ciência e tecnologia;
- § Discutir as contribuições e as dificuldades desta abordagem à prática do professor, através do desenvolvimento de um projeto de aprendizagem sobre controvérsias sociocientíficas nos componentes curriculares da Ciências da Natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARLETTO, M. R. Avaliação de Impacto tecnológico: reflexões, fundamentos e

práticas. 1.ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011.

DELIZOICOV, D; ANGOTTI, J. A. PERNAMBUCO M.M. Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

REIS, P.; GALVÃO, C. Os professores de Ciências Naturais e a discussão de controvérsias sociocientíficas: dois casos distintos. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, v. 7, n. 3, p. 746-772, 2008.

TRIVELATO, S. F; SILVA, R. L. F. Ensino de Ciências. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FOUREZ, G. A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP/FUNDUNESP, 1995.

FORGIARINI, Marcia Soares; AULER, Décio. A abordagem de temas polêmicos na educação de jovens e adultos: o caso do "florestamento" no Rio Grande do Sul. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, v.8, n.2, p.399-421, 2009.

GALVÃO, C.; REIS, P. A promoção do interesse e da relevância do ensino da ciência através da discussão de controvérsias sociocientíficas. In: VIEIRA, R. M. et al. Ciência-tecnologia-sociedade no ensino das ciências: Educação científica e desenvolvimento sustentável. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2008.

LEVINSON, R. As ciências ou as humanidades: quem deve ensinar as controvérsias em ciência? Pró-posições, Campinas, v. 12, n. 1 (34), p. 62-72, 2001.

REIS, P. A discussão de assuntos controversos no ensino das ciências. Inovação, Lisboa, n. 12, p. 107-112, 1999.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos em ecologia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 576 p.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Educação do Campo e o Processo Crioulo de Produção Simbólica**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 15 h

§ Carga horária prática: 30 h

EMENTA

Análise crítica de mídias a partir da relação entre estética e política; Compreensão das formas autóctones (crioula) de produção de linguagem e sentidos; Criação e organização de materiais de apoio e acompanhamento da produção simbólica (texto, imagem e som) realizada pelos (as) estudantes.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver uma visão crítica acerca das mídias a partir da relação entre estética e política, valorizando formas crioulas de produção de linguagem e sentidos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Oferecer subsídios para a leitura crítica de materiais midiáticos;
- § Proporcionar apoio aos estudantes nos diferentes momentos curriculares que envolvam processos de escrita e leitura crítica de mídias (texto, imagem e som);
- § Auxiliar processo de construção textual dos relatórios semestrais do Tempo Comunidade;
- § Divulgar trabalhos produzidos utilizando diversas linguagens, a partir da estética do oprimido, para exposição dos resultados obtidos nos processos de ensino-aprendizagem do Tempo Universidade e Tempo Comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOAL, Augusto. Teatro do oprimido: e outras poéticas. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BRAIT, Beth, Bakhtin: outros conceitos-chave / São Paulo, SP : Contexto, 2006. 263 p.

CORRÊA, Ana Laura dos Reis et al. Estética e Educação do Campo: movimentos

formativos na área de habilitação em Linguagens da LEdoC In Licenciaturas Em Educação Do Campo. Editora Autêntica, Belo Horizonte. 2011.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.

VYGOTSKY, L. S., A construção do pensamento e da linguagem / Sao Paulo SP: WMF Martins Fontes, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CABRERA, Julio, Problemas de estética e linguagem: uma abordagem analítica / Santa Maria, RS: UFSM, 1986. 151 p.;

ECO, Umberto, Tratado geral de semiótica / 3. ed. Sao Paulo, SP: Perspectiva, 2000. 282 p.

ESPINOSA, Julio García. Por um cinema imperfeito. In: PONTÃO DE CULTURA REDE CULTURAL DA TERRA (Org.). Caderno das artes: estudos sobre audiovisual e a construção da realidade. São Paulo: Cepatec, 2009. p. 90-99.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaca, A inter-acção pela linguagem. 10. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2006. 134 p.:

MAGALHÃES, Cláudio Márcio; MILL, Daniel. Elementos para reflexões sobre educação, comunicação e tecnologia: nada é tão novo sobre redes, linguagem e aprendizagem. Educação Temática Digital, Campinas, v. 15, n. 2, p.320-336, ago. 2013.

VAZ PUPO, Marcelo. Comunicação, Educação e Produção de Sentidos pela Linguagem Audiovisual: experiências em grupos de Agricultura Camponesa. 2015. 88 f. Monografia (Especialização) - Residência Agrária: Educação do Campo e Agroecologia, 2015.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Dinâmica de Grupo na Prática Pedagógica**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 15 h

§ Carga horária prática: 30 h

EMENTA

Constituição e dinâmica de pequenos grupos em processos pedagógicos, o corpo como instrumento de linguagem e comunicação.

OBJETIVO GERAL

Compreender os processos grupais como elementos potencializadores em espaços educativos escolares e não escolares.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Apresentar breve panorama teórico sobre dinâmica de grupo em espaços escolares;
- § Apoiar a formação docente a partir das dinâmicas de grupo e de jogos teatrais como elementos apoiadores do processo pedagógico;
- § Realizar atividades práticas de dinâmica de grupo e jogos teatrais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOAL, Augusto. Jogos para atores e não-atores. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRITZEN, Silvino José. Exercícios práticos de dinâmica de grupo / Petrópolis Vozes 1982 v.

NEVES, Liberia Rodrigues, O uso dos jogos teatrais na educação: possibilidades diante do fracasso escolar / Campinas: Papirus, 2009. 21cm.

ROCHA, Francisco Eduardo de Castro, Agricultura familiar: dinâmica de grupo

aplicada as organizações de produtores rurais / Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004. 170 p.:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BOAL, Augusto. Arco-íris do desejo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

FREIRE, Paulo, Pedagogia do oprimido / São Paulo : Paz e Terra, 2005. 213p.

FRIEDMANN, Adriana, Dinâmicas criativas: um caminho para a transformação de grupos / 2. ed. Petropolis, RJ : Vozes, 2004. 191 p. ;

KOUDELA, Ingrid Dormien, Jogos teatrais/ 7.ed. São Paulo : Perspectiva, 2009. 155p.

SPOLIN, Viola, Jogos teatrais na sala de aula: um manual para o professor / São Paulo,SP : Perspectiva, 2010. 321 p. :

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Produção de Materiais Didáticos Pedagógicos para o Ensino de Ciências na Educação do Campo**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Recursos e materiais didáticos pedagógicos: conceito, classificação e características. Os recursos e materiais didáticos pedagógicos como ferramentas para a mediação no ensino de Ciências na Educação do Campo. Critérios para escolha, utilização e produção de recursos e materiais didáticos pedagógicos na educação básica.

OBJETIVO GERAL

Discutir o uso de recursos e materiais didáticos pedagógicos como ferramentas para a mediação do ensino de Ciências para a Educação do Campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Pesquisar metodologias para uso de materiais didáticos pedagógicos no ensino fundamental e médio e a formação docente, propondo estratégias de transposição do conhecimento que aprofundem as discussões e favoreçam a contextualização do conhecimento;
- § Construir materiais didático-pedagógicos voltados para o ensino de Ciências na Educação do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2013: ciências. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Docência em Formação).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: sobre os saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

POZO, J. I. A Aprendizagem e o Ensino de Ciências: do Conhecimento Cotidiano ao Conhecimento Científico. Porto Alegre: Artmed, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Roseli Salete (Org.). Articulação por uma Educação do Campo. Brasília, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, nº4).

CARNEIRO, M. H. S.; SANTOS, W. L. P.; MÓL, G. S. Livro didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida. Ensaio – Pesquisa em educação em Ciências,

Belo Horizonte, v.7, n.2, p. 119-130, dez. 2005. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio/article/view/93/142>. Acesso em: 14 jul. 2012.

CHARLOT, B. Pressupostos e Exigências para uma Prática Pedagógica Emancipatória na Contemporaneidade. Conferência realizada em 9 de março de 2012. Departamento de Educação Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

COSTA, M.V. A escola tem futuro? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. Sobre educação: diálogos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.v. 2.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Processos de Articulação entre Teoria e Prática para a Compreensão do Campo da Educação do Campo.**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Articulação entre a teoria e a prática para na compreensão dos fatores que determinam as condições objetivas para a existência de uma Educação do Campo condizente com a manutenção e valorização da vida no campo.

OBJETIVO GERAL

Compreender e investigar os fatores teóricos e práticos que colaboram para a construção de uma Educação do Campo coerente com a manutenção e valorização

da vida no campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender a relação entre teoria e prática na educação;
- § Compreender a origem da Educação do Campo a partir da ação social das populações do campo e suas organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

KAGEYAMA, Angela A. Desenvolvimento rural: Conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008 229 p.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, Marcio. Os atores entram em cena. In: Sérgio Schneider; Márcio Gazolla. (Org.). Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, v. 1, p. 11-17.

NEUMANN, P.; BERGAMASCO, S. M. P. P, (org.). Cadernos do desenvolvimento territorial. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016. 208 p.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. (2010). Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/bibliotecatematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-27-da-ideologia-do-progresso-a-ideiade-desenvolvimento-rural-sustentavel.pdf/view>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MICHELOTTI, F.; ZARREF, L. Cadernos de agroecologia. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016. 90 p.

MOREIRA, E. M.; LIMA, M. C. de A. Caderno de Educação do Campo. Santa Maria, RS: Caxias, 2016. 312 p.

GHEDIN, E. Educação do campo: epistemologia e praticas. São Paulo, SP : Cortez, 2012 448 p.

MOLINA, M. C.; SANTOS, C. A.; MICHELOTTI, F.; SOUSA, R. da P. Práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre agroecologia e Educação do Campo nos cursos do PRONERA. Brasília: MDA, 2002. 292 p.

PRIMAVESI, Ana. A convenção dos ventos: agroecologia em contos. São Paulo, SP: Expressão popular, 2016. 168 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. MOLINA, Mônica Castagna JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Solo e suas Relações com as Ciências da Natureza**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Perfil do solo e sua relação com a paisagem. Formação, composição e morfologia do solo. Química, física e biologia do solo. Uso, manejo e conservação do solo e da água. Valorização Ambiental do Solo. Educação em solos e etnopedologia.

OBJETIVO GERAL

Realizar uma atualização dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo no que tange a aspectos básicos do conhecimento na área de solos, envolvendo as áreas de química, física e biologia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

§ Realizar discussão sobre a relação do solo com as atividades agropecuárias e

urbanas, bem como do importante papel que esse componente exerce no meio ambiente, de forma a fornecer subsídios para a atuação junto as escolas/comunidades do campo;

§ Apresentar e discutir iniciativas e estratégias para a educação em solos, com foco nas Ciências da Natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LIMA, V.C.; LIMA, M.R.; MELO, V.F. O solo no meio ambiente: abordagem para professores do ensino fundamental e médio e alunos do ensino médio. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, 2007. 339 p.

MOREIRA, F.M.S.; SIQUEIRA, J.O. Microbiologia e bioquímica do solo. 2. ed. Lavras: Editora UFLA, 2006. 729 p.

ODUM, E.P.; BARRET, G.W. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 612 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

LEPSCH, I.F. 19 lições de pedologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 456 p.

MEURER, E.J. (Ed.). Fundamentos de química do solo. Porto Alegre: Evangraf, 2012. 359 p.

MELO, V.F. & ALLEONI, L.R.F. Química e mineralogia do solo. Parte II - Aplicações. Viçosa, MG, SBCS, 2009. 639 p.

SANTOS, H.G. et al. Sistema brasileiro de classificação de solos. 3. ed. Rio de Janeiro, Embrapa Solos, 2013. 353 p.

STRECK, E.V.; KÄMPF, N.; DALMOLIN, R.S.D.; KLAMT, E.; NASCIMENTO, P.C. do; SCHNEIDER, P.; GIASSON, E.; PINTO, L.F.S. Solos do Rio Grande do Sul. 2.ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Emater/RS, 2008. 222 p.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- § Componente Curricular Complementar: **Extensão Rural e Educação do Campo: uso de metodologias participativas no auxílio à construção do conhecimento no campo.**
- § Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)
- § Carga horária teórica: 30 h
- § Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Extensão Rural no Brasil e sua trajetória. O Novo Rural Brasileiro e os novos paradigmas para a Extensão Rural. Metodologias participativas da Extensão Rural e seu auxílio para ações de desenvolvimento Rural, Territorial Sustentável.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar condições para que o educando possa atuar de forma consciente, através da compreensão da importância da Extensão Rural enquanto política pública, enquanto campo de atuação profissional, bem como o seu papel nos processos de desenvolvimento rural sustentável.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Compreender aspectos gerais da extensão e comunicação rural;
- § Compreender os diferentes projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro;
- § Compreender a relação entre a extensão rural e a educação do campo, a partir do papel do educador e sua atuação na escola e na comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BORDENAVE, J. E. D. O que é comunicação rural. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 104 p. (coleção primeiros passos, 101)

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: MDA, 2004. 165 p.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 93 p.

GOODMAN, D. Da lavoura as biotecnologias. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 192 p.

RAMOS, G. de L. DA SILVA, A. P. G. BARROS, A. A. da F. Manual de metodologia de extensão rural. Recife: Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA, 2013. 58p. (IPA. Coleção Extensão Rural, 3).

PEIXOTO, M. Extensão Rural No Brasil – Uma Abordagem Histórica Da Legislação. Brasília: Centro de estudos Consultoria Legislativa do Senado Federal, Texto para Discussão 48. 2008. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>.

SACCO DOS ANJOS, F. A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos operários de Massaranduba (SC). Pelotas: UFPel, 1995. 169 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2009. 309p

CHEVITARESE, A. R. (Org.) O campesinato na história. Rio de Janeiro: RelumeDumara, 2002. 301 p.

DEL PRIORE, M. Uma historia da vida rural no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 223 p. ISBN 8500018321

FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO M. I. (Orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistadas: v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v.1 (Historia social do campesinato brasileiro).

MARQUES, P. E. M. Políticas públicas e participação social no Brasil rural. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 252 p. (Série estudos rurais).

MENASCHE, R (Org.). A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007. 198 p. (Série Estudos e Pesquisas - IEPE).

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

§ Componente Curricular Complementar: **Juventude Camponesa e a Educação do Campo**

§ Carga horária total: 45 h (TU: 30 h; TC: 15 h)

§ Carga horária teórica: 30 h

§ Carga horária prática: 15 h

EMENTA

Trabalho, infância e processos de socialização no campo. Juventudes e suas problemáticas: reconhecimento, autonomia, renda, sucessão e identidade. Juventude, trabalho e relações de gênero no campo. A juventude e seus projetos educacionais, ocupacionais e de vida. As múltiplas juventudes e suas redes de sociabilidade – presenciais e virtuais. Educação do Campo e a construção de uma agenda da juventude.

OBJETIVO GERAL

Compreender os processos de socialização infantil no campo e suas especificidades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- § Conhecer as problemáticas históricas da juventude camponesa;
- § Analisar as implicações das desigualdades de gênero nos processos de socialização, construção de identidades e construção de projetos de moças e rapazes no campo;
- § Compreender as dinâmicas presentes no processo de construção dos projetos educacionais, ocupacionais e de vida dos jovens;

- § Estudar as diferentes formas de constituição da juventude a partir de suas relações de pertencimento territorial, cultural e social;
- § Analisar o papel e as agendas da juventude nas lutas em defesa da Educação do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRUMER, Anita. PAULILO, Maria Inês. Dossiê as agricultoras do Sul do Brasil. Revista Estudos Feministas, Volume: 12, Número: 1, Publicado: 2004, disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/i/2004.v12n1/?section=DOSSI%C3%8A%20AS%20AGRICULTORAS%20DO%20SUL%20DO%20BRASIL>, acesso em 27/10/2021

CARNEIRO, Maria José. Herança e Gênero entre Agricultores Familiares. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), Florianópolis, v. 9, n.1, p. 22-55, 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/SCGDNz4fpbmR6H5JQkHGH4J/?format=pdf&lang=pt> , acesso em 27/10/2021

CASTRO, Elisa. Guaraná. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. REVISTA LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES, NIÑEZ Y JUVENTUD, v. 7, p. 179-208, 2009. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2009000100008, acesso em 27/10/2021

CASTRO, Elisa Guaraná. JUVENTUDE RURAL, DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. POLÍTICA & TRABALHO. Revista de Ciências Sociais, nº 45, Julho/Dezembro de 2016, p. 193-212. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734/17809>, acesso em 27/10/2021

MENEZES, Marilda Aparecida de.; STROPASOLAS, Valmir Luiz.; BARCELLOS, Sergio Botton. (Orgs.). Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil. Coleção Juventude - Série Estudos, n.1, 2014. Disponível em http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_2039627409_13082018150759.pdf,

acesso em 27/10/2021.

SCOTT, Parry, CORDEIRO, Rosineide, MENEZES, Marilda. (Orgs). Gênero e Geração em Contextos Rurais. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. Disponível em https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc, acesso em 27/10/2021.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, v. 1, p. 249-286, 2012. Disponível em <https://docplayer.com.br/112190-Trabalho-infantil-no-campo-do-problema-social-ao-objeto-sociologico.html>, acesso em 27/10/2021.

WEISHEIMER, Nilson. A situação Juvenil na Agricultura Familiar. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Sociologia, 2009. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15908/000693991.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 27/10/2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRUMER, Anita, ANJOS, Gabriele. Gênero e Reprodução Social na Agricultura Familiar. Presidente Prudente. Revista NERA. Ano11, nº 12. Jan-Jun. 2008, p. 6-17.

LUZ, L.C.X et al. Os jovens brasileiros em tempos de COVID-19. Revista Princípio, nº160, Nov. 2020/Fev.2021. Disponível em <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/72/38> , acesso em 27/10/2021

NEVES, Jonas Anderson Simões. Juventude e Mobilidade Social no Brasil do Século XXI. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Sociologia/PPGS-UFRGS, 2013. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72746/000882406.pdf?sequence=1&isAllowed=y> , acesso em 27/10/2021

SANTOS, Arthur Saldanha. CONDIÇÕES DAS JUVENTUDES RURAIS NA CONTEMPORANEIDADE: DA MIGRAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS. In Revista Cadernos de Ciências Sociais, Recife, Ano VIII, volume I, número 14 – Jan – Jun, 2019. Disponível em

<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/3320/482483524> , acesso em 27/10/2021

SPANEVERELLO, Rosani Maria. A Dinâmica Sucessória na Agricultura Familiar. Porto Alegre: Tese de Doutorado - UFRGS, 2008. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1&isAllowed=y> , acesso em 27/10/2021

VIEIRA, Rosângela Steffen. Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UFSC, 2004. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87239/210274.pdf?sequence=1&isAllowed=y> , acesso em 27/10/2021.

2.4.2.2 Matriz comparativa entre PPC de 2016 e PPC de 2023

Tabela 7: Matriz Comparativa PPC

PPC 2016			PPC 2023		
Componente	Sem	CH	Componente	Sem	CH
Letramento Digital	1	45h	Letramento Digital	1	45h
Letramento Matemático	1	45h	Letramento Matemático	1	45h
Leitura e escrita científica	1	45h	Leitura e escrita científica	1	45h
Teoria da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	1	45h	Teoria da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	3	45h
Ciências da Natureza: diferentes abordagens	1	45h	Ciências da Natureza: diferentes abordagens	1	45h
Economia Política, Sociedade e Educação	1	45h	Economia Política, Sociedade e Educação	1	45h
Prática Pedagógica em Educação do Campo I: Identidade/Processos Identitários	1	60h	Prática Pedagógica em Educação do Campo: Identidade e Processos Identitários	1	45h

PPC 2016			PPC 2023		
Componente	Sem	CH	Componente	Sem	CH
			Atividade Curricular de Extensão - Educação do Campo I	1	45h
Políticas públicas e gestão educacional	2	45h	Políticas públicas e gestão educacional	2	45h
Movimentos Sociais e o Campo	2	45h	Movimentos Sociais e o Campo	2	45h
Construindo conhecimentos de Física para o Ensino Fundamental	2	45h	Construindo conhecimentos de Física para o Ensino Fundamental	2	45h
Construindo conhecimentos de Biologia para o Ensino Fundamental	2	45h	Biologia e Sociedade	2	45h
Construindo conhecimentos de Química para o Ensino Fundamental	2	45h	Construindo conhecimentos de Química I	2	45h
Educação ambiental e cidadania para o campo	2	45h	Educação ambiental: fundamentos e práticas	2	45h
Prática Pedagógica em Educação do Campo II: Contexto socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional	2	60h	Prática Pedagógica em Educação do Campo: Contexto socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional	2	45h
			Atividade Curricular de Extensão - Educação do Campo II	2	30h
			Unipampa Cidadã I	2	30h
Atividades experimentais no ensino de Ciências	3	45h	Atividades experimentais no ensino de Ciências	3	45h
Antropologia das populações do campo	3	45h	Antropologia das populações do campo	3	45h
Leis Físicas do movimento	3	45h	Leis Físicas do movimento	3	45h
Diversidade da vida	3	45h	Diversidade da vida	3	45h

PPC 2016			PPC 2023		
Componente	Sem	CH	Componente	Sem	CH
Química e hidrosfera	3	45h	Construindo conhecimentos de Química II	3	45h
História e Filosofia da Educação	3	45h	História e Filosofia da Educação	3	45h
Prática Pedagógica em Educação do Campo III: Território e Territorialidade	3	60h	Prática Pedagógica em Educação do Campo: Território e Territorialidade	3	45h
			Atividade Curricular de Extensão - Educação do Campo III	3	30h
Calor, ambiente e uso de energia	4	45h	Calor, ambiente e uso de energia	4	45h
Origem e evolução da vida	4	45h	Botânica e o trabalho no campo	4	45h
Ciência moderna e contemporânea	4	30h	Educação e Produção de Conhecimento	4	45h
Organização do Trabalho Pedagógico: trabalho e a educação	4	45h	Organização do Trabalho Pedagógico: trabalho e a educação	4	45h
Química, energia e suas transformações	4	45h	Construindo conhecimentos de Química III	4	45h
Química dos Alimentos	4	45h	Química orgânica e a vida	6	45h
Prática Pedagógica em Educação do Campo IV: o trabalho como princípio educativo	4	60h	Prática Pedagógica em Educação do Campo: o trabalho como princípio educativo	4	45h
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental I	4	135h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	4	45h
			Atividade Curricular de Extensão IV	4	30h

PPC 2016			PPC 2023		
Componente	Sem	CH	Componente	Sem	CH
			Unipampa Cidadã II	4	30h
Construindo conhecimentos de Biologia para o Ensino Médio	5	45h	Zoologia e Conhecimento Escolar	5	45h
Construindo Conhecimentos de Física para o Ensino Médio	5	45h	Construindo Conhecimentos de Física para o Ensino Médio	5	45h
Construindo Conhecimentos de Química para o Ensino Médio	5	45h	Construindo conhecimentos de Química IV	5	45h
Organização do Trabalho Pedagógico: didática e formação de professores	5	45h	Organização do Trabalho Pedagógico: didática e formação de professores	5	45h
Organização do trabalho pedagógico: teorias do currículo e a Educação do Campo	5	45h	Organização do trabalho pedagógico: teorias do currículo e a Educação do Campo	5	45h
Prática Pedagógica em Educação do Campo V: a escola como espaço emancipatório	5	60h	Prática Pedagógica em Educação do Campo: a escola como espaço emancipatório	5	45h
			Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	5	90h
			Atividade Curricular de Extensão - Educação do Campo V	5	30h
Organização do trabalho pedagógico: metodologia do ensino de ciências na Educação do Campo	6	60h	Organização do trabalho pedagógico: metodologia do ensino de ciências na Educação do Campo	4	45h
Metodologia da Pesquisa Científica	6	45h	Metodologia da Pesquisa Científica	6	45h
Desenvolvimento Rural	6	45h	Desenvolvimento Rural	6	45h

PPC 2016			PPC 2023		
Componente	Sem	CH	Componente	Sem	CH
Ecologia e Agroecologia	6	45h	Agroecologia e Educação do Campo	6	45h
Interações entre os seres vivos	6	45h	Ecologia e Práticas Conservacionistas	6	45h
Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo	6	60h	Prática Pedagógica em Educação do Campo: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo	6	45h
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio I	6	90h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	6	90h
			Atividade Curricular de Extensão - Educação do Campo VI	6	30h
			Unipampa Cidadã III	6	30h
Fundamentos da Educação Especial para a Educação do Campo	7	45h	Prática Pedagógica em Educação do campo: Educação inclusiva e acessibilidade	7	45h
Tecnologias digitais e produção de materiais	7	45h	Tecnologias digitais e produção de materiais	7	45h
Libras	7	60h	Comunicação em LIBRAS	7	60h
Transmissão da vida, ética e manipulação genética	7	45h	Transmissão da Vida	7	45h
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório -	7	90h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	7	90h

PPC 2016			PPC 2023		
Componente	Sem	CH	Componente	Sem	CH
Observação e Regência articulada no Ensino Médio II					
Trabalho de conclusão de Curso I	7	75h	Trabalho Final de Graduação I	7	45h
			Atividade Curricular de Extensão - Educação do campo VII	7	30h
Equipamentos elétricos e tecnológicos no contexto dos povos do Campo	8	45h	Eletromagnetismo e Introdução a Física Moderna	6	45h
Educação em Direitos Humanos	8	45h	Educação em Direitos Humanos	8	45h
Antropologia da alimentação do campo	8	45h	Antropologia da alimentação do campo	8	45h
Ciências das Sensações	8	45h	Laboratório de Alfabetização Científica	7	45h
Corpo e Saúde	8	45h	Prática Pedagógica em Educação do Campo: diversidade de saberes e cuidado com a saúde	8	45h
Gênero, sexualidade e educação	8	45h	Gênero, sexualidade e educação	8	45h
Trabalho de Conclusão de Curso II	8	75h	Trabalho Final de Graduação II	8	45h

PPC 2016			PPC 2023		
Componente	Sem	CH	Componente	Sem	CH
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio III	7	90h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório V	8	90h
			Atividade Curricular de Extensão - Educação do campo VIII	8	30h
			Unipampa Cidadã IV	8	30h

2.4.2.3 Migração curricular e equivalências

O processo de migração curricular envolverá o diálogo entre a comissão de curso e a representação discente, em que serão organizados espaços para discussão sobre a nova matriz curricular. Para tanto, tais espaços visam a ampla participação discente.

Na Tabela 8, constam os componentes curriculares da versão anterior do currículo e as medidas resolutiveiras para aproveitamento dos componentes no processo de migração curricular para a nova matriz.

Tabela 8 :Migração curricular – Medidas resolutiveira

Sem	Código	Componente Curricular	CH	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiveira
1º	DP0401	Letramento Digital	45	Não se aplica	Não se aplica
1º	DP0403	Letramento Matemático	45	Não se aplica	Não se aplica
1º	DP0400	Leitura e escrita científica	45	Não se aplica	Não se aplica

Sem	Código	Componente Curricular	CH	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
1º	DP0402	Teoria da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	45	Realocado para o 3º semestre	Não se aplica
1º	DP0404	Ciências da Natureza: diferentes abordagens	45	Não se aplica	Não se aplica
1º	DP0645	Economia Política, Sociedade e Educação	45	Não se aplica	Não se aplica
1º		Prática Pedagógica em Educação do Campo I: Identidade/Processos Identitários	45	Redução de 60h para 45h	Não se aplica
1º		Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo I	30	Componente curricular novo	Resolução nº 317/2021
2º	DP0424	Políticas públicas e gestão educacional	45	Não se aplica	Não se aplica
2º	DP0416	Movimentos Sociais e o Campo	45	Não se aplica	Não se aplica
2º	DP0487	Construindo conhecimentos de Física para o Ensino Fundamental	45	Não se aplica	Não se aplica
2º		Construindo conhecimentos de Biologia para o Ensino Fundamental	45	Mudança de nomenclatura "Biologia e Sociedade"	Não se aplica

Sem	Código	Componente Curricular	CH	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
2º		Construindo conhecimentos de Química para o Ensino Fundamental	45	Mudança de nomenclatura "Construindo conhecimentos de Química I"	Não se aplica
2º	DP0485	Educação ambiental e cidadania para o campo	45	Mudança de nomenclatura Educação Ambiental: fundamentos e práticas	Não se aplica
2º		Prática Pedagógica em Educação do Campo II: Contexto socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional	45	Redução de 60h para 45h	Não se aplica
2º		Atividade Curricular de Extensão - Educação do Campo II	30	Componente curricular novo	Resolução nº 317/2021
2º		Unipampa Cidadã I	30	Não se aplica	Resolução nº 317/2021
3º	DP0425	Atividades experimentais no ensino de Ciências	45	Não se aplica	Não se aplica
3º	DP0417	Antropologia das populações do campo	45	Não se aplica	Não se aplica

Sem	Código	Componente Curricular	CH	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
3º	DP0418	Leis Físicas do movimento	45	Não se aplica	Não se aplica
3º	DP0419	Diversidade da vida	45	Não se aplica	Não se aplica
3º		Química e hidrosfera	45	Mudança de nomenclatura "Construindo conhecimentos de Química II"	Não se aplica
3º	DP0409	História e Filosofia da Educação	45	Não se aplica	Não se aplica
3º		Prática Pedagógica em Educação do Campo III: Território e Territorialidade	45	Redução de 60h para 45h	Não se aplica
3º		Atividade Curricular de Extensão - Educação do Campo III	30	Componente curricular novo	Resolução nº 317/2021
4º	DP0468	Calor, ambiente e uso de energia	45	Não se aplica	Não se aplica
4º		Origem e evolução da vida	45	Mudança de nomenclatura "Botânica e o Trabalho no Campo"	Não se aplica

Sem	Código	Componente Curricular	CH	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
4º		Ciência moderna e contemporânea	45	Aumento de 30h para 45h Mudança de nomenclatura “Educação e Produção de Conhecimento”	Não se aplica
4º	DP0469	Organização do Trabalho Pedagógico: trabalho e a educação	45	Não se aplica	Não se aplica
4º		Química, energia e suas transformações	45	Mudança de nomenclatura “Construindo conhecimentos de Química III”	Não se aplica
6º		Química dos Alimentos	45	Realocado no 6º semestre Mudança de nomenclatura “Química orgânica e a vida”	Não se aplica
4º		Prática Pedagógica em Educação do Campo IV: o trabalho como princípio educativo	45	Redução de 60h para 45h	Não se aplica
4º		Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência nos	45	Componente dividido em dois (o segundo foi para o quinto semestre) –	Não se aplica

Sem	Código	Componente Curricular	CH	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
		anos finais do Ensino Fundamental I		Mudança de nomenclatura: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	
4º		Atividade Curricular de Extensão – Educação do Campo IV	30	Componente curricular novo	Resolução nº 317/2021
4º		Unipampa Cidadã II	30	Não se aplica	Resolução nº 317/2021
5º		Construindo conhecimentos de Biologia para o Ensino Médio	45	Mudança de nomenclatura “Zoologia e conhecimento escolar”	Não se aplica
5º	DP0475	Construindo Conhecimentos de Física para o Ensino Médio	45	Não se aplica	Não se aplica
5º		Construindo Conhecimentos de Química para o Ensino Médio	45	Mudança de nomenclatura “Construindo conhecimentos de Química IV”	Não se aplica
5º	DP0477	Organização do Trabalho Pedagógico: didática e formação de professores	45	Não se aplica	Não se aplica
5º	DP0478	Organização do trabalho pedagógico: teorias do	45	Não se aplica	Não se aplica

Sem	Código	Componente Curricular	CH	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
		currículo e a Educação do Campo			
5º		Prática Pedagógica em Educação do Campo V: a escola como espaço emancipatório	45	Redução de 60h para 45h	Não se aplica
5º		Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Docência no Ensino Fundamental II	90	Parte do Estágio I que foi dividido Mudança de nomenclatura “Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	Não se aplica
5º		Atividade Curricular de Extensão - Educação do Campo V	30	Componente curricular novo	Resolução nº 317/2021
4º		Organização do trabalho pedagógico: metodologia do ensino de ciências na Educação do Campo	45	Redução de 60h para 45h Realocado no 4º semestre	Não se aplica
6º	DP0432	Metodologia da Pesquisa Científica	45	Não se aplica	Não se aplica
6º	DP0441	Desenvolvimento rural	45	Não se aplica	Não se aplica

Sem	Código	Componente Curricular	CH	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
6º		Ecologia e Agroecologia	45	Mudança de nomenclatura "Agroecologia e Educação do Campo"	Não se aplica
6º		Interações entre os seres vivos	45	Mudança nomenclatura "Ecologia e Práticas Conservacionistas"	Não se aplica
6º		Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo	45	Redução de 60h para 45h	Não se aplica
6º		Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência articulada no Ensino Médio I	90	Mudança de nomenclatura "Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III"	Não se aplica
6º		Atividade Curricular de Extensão - Educação do Campo VI	30	Não se aplica	Resolução nº 317/2021
6º		Unipampa Cidadã III	30	Não se aplica	Resolução nº 317/2021
7º		Fundamentos da Educação Especial para a Educação do Campo	45	Mudança de nomenclatura "Prática Pedagógica em Educação do campo: Educação inclusiva e acessibilidade"	Não se aplica

Sem	Código	Componente Curricular	CH	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
7º	DP0449	Tecnologias digitais e produção de materiais	45	Não se aplica	Não se aplica
7º		Libras	60	Mudança de nomenclatura "Comunicação em Libras"	Não se aplica
7º		Transmissão da vida, ética e manipulação genética	45	Mudança de nomenclatura "Transmissão da Vida"	Não se aplica
7º		Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência articulada no Ensino Médio II	90	Mudança de nomenclatura: "Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV"	Não se aplica
7º		Trabalho de conclusão de Curso I	45	Redução de 75h para 45h Mudança de nomenclatura "Trabalho Final de Graduação I"	Não se aplica
7º		Atividade Curricular de Extensão - Educação do campo VII	30	Não se aplica	Resolução nº317/2021
8º		Equipamentos elétricos e tecnológicos no contexto dos povos do Campo	45	Realocado no 6º semestre Mudança de nomenclatura	Não se aplica

Sem	Código	Componente Curricular	CH	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
				"Eletromagnetismo e Introdução a Física Moderna"	
8º	DP0494	Educação em Direitos Humanos	45	Não se aplica	Não se aplica
8º	DP0457	Antropologia da alimentação do campo	45	Não se aplica	Não se aplica
8º		Corpo e Saúde	45	Mudança de nomenclatura "Prática Pedagógica – diversidade de saberes e cuidados com a saúde"	Não se aplica
8º	DP0492	Gênero, sexualidade e educação	45	Não se aplica	Não se aplica
8º		Trabalho de Conclusão de Curso II	45	Redução de 75h para 45h Mudança de nomenclatura "Trabalho Final de Graduação II"	Não se aplica
8º		Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência articulada no Ensino Médio III	90	Mudança de nomenclatura "Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório V"	Não se aplica

Sem	Código	Componente Curricular	CH	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
8º		Atividade Curricular de Extensão - Educação do campo VIII	30	Componente curricular novo	Resolução nº 317/2021
8º		Unipampa Cidadã IV	30	Não se aplica	Resolução nº 317/2021
8º		Ciências das sensações	45	Realocado no 7º semestre Mudança de nomenclatura "Laboratório de Alfabetização Científica"	Não se aplica

2.4.2.4 Inclusão Curricular dos Temas Integradores ou Transversais

A questão dos temas transversais para a Educação do Campo é central. A Educação do Campo faz parte do esforço coletivo da sociedade para incluir amplos setores da população historicamente excluída, no direito para acesso ao conhecimento escolar, respeitando a diversidade bio-etno-cultural dos povos do campo.

Os povos que resistem no campo são em sua maioria descendentes de ex-escravos, indígenas e outros que vem sendo socialmente subalternizados pelo sistema econômico e social hegemônico. Portanto, ao tratarmos de assuntos como Educação em Direitos Humanos, Questões étnicos-raciais e de gênero, Educação Ambiental, Educação Inclusiva, entre outros, estamos tratando de questões centrais para entendermos a educação do campo.

Ao proferir parecer (CNE/CEB Nº: 14/2015) sobre o tema do estudo da questão

indígena, a relatora Rita Gomes do Nascimento escreveu: “Desde a aprovação da Lei nº 11.645/2008, os sistemas de ensino e suas instituições educacionais têm sido desafiados a trazer a temática da história e da cultura dos povos indígenas para dentro dos estabelecimentos de ensino, o que não tem ocorrido sem tensões e contradições entre os povos indígenas e os sistemas de ensino e suas instituições formadoras. Isto se dá, principalmente, pelos modos equivocados de implementação dos dispositivos dessa Lei, incorporados na redação da Lei nº 9.394/96 (LDB) mas, em muitos casos, não sendo cumpridos da maneira estabelecida pelo referido diploma legal. Desse modo, a Lei nº 11.645/2008 tem provocado inúmeros debates sobre a necessidade de se repensar os processos relativos à formação de estudantes e de professores dessa temática diante de uma concepção mais alargada de cidadania, dada pelo reconhecimento da participação dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira, bem como de suas culturas e patrimônios”.

Estendemos este entendimento para a lei 10.639/03, que inclui o estudo História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, ressaltando o Parecer CNE/CP 003/2004 e as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como preocupação da formação de licenciandos (as) que possam problematizar relações sociais marcadas pelo preconceito, exclusão, discriminação entre outras formas de subalternização e opressão. É papel da escola contribuir para a convivência na e da diversidade.

Por isso, entendemos que o Curso de Educação do Campo – Licenciatura, deve somar-se ao esforço para outras leituras da história das ocupações dos nossos territórios. É preciso contribuir para que os (as) licenciandos (as) valorizem as diferentes origens culturais da população brasileira e, ao mesmo tempo, crie um ambiente escolar que permita a manifestação criativa e transformadora da diversidade, como forma de superar situações de preconceito e discriminações étnico-raciais.

Portanto, a questão indígena, dos povos afrodescendentes, quilombolas e outros aparecem de forma transversal em vários componentes:

Eixo Temático – Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional: Movimentos Sociais e o Campo;

Eixo Temático – Território e territorialidade: Antropologia dos Povos do Campo e Diversidade da Vida;

Eixo Temático – Diversidade de Saberes e Cuidado com a Saúde: Educação em Direitos Humanos.

Além destes componentes, também são estimuladas Atividades Complementares de Graduação e místicas que celebram as diversidades culturais, étnicas, biológicas, linguísticas presentes na sociedade em geral e no campo especificamente.

Esta preocupação precisa ser ainda mais presente na região da campanha do Estado do RS, posto a diversidade cultural da população camponesa, estando presente: Sem Terra, Quilombola, Indígenas, Assalariados Rurais, Agricultores Familiares, Peões de Estâncias e outros. Mas também, pela marcante presença da fronteira, que ocasiona a convivência com a diversidade cultural e linguística, como por exemplo a presença de indígenas guaranis de origem paraguaia em escolas do campo onde atuam licenciandos/as do Curso de Educação do Campo da UNIPAMPA.

Estes povos precisam ser compreendidos como culturas presentes, por isso recusamo-nos neste PPC tratar apenas das histórias já vividas, mas também das histórias que ainda serão vividas, das questões atuais que projetam lutas, demandas e esperanças para que os egressos e seus futuros estudantes possam entender nossa sociedade como intercultural, pluri-étnica e multilíngue. Rompendo com a formação eurocêntrica e reconhecendo contribuições dos diferentes povos (especialmente indígenas, quilombolas) para a agroecologia, para a diversidade alimentar, para diferentes conhecimentos e práticas que colaboram no desenvolvimento sustentável do campo.

Historicamente articulada, em suas propostas epistemológicas, por organizações camponesas e universidades, compreendemos que a Agroecologia cumpre um papel fundamental na efetivação do currículo proposto. Ao transitar entre área do conhecimento científico, prática de produção alimentar e ação social coletiva para o desenvolvimento rural sustentável, a Agroecologia gradualmente amplia sua legitimação como elemento estratégico para a implementação dos territórios

camponeses. Disso concluímos que a Educação do Campo não se dissocia da Agroecologia, ambas trabalhando pela transformação social que prevê a permanência da população do campo no campo, através da reprodução social do campesinato brasileiro e dos conhecimentos a ele associados.

No percurso dos eixos temáticos, podemos reconhecer, mais diretamente, a transversalidade da Agroecologia nos seguintes componentes curriculares: Economia Política, Sociedade e Educação; Prática Pedagógica em Educação do Campo I: Identidade/Processos Identitários; Movimentos Sociais e o Campo; Educação Ambiental: teoria e prática; Atividades Experimentais no Ensino de Ciências; Diversidade da Vida; Prática Pedagógica em Educação do Campo III: Território e Territorialidade; Prática Pedagógica em Educação do Campo IV: o Trabalho como Princípio Educativo; Metodologia da Pesquisa Científica; Desenvolvimento Rural e Transmissão da Vida.

Desta mesma forma entendemos que o estudo da Educação em Direitos Humanos, como proposto na RESOLUÇÃO CNE Nº 1, DE 30/05/2012, deve ser entendido “como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos” com ênfase em “fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos” com atenção especial para a ressocialização de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, não apenas nas ações de ensino, como também de pesquisa e extensão. Desta forma, o tema dos Direitos Humanos, como conteúdo aparece em vários componentes e de forma específica no Eixo temático – Diversidade de Saberes e Cuidado com a Saúde, no componente: Educação em direitos humanos. Da mesma forma, os temas sobre a diversidade de gêneros são abordados em componente específico no mesmo eixo temático: Gênero, sexualidade e educação.

A Educação Ambiental é outro tema recorrente no curso, estando presente em vários componentes. É impossível pensar e fazer a Educação do Campo, sem a preocupação com as questões socioambientais e sem que essas estejam em todos

os componentes. Portanto, no estudo sobre os efeitos dos agrotóxicos, na necessidade de preservar as fontes de água, do uso racional do solo, da preservação e recuperação de biomas, seja no estudo teórico e prático da agroecologia o tema da educação ambiental está presente em todos os componentes. Entretanto, dada a importância para o (a) egresso (a), o tema é estudado com mais especificidade nos seguintes componentes:

Eixo Temático – Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional:
Educação ambiental: fundamentos e práticas;

Eixo Temático – Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo: Ecologia e agroecologia e Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo; e

Eixo Temático – Inclusão, Acessibilidade e Tecnologias: Transmissão da vida.

As questões sobre a “Educação inclusiva”, além de temas transversais, são objeto de estudo específico na componente de Prática Pedagógica em Educação do campo VII: Educação inclusiva e acessibilidade no eixo temático Diversidade de Saberes e Cuidado com a Saúde.

Há ainda, a orientação de formar educadores (as) com formação na Língua Brasileira de Sinais, sendo ofertado no eixo temático – Inclusão, Acessibilidade e Tecnologias o componente curricular de Comunicação em Libras.

No âmbito da prevenção ao bullying e a cultura paz, conforme previsto na Lei nº 13.663/2018, os eixos temáticos 7 e 8 possuem componentes curriculares que abordam os referidos temas. A educação alimentar e nutricional é contemplada no eixo 4 na componente curricular “Botânica e o trabalho no campo” e, também, pelo eixo 8, mais especificamente em “Antropologia da alimentação” conforme a Lei nº 13.666/2018.

A violência contra a mulher (Lei 14.164/2021) emerge enquanto um tema a partir da componente “Educação em Direitos Humanos e Gênero, sexualidade e educação”.

2.4.2.5 Inserção da extensão no currículo do curso

Normativa para inserção da extensão no currículo do Curso de Educação do Campo

Dada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no art 207 da Constituição Federal de 1988, a concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394/96), o Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001, a Política Nacional de Extensão de 2012, a Meta 12.7 do Plano Nacional da Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelecem as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior; bem como a Resolução nº317 de 29 de Abril de 2021 do Conselho Universitário da Unipampa e a Instrução Normativa nº 18, de 05 de Agosto de 2021, que normatiza o programa institucional Unipampa Cidadã, o curso de Educação do Campo da Unipampa – Campus Dom Pedrito, define a organização pedagógica a partir da qual serão cumpridas as referidas legislações.

O Curso de Educação do Campo constitui a única graduação da Unipampa que está balizado pelos referenciais da Pedagogia da Alternância estando, por isso, também organizado em sua dinâmica de funcionamento em regime de alternância, amparado pela Lei n.º 9394/96; pelo Parecer CNE/CEB n.º 01/2006 e pelo artigo nº 28 da LDB. Nestes termos, conforme define este PPC, temos que parte da carga horária total do curso ocorre no espaço da Universidade, no que se denomina de Tempo Universidade, e um segundo momento formativo dos estudantes ocorre em suas respectivas comunidades de origem, no que se denomina de Tempo Comunidade. Importante ainda ressaltar, que tal como preveem o referencial teórico e as bases legais da alternância, essa organização possui como objetivos tanto garantir aos trabalhadores urbanos e rurais, mas especialmente aos povos e comunidades originários e tradicionais, dos campos, das águas e das florestas o acesso ao direito à Educação respeitando suas especificidades e possibilidades de acesso ao ensino e, fundamentalmente, por compreender que as epistemologias de saber presentes nestes territórios são tão importantes à formação dos estudantes quanto os aprendizados que constroem nos bancos da Universidade, de forma que espera-se construir uma formação que considere o constante diálogo e síntese destes saberes para a formação omnilateral dos egressos do curso de Educação do Campo.

Nestes termos, ao mesmo tempo em que sempre esteve presente nas

comunidades em que atua, inclusive com a realização de inúmeras ações de extensão, o curso de Educação do Campo sempre prezou pelo diálogo constante com estas mesmas comunidades; desta forma, na contramão de um referencial academicista de extensão que acredita ser papel da Universidade levar supostos “conhecimentos” às comunidades, nossas ações sempre foram pautadas tanto pela construção com as respectivas comunidades quanto, especialmente, pelos aprendizados que tivemos em nossas múltiplas vivências junto a elas, sendo que continuaremos a priorizar este compromisso histórico da Educação do Campo com os trabalhadores e trabalhadoras e com os povos e comunidades, tradicionais e originários, dos campos, das águas e das florestas em nossa atuação.

A Extensão no currículo da Educação do Campo

Neste sentido, de garantia de uma dialogicidade na relação do Curso de Educação do Campo com as comunidades, bem como para garantir que também nossas práticas extensionistas estejam amparadas nas epistemologias dos povos e comunidades dos campos, das águas e das florestas, elegemos o Conselho Comunitário do Curso de Educação do Campo como fórum privilegiado para discussão, debate e acompanhamento dos programas, projetos, cursos e/ou eventos definidos pela Resolução nº 317 do Consuni, para o cumprimento da carga horária curricular de atividades de extensão na formação dos estudantes. A definição da centralidade deste espaço nas atividades de extensão do curso decorre da compreensão de que nele estão representados os diferentes segmentos das comunidades em que o curso tem atuação, conforme definido na seção 2.2.1.3 deste PPC. Importante ainda reiterar que apesar de sua centralidade, a tarefa de formulação e execução dos programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão a serem desenvolvidos no âmbito do Curso de Educação do Campo constituem atribuição dos componentes que possuem carga horária de extensão em sua organização, conforme verifica-se na Tabela 5: Matriz Curricular do Curso deste PPC.

Neste sentido, para dar conta do cumprimento de 10% da carga horária total da formação dos estudantes dedicada a extensão Universitária, tal como exigido pela legislação já referida, foram criados os componentes curriculares de Atividades

Curriculares de Extensão, distribuídas ao longo dos 8 semestres do curso, com 2 créditos em cada semestre e que serão organizados a partir de Programas, Projetos, Eventos e ou Cursos a serem elaborados, executados e acompanhados por seus respectivos docentes, sendo que minimamente 80% desta carga horária será cumprida em programas e projetos, tal como definido pela Resolução nº 317 de 29 de Abril de 2021. Já a Unipampa Cidadã, sugerido ao currículo através da Instrução Normativa nº 18, de 05 de Agosto de 2021 será desenvolvida ao longo do segundo, quarto, sexto e oitavo semestres do curso, sempre com 2 créditos, sendo também balizada por projeto específico que atenda às diretrizes da referida IN, a ser elaborado, executado e acompanhado pelo supervisor de extensão do Curso de Educação do Campo.

A fim de dar conta da elaboração, execução e acompanhamento das atividades curriculares de extensão fica instituída a comissão de extensão do curso de Educação do Campo, sendo esta composta pelos supervisores de extensão e pelos docentes que tiverem encargos nos componentes de Atividades Curriculares de extensão e Unipampa Cidadã, os quais participam desta comissão na condição de assessoria ao supervisor de extensão.

A fim de que as distintas atividades de extensão previstas ao longo dos 8 semestres do curso sejam articuladas entre si, bem como para manter seu caráter de construção a partir das demandas da comunidade e em parceria com as mesmas, os programas, projetos, cursos e/ou eventos a serem desenvolvidos serão objeto de análise e apreciação, respectivamente, do Conselho Comunitário do Curso de Educação do Campo e da Comissão do Curso de Educação do Campo. No que se refere ao programa institucional Unipampa Cidadã, o mesmo será orientado pelos supervisores de extensão definidos pela comissão do Curso de Educação do Campo, conforme determinado pela Instrução Normativa nº 18 de 05 de Agosto de 2021.

No âmbito das atividades de acompanhamento, avaliação e validação das atividades de extensão, caberá aos supervisores de extensão, em parceria com sua assessoria, participar do processo de organização das atividades de extensão previstas em cada um dos oito semestres do curso; bem como será atribuição da

comissão de extensão exigir dos estudantes os documentos comprobatórios das atividades de extensão realizadas, (certificado da instituição onde foi realizada a ação, informando o tipo de trabalho, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação; relatório da atividade do discente), bem como elaborar um relatório parcial das atividades dos programas, ações, cursos e/ou eventos realizados no período daquele semestre letivo; os quais serão avaliados pelo supervisor e seus assessores para posterior encaminhamento à secretaria acadêmica, tal como previsto na Instrução Normativa nº 18, de 5 de Agosto de 2021. Não obstante, ao final do período de execução dos respectivos projetos que contabilizam carga horária de extensão no Curso de Educação do Campo, caberá aos professores responsáveis encaminhar ao supervisor de extensão os respectivos relatórios.

2.5 Práticas inovadoras

A ação pedagógica do curso pautada pelo regime de alternância tem implicado um conjunto de inovações que envolvem propostas pedagógicas, arranjos institucionais, parcerias com setores diversos da sociedade, organização de eventos entre outras.

Dividido em dois momentos pedagógicos, o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade exigem articulação entre teoria e prática assumindo a realidade como mediadora dos conhecimentos científicos, assim como da relação entre eles a outras bases de conhecimento manifestadas nas regionalizações de abrangência do curso. A aproximação com escolas, com movimentos sociais, com organizações da sociedade civil, permite a realização de seminários, de eventos que compõem momentos formativos diversificados e enriquecedores para os discentes.

O Tempo Comunidade inova também no locus de ação do docente, que se desloca e passa a conhecer os territórios de origem dos estudantes, implicando a estrutura universitária nas atividades de ensino de forma mais comprometida com o desenvolvimento regional. As ações de ensino inovam, de forma explícita, iniciativas de pesquisa e de extensão, favorecendo a indissociabilidade pretendida pela instituição.

Portanto, a pedagogia da alternância, no contexto do curso, tem cumprido o papel de valorizar a sociodiversidade da campanha gaúcha e da Terra Indígena do Guarita, territórios de ação direta nos períodos de Tempo Comunidade.

3 PESSOAL E CONDIÇÃO DE TRABALHO

3.1 Corpo Docente

O (A) professor (a) universitário deve possuir habilidade pedagógica que, aliada ao domínio do conhecimento específico, irá proporcionar condições para o desempenho satisfatório de atividades nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. Para isso, encontra suporte pedagógico junto ao Núcleo de Pedagogia Universitária da Unipampa e do Núcleo de Desenvolvimento Educacional do Campus (NuDE), o que sustenta um desenvolvimento progressivo na formação do mesmo, com assessoramento da coordenação de curso e da coordenação acadêmica. O corpo docente do Curso de Educação do Campo - Licenciatura Campus Dom Pedrito é composto atualmente por 15 professores, sendo todos doutores.

A seguir, são apresentados os docentes que atuam no curso, sua formação, as experiências profissionais de exercício no ensino superior e na educação básica.

Tabela 9: Docentes do curso e tempo de docência (anos)

Docente	Título	Graduação	Pós-Graduação	Ed. Bás.	Sup.
Algacir José Rigon	Doutor	Licenciatura em Filosofia (UPF)	Mestrado em Educação (UPF); Doutorado Educação (FE-USP)	7.5	16
Ana Carolina de Oliveira Salgueiro de Moura	Doutora	Oceanologia (FURG) Licenciatura em Pedagogia (UNOPAR)	Mestrado em Educação Ambiental(FURG); Doutorado em Educação em Ciências (FURG)	-	16

Docente	Título	Graduação	Pós-Graduação	Ed. Bás.	Sup.
Andreia Nunes Sá Brito	Mestra	Bacharelado em Agronomia (UFSM)	Mestrado em Extensão Rural (UFSM)	-	7
Annie Mehes Maldonado Brito	Doutora	Bacharelado em Psicologia (UNIGRAN)	Mestrado em Psicologia (UFSC); Doutorado Em Psicologia (UFSC)	-	10
Aniara Ribeiro Machado	Doutora	Licenciatura em Física (UNIJUÍ)	Mestrado em Educação Científica e Tecnológica (UFSC) Doutorado em Educação Científica e Tecnológica (UFSC)	2	6
Carla Valeria Leonini Crivellaro	Doutora	Licenciatura em Geografia (FURG)	Mestrado em Educação Ambiental (FURG) Doutorado em Educação em Ciências (FURG)	-	15
Clayton Santos Mello	Doutor	Licenciatura Plena em Física (CUFSA)	Mestrado em Astrofísica e Física Computacional (UCS) Doutorado em Ciências Fundamentais: com ênfase em Física de Partículas e Campos (ITA)	1	6
Denise da Silva	Doutora	Licenciatura em Química (UFSM)	Mestrado em Educação em Ciências (UFSM); Doutorado em Educação em Ciências(UFSM)	2	9
Jonas Anderson Simões das Neves	Doutor	Bacharel em História (FURG)	Mestrado em Sociologia (UFRGS) Doutorado em Sociologia (UFRGS)	-	8
José Guilherme	Doutor	Licenciatura em Pedagogia (UFF)	Especialização em Alfabetização de alunos das classes populares.	5	8

Docente	Título	Graduação	Pós-Graduação	Ed. Bás.	Sup.
Franco Gonzaga			(UFF); Mestrado em Educação (UFF); Doutorado em Educação (UFF)		
Marcelo Vaz Pupo	Doutor	Licenciatura em Ciências Biológicas (UNICAMP)	Especialização em Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar Camponesa (UNICAMP); Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (UNICAMP); Doutorado em Ensino de Ciências (UNICAMP)	3	6
Maritza Costa Moraes	Doutora	Licenciatura Curta em Ciências (FURG); Licenciatura em Matemática (FURG)	Especialização em Matemática (FURG); Especialização em Tecnologias da Informação em Comunicação na Educação (FURG); Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (FURG); Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (FURG)	35	12
Paula Maiane da Silva Cavalheiro	Especialista	Pedagogia (ULBRA)	Especialização em Docência em Libras (ULBRA)	-	5
Rui Alves Rui Carlos Medeiros	Doutor	Licenciado em Química (UFPEl)	Mestrado em Química Tecnológica e Ambiental (FURG);	8,0	5,0

Docente	Título	Graduação	Pós-Graduação	Ed. Bás.	Sup.
			Doutorado em Química (FURG)		
Suzana Cavalheiro de Jesus	Doutora	Licenciatura em Educação Especial (UFSM); e, Sociologia (UFSM)	Especialização em Gestão Educacional (UFSM); Mestrado em Ciências Sociais (UFSM); Doutora em Antropologia Social (UFSC)	-	11
Victor Lipinski	Doutor	Licenciatura em Ciências Biológicas (URI)	Mestrado em Biodiversidade Animal (UFSM); Doutor Biodiversidade Animal (UFSM)	2	9

3.2 Corpo Discente

O corpo discente também conta com programas institucionais desenvolvidos na Instituição, como o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), PRP (Programa Residência Pedagógica), LIFE (Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores), PET (Programa de Educação Tutorial), Programa Novos Talentos e OBEDUC (Programa Observatório da Educação). A UNIPAMPA apresenta formas de propiciar ao estudante uma inserção nesses programas e projetos de extensão.

Uma delas, ocorre através do atendimento pedagógico ao discente que acontece a partir do Programa de Acompanhamento ao Estudante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) elaborado em conjunto com o Núcleo de Pedagogia Universitária (NPU/PROGRAD), NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores de Cursos. Dentro deste cenário destacam-se os seguintes programas: O Programa de Desenvolvimento Acadêmico – PDA, da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA constituído de atividades eminentemente de formação acadêmica, compreendendo as modalidades de Ensino, Pesquisa, Extensão, e Trabalho Técnico Profissional de Gestão

Acadêmica, sendo desprovidas de qualquer vínculo empregatício; Plano Permanência – PP que consiste na concessão de bolsas aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica para melhorar o desenvolvimento acadêmico e prevenir a evasão. Está distribuído nas modalidades: Programa de Alimentação Subsidiada, Programa de Moradia Estudantil, Programa de Apoio ao Transporte, com as opções de Auxílio-transporte ou de Auxílio-transporte Rural; e Programa de Apoio à Instalação Estudantil.

O Curso de Educação do Campo – Licenciatura, considerando o regime de alternância e a característica regional, para o atendimento das comunidades do campo e os grandes deslocamentos, poderá ser previsto o pagamento, aos discentes, de auxílio formação, em conformidade com previsto no edital de ingresso.

3.3 Infraestrutura

O Curso de Educação do Campo está sediado na UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito, que conta com prédios próprios, inaugurados entre 2010 e 2020. A infraestrutura é composta por diversas salas de aula, de administração, de professores, de reuniões, biblioteca, laboratórios, banheiros, refeitório e pavilhão de máquinas agrícolas.

Além dessas instalações, já existe um projeto de expansão do campus aprovado, com construção de novos laboratórios, incubadora tecnológica, fábrica de rações, cantina e novas salas de professores para atender a presente demanda e futuros cursos.

O curso é composto por 15 professores/as e conta também com diversos Técnicos Administrativos em Educação – TAE, que dão suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como prestam apoio às atividades da coordenação do curso.

Salas de Aula: Existem no prédio central 08 salas de aula amplas, sendo 6 (seis) com capacidade para 60 (sessenta) alunos e 2 (duas) com capacidade para 20 (vinte) alunos, todas climatizadas, equipadas com recursos audiovisuais, cadeiras confortáveis, e excelentes condições de ventilação e iluminação. Encontra-se em

construção o Complexo Enológico, onde estão mais duas salas de aula e um auditório com capacidade mínima de 150 pessoas, além de outro prédio que disponibilizará 24 salas de aula. No prédio acadêmico I são 02 salas de 60 lugares, 08 salas de 42 lugares, 08 salas de 8 lugares e 02 auditórios de 150 lugares.

Biblioteca: O acervo bibliográfico dos componentes curriculares básicos e complementares do curso está sendo permanentemente atualizado, em processos contínuos de aquisição, de acordo com as indicações emitidas pelo corpo docente nas respectivas ementas dos componentes curriculares. A Biblioteca conta atualmente com 9.000 exemplares, compreendido em aproximadamente 900 títulos e funciona em três turnos. Todos os usuários têm acesso livre ao acervo e também podem acessar a biblioteca via WEB.

LIFE: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores e Laboratório de Práticas Pedagógicas: Espaço organizado no Campus Dom Pedrito por meio do Projeto LIFE/Capes que tem por objetivo apoiar a criação e estruturação de ambientes plurais e interdisciplinares. Tal laboratório visa proporcionar aos estudantes dos cursos de licenciatura, formação baseada na articulação entre conhecimentos, práticas e no uso das novas linguagens e tecnologias educacionais.

Laboratório de Informática: O Laboratório de Informática funciona nos três turnos. Possui 30 computadores, todos conectados à Internet, além de acesso a Internet wireless para tablets e laptops pessoais, 36 cadeiras, 6 bancadas, uma mesa para professor, um projetor multimídia e uma tela de projeção. É importante salientar que todas as dependências do prédio sede contam com sinal wireless, sendo que todos os docentes, discentes e técnicos possuem acesso irrestrito em suas atividades acadêmicas, e como todas as salas de aulas possuem computadores instalados permanentemente, o acesso à web é fortemente utilizado nestas salas, otimizando a qualidade e atualização dos temas durante as aulas. O atendimento aos usuários é realizado por um Analista de Tecnologia de informação, um técnico em informática e graduandos monitores.

Outros Laboratórios: o Campus possui ainda outros laboratórios fortemente equipados e disponíveis, entre os quais destacamos os seguintes equipamentos que podem ser utilizados nas distintas atividades acadêmicas do curso:

Laboratório de Anatomia; Laboratório de Bromatologia; Laboratório de Higiene, Histologia, Microbiologia, Imunologia e Parasitologia; Laboratório de Microscopia e Análise de Imagens; Laboratório de Produção Vegetal; Laboratório de Produção e Reprodução Animal; Laboratório de Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Vegetal; Laboratório de Enoquímica; Laboratório de Piscicultura; Laboratório de Microbiologia, Histologia e Parasitologia Animal;

Estrutura de apoio para viagens e deslocamentos: Visando oportunizar o deslocamento de docentes e discentes para aulas práticas, como visitas técnicas, participação de eventos, execução de atividades de pesquisa e extensão, a UNIPAMPA possui veículos adequados, como micro-ônibus para 28 passageiros, ônibus para 45 passageiros, veículos como camionetes e automóveis, bem como a permanente política de aluguel de ônibus da iniciativa privada, sempre que necessário.

Banheiros: No edifício central do Campus e em todas as outras instalações físicas permanentes, como galpões e a sede de campo existem banheiros masculinos e femininos, todos com instalações adequadas para permitir o uso por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Elevador: Entre os dois andares do edifício central existe um elevador que permite o acesso a todas as dependências do prédio, independentemente das escadarias.

Refeitório: Há um amplo refeitório destinado a dar suporte de alimentação e local de estar para docentes, discentes e técnicos do Campus, com espaço para servir 800 refeições diárias.

Moradia Estudantil: Com a aprovação do PPCI pelos bombeiros, a moradia estudante que dispõe de 20 quartos com 04 lugares e 02 quartos com 10 lugares, poderá receber estudantes mediante a aprovação do regimento interno.

4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional da UNIPAMPA é realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, constituída nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, tem as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de

sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. É um órgão colegiado permanente constituído pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. A CPA – UNIPAMPA é formada pela Comissão Central de Avaliação e pelo Comitê Local de Avaliação.

A Comissão Central de Avaliação é composta por cinco (5) servidores docentes, cinco (5) servidores técnico-administrativos em educação, cinco (5) discentes, três (3) representantes da sociedade civil, 1 (um) representante da Comissão Superior de Ensino, 1 (um) representante da Comissão Superior de Pesquisa, 1 (um) representante da Comissão Superior de Extensão, o(a) Coordenador(a) de Avaliação da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação; tendo como atribuições:

- I. elaborar o Projeto de Autoavaliação Institucional em articulação com a comunidade acadêmica, com a Administração e com os conselhos superiores;
- II. promover a cultura avaliativa no âmbito institucional, de acordo com o Projeto Institucional, o Estatuto, o Regimento Geral e os demais documentos oficiais da Instituição;
- III. coordenar os procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação;
- IV. acompanhar e orientar o processo de avaliação nas unidades acadêmicas e administrativas;
- V. desenvolver estudos e análises e elaborar proposições com vistas a aperfeiçoar o Projeto de Avaliação Institucional, apresentando-as à Administração e ao Conselho Universitário;
- VI. elaborar e apresentar, de forma sistemática, relatórios sobre os resultados da avaliação;
- VII. prestar as informações solicitadas pelo Ministério da Educação;
- VIII. prestar as informações solicitadas pela Administração e os conselhos superiores com a finalidade de colaborar com o Planejamento Institucional, bem como com a comunidade em geral;

IX. Propor ao CONSUNI as alterações neste Regimento que vierem a ser deliberadas pela maioria absoluta de seus membros.

Os Comitês Locais de Avaliação são compostos, em cada Campus, por 1 (um) representante do corpo docente, 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo em educação, 1 (um) representante discente, 1 (um) representante da sociedade civil; são atribuições dos Comitês Locais de Avaliação:

- I. sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo Campus para os processos de avaliação institucional;
- II. desenvolver o processo de autoavaliação no Campus, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade e orientações da Comissão Central de Avaliação;
- III. organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades;
- IV. sistematizar e prestar as informações solicitadas pela Comissão Central de Avaliação.

A Avaliação Institucional da UNIPAMPA, consequente com a lei 10.861/2004,

tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

É neste contexto que foram estabelecidas as metas e estratégias que orientam a ação do curso, articulada ao PDI – UNIPAMPA e às demandas sociais, apresentadas pelas escolas, movimentos e comunidades do campo. Como metas a serem alcançadas estão previstas:

Articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão como bases da formação acadêmica;

Ampliar o acesso e a permanência com garantia de continuidade nos estudos;

Desenvolver ações interdisciplinares entre os eixos;

Apoiar a integração do curso com a comunidade local;

Consolidar o ensino voltado para as questões do campo na UNIPAMPA;

Ampliar as metodologias de ensino que utilizam as tecnologias de informação e comunicação;

As estratégias previstas para alcançar a meta:

Estímulo à adoção de metodologias de ensino com caráter interdisciplinar;

Estímulo ao desenvolvimento de projetos de ensino articulando as atividades de pesquisa e extensão;

Inserção dos projetos de pesquisa e extensão, enquanto parte integrante dos currículos, como elementos articuladores da relação teoria-prática;

Implementação de atividades práticas e estágios no contexto dos componentes curriculares;

Ampliação e aperfeiçoamento dos programas de iniciação a docência, programas de bolsas de iniciação científica e de extensão adotados na Universidade, de modo a envolver um maior número de educandos (as);

Definição de uma política de valorização e reconhecimento das boas práticas acadêmicas, visando à partilha para a construção de uma comunidade aprendente;

Instituição de estágios não obrigatório de ensino, pesquisa e extensão, como parte integrante do currículo do curso;

Implantação anual e aumento gradual do número de alunos atendidos pelo PDI – UNIPAMPA;

Criação de mecanismos de apoio para recuperação das dificuldades educacionais consequentes da educação básica, bem como das dificuldades relativas aos estudos de conteúdos referentes aos componentes curriculares do Curso, a fim de impedir a evasão e a retenção;

Implantação de políticas de formação continuada que tenham como foco o aperfeiçoamento docente;

Oferta de componentes curriculares proporcionando o contato com diferentes áreas do conhecimento;

Estímulo ao uso de ambientes virtuais de aprendizagem entre as diferentes áreas do conhecimento, utilizando tecnologias digitais disponíveis nos campi;

Definição de estratégias de integração com as Redes de Educação Básica estabelecendo parcerias com vistas à qualidade a formação dos estudantes;

Incentivo à integração e diálogo entre os cursos e destes com os diferentes segmentos da comunidade local e regional.

4.1 Autoavaliação do curso

Coerente com o pressuposto de movimento, que é a base da ação educativa, o Curso de Educação do Campo – Licenciatura, mantém-se em permanente processo de qualificação de suas ações, adotando diversas práticas de autoavaliação, as quais são brevemente descritas abaixo.

Para avaliar o curso, prevê-se três instâncias:

- I - O Conselho Comunitário, explicitado no item 2.2.1.3 cuja avaliação objetivará a análise não apenas de como se realiza o envolvimento do aluno, como também o surgimento de outras formas de conhecimentos, obtidas em sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos e produtos construídos com o curso: os resultados das aprendizagens proporcionadas pelo curso para as escolas e comunidades do campo; bem como as atividades de ensino, pesquisa e extensão e suas relações com os objetivos do curso. O Conselho Comunitário, por meio de um planejamento coletivo, buscará identificar as fragilidades, pontos positivos e desafios das ações realizadas a partir dos objetivos dos componentes curriculares ofertados no semestre;
- II - A Comissão de Curso se reúne periodicamente para tratar de assuntos relevantes ao curso. Nestas reuniões, além de pontos específicos, são trabalhados coletivamente desde problemas do dia a dia do curso (incluindo diagnósticos a partir de avaliações realizadas pelos docentes, Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), e discentes) até posicionamentos desta

perante os demais órgãos colegiados do Campus e da instituição;

- III - Também, de forma periódica, se reúnem os membros do NDE para atuar no desenvolvimento, autoavaliação e na concepção do curso, bem como no acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC.

Estas avaliações têm por objetivo principal ampliar as bases de conhecimentos acerca da estrutura, da organização e do funcionamento, bem como avaliar as metas estabelecidas no plano de ação do Curso, pretende-se que seja um processo de conhecimento e de reconhecimento, atuando como um mecanismo capaz de orientar a formulação ou a reformulação de decisões satisfatórias para a manutenção e desenvolvimento do curso.

Ainda como instrumento autoavaliativo, prevê-se de acordo com a RESOLUÇÃO 80/14 CONSUNI – UNIPAMPA, que a cada semestre será realizada avaliação docente pelo discente, como forma a explicitar ao conjunto do curso e da universidade a avaliação da prática de cada docente, possibilitando sua permanente readequação. Este instrumento objetiva avaliar:

Apresentação/discussão e implementação do plano de ensino;

Articulação teoria e prática;

Articulação ensino, pesquisa e extensão (o componente curricular não necessariamente precisa estar vinculado a projetos, mas as metodologias de ensino devem promover a utilização das ferramentas afetas às atividades finalísticas);

Oferta de atendimento individualizado extra componente curricular;

Atividades/avaliações de recuperação de estudos;

Metodologias de ensino aprendizagem adequadas às necessidades de todos os alunos;

Realização de avaliações compatíveis aos conteúdos desenvolvidos ao longo do componente curricular;

Pontualidade;

Assiduidade;

Tratamento respeitoso e ético;

Devolução dos resultados das avaliações;

Utilização de linguagem clara e compreensível na condução do processo de ensino aprendizagem.

4.2 Ações para o Acompanhamento de Egressos

De acordo com o perfil profissional pretendido para os (as) docentes/egressos do Curso de Educação do Campo, haverá possibilidade de atuação nas mais diversas áreas, contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade de vida da comunidade na qual estiver inserido.

Espera-se do (a) egresso (a) compromisso com a escola pública de qualidade, que será constituído como elemento socializador dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, articulando-os com os conhecimentos da cultura do campo. Também deverá atuar nos processos educativos, especificamente o trabalho formativo, organizando coletivamente com as famílias e ou com grupos sociais de origem, para a implantação de iniciativas e ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável, que incluam a participação da escola.

Deste modo, no ano de 2015 foi iniciada na UNIPAMPA – Dom Pedrito uma turma de Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza. O curso de especialização estrutura-se a partir do desenho contemporâneo da Educação do Campo, no contexto brasileiro, a qual se configura em uma categoria relativamente recente. A proposta do Curso de Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza visa construir espaços e tempos de ensino e aprendizagem voltados para o ensino de Ciências no âmbito do fortalecimento da categoria “Educação do Campo”, na região da Campanha gaúcha. Outra iniciativa no mesmo ano, 2015, foi a articulação interinstitucional para a criação de um curso de mestrado em Educação do Campo. Ambas iniciativas possibilitam que os egressos do curso de Educação do Campo possam ampliar sua formação.

Por fim, o egresso da UNIPAMPA deverá assumir sua responsabilidade para com a universidade pública e a sociedade, trabalhando com valores de

comprometimento, responsabilidade social e cidadania. Para isto é necessário o acompanhamento dos egressos nas fases iniciais de sua atividade profissional, permanecendo ativo o interesse e a ligação com a Universidade, conforme previsto pela Resolução nº294/2020 do CONSUNI. Portanto, a Comissão de Curso manterá contato com os alunos egressos para averiguar sua situação profissional, mantendo cadastro atualizado dos mesmos. A partir das informações obtidas poderá ser elaborado um documento que possibilite a verificação da estrutura curricular proposta, assim como dos métodos de ensino empregados, na busca constante de aperfeiçoamento. Outra estratégia utilizada será a promoção de eventos tanto de formação continuada quanto eventos científicos-culturais que possibilitem a unificação desses egressos. Destaca-se, ainda, que se busca manter a participação ativa das e dos egressos junto aos grupos de pesquisa.

Baseados nestes princípios, o Acompanhamento do Egresso do Curso da Educação do Campo, sem prejuízo para outras iniciativas institucionais de Acompanhamento de Egressos da UNIPAMPA, terá como objetivos:

Manter registros atualizados dos/as egressos/as;

Identificar o índice de satisfação dos profissionais formados pela Instituição, o grau de compatibilidade entre a sua formação e as demandas da sociedade e as suas expectativas quanto à formação profissional continuada.

Promover a formação continuada através de encontros, cursos de extensão, especialização;

Divulgar cursos e eventos no âmbito do campo de formação e atuação;

Divulgar concursos e oportunidades de inserção profissional.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 04 mar. 2020.

_____. **Portaria n. 2.117, de 06 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2117-2019-12-06.pdf>. Acesso em: 26 set.2022.

_____. **Parecer CNE/CP 02, de 9 de julho de 2015b**. Brasília, 09 de junho de 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/pronacampo/pdf/parecer_cne_cp_2_2015_aprovado_9_junho_2015.pdf/view. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Lei n.12.796, de 4 de abril de 2013**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaooriginal-139375-pl.html>. Acesso em: 12 set 2016.

_____. **Lei n 12.764, de 8 dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 09 ago. 2022.

_____. **NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE** orienta aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei 12.764/2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Parecer CNE/CP n. 8, de 6 de março de 2012**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1038

9-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **LEI n.12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 06 jul.2020.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR%C3%8DCOLA. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Resolução CD/FNDE n. 20, de 22 de julho de 2010.** Dispõe sobre a normatização dos procedimentos para solicitação de aquisição de bens ou serviços, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3402-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-20-de-22-de-julho-de-2010#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20normatiza%20C3%A7%C3%A3o%20> 2. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008.** Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. **Resolução n. 2, de 28 de abril de 2008.** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

_____. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre os estágios de estudantes (e outras disposições). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 12 de set. 2016.

_____. **Parecer 01, de 15 de março de 2006.** Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância. Diário Oficial 15/03/2006. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_1_de_1_de_fevereiro_de_2006.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Parecer CNE/CES n. 15, de 2 de fevereiro de 2005.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. **Parecer CNE/CP 003/2004, 10 de março de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/parecer-cnep-0032004-10-de-marco-de-2004-diretrizes-curriculares-nacionais-para>. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004.** Disponível em:

<https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=100932>. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Lei n.10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Portaria n.1374, de 3 de junho de 2003.** Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/168104/portaria-1374-2003-de-18-de-dezembro>. Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. **Parecer CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002-** Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1380

0-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/decreto4281.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. **Parecer 36, de 4 de dezembro de 2001.** Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb36_01.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001.** Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 mar. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 set. 2019.

_____. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância.** Disponível em: <http://inep.gov.br/instrumentos>. Acesso em 22 set. 2021.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade.** Brasília, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf. Acesso em 12 fev. 2021.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo.** Caderno de Subsídios. Brasília: Inep/MEC, 2004.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.1, p.73-89, jan./abr. 2004.

ESTEBAN, M.T.; ZACCUR, E. (Orgs.). Professora-pesquisadora – uma práxis em construção. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HAGE, S.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (Orgs.). **Escola de Direito: reinventando a Escola Multisseriada**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

INEP. **Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa**. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao/glossario>. Acesso em 22 set. 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.]

PESSOTI, A. **Escola da Família Agrícola: escola da Família Agrícola uma alternativa para o ensino rural**. 1978. 194 p. Dissertação (Mestrado)- Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI n. 328, de 04 de novembro de 2021**. Aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-_328_2021-diretrizes-acessibilidade.pdf. Acesso em: 1º dez.2021.

_____. **Resolução CONSUNI n. 329, de 04 de novembro de 2021**. Aprova as Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente Unipampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-_329_2021-nova-norma-estagios.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI n. 317, de 29 de abril de 2021**. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI n. 294, de 3 de novembro de 2020**. Regulamenta o Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA.

Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2020/12/res--294_2020-acompanhamento-de-egressos-certo.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI n. 239, de 25 de abril de 2019.** Aprova o Regimento do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-239_2019-regimento-nude.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI n. 240, de 25 de abril de 2019.** Fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-240_2019-tempo-maximo-integralizacao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI n. 253, de 12 de setembro de 2019.** Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Unipampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI n. 260, de 11 de novembro de 2019.** Aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI n. 97, de 19 de março de 2015.** Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI n. 29, de 28 de abril de 2011.** Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI n. 5, de 17 de junho de 2010.** Aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

APÊNDICE A – Regulamento Trabalho Final de Graduação

Regulamento do Trabalho Final de Graduação (TFG)

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – O Trabalho Final de Graduação de Educação do Campo – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus Dom Pedrito, será regido por este Regulamento. -

CAPÍTULO II

DO TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO (TFG)

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º – O Componente Curricular Trabalho Final de Graduação compreende 6 créditos, com carga horária correspondente 90 horas, distribuídos nos seguintes componentes curriculares:

- I - TFG I, com 3 créditos, correspondendo a 45 horas, no Eixo Temático: Inclusão, Acessibilidade e Tecnologias;
- II - TFG II com 3 créditos, correspondendo a 45 horas, no Eixo Temático: Diversidade de Saberes e Cuidado com a Saúde.

Parágrafo Único – Será pré-requisito para matrícula nos componentes:

- I - Componente Curricular Trabalho Final de Graduação I – Aprovação no componente “Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo”.
- II - Componente Curricular Trabalho Final de Graduação II – Aprovação no componente “Trabalho Final de Graduação I”.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DO TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

Art. 3º – O Trabalho Final de Graduação como componente curricular obrigatório obedece aos seguintes princípios:

- I. A investigação como método de conhecimento e de ensino-aprendizagem.
- II. A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica do educando.
- III. A integração entre teoria e prática na produção do conhecimento.
- IV. A produção do conhecimento como prática social historicamente situada.

Art.4º – O Trabalho Final de Graduação tem por objetivos:

- I - Desenvolver a capacidade de aplicação, de forma integrada, dos conhecimentos científicos, técnicos, educacionais, filosóficos e artísticos produzidos durante o curso por meio da execução de um trabalho final;
- II - Proporcionar ao acadêmico refletir sobre proposta de pesquisa;
- III - Estimular consultas e buscas bibliográficas com o intuito de aprofundar conhecimentos em área de interesse;
- IV - Desenvolver a capacidade de planejar e implementar ações de pesquisa, ensino e/ou extensão características das áreas de sua formação específica dentro do Curso de Educação do Campo – Licenciatura;
- V - Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas;
- VI - Desenvolver a habilidade de redação e apresentação de trabalhos acadêmicos e de artigos científicos;
- VII - Desenvolver nos(as) estudantes a habilidade de expressar-se oralmente em público;
- VIII - Subsidiar o processo de ensino, contribuindo para realimentação dos conteúdos programáticos dos componentes curriculares integrantes do currículo;

- IX - Possibilitar aprofundamento da reflexão-ação docente comprometido com o desenvolvimento rural sustentável e com o vínculo entre escola do campo e comunidade.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

Art. 5º – A realização do TFG, obrigatória a todos os (as) estudantes do Curso de Educação do Campo – Licenciatura, seguirá, basicamente, as etapas:

- I - Ao longo do curso: Os componentes de prática pedagógica objetivam estimular a ação investigativa em educação, propiciando o amadurecimento de reflexões teóricas e metodológicas que organizam a atuação do (a) professor (a) pesquisador (a). Com isso pretende-se ainda que os (as) acadêmicos (as) possam vislumbrar temas de pesquisa, a serem desenvolvidos também nos espaços de Estágios Curriculares Supervisionados e no Trabalho Final de Graduação, com vistas a desenvolver uma trajetória acadêmica melhor articulada ao processo de ensino, da pesquisa e da extensão, que sustentam a educação superior. Para dar consequência a este processo o caderno de alternância e os projetos interdisciplinares, que articulam os eixos temáticos, constituirão as principais fontes de pesquisa.

- II - O Plano de Ensino do Componente Curricular Trabalho Final de Graduação I deverá:
 - a. Definir o/a professor/a orientador/a, que deve ser professor/a do quadro docente da UNIPAMPA aprovados na Comissão de Curso.
 - b. Definir o tema do TFG, que será proposto pelo (a) estudante e definido de comum acordo com o (a) professor (a) orientador (a), em data estipulada no plano de ensino do componente curricular.
 - c. Elaborar o projeto de TFG, que deverá ter cunho acadêmico-profissional. O

formato definido entre o/a discente e o/a orientador/a, respeitada as normas da UNIPAMPA.

- d. Definir os critérios de avaliação do Projeto de TFG, considerando Interesse e predisposição para o trabalho, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, cumprimento das atividades programadas e qualidade do Projeto.

III. O Plano de Ensino do Componente Curricular Trabalho Final de Graduação II deve considerar:

- a) Execução do projeto de TFG definido no componente curricular;
- b) Elaboração e entrega da versão final do TFG;
- c) Defesa do projeto executado:

Parágrafo Único – O TFG será avaliado conforme previsto na seção IV deste Regimento.

Art. 6º – O acadêmico deverá comunicar ao (à) professor (a) do componente curricular TFG I o tema de seu trabalho e o nome do (a) professor (a) orientador (a) através de formulário próprio, disponibilizado pelo (a) professor (a) do componente curricular e assinado pelo (a) estudante e seu orientador (a), em três vias, dentro do prazo estipulado no cronograma do componente curricular.

Art. 7º – O acompanhamento do processo de elaboração de projeto e execução do TFG será realizado pelos (as) professores (as) dos respectivos componentes curriculares TFG I e TFG II, bem como pelo (a) professor (a) orientador (a) do TFG, que deverá ser Professor (a) do Magistério Superior da UNIPAMPA.

Art. 8º – São atribuições dos (as) professores (as) responsáveis pelos componentes curriculares de TFG I e TFG II:

- I - Realizar encontros com os (as) acadêmicos (as) a fim de esclarecer os procedimentos e normas dos TFG;
- II - Orientar os (as) acadêmicos (as) quanto à escolha de temas para a realização do TFG e adequá-las ao quadro de orientadores do curso de Educação do

Campo – Licenciatura – UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito;

- III - Estabelecer e divulgar o cronograma do componente curricular;
- IV - Administrar os trâmites burocráticos relacionados ao TFG, tais como: enviar e receber documentos, definir bancas avaliadoras, organizar cronogramas de defesas, supervisionar o trabalho desenvolvido pela banca examinadora e coletar os respectivos pareceres e notas, gerenciar o fechamento de presenças e notas finais, dentre outras atividades;
- V - Solicitar aos (às) estudantes a entrega dos materiais nas datas estabelecidas;
- VI - Organizar, junto com o (a) professor (a) orientador (a) e o estudante, a banca avaliadora do TFG;
- VII - Receber as cópias do TFG desenvolvido e encaminhar aos respectivos membros das bancas avaliadoras;
- VIII - Recolher e encaminhar cópias impressa dos TFGs aprovados à biblioteca da UNIPAMPA.
- IX - Participar e presidir as bancas de avaliação dos TFGs.

Art. 9º São atribuições do (da) professor (a) orientador (a) de TFG:

- I - Auxiliar o (a) orientando (a) na construção do projeto de TFG;
- II - Atender o (a) orientando (a) nos dias e horários estipulados;
- III - Ler e corrigir os textos elaborados por seus orientandos (as);
- IV - Verificar a ocorrência de plágio nos trabalhos por ele (a) orientado;
- V - Controlar a frequência dos (as) acadêmicos (as) sob sua orientação através de instrumento próprio;
- VI - Organizar a banca avaliadora em conjunto com o (a) professor (a) responsável pelo componente curricular TFG.

Art. 10º São responsabilidades do (a) estudante:

- I - Elaborar, em conjunto com o (a) professor (a) orientador (a), e executar o projeto de TFG;
- II - Comparecer aos encontros previstos no cronograma do componente curricular proposto pelo (a) professor (a) responsável;

- III - Frequentar os encontros de orientação;
- IV - Seguir rigorosamente todas as atividades indicadas pelo (a) professor (a) orientador (a) e responsável pelo componente curricular;
- V - Elaborar o trabalho de acordo com as normas vigentes neste regulamento;
- VI - Cumprir as datas de entrega do projeto e defesa, conforme estipulado pelo cronograma do componente curricular;
- VII - Defender seu trabalho perante a banca avaliadora.

SEÇÃO IV

DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

Art. 11º Para a aprovação dos pré-projetos serão observados os seguintes aspectos:

- I - Contribuição para a consolidação do perfil profissional do egresso;
- II - Interdisciplinaridade na abordagem dos conteúdos e das áreas de conhecimento;
- III - Contribuição para o incentivo e fortalecimento das linhas de pesquisa e extensão do curso;
- IV - Adequação na relação entre conteúdo e forma do TFG.

Avaliação da versão final do projeto que deverá ser entregue no prazo estabelecido pelo plano de ensino em relação a sua adequação aos itens estabelecidos no art. 4º deste regulamento.

Art.12º – O TFG subdivide-se em duas modalidades básicas:

- a) Projeto de Pesquisa: consiste em uma pesquisa em sentido estrito, na qual se busca o conhecimento das causas de uma questão natural e/ou social, podendo caracterizar-se como uma pesquisa bibliográfica, laboratorial e/ou de

campo, conduzida individualmente ou em grupo;

- b) Projeto de Implementação: consiste em uma pesquisa em sentido lato, na qual se busca encontrar uma resposta prática para um problema técnico-profissional, tecnológico ou técnico-científico, podendo demandar, para o seu desenvolvimento, uma etapa de pesquisa prévia (bibliográfica, laboratorial e/ou de campo).

Parágrafo Único – O Projeto de pesquisa ou de implementação poderá ser conduzido individualmente ou em grupo de no máximo 3 (três) membros, podendo exceder este número de componentes somente quando autorizado pela Comissão de Curso.

Art. 13º – No componente curricular Trabalho Final de Graduação II, o projeto de pesquisa ou de implementação deverá ser apresentado em forma de relatório de projeto, seguido dos resultados complementares (artigo científico, protótipos e instrumentos desenvolvidos, ferramentas audiovisuais criadas, metodologias inventadas ou desenvolvidas) ou de outra forma aqui não prevista, mas reconhecida e autorizada pela Comissão de Curso.

Art. 14º – O TFG será submetido a uma banca, composta por no mínimo três professores (as), aprovada pela Comissão de Curso, que fará avaliação do trabalho a partir dos critérios estabelecidos no componente curricular, cuja média aritmética será registrada em ata contendo a aprovação ou não do trabalho, bem como as recomendações necessárias.

Art. 15º – Se aprovado (a), o (a) estudante deverá entregar, quando for o caso, a versão final do TFG contendo as correções e sugestões da banca avaliadora e a folha de aprovação assinada pelos membros da banca examinadora, encadernada conforme a normatização da biblioteca da UNIPAMPA, no prazo máximo de trinta (30) dias depois da defesa.

§ 1º – Antes da entrega da versão final escrita do TFG, o (a) estudante deve submetê-lo à apreciação do (a) orientador (a), o qual deverá verificar se o documento incorpora as sugestões e correções apontadas pela banca avaliadora.

§ 2º – A validação dos créditos deste componente curricular fica condicionada a entrega da versão final, do TFG corrigido, ao professor (a) responsável pelo componente curricular.

Art. 16º – O (A) estudante será reprovado (a) nas seguintes situações:

- I - Não entregar uma cópia de seu projeto de TFG, de acordo com o plano de ensino do componente curricular TFG II;
- II - Não entregar, quando for o caso, a versão final do TFG encadernado conforme normas da biblioteca da UNIPAMPA;
- III - Obter nota final inferior a 6,0 (seis), como média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca, quando da correção do trabalho e defesa do TFG;
- IV - Ficar comprovado Plágio e/ou que o TFG não tenha sido elaborado e executado pelo (a) próprio (a) estudante.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17º – Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Comissão de Curso Educação do Campo – Licenciatura – UNIPAMPA – Dom Pedrito.

Dom Pedrito, 28 de Julho de 2022.

APÊNDICE B – Regulamento de Estágios

O presente regimento normatiza o estágio curricular supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito, considerando a Resolução nº 02/2019 – MEC/CNE; a Lei Federal nº 11.788/2008; Resolução nº 02/2002 – MEC/CNE, o Parecer nº 28/2001 – MEC/CNE a Resolução nº 329/2021 – CONSUNI/UNIPAMPA e a Resolução nº 29/2011 – CONSUNI/UNIPAMPA.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Considerando PARECER nº 28/2001 – MEC/CNE que distingue a prática como componente curricular e a prática de ensino e o estágio obrigatório definidos em lei; e que define o estágio curricular supervisionado de ensino como “tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício [...], que supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário” (PARECER 28/2001, p.10) e que deve ser realizado “[...] pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado” (PARECER 28/2001, p.10).

Considerando a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2019 – que define 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso, e;

Considerando a RESOLUÇÃO Nº 02/2019 – MEC/CNE, que afirma que os estágios curriculares obrigatórios para os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, que acontecem como formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos

escolares e não escolares pode se dar na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

Define-se que o estágio Curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo terá início no 4º semestre do curso e se estenderá até o final do mesmo, com carga horária total de 405 (quatrocentos e cinco) horas.

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º O estágio curricular supervisionado do curso de Licenciatura em Educação do Campo — da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA — Campus Dom Pedrito é componente curricular obrigatório, com o requisito do cumprimento de 405 (quatrocentos e cinco) horas de estágio para aprovação e obtenção do diploma de Licenciado (a) em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza.

Parágrafo único – Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009).

Art. 2º O estágio curricular supervisionado tem como objetivo possibilitar ao acadêmico (a) do curso de Licenciatura em Educação do Campo, a vivência no contexto profissional nas áreas previstas no Projeto Pedagógico do Curso — escolas da educação básica e espaços comunitários do entorno escolar, em situações efetivas de processo de ensino-aprendizagem com vistas à ação-reflexão-ação da formação docente.

Art. 3º O estágio visa a articulação dos conhecimentos acadêmicos com os saberes da experiência através da observação, reflexão, interação, docência e investigação, neste sentido o estágio possibilita que o acadêmico do curso de Licenciatura em Educação do Campo compreenda e se aproprie dos saberes e

contextos da docência e da escola, além daqueles relacionados às especificidades e necessidades da Educação do Campo.

Parágrafo único – Compreende-se como específicos e necessários no âmbito da Educação do Campo, entre outros, aqueles contextos nos quais as práticas de conhecimento identificadas na comunidade e no entorno escolar contribuam para a permanência das populações no campo através da promoção da saúde e do equilíbrio socioecológico dos ambientes estudados.

Art. 4º As atividades de estágio se caracterizam na qualidade de situações efetivas do processo de ensino-aprendizagem a fim de formar licenciados em Educação do Campo aptos para docência em Ciências da Natureza (Física, Química e a Biologia) nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas áreas de atuação profissional previstas no Projeto Pedagógico do Curso:

- a) Docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio em Ciências da Natureza em escolas do campo;
- b) Gestão de processos educativos escolares, construção do projeto político-pedagógico e organização do trabalho escolar nas escolas do campo;
- c) Gestão de processos educativos nas comunidades do campo: preparação específica para o trabalho formativo e organizativo com as famílias e ou grupos sociais de origem dos (as) acadêmicos (as);
- d) Gestão e implementação de iniciativas e ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável em escolas do campo.
- e) Os processos formativos mencionados precisam ocorrer, preferencialmente, em escolas do campo.

Parágrafo único: Quando não há possibilidade de os processos formativos serem desenvolvidos em escolas do campo, estes podem ser realizados em escolas urbanas desde que devidamente justificada a necessidade no plano de trabalho disponibilizado pela secretaria acadêmica.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 5º – As normas de regulamentação dos estágios são elaboradas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso e pelo Núcleo de Estágio.

Art. 6º O NDE é responsável por aprovar instituições nas quais os estágios poderão ser realizados.

Art. 7º – Cada etapa dos estágios será pedagogicamente orientada pelos Planos de Estágio.

Parágrafo único: Os Planos de Estágio de cada etapa contemplam a natureza do estágio, o campo do estágio, os objetivos (concernentes com os objetivos dos componentes curriculares aos quais o estágio está vinculado), a postura do estagiário, a documentação necessária, a divisão de horas em atividades a serem desenvolvidas durante os estágios e as formas de registro e avaliação do estágio.

Art. 8º – Os estágios serão coordenados por um/a professor/a do curso, indicado/a pelo Núcleo de Estágio e apreciado em reunião de Comissão de Curso.

Art. 9º – As etapas de estágio do curso de Licenciatura em Educação do campo ficam assim definidas:

Estágio Curricular Supervisionado I: Observação do trabalho pedagógico na escola e sua relação com a comunidade – Estudo da Realidade e definição de ação pedagógica em Ciências da Natureza nos anos finais do ensino fundamental;

Estágio Curricular Supervisionado II: Docência e desenvolvimento dos conteúdos de Ciências da Natureza e sua relação com o campo: regência nos anos finais do ensino fundamental;

Estágio Curricular Supervisionado III: Observação e conhecimento da organização do trabalho pedagógico em Ciências da Natureza no Ensino Médio com intervenção pedagógica;

Estágio Curricular Supervisionado IV: Retomada da organização do trabalho pedagógico para o desenvolvimento dos conteúdos de Ciências da Natureza e sua relação com o campo no Ensino Médio;

Estágio Curricular Supervisionado V: Ação/Reflexão – Ação da vivência na docência em escola do campo no Ensino Médio na área das ciências da natureza – sistematização com apresentação do relatório de estágio.

Art. 10º O estágio curricular supervisionado será realizado em regime de colaboração entre a UNIPAMPA e a instituição campo de estágio, e entre o(s) professor(es) orientadores da UNIPAMPA e o professor orientador da instituição campo de estágio.

Parágrafo primeiro: O estágio curricular obrigatório deverá ser realizado em escolas do campo ou escolas da área urbana que atendam estudantes do campo, tendo dessa maneira vínculo territorial, cultural ou social com o campo.

Parágrafo segundo: As etapas de estágio poderão estar vinculadas a projetos educativos não escolares, desde que estes tenham vínculo com instituição de ensino da Educação Básica e que tenha aprovação do NDE.

Parágrafo terceiro: Os projetos educativos não escolares mencionados no parágrafo anterior devem estar vinculados a Cooperativas, Associações, Entidades de Assistência Técnica, Organizações Não Governamentais, Movimentos Sociais e outros nos quais o modo de produzir e reproduzir a vida social se vincule com o cotidiano do campo.

Art. 11º. A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo está distribuída de acordo com os seguintes componentes curriculares e suas respectivas cargas horárias e semestres de referência:

Tabela 10: Estágios do Curso de Educação do Campo

Estágio	Componente	Sem	CH	Especificidade
Estágio I	Estágio Curricular Supervisionado I	4º	45 h	Observação do trabalho pedagógico na escola e sua relação com a comunidade – Estudo da Realidade e definição de

Estágio	Componente	Sem	CH	Especificidade
				ação pedagógica em Ciências da Natureza nos anos finais do ensino fundamental;
Estágio II	Estágio Curricular Supervisionado II	5º	90 h	Docência e desenvolvimento dos conteúdos de Ciências da Natureza e sua relação com o campo: regência nos anos finais do ensino fundamental.
Estágio III	Estágio Curricular Supervisionado III	6º	90 h	Observação, conhecimento e vivência da organização do trabalho pedagógico em processos educativos escolares e comunitários
Estágio IV	Estágio curricular Supervisionado IV	7º	90 h	Observação e conhecimento da organização do trabalho pedagógico e do desenvolvimento dos conteúdos de ciências da natureza e sua relação com o campo no Ensino Médio
Estágio V	Estágio Curricular Supervisionado V	8º	90 h	Sistematização da docência em escola do campo no Ensino Médio na área das ciências da natureza

CAPÍTULO IV

DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 12º O acadêmico (a) do curso para matricular-se em componente curricular de estágio, deverá:

Estar regularmente matriculado no curso;

Ter concluído e ter sido aprovado(a) em todos componentes curriculares dos semestres que antecedem o estágio.

Parágrafo único: O início e efetivação do estágio estão condicionados às exigências de documentação conforme Capítulo V do presente regulamento.

CAPÍTULO V

DOS DOCUMENTOS

Art. 13º Para a caracterização e definição dos Estágios Curriculares Supervisionados I, II, III, IV e V, de que trata esta Norma, são necessários os seguintes documentos¹⁴:

Convênio entre a UNIPAMPA e Instituição/escola concedente de estágio;

Formulário de solicitação do Termo de compromisso de estágio e plano de atividades;

Termo de compromisso de estágio (TCE) celebrado, no início das atividades de estágio, entre o acadêmico (a), a parte concedente e a UNIPAMPA, representada pelo(a) Coordenador(a) Acadêmico(a) do Campus, no qual estão definidas as condições para o estágio, o plano de atividades do estagiário e a menção ao contrato que a UNIPAMPA firmou com a UNIMED SEGURADORA S/A contrato nº 08/2012 apólice 1008200508911*; Os referidos documentos são disponibilizados via SEI para assinatura.

Carta de apresentação do estagiário (a) à instituição concedente;

Plano de atividades do estagiário (a) elaborado pelo acadêmico (a), em conjunto com o professor(a) orientador(a) de estágio da UNIPAMPA e da Escola, em concordância com o Plano de Estágio e com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, contendo a descrição das atividades a serem efetivadas pelo/a estagiário/a;

Ficha de acompanhamento e avaliação de estagiário pelo supervisor(a) na unidade concedente;

Relatório final de estágio, recurso de avaliação do professor(a) orientador(a) de estágio da UNIPAMPA e recurso de comprovação do estágio, apresentado pelo estagiário(a) conforme orientações do Plano de Estágio e do manual de normalização de trabalhos acadêmicos da Unipampa.

¹⁴ [Documentação e orientações - estágios](#)

Parágrafo único: Os documentos e fluxos podem sofrer alterações conforme resolução e diretrizes vigentes. Para tanto, os documentos e fluxos estão dispostos na página do curso de Educação do Campo – Licenciatura.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 14º As atribuições da instituição de ensino UNIPAMPA, em relação aos estágios de seus educandos, segue conforme a Resolução nº 329 de 04 de novembro de 2021/CONSUNI/UNIPAMPA.

Art. 15º São atribuições específicas da Coordenação Acadêmica do Campus Dom Pedrito:

Encaminhar a solicitação de convênio para a Divisão de Estágios;

Verificar e informar ao orientador dados de matrícula e frequência do acadêmico e a sua possibilidade de realizar o Estágio;

Preencher e controlar o TCE dos acadêmicos, zelando pelo seu cumprimento;

Informar ao Campo de Estágio as datas de realização de avaliações acadêmicas, em conjunto com o orientador;

Controlar os documentos referentes aos Estágios;

Manter atualizado o arquivo do acadêmico com todos os documentos necessários;

Informar à Divisão de Estágios, até o 7º (sétimo) dia útil anterior ao término do mês, a relação de acadêmicos em Estágio obrigatório que necessitam de seguro;

Manter os registros atualizados com todos os acadêmicos em Estágio;

Apresentar relatórios à Divisão de Estágios;

Divulgar oportunidades de Estágios aos acadêmicos;

Encaminhar carta de apresentação do aluno ao campo de Estágio, quando necessário;

Prestar informações adicionais, quando solicitadas.

Art. 16º São atribuições específicas do Coordenador do Estágio supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo:

Manter comunicação frequente com os docentes responsáveis pelos componentes curriculares de estágio;

Atualizar, junto com os respectivos docentes, os Planos de Estágio, conforme necessidade do curso;

Responsabilizar-se pela divulgação das normas, organização, funcionamento dos componentes curriculares referentes ao estágio supervisionado;

Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o(a) estagiário(a) para outro local em caso do descumprimento de suas normas;

Planejar e acompanhar o estágio supervisionado conjuntamente com os professores orientadores da universidade;

Proceder nos casos de solicitações de desligamento, de interrupção dos estágios devido a baixo desempenho e comprometimento com as atividades por parte dos estagiários e/ou em situações de mudanças de estágio;

Auxiliar na resolução de situações tanto pedagógicas quanto administrativas envolvendo os campos de estágios juntamente com os professores orientadores;

Contatar com os estagiários e professores orientadores sempre que se fizer necessário, e;

Auxiliar na promoção e execução dos Seminários de Socialização das Práticas de Estágio, no qual serão apresentadas as vivências dos estágios supervisionados de regência.

Art. 17º São atribuições dos professores(as) orientadores(as):

Assinar o termo de aceite do estágio supervisionado responsabilizando-se pela orientação, supervisão e acompanhamento das atividades inerentes ao mesmo;

Elaborar acompanhado do/a estagiário/a o planejamento do estágio;

Realizar reuniões sistemáticas de orientação e avaliação das atividades de estágio;

Proceder a avaliação (processual e sistemática) do estágio supervisionado, procedendo o registro de presença e avaliação do estágio supervisionado;

Encaminhar à coordenação de curso os relatórios da avaliação do estágio supervisionado, para arquivamento;

Intervir nas situações de natureza pedagógica junto às escolas e aos estagiários;

Comunicar ao Coordenador de Estágios quaisquer fatos que interfiram no andamento dos estágios;

Auxiliar na promoção e execução dos Seminários de Socialização das Práticas de Estágio, no qual serão apresentadas as vivências dos estágios supervisionados de regência.

Art. 18º São atribuições do estagiário:

Contatar com as instituições de ensino para possibilidade de abertura de vagas para a realização de estágio;

Encaminhar o termo de apresentação do estagiário (a) à instituição concedente;

Encaminhar ao Coordenador de Estágio o termo de aceite do estagiário (a) pela instituição concedente do estágio em uma via;

Participar da efetivação do termo de compromisso de estágio (TCE) celebrado, no início das atividades de estágio, entre o acadêmico (a), a parte concedente e a UNIPAMPA, representada pelo(a) Coordenador(a) Acadêmico(a) do campus, no qual estão definidas as condições para o estágio e o plano de atividades do estagiário, constando menção ao convênio (três vias originais);

Encaminhar ao Coordenador de Estágio o termo de aceite de orientação/acompanhamento pelo (a) professor (a) supervisor (a) da universidade (uma via);

Encaminhar ao Coordenador de Estágio o termo de aceite de orientação/acompanhamento pelo (a) professor (a) supervisor (a) da instituição concedente (uma via);

Elaborar o plano de atividades do estagiário (a), em conjunto com os professores(as) orientadores(as) de estágio, em concordância com o projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo, contendo a descrição das atividades a serem efetivadas pelo(a) estagiário(a);

Registrar as atividades diárias de estágio, no Caderno de Alternância, conforme orientações que constam nos planos de estágio;

Elaborar o relatório de Estágio e entregar uma via para os(as) professores(as) orientadores(as) da UNIPAMPA e uma via para o(a) professor(a) orientador(a) da instituição na qual foi realizado o estágio;

Entregar aos(as) professores(as) orientadores(as) da UNIPAMPA a Ficha de Acompanhamento de Estágio e a Ficha de Avaliação do Estagiário (para os estágios de regência), ambas devidamente preenchidas pelas instituições responsáveis;

Observar e cumprir as normas da administração e organização da instituição concedente de estágio;

Manter a assiduidade, pontualidade e postura ética e profissional em todas as situações e atividades dos estágios;

Cumprir com os prazos de entrega dos documentos e planos de estágio solicitados pelos professores(as) orientadores(as);

Apresentar durante o desenvolvimento de cada componente curricular de estágio o caderno de alternância contendo o registro reflexivo das ações desenvolvidas no campo de estágio;

Informar aos professores(as) orientadores(as) e ao Coordenador de Estágios ausências e/ou quaisquer questões que interfiram no andamento dos estágios;

Participar do seminário seminários de socialização no qual serão apresentadas as vivências dos estágios supervisionados de regência.

Demonstrar postura crítica e argumentativa nas apresentações orais previstas em forma Seminários de Socialização das Práticas de Estágio no qual serão apresentadas as vivências dos estágios supervisionados de regência.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 19º A avaliação do estágio supervisionado será orientada pelos procedimentos de registro e avaliação que constam nos Planos de Estágio, incluindo os registros no Caderno de Alternância, a sistematização das vivências de estágio, a Ficha de Avaliação dos Estágios de Regência preenchida pelo professor orientador da instituição concedente e a escrita da autoavaliação através do Roteiro da Importância do Estágio para a Formação Profissional.

Art. 20º A avaliação do estágio supervisionado será desenvolvida de forma processual e sistemática durante o estágio e conforme os seguintes critérios:

Participação e responsabilidade nas atividades do estágio supervisionado;

Assiduidade, pontualidade, responsabilidade e postura ética nas situações que envolvem o estágio;

Qualidade da produção docente e acadêmica envolvendo o planejamento de aulas, a análise e reflexão sobre o contexto da escola e as situações vivenciadas e a escrita e registro no caderno de alternância em cada um dos componentes curriculares que constituem o estágio supervisionado;

Postura investigativa do processo de ensino-aprendizagem e das experiências vivenciadas no estágio;

Argumentação crítica nas apresentações de cunho pedagógico, ou seja, de situações de estudo, nos seminários de socialização das práticas de estágio, organizados no final de cada componente curricular de estágio.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21º Casos omissos a este regulamento serão analisados no Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo para a

resolução dos mesmos. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

APÊNDICE B1 – Estágio Ensino Fundamental

Prezado (a) estudante,

As componentes de estágio curricular supervisionado obrigatório no ensino fundamental estão organizados em dois momentos, no quarto e no quinto semestre, da seguinte forma: Estágio I 45h – Observação do trabalho pedagógico na escola e sua relação com a comunidade – Estudo da Realidade e definição do tema do Projeto Coletivo nos anos finais do ensino fundamental e Estágio II 90h – Docência e desenvolvimento dos conteúdos de ciências da natureza e sua relação com o campo – regência e execução do Projeto Coletivo nos anos finais do ensino fundamental. Estas componentes têm como finalidade proporcionar aos estudantes que observem, conheçam e vivenciem a organização do trabalho pedagógico em processos educativos escolares e comunitários, subsídios que se entende como fundamentais para a docência no ensino fundamental.

Antes de iniciar o estágio neste semestre, leia com atenção este documento que descreve as etapas referentes ao estágio e orienta acerca das documentações de comprovação do estágio.

PRINCÍPIOS FORMATIVOS DO ESTÁGIO

De acordo com o PPC do Curso de Educação do Campo – Licenciatura, da UNIPAMPA, o princípio educativo fundamental é o entendimento de que o conhecimento é histórico e que deve ser apropriado de forma crítica, tendo como método a perspectiva histórico dialética. Ou seja, fugindo da perspectiva positivista e pós-moderna, o curso aponta para a necessidade de “conhecer a realidade para transformá-la” (Holliday: 1986); a partir, do mesmo autor (Holliday: 1985, 2006) destacamos a importância da sistematização para a consolidação prático-teórico deste processo.

Coerente com a proposição acima, propomos a possibilidade de estudantes vivenciarem a organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo inspirados nas experiências socioeducacionais que têm como perspectiva teórica a organização do currículo por inventário da realidade e complexo de estudo (Pistrak: 2000, Freitas:

1995, 2003 e Caldart, Freitas e Sapelli, 2015). Para a construção do inventário da realidade, por exemplo, é necessário o envolvimento da comunidade escolar no sentido de qualificar as ações pedagógicas da escola. Portanto, a capacidade efetiva de construir um inventário, e posteriormente um currículo pautado pelo complexo, depende da intenção da escola, da articulação entre escola e os sujeitos de seu entorno, assim como entre a escola e a universidade, nos casos em que houver oportunidade de seu envolvimento.

Previendo essa situação, o estágio curricular da Educação do Campo da UNIPAMPA direciona a formação de estudantes capazes de constituir tal processo de formulação do inventário e do complexo de estudos. Com base nessas referências, tem-se como objetivo o exercício do trabalho coletivo nas escolas, rompendo a tradicional divisão limitadora do currículo e propondo uma integração das diversas áreas do conhecimento, atendendo uma demanda da educação do campo, que é pensar a formação de educadores (as) por área de conhecimento, que sejam capazes de atuarem de forma articulada e coletiva nas escolas, muitas delas multisseriadas e unidocentes.

Portanto, este estágio prevê atuação nos anos finais do Ensino Fundamental em escolas do campo, tanto na forma de elaboração e execução de projeto de ensino coletivo, quanto de elaboração de plano de aula e regência individual. O estágio curricular nesse nível educacional está estruturado em dois momentos: o primeiro, que ocorre no 4º semestre, corresponde a um componente com 3 créditos (45 horas/aula), e o segundo, previsto para ocorrer no 5º semestre, envolve componente com 6 créditos (90 horas/aula). As atividades em cada um deles estão descritas nas seções abaixo.

NATUREZA DO ESTÁGIO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório respaldado pela Resolução nº 02/2019 do Conselho Nacional de Educação e pela Resolução nº 329/2021 da UNIPAMPA, integra sua formação na licenciatura e busca articular os conhecimentos teórico-práticos da academia com a vivência concreta do contexto escolar e da sala

de aula.

O estágio busca a articulação dos conhecimentos acadêmicos com os saberes da experiência através da observação, reflexão, docência e investigação. Neste sentido o estágio possibilita que você, como acadêmico do curso de Licenciatura em Educação do Campo, compreenda e se aproprie dos saberes e contextos da docência e da escola, além daqueles relacionados às especificidades e necessidades da Educação do Campo.

CAMPO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

A fim de atender as especificidades do curso e da própria Educação do Campo, o estágio obrigatório preferencialmente deverá ser realizado nos anos finais do Ensino Fundamental em escolas do campo.

CONCEPÇÃO E OBJETIVOS

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I e II, que prevê a observação e regência nos anos finais do Ensino Fundamental em escola do campo, tem como objetivos:

Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar (discentes e docentes);

Apropriar-se da realidade na qual a escola está inserida.

Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico (PPP, avaliação, metodologias, recursos disponíveis etc) e o desenvolvimento dos conteúdos de Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental.

Identificar a possibilidade de ação interdisciplinar coletiva na escola, visando a execução de trabalho socialmente útil, que possa mobilizar os conteúdos das Ciências da Natureza.

POSTURA DO ESTAGIÁRIO NA INSTITUIÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório configura-se como um dos

momentos da formação. Seu processo ocorrerá em uma escola com uma história já constituída e cujo funcionamento continuará após o estágio. Portanto, estamos “de passagem” em um espaço que nos acolhe para vivências e experiências profissionais. Neste tempo, espera-se que o estagiário se adéque à rotina docente da instituição. Levar isso em conta significa:

- Respeitar os horários e condutas da instituição,
- Considerar as ações e projetos em andamento,
- Cultivar o respeito pelas pessoas com as quais nos envolvemos,
- Registrar e sistematizar as atividades desenvolvidas, conforme as Orientações de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório,
- Manter postura ética com as informações da escola e com as realizadas,
- Cumprir os compromissos e prazos assumidos,
- Colaborar com as ações e necessidades da escola.

INFORMAÇÕES GERAIS

A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza. O horário de estágio deve ser compatível com o horário da escola na qual o estágio será realizado.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I - (45H)

1. Ações do Tempo Universidade: Orientação para Observação e Realização do Estudo da Realidade (30h)

As atividades do TU serão realizadas por meio da participação nas aulas do componente de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I, no Campus Dom Pedrito, durante o qual (as) licenciandos (as) participarão de discussões e atividades relacionadas à ementa do componente, receberão informações sobre documentação necessária para realização de estágio, além da orientação e planejamento das atividades previstas neste documento.

A orientação durante o Tempo Universidade, deve, dessa forma, informar os/as estudantes sobre as diretrizes e parâmetros curriculares que sustentam essa

desejada articulação entre entorno escolar e escola, sempre com a perspectiva de apoiar os laços comunitários que promovem saúde e qualidade de vida no campo. É importante que essa orientação no TU aproveite as aprendizagens acumuladas nos três primeiros semestres do curso, potencializando os ciclos de ação-reflexão-ação vivenciados pelos estudantes na qualificação do trabalho a ser realizado nesse primeiro estágio curricular. Vale destacar a experiência e o contato prévios das/os estudantes com as escolas onde realizarão estágio.

Em mãos desses elementos, o tempo universidade deve subsidiar o debate acerca dos passos necessários para a realização do Estudo da Realidade. Em linhas gerais, o Estágio I será um momento na trajetória formativa na qual se deve sistematizar o estudo sobre o entorno escolar, entendido como o meio geográfico onde a escola se situa, mas combinado com as relações sociais e comunitárias que ela estabelece por meio dos seus sujeitos, especialmente os estudantes e suas famílias. Nesse contexto, podemos pensar em comunidades das quais fazemos parte. Durante o Tempo Universidade, reforçar a orientação para:

- Identificar possibilidades de relação da escola com o trabalho socialmente necessário, para discussão com a comunidade e possível inclusão no planejamento pedagógico;
- Levantar informações para estudos sobre agroecologia e agricultura na relação com o trabalho, considerando a possibilidade real de ligação das escolas do campo com atividades de produção agrícola de base agroecológica, e a necessidade de refletir sobre a realidade da agricultura hoje e suas mudanças no tempo e no espaço;
- Verificar aspectos da realidade estudada que possam ser ligados ao estudo dos conteúdos das diferentes áreas do conhecimento;
- Levantar possibilidades de pesquisas ou visitas de campo com os(as) estudantes para aprofundar o estudo científico de determinadas questões da realidade na relação com os conteúdos de ensino e regência;
- Identificar conteúdos a serem mobilizados para a ação coletiva interdisciplinar que pode ser executada no semestre seguinte, com base no Estudo da Realidade;

Outros arquivos poderão compor a memória do estudo da realidade: fotografias, conversas gravadas, banco de sementes, herbário das principais plantas da região, cadernos de receitas culinárias. Em ambas as fases o estudo deve ser uma atividade realizada em conjunto por estudantes e professores da escola, envolvendo

outros membros da comunidade na realização ou na discussão dos objetivos e usos das informações levantadas.

O Estudo da Realidade contribui para a consolidação do conhecimento produzido durante os semestres anteriores (identidade e processos identitários, contexto sociopolítico, socioeconômico e socioeducacional, e território e territorialidades).

2. Ações do Tempo Comunidade: Execução e Sistematização do Estudo da Realidade (15h)

Nesta proposição de estágio, a observação durante o Tempo Comunidade (TC) tem grande relevância, pois para além de conhecer a estrutura física da escola e a dinâmica de trabalho de seus profissionais, intenta-se que as/os estudantes compreendam a influência que o entorno escolar exerce nessa estrutura e nessa dinâmica.

As atividades do Tempo Comunidade ocorrem nas diferentes regionalizações atendidas pelo curso. Nessa etapa do regime de alternância, os/as estudantes são acompanhados/as pelas/os docentes da Lecampo de forma a oferecer intencionalidade pedagógica para as dinâmicas comunitárias, a partir dos objetivos descritos na ementa do Estágio I.

Alinhado a este contexto, o Estudo da Realidade deve ser feito, preferencialmente, em duas partes:

Primeira Parte:

Levantamento das informações, subdividido em quatro categorias: (1) Escola e as Políticas Públicas, (2) Comunidade Escolar e do Entorno, (3) Mundo do Trabalho e (4) Ecossistemas Naturais e Sociais.

1 – Escola e as Políticas Públicas:

- Estrutura física, formas de organização do trabalho e aspectos curriculares, acesso às políticas públicas pela escola e pela comunidade;
- Quais são as condições de infra-estrutura da escola: salas de aula, biblioteca, equipamentos de laboratório de ciências, acesso a luz elétrica, água, saneamento, internet, local para prática de esportes, etc.
- Como é a organização do trabalho na escola: entre os educadores, com os estudantes?

- Como se dá a gestão da escola: há processos em que os estudantes estão ou poderiam estar envolvidos? Há alguma experiência de auto-organização dos estudantes? Como funciona?
- Há formas de interação com a comunidade? Quais? (Festas, etc.);
- Qual a referência seguida pela escola na seleção de conteúdos de ensino?
- Quem decide sobre o que ensinar? Em que forma os conteúdos são trabalhados: por disciplina, por área, com alguma forma de integração entre as disciplinas ou áreas? Há uso de livros didáticos pelos professores e estudantes?
- Há planejamento pedagógico na escola? Quem faz? Quais os níveis de planejamento que existem? Que tipo de atividades são planejadas?
- Quais são os alimentos utilizados na merenda escolar? De onde vem os alimentos da merenda escolar? A escola acessa o PNAE?
- A escola acessa o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático)? E o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)? Quais outros programas a escola acessa?

2 – Comunidade Escolar e do Entorno

O que fazem os/as estudantes no período que não estão na escola?

- Participam das atividades familiares (domésticas ou produtivas) e comunitárias (quais atividades, em quanto tempo diário médio)?
- Participam em jogos e brincadeiras?
- Assistem TV ou estão na internet, redes sociais, etc.?
- Realizam leituras?
- Participação em grupos ou organizações entre si ou com os adultos?
- Participação em atividades culturais internas ou externas à comunidade?

Pessoas / famílias que compõem a comunidade da escola e suas características de constituição, aspectos sociais, econômicos e culturais:

- Quantas famílias compõem a comunidade escolar? De onde vieram? A que etnias pertencem?
- Há pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais na escola? Quais as deficiências presentes e como são tratadas?
- Quais as principais características econômicas, sociais, culturais das famílias dos/as estudantes da turma na qual realizará o estágio?
- As famílias desta comunidade participam de movimentos sociais, organizações de trabalhadores, outras entidades (locais e mais amplas)? Indicar quais e se a participação é de toda família ou só dos homens, das mulheres, dos adultos, dos jovens;

- Que organizações ou entidades ou instituições estão presentes e/ou têm influência significativa sobre as relações e práticas da comunidade (movimentos sociais, sindicatos, igrejas, grupos culturais, órgãos públicos, cooperativas, entidades do agronegócio)?
- O que existe no entorno próximo da escola? (Comércio? Qual tipo? Indústrias, etc.)
- Como é o acesso à luz elétrica, saneamento, água na comunidade onde a escola está inserida?
- Quais os meios de comunicação e de acesso às informações que são utilizados pelas famílias?
- Há acesso à internet?
- Quais os meios de transporte mais usados pelas famílias e como são as estradas? Como é feito o acesso entre casa e escola?
- Que atividades de lazer são realizadas individualmente, coletivamente ou por determinados grupos? Quando acontecem?
- Há festas tradicionais que se realizam na comunidade, que datas costumam ser celebradas?
- Que religiões pertencem os/as estudantes da turma que será realizado o estágio?
- Há grupos artísticos no local? Existe acesso próximo a atividades/produções artísticas, música, pintura, teatro?
- Quais são os principais hábitos alimentares das famílias e características da cultura alimentar da comunidade? Quais os alimentos consumidos regularmente? A maioria dos alimentos é produzida no local ou comprada na cidade? Que alimentos são adquiridos no mercado e em que quantidades? A maioria dos alimentos ingeridos contém agrotóxicos? Há muito consumo de alimentos processados ou ultraprocessados? Coletar receitas culinárias típicas do local ou da região. Identificar a percepção das famílias sobre a qualidade dos alimentos;
- Quais os problemas de saúde mais comuns entre as famílias e como costumam ser tratados? Há iniciativas de tratamentos alternativos? Existe unidades de saúde na comunidade ou próximo?
- O que se faz com os resíduos (restos de alimentos, embalagens, latas, garrafas) nas casas e no conjunto da comunidade? Tem coleta? Como são tratados os resíduos? Queima-se ou enterra-se os resíduos? Há aproveitamento dos resíduos orgânicos em composteiras, alimentação dos animais? E na escola?
- Qual a média de anos de escolarização entre as famílias? Há pessoas (e em que faixa etária) que não são alfabetizadas? Existe algum trabalho de alfabetização de jovens e adultos na comunidade ou na região?

- Quais são as fontes de renda da família? Listar os tipos de rendas, indicando: renda monetária (a que pode ser medida, salário, aposentadoria, pensão, prestação serviço, benefícios sociais, venda de produtos agropecuários, cultivos, criação de animais e processamento simples de produtos da agricultura) e renda não monetária, aquela que não é transformada em dinheiro, indo direto para o autoconsumo;

3 – Mundo do Trabalho:

Observações sobre o mundo do trabalho e da produção, sistemas produtivos e uso de tecnologias:

- Quais as formas de acesso à terra dos estudantes da turma: terra própria de cada família ou pessoa, posse, arrendamento, comodato, uso comunitário, etc.;
- Quais os cultivos existentes: que plantas são cultivadas (espécies e variedades) e para que finalidades? Há consórcios de plantas e rotação de culturas? Qual a origem das sementes utilizadas? Quais as formas de cultivo e que tecnologias são utilizadas? São usados fertilizantes sintéticos e agrotóxicos? São usados adubos ou outros produtos orgânicos?
- Que animais são criados (e de que raças) e para que finalidades? Quais as formas de criação e qual o uso de tecnologias?
- Existe processamento de produtos? Quais? Por iniciativa de cada família para seu próprio uso ou há atividades comunitárias simples para consumo das famílias ou para venda em feiras, etc.
- Há agroindústrias formalmente constituídas no local ou no entorno? Existem cooperativas?
- Existem atividades extrativistas, quais, quem trabalha nelas?
- Existem práticas de artesanato, quais, quem trabalha nelas?
- Há outras indústrias no local ou no entorno ou na região?
- É feito uso de maquinários e ferramentas nas atividades produtivas? Quais?
- Quais os resultados da produção? O que é produzido para consumo doméstico (de cada família ou de um grupo coletivo/comunitário)? Como e onde é feita a comercialização de cada produto, quando acontece?
- Há alguma forma de “assistência técnica” no local? Quem faz e de que forma?
- Como é feito o trabalho doméstico: o que é feito em cada família?

4 – Ecossistemas Naturais e Sociais:

- Observações sobre os ecossistemas (naturais e sociais) onde a escola está inserida, recursos naturais e reconhecimento da biodiversidade;
- Como é a vegetação natural da área? Que plantas nativas/espontâneas estão presentes: arbóreas, arbustivas, herbáceas, rasteiras;
- Há unidades de conservação na área? De que tipo? (estudar o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação);
- Que animais existem no lugar: nativos e domésticos;
- Quais os tipos de relevo, que acidentes geográficos existem? Há erosão, voçorocas, ravinas?

- Quais os tipos e as características (físicas, químicas e biológicas) do solo: cor, estrutura (arenosa, argilosa), terra solta ou compactada, presença de matéria orgânica? Quais os tipos de rocha existentes e que uso se faz delas?
- Como se faz o manejo do solo? Há práticas de conservação ou recuperação do solo? Quais e em que locais?
- Existe algum riacho, rio, lagoa, açude ou vertente de água no local ou próximo? Há alguma barragem em área próxima? Como é a qualidade da água?

Segunda Parte

Sistematização das informações, para articulá-la com os conteúdos de Ciências da Natureza. Para tanto, é necessário sistematizar e analisar as informações geradas e perguntar-se:

- Que potencialidades a escola apresenta?
- Como valorizar as potencialidades?
- Que problemas são identificados?
- Como solucionar os problemas?
- Que conteúdos de Ciências da Natureza podem ser mobilizados para o trabalho docente no Estágio II?
- Que tema(s) para a ação coletiva interdisciplinar emerge(m) do estudo: O quê, por quê, onde, com quem, para quem, como?

Um dos momentos mais ricos da prática coletiva é a sistematização, através do exercício da escrita, daquilo que foi vivido, assim como a socialização das análises. Neste momento as experiências se inter cruzam possibilitando outros “inéditos viáveis”, de forma que o conhecimento da realidade seja um instrumento para sua transformação.

O resultado esperado, ao final do Estágio I, é a elaboração de um Relatório de Estágio que contenha (1) a sistematização do Estudo da Realidade, (2) os conteúdos e atividades de Ciências da Natureza, que servirão de base para a organização dos planos de aula que darão suporte à regência no Estágio II e (3) possíveis temas que podem ser desenvolvidos na ação interdisciplinar coletiva, também para o Estágio II.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONA DO OBRIGATÓRIO – REGÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II (90 H)

1. AÇÕES DO TEMPO UNIVERSIDADE: RETOMADA E AVALIAÇÃO DO ESTUDO DA REALIDADE (30h)

As atividades do TU serão realizadas por meio da participação nas aulas do componente de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II, no Campus Dom Pedrito, durante o qual (as) licenciandos (as) participarão de discussões e atividades relacionadas à ementa do componente, receberão informações sobre documentação necessária para realização de estágio, além da orientação e planejamento das atividades previstas neste documento.

Para executar a regência e a ação interdisciplinar, em articulação com a escola, é preciso retomar a sistematização dos dados sobre o entorno escolar, os elementos do Estudo da Realidade. A revisão destes dados e o confronto com o contexto presente devem ajudar a ajustar os conteúdos e atividades em Ciências da Natureza. No caso da ação interdisciplinar coletiva, para que sua execução seja bem-sucedida, é fundamental detalhar as ações pedagógicas a serem realizadas, de modo que o trabalho coletivo possa emergir e a auto-organização das/os estudantes flua da melhor forma, antevendo necessidades de materiais, recursos, articulações, contatos, etc.

Nesse sentido, as ações do TU irão retomar o Estudo da Realidade, os conteúdos levantados no Estágio I assim como os temas que podem ser abordados coletivamente. A retomada do estudo, assim, deve auxiliar na identificação dos conteúdos e objetivos a serem trabalhados. A orientação no TU é fundamental para a organização do trabalho pedagógico por meio de planos de aula, que posteriormente serão validados pelos orientadores e supervisores dos estágios, além de identificar um repertório de referências bibliográficas, filmes e sites que possam subsidiar as aulas.

2. AÇÕES DO TEMPO COMUNIDADE

2.1 ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE AULA E REGÊNCIA INDIVIDUAL (45h)

- Estudos disciplinares e pedagógicos e elaboração dos planos de aula do componente Ciências da Natureza – 25 h
- Regência em Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental em escola do campo preferencialmente, com possibilidade de ação interdisciplinar coletiva – 20 h

Esta atividade objetiva que a prática docente possibilite ao/à licenciando/a estagiário/a capacidade de auto avaliação de sua postura docente, permitindo reflexão crítica de sua formação, a partir das experiências vividas no estágio.

Os/as professores/as do componente e os orientadores do estágio acompanharão os estudos e a elaboração dos planos de aula e a regência.

2.3 SISTEMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO (15h)

A sistematização de experiências é um rico momento de aprendizado. É fundamental, para nossa trajetória formativa, uma avaliação conjunta e detalhada de todo o processo de estágio. A ideia é que o relato deste estágio seja a sistematização com apropriação e avaliação das experiências vividas de forma que a própria sistematização seja práxis do processo formativo do/a licenciando/a estagiário/a.

A avaliação se dará em dois momentos, na elaboração do Relatório Final de Estágio e pela socialização da experiência vivida com os/as demais estagiários/as.

O Relatório de Estágio deve apresentar as regências individuais e a ação interdisciplinar coletiva com os resultados alcançados. Deverá ser elaborado pelo estagiário e entregue em data acordada previamente. É importante que o relatório contenha breve contextualização da escola, as atividades desenvolvidas, avaliação do estágio, as principais aprendizagens e recomendações.

APÊNDICE B 2 – Estágio Ensino Médio

Prezado (a) estudante,

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório apresenta como finalidade observar e realizar a docência interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia em escola do campo no Ensino Médio. Antes de iniciar o estágio nesse semestre, leia com atenção este documento que descreve as etapas referentes ao estágio e orienta acerca das documentações de comprovação do estágio.

NATUREZA DO ESTÁGIO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório respaldado pela Resolução nº 2/2019 do Conselho Nacional de Educação e pela Resolução nº 329, de 04 de novembro de 2021 da UNIPAMPA, integra sua formação na licenciatura e busca articular os conhecimentos teórico-práticos da academia com a vivência concreta do contexto escolar e da sala de aula.

O estágio busca a articulação dos conhecimentos acadêmicos com os saberes da experiência através da observação, reflexão, docência e investigação. Neste sentido o estágio possibilita que você, como acadêmico do Curso de Educação do Campo - Licenciatura compreenda e se aproprie dos saberes e contextos da docência e da escola, além daqueles relacionados às especificidades e necessidades da Educação do Campo.

CAMPO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

A fim de atender as especificidades do curso e da própria Educação do Campo, o estágio obrigatório deverá ser realizado no Ensino Médio em escolas do campo, comumente conhecidas como escolas rurais, ou escolas que, mesmo localizadas na região urbana dos municípios, atendam estudantes que moram no campo.

OBJETIVOS

Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios no Ensino Médio têm como objetivos:

Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos conteúdos de Ciências da Natureza e sua relação com o campo no Ensino Médio.

Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar.

Elaborar uma organização pedagógica interdisciplinar de Ciências da Natureza para o Ensino Médio na perspectiva da Educação do Campo.

Vivenciar a docência interdisciplinar de Ciências da Natureza em escola do Ensino Médio.

Descrever e refletir as situações da prática docente vivenciada.

Sistematizar as práticas de docência desenvolvidas ao longo do percurso formativo;

Propor estratégias educativas em Ciências da Natureza.

POSTURA DO ESTAGIÁRIO NA INSTITUIÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório configura-se como uma experiência do exercício de nossa futura profissão, no qual é importante lembrar que estamos “de passagem” em um espaço que nos acolheu para vivências e experiências profissionais. Levar isso em conta significa:

Respeitar os horários e condutas da instituição,

Considerar as ações e projetos em andamento,

Cultivar o respeito pelas pessoas com as quais nos envolvemos,

Registrar e sistematizar as atividades desenvolvidas, conforme as Orientações de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório,

Manter postura ética com as informações da escola e com as análises que construímos,

Cumprir os compromissos e prazos assumidos.

INFORMAÇÕES GERAIS

A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não acarreta em vínculo empregatício de qualquer natureza. O horário de estágio deve ser compatível com o horário da escola na qual o estágio será realizado.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO – OBSERVAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA NO ENSINO MÉDIO III (90H)

Em virtude do Curso de Educação do Campo – Licenciatura estar organizado em Regime de Alternância, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizado durante os Tempos Universidade e Comunidade. No Tempo Universidade serão realizadas as aulas de preparação dos (as) licenciandos (as) na universidade, no Tempo Comunidade será efetivado o estágio em uma instituição de ensino.

Desse modo, são apresentadas as atividades que serão realizadas ao longo do processo formativo. Cabe ressaltar que não são atividades estanques, pois elas podem ser revistas conforme encaminhamentos e diálogos com as escolas.

ATIVIDADE 1 – ORIENTAÇÃO PARA ESTÁGIO (30 H)

A atividade 1 será realizada por meio da participação nas aulas do componente de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação em Ciências da Natureza no Ensino Médio III durante o Tempo Universidade, em que os (as) licenciandos (as) participarão de discussões e atividades relacionadas a ementa do componente. Ainda na atividade 1 será realizada a orientação de organização dos termos de estágio, conforme as resoluções vigentes.

ATIVIDADE 2 – OBSERVAÇÃO, REGISTRO E PROPOSTA DE UMA ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA (40 H)

A atividade 2 é composta por três ações integradas e inter-relacionadas que deverão ser realizadas com a seguinte carga horária:

Observação da organização do trabalho pedagógico, gestão e o desenvolvimento

dos conteúdos em Ciências da Natureza e sua relação com o campo no Ensino Médio – 10 h

Registro do Processo de observação – 10 h

Planejamento de uma estratégia pedagógica – 10 h

Execução da estratégia – 10 h

As orientações para observação (item a) serão realizadas durante o TU. Após as observações será necessário reorganizar o planejamento (item b) elaborado durante o TU para que o mesmo contemple especificidades da turma e do contexto escolar do estágio.

Para o registro do (item c) o/a estagiário (a) utilizará um Caderno de Alternância no qual fará anotações da rotina da escola, informações, reflexões e emoções vivenciadas durante a observação e compreensão do contexto escolar do campo. A proposta de registrar os acontecimentos em um Caderno de Alternância vem no sentido dos registros serem feitos no momento em que se vivenciam as experiências, possibilitando a riqueza dos detalhes e das emoções. Além do Caderno de Alternância, lembre-se de fazer registros fotográficos, previamente autorizados pela escola.

Para observação e caracterização do campo de estágio considere os seguintes aspectos:

Conheça os níveis e modalidades de ensino da instituição.

Observe e descreva:

O espaço físico da escola (salas de aula, salas de reunião, quadra, refeitório, biblioteca, secretaria, banheiro),

Como é a organização e o funcionamento da escola (horários, rotina...),

A equipe da escola: é composta por quem? Quais as funções? Quantos estudantes?

Como os estudantes se deslocam até a escola (faça uma conversa com eles, informe-se quanto tempo demoram, se caminham, o que acontece em dias

de chuva...)

Identifique especificidades que a escola apresenta por ser uma escola do campo
(Em relação à equipe, professores, horários, merenda escolar, atividades....)

A partir da observação os/as discentes planejarão uma estratégia pedagógica de intervenção na escola, a qual poderá se dar via apoio pedagógico com revisão dos conteúdos, oficinas pedagógicas, entre outros suportes didáticos.

ATIVIDADE 3 – RELATÓRIO DE ESTÁGIO (20H)

O relatório do Estágio III precisa estar organizado a partir dos elementos que constituem a atividade 02.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO – REGÊNCIA ARTICULADA NO ENSINO MÉDIO IV (90 H)

Em virtude do Curso de Educação do Campo – Licenciatura estar organizado em Regime de Alternância, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizado durante os Tempos Universidade e Comunidade. No Tempo Universidade serão realizadas as aulas de preparação dos (as) licenciandos (as) na universidade, no Tempo Comunidade será efetivado o estágio em uma instituição de ensino.

Desse modo, são apresentadas as atividades que serão realizadas ao longo do processo formativo. Cabe ressaltar que não são atividades estanques, pois elas podem ser revistas conforme encaminhamentos e diálogos com as escolas.

ATIVIDADE 1 – ORIENTAÇÃO PARA ESTÁGIO (30H)

A atividade 1 será realizada por meio da participação nas aulas do componente de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Regência em Ciências da Natureza no Ensino Médio III durante o Tempo Universidade, em que os (as) licenciandos (as) participarão de discussões e atividades relacionadas a ementa do componente. Ainda na atividade 1 serão discutidas as formas de planejamento, os quais serão executados ao longo da regência no Tempo Comunidade.

ATIVIDADE 2 – REGÊNCIA, REGISTRO E PROPOSTA DE UMA ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA (40 H)

A atividade 2 é composta por três ações integradas e inter-relacionadas que deverão ser realizadas com a seguinte carga horária:

- a) Retomada da inserção no espaço escolar – 2 h
- b) Estudo e revisão dos planejamentos em Ciências da Natureza – 15 h
- c) Regência em Ciências da Natureza – 15 h
- d) Discussão acerca da Regência em Ciências da Natureza – 8 h

A atividade de regência será realizada na área de Ciências da Natureza, conforme organização da escola. Para tanto, é importante o diálogo estreito entre Universidade e Escola no sentido de contribuir com as discussões sobre a atuação em uma área de conhecimento

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO – SISTEMATIZAÇÃO DA AÇÃO-REFLEXÃO NO ENSINO MÉDIO V (90 H)

Em virtude do Curso de Educação do Campo – Licenciatura estar organizado em Regime de Alternância, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizado durante os Tempos Universidade e Comunidade. Para tanto, as atividades do Estágio V serão desenvolvidas a partir das ações realizadas desde o Estágio I, ou seja, em que o/a discente será problematizado a refletir sobre o processo de constituição da docência em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza.

ATIVIDADE 1 – RETOMADA DOS ESTÁGIOS (30 H)

A retomada dos estágios se dará a partir da revisão do inventário da realidade construído no Estágio I e Regência no Estágio II, em que os estudantes poderão materializar as ações que levaram ou não a percepção acerca de um ou mais temas de cunho sociocientífico, por exemplo.

No âmbito do Estágio III e IV, as/os discentes aprofundarão as discussões acerca da formação por área de conhecimento, em que a sistematização se dará a partir da construção de reflexões que visam compreender a docência em Ciências da Natureza em Escolas do Campo.

ATIVIDADE 2 – RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO (40 H)

O relatório compreenderá a organização dos aprofundamentos realizados na atividade 1, sendo um momento de incursão no que foi vivenciado ao longo dos Estágios. Ou seja, o relatório como forma de materializar o vivido e não no sentido de um produto com relatos sem reflexões e aprofundamentos.

ATIVIDADE 3 – SISTEMATIZAÇÃO E SEMINÁRIO FINAL DE ESTÁGIO (20H)

A sistematização compreenderá a organização de um seminário com a participação das escolas parceiras, onde será um momento de formação para todos/as envolvidos/as. Ou seja, além dos/as discentes em formação inicial que estão no processo de aprender sobre a docência, os docentes das escolas e da universidade terão a oportunidade de uma formação continuada no processo de compartilhamento de experiências.

Referências Bibliográficas:

CALDART Roseli, FREITAS, Luiz Carlos, SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert, e et al., Caminhos para Transformação da Escola - Vol.3 - organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: complexos de estudo, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2015.

FREITAS; Luiz Carlos. Crítica da organização do trabalho Pedagógico e da didática. Campinas/ SP. Papirus, 1995.

_____. Ciclos, seriação e avaliação: confrontos de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

HOLLIDAY, Oscar Jara “El reto de teorizar sobre la práctica para transformala” (1985). In: TORRES, C. A., GADOTTI, M.(orgs). Educação Popular: Utopia Latino-Americana. São Paulo : Cortez/Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 89-110

_____. Como conhecer a realidade para transformá-la?. In: Texto de Apoio. Vol.10, São Paulo, CEPIS, 1986.

_____. Para sistematizar experiências, tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2.

ed., revista. Brasília: MMA, 2006. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf

PISTRAK, Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular.2000.

APÊNDICE C – Regulamento para inserção da extensão

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º Este Regulamento estabelece as regras para a realização das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no Curso de Graduação em Educação do Campo – Licenciatura e estão em consonância com a Resolução Nº 317 / 2021 Consuni – Unipampa e com Instrução Normativa Nº 18 / 2021 - Unipampa.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Art. 2º A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Parágrafo único. São consideradas atividades de extensão, para fins de inserção curricular, as ações que promovam a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade externa, que estejam vinculadas à formação do(a) discente.

Art. 3º As ações de extensão universitária, para fins de inserção curricular, poderão ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos.

- I - PROGRAMA é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;
- II - PROJETO é uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado,

registrado preferencialmente vinculado a um programa ou como projeto isolado;

- III - CURSO é uma atividade de formação de curta duração com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual, humano, tecnológico e científico;
- IV - EVENTO são atividades pontuais de caráter artístico, cultural ou científico.

CAPÍTULO III

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Seção I

Requisitos para Inserção da Extensão no Curso de Educação do Campo - Licenciatura

Art. 4º As ações de extensão inseridas no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação do Campo – Licenciatura por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) compõem, no mínimo, 10% da carga horária total do curso e possuem as seguintes características:

§ 1º Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) são constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão;

§ 2º Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV): são constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão vinculadas a Componentes Curriculares Obrigatórios ou Complementares de Graduação, com carga horária total ou parcial de extensão, discriminada na matriz curricular, ementa e no plano de ensino.

§ 3º A carga horária das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) deverá ser múltipla de 5 horas.

§ 4º As Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) deverão ter, explicitada no plano de ensino, o título e o número de registro da ação de extensão ao qual está vinculada, a descrição das atividades extensionistas, metodologia, cronograma, formas de avaliação e discriminação da carga horária atribuída à extensão.

§ 5º As ações de extensão que compõem as Atividades Curriculares de Extensão Específicas e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas devem estar registradas na Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

§ 6º Horas de estágio curricular obrigatório e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não podem ser contabilizadas como Atividade Curricular de Extensão.

§ 7º Projetos e programas devem compor, no mínimo, 80% da carga horária total das atividades curriculares de extensão.

§ 8º A carga horária de projetos de extensão relacionados a Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas não poderá ser contabilizada em mais de um componente da mesma matriz curricular.

Seção II

Atividade Curricular de Extensão Específica - “UNIPAMPA CIDADÃ”

Art. 5º O “UNIPAMPA Cidadã” é um programa institucional que será ofertado como atividade curricular de extensão específica (ACEE).

§ 1º O “UNIPAMPA Cidadã” é um programa de extensão que deverá ser composto por ações de cidadania e solidariedade.

§ 2º Nessa ação, os discentes da UNIPAMPA realizarão trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade.

§ 3º O trabalho comunitário deverá atender as demandas e necessidades da comunidade e proporcionar aos discentes experiências de novas realidades, relações, sentimentos, aprendizados, problemas e saberes.

§ 4º O “UNIPAMPA Cidadã” implica a aquisição de saberes populares que uma pessoa do povo aprende com outra pessoa do povo em situação de igualdade.

Art. 6º O “UNIPAMPA Cidadã” tem como principais objetivos:

- I - promover a formação integral e cidadã dos discentes, com o intuito de formar egressos cientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma

autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática;

- II - estimular a autonomia dos discentes;
- III - aumentar a integração e a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade;
- IV - estimular, no ambiente acadêmico, o uso dos saberes populares como ferramenta de formação humana e profissional.

Art. 7º A “UNIPAMPA Cidadã” tem como principais características:

- I - É uma atividade curricular de extensão específica (ACEE);
- II - É uma atividade obrigatória, com carga horária total de 120 horas;
- III - Deverá ser realizada por todos discentes do curso até nos semestres pares do curso (sugere-se indicar um semestre limite para realização destas atividades para evitar sobre carga dos discentes nos últimos semestres) ;
- IV - Os discentes deverão realizar as ações comunitárias em instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada;
- V - As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social;
- VI - A instituição onde se realizará a UNIPAMPA CIDADÃ, o tipo / periodicidade do trabalho comunitário a ser realizado é de livre escolha do discente e deve ser acordado com a instituição, onde realizará o trabalho e o supervisor de extensão;
- VII - o planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação da “UNIPAMPA Cidadã” serão feitos pelo supervisor de extensão do curso.

Art. 8º A metodologia para execução deste programa dar-se-á da seguinte forma:

- I - Apresentação do programa aos discentes evidenciando características, objetivos, metodologia e relevância da ação;
- II - Definição das instituições onde serão realizadas as ações;
- III - Os horários, os períodos de realização e os tipos de trabalho comunitário devem ser previamente definidos, de forma consensual, entre entidades, discentes e supervisor de extensão, respeitando as regras definidas no PPC;

- IV - A ação só poderá ser iniciada após a ciência e a aprovação do supervisor de extensão;
- V - A comprovação da realização da ação ocorrerá mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - a) certificado da instituição onde foi realizada a ação, informando o tipo de trabalho, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação;
 - b) relatório da atividade do discente, conforme o modelo em anexo;
- IV. após avaliação dos documentos apresentados pelo discente, o supervisor de extensão emitirá parecer favorável ou não à aprovação da atividade;
- V. o supervisor de extensão, após avaliar e aprovar a atividade, deverá encaminhar os documentos comprobatórios à Secretaria Acadêmica para validação da carga horária.

Art. 9º O conteúdo para execução deste programa dar-se-á da seguinte forma:

I - Desenvolver ações de cidadania e solidariedade, obrigando os discentes da UNIPAMPA a realizarem trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade. Realizar trabalhos comunitários dedicados ao atendimento das demandas e necessidades da comunidade, proporcionando aos discentes experiências de novas realidades, relações, sentimentos, aprendizados, problemas e saberes. Respalda o compromisso da UNIPAMPA em estabelecer interação dialógica com a comunidade e estabelecer ações que visem à construção de novos conhecimentos, à superação de desigualdades e exclusões sociais e à construção de uma sociedade mais justa e ética. Desenvolver os programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão vinculados de modo específico a componente curricular Unipampa Cidadã I, II, III e IV os quais serão registrados e atualizados periodicamente na plataforma SAP.

Seção III

Supervisão de Extensão no Curso de Educação do Campo – Licenciatura

Art. 10º A comissão de curso indicará um docente efetivo do curso para exercer a função de supervisor de extensão.

Art. 11º O supervisor de extensão tem as seguintes atribuições:

§ 1º Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelos(as) discentes de acordo com o disposto no PPC;

§ 2º Acompanhar, avaliar e validar a atividade curricular de extensão denominada “UNIPAMPA

Cidadã”;

§ 3º Validar o aproveitamento das Atividades Curriculares Extensão Específicas;

§ 4º Construir informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

Art. 12º Para o exercício da função de supervisor de extensão serão alocadas 8 horas semanais de trabalho como encargo docente na modalidade gestão.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR COM ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO VINCULADA

Art. 13º O registro da execução das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas a componentes curriculares obrigatórios ou complementares, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como a frequência do discente e o resultado final da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade do docente do componente curricular.

Parágrafo único. No plano de ensino, além da carga horária de extensão, deverá constar a descrição das atividades extensionistas, a metodologia, o cronograma e as formas de avaliação.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) ACADÊMICO(A)

Art. 14º Para validação da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, os(as) acadêmicos(as) devem participar da equipe executora das ações de extensão.

Art. 15º Os(As) discentes poderão solicitar o aproveitamento das atividades de extensão realizadas na UNIPAMPA ou em outras Instituições.

§1º A carga horária de ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, deverá ser analisada pela Comissão de Curso e poderá ser validada pelo supervisor como Atividade Curricular de Extensão, de acordo com as normas estabelecidas no PPC e na legislação vigente.

§2º Os(as) acadêmicos(as) ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas na instituição de origem.

Art. 16º É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento das atividades de extensão indicadas no art. 14, junto à Secretaria Acadêmica, no prazo definido no calendário acadêmico da graduação:

I. o(a) acadêmico(a) deve anexar ao requerimento a cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.

II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo(a) discente e pelo técnico-administrativo, em que estão listadas todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Art. 17º As atividades de extensão somente serão analisadas se realizadas nos períodos enquanto o(a) discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º O curso de Educação do Campo – Licenciatura realizará a autoavaliação continuada do processo de desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão, avaliando a pertinência e a contribuição das atividades de extensão para o

cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico de Curso, bem como aos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo único. A autoavaliação visa aprimorar a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e a relação com a sociedade.

Art. 19º Para fins de integralização do currículo do curso será exigido o cumprimento da carga horária de extensão determinada neste PPC.

§ 1º Os discentes devem participar da equipe executora das ações de extensão para que a carga horária seja validada como ACE.

§ 2º As cargas horárias das ações de extensão utilizadas como ACE não serão consideradas no cômputo da carga horária de outras atividades da graduação.

§ 3º É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento / validação das Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) nas Secretarias Acadêmicas respeitando calendário acadêmico da graduação.

§ 4º No histórico acadêmico do(a) discente deverá constar a carga horária total das Atividades Curriculares de Extensão.

§5º Os(As) acadêmicos(as) do curso de Educação do Campo – Licenciatura deverão realizar a carga horária das Atividades Curriculares de Extensão do primeiro ao oitavo semestre.

§6º A carga horária mínima semestral a ser realizada pelo(a) discente em Atividades Curriculares de Extensão é de 30 horas.

Art. 20º Em caso de reingresso ou ingresso em outro curso, o discente poderá solicitar o aproveitamento da carga horária nas ações de extensão integralizadas anteriormente na UNIPAMPA.

Art. 21º Ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas anteriormente na instituição de origem.

Art. 22º Os casos omissos serão discutidos em primeira instância pela Comissão de Curso e, em segunda instância, pela Comissão Local de Ensino do campus.

* MODELO DE RELATÓRIO – “UNIPAMPA CIDADÃ”

UNIPAMPA CIDADÃ	
Relatório	
Nome:	
Matrícula:	
Curso de Graduação:	Campus:
Data de entrega:	
Assinatura:	
INSTITUIÇÃO - ação foi realizada	
Nome:	
Endereço:	
Cidade / Estado:	
Responsável pela Instituição:	
Assinatura do Responsável pela Instituição:	
AÇÃO COMUNITÁRIA	
Período de realização:	
Carga Horária Total:	
Periodicidade:	
Público da ação:	
Número de pessoas alcançadas pela ação:	
Descrição do trabalho realizado:	
REFLEXÕES SOBRE O “UNIPAMPA CIDADÃ”	
Descreva a importância da realização desta atividade para a sua formação pessoal e profissional.	
AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR DE EXTENSÃO	
Considerações:	
Resultado: () Aprovado () Não aprovado	
Supervisor de Extensão – Nome:	
Assinatura:	

APÊNDICE D – Normas de Funcionamento do Núcleo Docente Estruturante

REGIMENTO DO NDE

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – LICENCIATURA

O presente regulamento normatiza Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Educação do Campo – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - Campus Dom Pedrito

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 1º. O presente Regimento regula e disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Educação do Campo – Licenciatura do Campus Dom Pedrito da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Art. 2º. O NDE, de que trata o presente Regimento, é o órgão consultivo, responsável pela construção, implantação, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Educação do Campo – Licenciatura do Campus Dom Pedrito da UNIPAMPA, segundo as recomendações da portaria do MEC Nº. 147 / 2007.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante do curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa:

- a) Contribuir para a consolidação, reformulação e adequação do Projeto Pedagógico do curso;
- b) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso e os objetivos gerais do curso;
- c) Contribuir com a (re)elaboração/(re)estruturação do Projeto Pedagógico do Curso e suas alterações, para aprovação pelos órgãos competentes;
- d) Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;

- e) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- f) Participar das discussões relativas à distribuição e definição de perfil profissional para alocação de vaga docente, redistribuição e remoção de docente;
- g) Propor à Comissão de Curso providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino, com acompanhamento contínuo de avaliação a cada semestre de acordo com as orientações da Comissão Própria de Avaliação – CPA.
- h) Sugerir questões de ordem didática, científica e administrativa necessárias ao desenvolvimento pleno do Curso;
- i) Analisar os planos de ensino das disciplinas que integram a matriz curricular do Curso;
- j) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino, pesquisa, extensão e culturais;
- k) Zelar pelo cumprimento dos interesses e necessidades das comunidades no curso;
- l) Acolher e valorizar a pluralidade dos saberes, as práticas locais e regionais na formação humana e profissional;
- m) Refletir e analisar sobre as Legislações Nacionais pertinentes ao curso e a Formação do(a) egresso(a);
- n) Planejar e promover a autoavaliação do curso em relação ao desenvolvimento da proposta pedagógica, dos componentes curriculares, aproveitamento discente e demais questões necessárias para a qualificação do curso, bem como observar as questões relacionadas à avaliação do MEC e sugestões advindas da CPA.

CAPÍTULO III

CONSTITUIÇÃO DOS DOCENTES DO NDE

- Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído por: a) no mínimo de 5 (cinco) professores e no máximo 8 (oito) professores pertencentes ao corpo docente do curso.
- b) O NDE será presidido por um docente eleito por seus pares, com mandato de 03 (três) anos, com possibilidade de recondução. c) O NDE definirá um(a) Secretário(a)

para um mandato de 03 (três) anos. Parágrafo único - O(a) coordenador(a) de curso fica impedido de presidir e secretariar o NDE.

Art. 5º. Os docentes que compõem o NDE devem possuir titulação acadêmica obtida conforme legislação vigente.

Art. 6º. Os docentes que compõem o NDE devem ser do quadro efetivo de servidores.

Art. 7º. O NDE será composto por docentes eleitos pela Comissão de Curso, sendo atualizado no mínimo a cada 3 anos, podendo ser adotadas estratégias de renovações parciais de modo a haver continuidade no pensar do Curso.

Art. 8º Os constituintes do NDE serão distribuídos da seguinte forma: I – O/A coordenador/a do curso; II – Podendo ser até 07 (sete) membros escolhidos entre os/as professores/as do quadro permanente da UNIPAMPA que pertencem à Comissão de Curso.

Art. 9º. Em caso de afastamento/licença do presidente por motivos de força maior o NDE deve escolher um dos seus membros para presidir interinamente.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE E SECRETARIO(A) DO NÚCLEO

DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.10º. Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante de Curso: a) Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto; b) Representar o NDE junto aos órgãos da instituição; c) Encaminhar as proposições do NDE para Comissão de Curso; d) Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE; e) Indicar e apoiar representação e participação de integrantes do NDE em diferentes instâncias acadêmicas; f) Manter a Comissão de Curso informada das discussões realizadas no NDE.

Art.11º. Compete ao Secretário(a) do Núcleo Docente Estruturante de Curso: a) Substituir o Presidente em caso de ausência; b) Organizar as reuniões e registrar em atas as decisões; c) Representar o NDE junto aos órgãos da instituição.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art.11º. O Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Educação do Campo reunir-se-á ordinariamente, por convocação de seu presidente, pelo menos três vezes

por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

§1º - A convocação de todos os seus membros é feita pelo Presidente mediante aviso expedido pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da reunião e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

§2º - Poderá em casos de urgência, será realizada uma convocação para reuniões extraordinárias, sendo que com pelo menos 24 horas (vinte e quatro) da hora marcada para o início da reunião, e, sempre que possível, com a pauta da mesma.

§3º - As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 12º. As atas das reuniões serão redigidas pelo secretário e/ou presidente do NDE ou por um dos seus membros. Elas serão circunstanciadas que, depois de lida e aprovada é assinada pelos membros presentes na reunião.

Art. 13º. Todo membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso Educação do Campo tem direito à voz e voto.

Art. 14º. O quórum para encaminhamentos do NDE será de 50% dos seus membros considerando as justificativas aceitas.

CAPÍTULO VI

DOS ENCAMINHAMENTOS

Art. 15º. As decisões aprovadas pelo NDE serão encaminhadas para apreciação e conhecimento da Comissão de Curso de Educação do Campo. Posteriormente a demais órgãos e comissões superiores da Instituição.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º. Os casos omissos serão encaminhados pelo NDE e posteriormente à Comissão de Curso.

Art. 17º. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pela Comissão do Curso de Educação do Campo, Comissão Local de Ensino e Conselho do Campus da Universidade Federal do Pampa – Campus Dom Pedrito.

Apêndice E – Quebra de Pré-requisitos

Da definição:

A quebra de pré-requisito consiste em a/o discente cursar uma componente curricular que tenha pré-requisitos dispostos no Projeto Pedagógico de Curso. No quadro 01 deste apêndice, constam as componentes que possuem pré-requisitos.

Do requerente:

A quebra de pré-requisito é solicitada, via e-mail, a coordenação do curso de Educação do Campo.

Dos Critérios:

- A ou o discente ser provável formando/a no semestre requerido.
- Em caso de o componente curricular não ter sido ofertada pelo curso.
- Aluno participante do Programa Residência Pedagógica (CAPES), para quebra de pré-requisitos dos Estágios Supervisionados II e IV conforme disposto no item 2.4.2, enquanto o Programa estiver em vigência no curso.

Da avaliação:

A coordenação do curso avalia conforme os critérios estabelecidos e via processo no SEI defere ou indefere a solicitação. O processo será encaminhado a secretaria acadêmico para que o registro seja efetuado.

Tabela 11: Componentes Curriculares Obrigatórios e seus pré-requisitos

Componentes obrigatórios	Pré-requisitos
2º Semestre - Prática Pedagógica em Educação do Campo: Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional	Prática Pedagógica em Educação do Campo: Identidade e Processos Identitários
3º Semestre - Prática Pedagógica em Educação do Campo: Território e Territorialidade	Prática Pedagógica em Educação do Campo: Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional
4º Semestre - Prática Pedagógica em Educação do Campo: o trabalho como princípio educativo	Prática Pedagógica em Educação do Campo: Território e Territorialidade
4º Semestre - Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	Prática Pedagógica em Educação do Campo: Território e Territorialidade Construindo conhecimentos de Física para o Ensino Fundamental; Construindo Conhecimentos de Química I; Biologia e Sociedade
5º Semestre - Prática Pedagógica em Educação do Campo: a escola como espaço emancipatório	Prática Pedagógica em Educação do Campo: o trabalho como princípio educativo
5º Semestre - Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	Prática Pedagógica em Educação do Campo: o trabalho como princípio educativo; Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I
6º Semestre - Prática Pedagógica em Educação do Campo: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo	Prática Pedagógica em Educação do Campo: a escola como espaço emancipatório
6º Semestre - Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	Prática Pedagógica em Educação do Campo: a escola como espaço emancipatório; Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II
7º Semestre - Prática Pedagógica em Educação do Campo: educação inclusiva e acessibilidade	Prática Pedagógica em Educação do Campo: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo
7º Semestre - Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	Prática Pedagógica em Educação do Campo: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo; Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III
8º Semestre - Prática Pedagógica em Educação do Campo: diversidade de saberes e cuidado com a saúde	Prática Pedagógica em Educação do Campo: educação inclusiva e acessibilidade
8º Semestre - Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório V	Prática Pedagógica em Educação do Campo: educação inclusiva e acessibilidade

Componentes obrigatórios	Pré-requisitos		
	Estágio	Curricular	Supervisionado
	Obrigatório IV		

Fonte: Comissão do Curso

